



REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UERJ



DIA LOGOS

VOLUME 16 | N. 2
JUL-DEZ DE 2022



Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 16, n. 2, jul./dez., 2022



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Reitor

Mario Sergio Alves Carneiro

Pró-reitor de Graduação (PR-1)

Lincoln Tavares Silva

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)

Claudia Gonçalves de Lima

Pró-reitora de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)

Catia Antonia da Silva

Pró-reitora de Saúde (PR-5)

Rogério Lopes Rufino Alves

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Dirce Eleonora Nigro Solis

Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Jaime Antunes da Silva

Vice-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mônica Leite Lessa

Coordenadora-Geral do Programa de Pós-graduação em História

Beatriz de Moraes Vieira

Coordenador-Adjunto do Programa de Pós-graduação em História

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Coordenador do Doutorado

Fabiano Vilaça dos Santos

Coordenadora do Mestrado

Marina Monteiro Machado

Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 16, n. 2, jul./dez., 2022



Capa

Natalia da Paz Lage

Imagem

Sem título- Canva
©Natalia Lage, 2023.

Diagramação

Bianca Costa de Matos
Lucas Ventura da Silva
Natalia da Paz Lage

Revisão

Alessandra de Oliveira Elias
Ana Luzia Pereira Martins
Carolina Machado dos Santos
João Vitor Ribeiro Borde de Castro
Lucas Cabral da Silva
Lucas Ventura da Silva
Maria Inês Pereira Schettino
Natalia da Paz Lage

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição

Anderson Marcelo Schmitt (UFSC); Cintia Nascimento de Oliveira Conceição (PUC-Rio); Dalton Sanches (UFOP); Danillo Avellar Bragança (UFF); Felipe Matos; Gilciano Menezes Costa (UFF); Israel Silva Aquino (UFRGS); Julian Abascal Sguizzardi Bilbao (USP); Jussara Rodrigues da Silva (UFOP); Leon Adan Gutierrez de Carvalho (UFPR); Lucio Reis Filho (UAM); Márcio dos Santos Rodrigues (UFPA); Mauro Franco (UFOP); Natanael de Freitas Silva (UFRJ); Patrícia Trindade Trizotti (UNESPAR); Robert Porto Castro (PUC-RS); Rodrigo Marins Marretto (Marins); Rodrigo Pereira (UFRJ); Romulo Gabriel Barros (UFPE); Roni César Andrade de Araújo (UFMA).

Conselho Editorial

Alessandra de Oliveira Elias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Ana Luzia Pereira Martins – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Bianca Costa de Matos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Carolina Machado dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Isadora de Mélo Escarrone Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
João Vitor Ribeiro Borde de Castro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Laís Paiva da Ressureição – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Laura Junqueira de Mello Reis – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Leila Cristina Gibin Coutinho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucas Cabral da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Lucas Ventura da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Inês Pereira Schettino – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Natalia da Paz Lage – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Tácio Ferreira Garrido Barbosa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Thiago Campos da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Dr. Airan dos Santos Borges – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alex Gonçalves Varella – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alexandre Moraes – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Anderson Martins Esteves – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. André Bueno – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Bruno Peres – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Carlos Gregório dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Dr. Daniel Barbosa – Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Dr. Daniel Pinha – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Edgar Leite Ferreira Neto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fabiano Vilaça Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Iza Terezinha Gonçalves Quelhas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Felipe Ferreira Verrão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Reznik – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Marcos Pirateli – Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dr. Oswaldo Munteal Filho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Tânia Maria T. B. da Cruz Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Silvio de Almeida Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Williams da Silva Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Beatriz Vieira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Carolina Barcellos Dias – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Danielle Gallindo – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Edna Maria dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Eliane Garcindo de Sá – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Erica Sarmiento da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Laura Moutinho Nery – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Paschoal – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Márcia Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Regina Candido – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Monique de Siqueira Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Priscilla Leite Gontijo – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Correspondência

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

9 **Apresentação**
Editorial

ARTIGOS

11 **A advocacia provisionada no Rio de Janeiro entre os anos de 1770 e 1815: um estudo de casos**
Caroline Rodrigues Coelho

30 **A cultura latino-americana na revista *União Soviética em Foco* (1987-1990)**
Larissa Ceroni de Moraes

50 **Alimentação, fome e tuberculose entre os operários têxteis de fortaleza (1933 – 1955)**
José Cleudson Oliveira Neto

71 **Análises a partir de artigos, dissertações e tese para investigar como as memórias influenciam as identidades culturais quilombolas**
Joana D'arc Silva

92 **As oposições emedebistas: os grupos de oposição dentro da oposição**
Tamires Mascarenhas Pecoraro

109 **A trajetória de Maria Graham no Império do Brasil: estudo das redes de sociabilidades no início do século XIX**
Flaviana Aparecida da Silva

128 **Cidade, urbanismo e exclusão: o punk e outras subculturas como formas de resistência no Alto José do Pinho – Recife-PE, nas décadas de 1980 e 1990**
Marco Antônio Gomes dos Santos, Ladjane Milfont Rameh, Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

155 **Demônio realize meus desejos: A construção do pacto no imaginário de uma freira portuguesa (1718-1719)**
Andressa Guimarães Barbosa

- 175** **Do Cativoiro a Caserna: o recrutamento militar de escravos na Província do Pará durante a Guerra do Paraguai**
Jonas de Luca Trindade da Silva, Isabela de Nazaré Bittencourt de Oliveira
- 204** **Entre a realidade e o ficcional: reflexões sobre a peça Quem não perdôa de Júlia Lopes de Almeida**
Mariana Schulmeister Kuhn
- 226** **Infâncias refugiadas: memória, esquecimento e identidade migratória no patrimônio cultural (Venezuela – Brasil, 2015-2020)**
Janaina Cardoso de Mello
- 255** **Para além do impresso: apontamentos sobre o posicionamento d'A Federação no conflito entre Assis Brasil e Duarte Pereira (1891)**
Vitor Wieth Porto

APRESENTAÇÃO

A nova equipe editorial da Revista Dia-Logos, organizada pelos alunos da Pós-Graduação em História Política da UERJ, celebra a publicação desse volume como um marco importante do retorno de suas atividades na comunidade acadêmica. Neste ano, a Dia-Logos ingressou novos membros em sua equipe editorial dispostos a trabalhar para que a Revista pudesse estar com a correta publicação cronológica. Para isso, abrimos para o recebimento, da comunidade acadêmica, de novos artigos com temática livre, para compor os volumes 16, n.2, e 17, n.1.

Esta edição apresenta a publicação de doze artigos, com discussões de variados temas da área de história e outros campos das Ciências Humanas. Iniciamos com “A advocacia provisionada no Rio de Janeiro entre os anos de 1770 e 1815: um estudo de casos” de Caroline Rodrigues Coelho (UERJ). Em sequência nós temos os artigos e seus respectivos autores: “A cultura latino-americana na revista União Soviética em Foco (1987-1990)” de Larissa Ceroni de Moraes (UFPEL); “Alimentação, fome e tuberculose entre os operários têxteis de Fortaleza (1933- 1955)” de José Cleudon Oliveira Neto (UFC); “Análises a partir de artigos, dissertações e tese para investigar como as memórias influenciam as identidades culturais quilombolas” de Joana D'arc Silva (UPE); “As oposições emedebistas: os grupos de oposição dentro da oposição” de Tamires Mascarenhas Pecoraro (UFRRJ); “A trajetória de Maria Graham no Império do Brasil: estudo das redes de sociabilidades no início do século XIX” de Flaviana Aparecida da Silva (UFJF); “Cidade, urbanismo e exclusão: o punk e outras subculturas como formas de resistência no Alto José do Pinho – Recife-PE, nas décadas de 1980 e 1990” dos autores Marco Antônio Gomes dos Santos (UFRPE), Ladjane Milfont Rameh (Universidade Anhembi Morumbi), Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (UFRP); “Demônio realize meus desejos: A construção do pacto no imaginário de uma freira portuguesa (1718-1719)” de Andressa Guimarães Barbosa (UFRRJ); “Do Cativo a Caserna: o recrutamento militar de escravos na Província do Pará durante a Guerra do Paraguai” dos autores Jonas de Luca Trindade da Silva (UFF), Isabela de Nazaré Bittencourt de Oliveira (UFPA); “Entre a realidade e o ficcional: reflexões sobre a peça Quem não perdôa de Júlia Lopes de Almeida” de Mariana Schulmeister Kuhn (UFPR); “Infâncias refugiadas: memória, esquecimento e identidade migratória no patrimônio cultural (Venezuela- Brasil, 2015- 2020)” de Janaina Cardoso de Mello (UFRJ). Finalizando o v. 16, n. 2, temos o artigo “Para além do impresso: apontamentos sobre o posicionamento d’A Federação no conflito entre Assis Brasil e Duarte Pereira (1891)” de Vitor Wieth Porto (UFPEL).

Desejamos, portanto, que a escolha dos artigos propostos seja do interesse do leitor e que possibilite a ampliação dos debates históricos.

Boa leitura!

Equipe editorial da Revista Dia-Logos.

**A ADVOCACIA PROVISIONADA NO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS
DE 1770 E 1815: UM ESTUDO DE CASOS¹**

**PROVISIONAL ADVOCACY IN RIO DE JANEIRO BETWEEN THE YEARS
1770 AND 1815: A CASE STUDY**

Caroline Rodrigues Coelho²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de casos dos indivíduos Ignácio Soares da Gama, Antônio Ferreira de Araújo Vieira e José Mariano de Azeredo Coutinho, a fim de se entender as práticas da advocacia provisionada brasileira entre o período de 1770 e 1815 no Rio de Janeiro. Acredita-se que este estudo poderá servir como base para se entender a existência do fenômeno dos advogados provisionados, também denominados de rúbulas. Além disso, a análise de tais casos será igualmente importante para se compreender o papel da advocacia para a sociedade e para a administração da Justiça do Antigo Regime. Nesta esteira, para o referente trabalho serão analisadas as fontes disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, presentes na plataforma de pesquisa criada pelo Projeto Resgate da Biblioteca Nacional de Portugal e também do Arquivo Nacional, situado no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; advogados; provisionados; rúbulas

Abstract

This study aims to conduct a case study of individuals Ignácio Soares da Gama, Antônio Ferreira de Araújo Vieira, and José Mariano de Azeredo Coutinho, in order to understand the practices of Brazilian provisional advocacy between the period of 1770 and 1815 in Rio de Janeiro. This study is expected to provide a solid foundation for comprehending the phenomenon of provisional lawyers, commonly referred to as *rúbulas*. Furthermore, the analysis of these cases will be equally important in comprehending the role of advocacy for society and the administration of justice in the Ancient Regime. In this regard, the available sources in the *Arquivo Histórico Ultramarino*, present in the platform

¹ Pesquisa financiada pela CAPES

² Mestranda em História Política na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

created by the *Projeto Resgate of Biblioteca Nacional de Portugal*, as well as the *Arquivo Nacional* located in Rio de Janeiro, will be analysed.

Keywords: Rio de Janeiro; lawyers; provisionals; rábulas

Introdução

No ano de 1763, com a mudança da sede da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, o território fluminense adquire importância primordial para a monarquia, se tornando um local central e articulador do território centro-sul da América portuguesa (ALENCASTRO, 1992). O Rio de Janeiro passa a ser reconhecido, a partir do final do século XVIII, como um território fundamental para a própria sustentação do império português, fazendo da boa administração na Justiça uma incumbência.

Aos poucos, nota-se que os portos da cidade se transformavam em redes de comunicação que conectavam demais regiões tão somente da América portuguesa, mas principalmente dos outros territórios da Coroa no Ultramar, como por exemplo São Paulo, Minas Gerais, África e até mesmo Índia (SAMPAIO, 2003). Sobre o tema, Bicalho ainda explica:

Durante a União Ibérica forjaram-se conexões mercantis intercoloniais que fizeram afluir para o porto fluminense, mercadorias, prata e mão de obra escrava provenientes do tráfico negreiro e da ação dos peruleiros. Todavia, a centralidade do Rio de Janeiro não era um dado natural, ou um projeto préconcebido desde os primórdios de sua fundação. Foi produto de um longo processo e da complexa dinâmica imperial, especialmente após a Restauração portuguesa em 1640 (BICALHO, 2011, p. 37-55).

As freguesias rurais da cidade também efervesciam com o grande movimento de mercadorias e de pessoas. Desde a segunda metade do século XVIII, tanto nas proximidades da cidade quanto em áreas mais afastadas – como por exemplo Angra dos Reis e Parati – foram marcadas também pelo desenvolvimento e diversificação da produção agrícola. Acerca do assunto, assim assevera Sir George Leonard Staunton:

Muitos distritos do Rio de Janeiro produzem, em abundância, algodão, açúcar, café, cacau, arroz, pimenta e tabaco. O distrito do Rio Grande colhe um excelente trigo. As videiras também crescem com facilidade nessa região, no entanto, a produção de vinho não é permitida para não causar dano aos produtores portugueses. (STAUNTON 1797, p. 150-190)

A partir de 1790, a população do Rio de Janeiro cresceu significativamente. Enquanto a agitação tomava conta da urbe, com o fluxo constante de pessoas e mercadorias, as freguesias rurais também se beneficiavam com essa nova dinâmica. Em

1799, as freguesias do centro da cidade contavam com 43.376 habitantes, sendo 14.986 escravos. Segundo Southey (1862), em 1749, a cidade tinha 24.397 habitantes. O censo de 1799 mostrou um dos impactos desse processo, com uma presença significativa de pardos e pretos entre a população livre (CRUZ, 2018).

Com a chegada da Corte, em 1808, o Rio de Janeiro se tornou o centro do Império, abrigando estabelecimentos políticos, econômicos e culturais, além de centralizar todo o poder da Coroa (CARVALHO, 2008). Sobre o tema, reflete Marieta Pinheiro de Carvalho:

Os impactos sofridos pelo Rio de Janeiro a partir de então foram muitos: aumento populacional, alteração dos costumes ampliação do espaço urbano. A cidade deveria se tornar uma Nova Lisboa, refletir em seu espaço o status agora alcançado. (CARVALHO, 2008, p. 18)

A transferência da Corte portuguesa contribuiu para atrair ondas de migrantes para o Rio de Janeiro, movidos por razões diversas. A historiadora Armelle Enders (2015) explica que diversos soldados portugueses foram atraídos para servir o regente e suas ambições no estuário do Prata, assim como demais súditos de todo o Império que enxergavam no Rio de Janeiro uma possibilidade de melhoria de vida. A cidade passou por uma transformação significativa, com a população crescendo de 43.000 para 79.000 habitantes entre os anos 1799 e 1821. Conseqüentemente, mudanças também foram notadas na própria malha urbana da cidade do Rio de Janeiro. Entre 1808 e 1822, a área da cidade triplicou com a criação de novos bairros e freguesias.

A nova condição de capital impôs aos habitantes a disseminação de novos padrões de comportamento público e privado que fossem mais adequados ao convívio na corte e aos novos espaços de sociabilidade frequentados pela nobreza e pela boa sociedade. Essa mudança de costumes se deu especialmente entre a elite branca que frequentava a vida na corte, que passou a adotar novos padrões de conduta tidos pelos europeus contemporâneos como mais civilizados.

Além disso, a presença da Corte trouxe consigo uma série de oportunidades econômicas para a região, com o aumento do comércio e o desenvolvimento da atividade de escoamento dos produtos agrícolas provenientes do Vale do Paraíba paulista e das demais regiões do Rio de Janeiro. Não é à toa que, em 1813, a vila foi enobrecida com o título de Condado pelo Decreto de 17 de Dezembro de 1813.

A partir da transformação do Rio de Janeiro em capital do Império, houve a necessidade de aprimorar toda a máquina burocrática que sustentava a Coroa portuguesa

no Brasil. Outras instituições jurídicas também foram criadas para fortalecer o controle político e administrativo do reino. Dentre elas destacam-se também a Casa de Suplicação, a Mesa do Desembargo do Paço e a Mesa de Consciência e Ordens.

A Mesa do Desembargo do Paço, foi criada em 22 de abril de 1808 e fazia parte de uma estrutura que englobava Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Esta instituição era encarregada dos negócios que, em Portugal, pertenciam a quatro secretarias: os tribunais da Mesa do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência e Ordens, do Conselho do Ultramar e da Chancelaria-Mor do Estado do Brasil (Arquivo Nacional, 2016). Sobre a temática, assim leciona Marieta Pinheiro de Carvalho:

Em sua incumbência se encontrava não somente a responsabilidade dos assuntos referentes a cada um desses tribunais, como ainda daqueles até então pertencentes ao Conselho Ultramarino, que não tivessem um caráter militar. De igual maneira, os negócios relativos à Mesa do Desembargo do Paço da Relação do Rio de Janeiro foram a ele incorporados, bem como os das Mesas do Desembargo do Paço de quaisquer partes do Império, à exceção da existente na Bahia. Além disso, a essa instituição subordinava-se o cargo de Chanceler Mor do Estado do Brasil, ofício criado pela legislação fundadora do Tribunal, que exerceria a mesma jurisdição do existente no Reino; sendo o desembargador Tomás Antônio de Vilanova Portugal quem assumiu tal função. Apesar de toda a junção, na prática cotidiana, a Mesa da Consciência e Ordens e o Tribunal do Desembargo do Paço funcionaram separadamente (CARVALHO, 2008, p. 64).

Além disso, a Mesa do Desembargo do Paço exercia grande importância para a administração joanina porque esta era também responsável pelo tratamento de matérias de graça e mercê que dispensavam a lei. A Mesa do Desembargo do Paço adquire também importância para a advocacia não letrada, haja vista que era através desse órgão que diversos indivíduos obtinham concessão para advogar. Com o tempo, foram estabelecidas duas novas mesas do Desembargo do Paço, uma na Relação do Maranhão no ano de 1812, e outra na Relação de Pernambuco, no ano de 1821 (Arquivo Nacional, 2016).

Essas instituições, apesar de judiciais, substituíram a antiga estrutura colonial e corroboraram imensamente para a “capitalidade” da região fluminense como centro político que emanava suas decisões para todo reino, concentrando em seu cerne o poder de decisão sobre as questões mais importantes da Coroa. Entretanto, em que pese os avanços nas pesquisas acerca da temática, muito ainda se tem a discutir sobre a figura de outros indivíduos para além dos magistrados que exerceram importância no reino. Dentre eles, destaca-se a figura do advogado.

Com a transformação do Rio de Janeiro em sede do Império, os advogados

tornaram-se profissionais indispensáveis para a representação de interesses individuais e coletivos perante a Coroa. Em função do aumento da complexidade da sociedade e o crescimento do contingente populacional, surgiram incontáveis desafios e conflitos sociais que exigiam a intervenção da justiça. Como consequência, houve um aumento na demanda por advogados na atuação de tais litígios.

Esses indivíduos, portanto, desempenhavam um papel importante na administração da justiça, garantindo que os processos fossem conduzidos de forma justa e imparcial. Eles tinham o dever de zelar pela aplicação correta das leis e pela proteção dos direitos dos seus clientes. Não obstante, os advogados possuíam o conhecimento necessário para interpretar as leis e apresentar argumentos convincentes em defesa dos seus assistidos, que em sua maioria eram iletrados.

No entanto, nem todos tinham acesso à educação formal necessária para se tornar advogados licenciados. Tal fato levou à criação da figura do advogado provisionado – também conhecido como *rábula* – que era aquele indivíduo que não possuía condições para financiar seu curso na Universidade de Coimbra.

Apesar das ínfimas pesquisas sobre a temática, nota-se, com base nas análises documentais, que a figura do advogado provisionado era muito comum em toda territorialidade da América portuguesa. No Rio de Janeiro, em especial, esses *rábulas* adquirem ainda mais destaque em razão da capitalidade desse território.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações introdutórias a respeito da temática, utilizando-se principalmente de um estudo de casos de três indivíduos: Ignácio Soares da Gama, Antônio Ferreira de Araújo Vieira e José Mariano de Azeredo Coutinho. Desse modo, cabe ressaltar que não se pretende aqui esgotar todas as fontes até então encontradas sobre o período e fenômeno da *rabulice*. Na realidade, objetiva-se a partir da análise dessas fontes selecionadas trazer alguns apontamentos iniciais em uma pesquisa ainda em desenvolvimento.

Para a análise das fontes utilizadas nesta pesquisa, optou-se pelo método qualitativo. Este método se caracteriza por uma abordagem interpretativa, que busca compreender os significados e as relações presentes nos dados coletados. A análise qualitativa permitiu uma compreensão mais aprofundada das informações obtidas, assim como uma interpretação mais contextualizada dos fenômenos estudados. Ademais, o método qualitativo também possibilitou uma maior flexibilidade e adaptabilidade durante o processo de análise, o que se mostrou essencial para lidar com a complexidade e a

diversidade das fontes históricas consultadas.

A administração da justiça no Antigo Regime

O Império Ultramarino Português, desde sua formação, foi marcado por uma série de características próprias que influenciaram a formação de uma realidade atlântica marcada por dinâmicas jurídicas e modelos administrativos complexos (CAMARINHAS, 2018). Em razão da necessidade de se criar mecanismos que auxiliassem a conquista e manutenção das localidades incorporadas, poderes amplos eram concedidos aos indivíduos que residiam na colônia, que aos poucos, adquiriam grande importância no mundo colonial e pulverizavam a administração do poder real (HESPANHA, 1998).

Nesta linha, a historiografia mais atual entende que o gradual processo de composição do Império português no território brasileiro veio acompanhado de uma pluralidade jurisdicional e da coexistência de modelos institucionais, que ocasionaram, por fim, a formação de um Império não estruturado em um modelo único de administração (FRAGOSO, 2017).

Dentro desse universo colonial brasileiro, a execução da justiça é uma questão fundamental para se entender a governabilidade dos territórios portugueses no Ultramar. No Império Ultramarino Português, especialmente, a justiça era a face mais visível do rei. Ser justo era sua função por excelência (HESPANHA, 1994), de modo que, tanto no reino como nas colônias, a justiça deveria ser assegurada para a execução do bom governo. Para tanto, o monarca deveria designar agentes da justiça capazes de realizar tais funções, já que ele não era capaz de administrar sozinho.

Na organização da justiça no Império Ultramarino Português, foram estabelecidos os juízes ordinários como a primeira instância. Esses juízes atuavam nas câmaras municipais ou em julgamentos, sendo responsáveis pela administração da vila e pelos processos na alçada criminal e cível. Posteriormente, surgiram os juízes de fora, um cargo que já existia na estrutura judiciária portuguesa desde o reinado de Dom Afonso IV. Na época, o conselho ou câmara municipal era a unidade básica da estrutura judicial e administrativa das comarcas em Portugal, e cada câmara mantinha funcionários que exerciam as funções necessárias à vida urbana. Controlar a câmara era uma forma de exercer controle sobre a localidade, o que levou a Coroa a designar novos cargos de juiz de fora ao longo dos anos.

De acordo com Danielle Regina Wobeto de Araújo (2011), em sua dissertação

intitulada “A almotacaria e o direito na Vila de Curitiba”, a Câmara era a entidade responsável por garantir a paz e a ordem no território em benefício da população, cumprindo funções de justiça, administração e legislação. Naquela época, ainda não havia a ideia de separação das funções do poder, como preconizado por Montesquieu, portanto a Câmara e seus oficiais exerciam globalmente diversas funções institucionais. De acordo com as Ordenações Filipinas, a composição das Câmaras incluía um juiz presidente – que poderia ser ordinário, caso eleito localmente, ou de fora, caso nomeado pelo rei –, dois vereadores e um procurador (BICALHO, 2001).

O cargo de juiz de fora era destinado a um indivíduo de fora da localidade, como o próprio nome sugere. No entanto, ele deveria permanecer na região durante todo o seu mandato de três anos para exercer as funções de juiz presidente na administração camarária. O juiz de fora era um magistrado de carreira, letrado, nomeado pelo rei e remunerado pelos cofres municipais, diferenciando-se dos demais oficiais (SOUSA, 2012).

A criação do cargo de juiz de fora está relacionada ao desejo da Coroa em ter um maior controle sobre seus municípios por meio de magistrados de outras cidades, deslocando o poder dos juízes ordinários locais. Acredita-se que a provável falta de isenção dos juízes ordinários nos casos que envolvessem o poder real e grupos influentes de sua área de atuação, tenha sido um fator determinante para a criação desse cargo. Esperava-se que a indicação de um letrado externo ao círculo de relações de parentesco e patronagem que envolvia a sociedade local pudesse resolver as tensões e a questão da imparcialidade (PAIVA, 2020).

Ressalta ainda Danielle Regina Wobeto de Araújo (2011), que as funções exercidas pelos juízes de fora na época ultrapassavam consideravelmente as atribuições para eles então delegadas. Isso porque, durante o Antigo Regime não existia a divisão de poderes de forma clara, conforme descrito por Montesquieu. O Estado era uma combinação de funções, que gravitavam em torno do monarca. Nesse sentido, os juízes não apenas exerciam funções administrativas da justiça, mas também eram responsáveis pela manutenção da ordem, defesa da jurisdição real e contenção dos abusos dos poderosos. Além disso, tinham a obrigação de assistir os vereadores e almotacés em casos de injúrias a estes últimos.

Isabele de Mello (2013) também explica que os juízes de fora no Rio de Janeiro somente tinham atribuições para a realização de devassas, fiscalização dos almotacés e

alcaides, como também fazer uso de vara branca como símbolo de sua jurisdição e poder.

No que tange a Ouvidoria Geral do Rio de Janeiro, entende-se que essa era uma das instituições mais importantes da administração da justiça no Brasil Colônia. Conforme já salientado anteriormente, o Rei era o magistrado supremo e incumbido de zelar pela boa administração da justiça. Entretanto, o mesmo delegava seus poderes para diversos indivíduos a fim de auxiliá-lo nesta importante tarefa, vez que seria impossível exercer esta atividade sozinho (OLIVEIRA, 1806).

Os ouvidores gerais atuavam como magistrados a serviço do rei, e por esta razão também exerciam primordialmente a função de garantir a harmonia e compatibilidade na administração da justiça. Portanto, os ouvidores possuíam competências muito amplas que extrapolavam as fronteiras da atividade jurídica. De acordo com Rafael Bluteau (1712), o significado de Ouvidor em sua obra demonstra claramente essa multiplicidade de funções:

Oficial de justiça que ouve, e despacha, conforme o Regimento de sua Ouvidoria. Há Ouvidor do crime, Ouvidor da Alfândega, Ouvidor do posto por ElRey em algum lugar. Ouvidor do crime da casa da Suplicação, conhece de todas as apelações crimes do estrito da dita casa, passa as cartas da execução, procede contra os Escrivães negligentes em seus ofícios. Ouvidor da Alfandega conhece os feitos cíveis de quaisquer mercadores, assim estrangeiros, como naturais, como também dos feitos de seus oficiais, devassa dos casos cometidos da porta adentro da Alfandega, conhece dos fretes, avarias, custas, soldos, e qualquer escritura desaforada. Os Ouvidores do Ducado de Bragança, e da Rainha, são o mesmo que os Corregedores, e tem de mais conhecerem das apelações cíveis, e crimes, e fazerem de três em três anos as eleições e pelouros da justiça, que neles há de servir. (BLUTEAU, p. 161-162)

Sabe-se que os ouvidores, além de elaborar processos e julgar causas até um certo valor, também tinham atribuições de fiscalização, como sair em correição pelas vilas e arraiais. Até o século XVIII, os ouvidores gerais eram os principais responsáveis pela administração da justiça na América portuguesa. Isabele de Mello (2013) ressalta que a maior parte dos ouvidores do Rio de Janeiro já haviam sido nomeados para o cargo de juiz de fora, o que demonstra tão somente o prestígio dessa função na carreira jurídica, como também a acessibilidade restrita à recém-formados em direito.

Depois do ouvidor, existia ainda a possibilidade de apelação no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, uma instituição criada no início do século XVIII com o objetivo de se tornar a última instância para a resolução de conflitos judiciais. Isso significa que o ouvidor geral do Rio de Janeiro era responsável pela segunda instância, e em caso de insatisfação com a decisão tomada, as partes poderiam recorrer à Relação do

Rio de Janeiro. Essa instância era equivalente à Casa de Suplicação de Lisboa, que atuava como última instância judiciária no Reino. Portanto, o Tribunal da Relação do Rio funcionava como um órgão superior de recurso em relação às decisões tomadas pelos ouvidores (ASSIS, 2017).

Entretanto, cabe ainda ressaltar que a Relação do Rio desempenhava um papel muito mais abrangente que a mera prestação jurisdicional. Como mesmo leciona Arno e Maria José Wehling (2004), suas responsabilidades também englobavam aspectos políticos e administrativos, além dos deveres judiciais. Essas atribuições envolviam assessorar os governadores e vice-reis, conduzir diligências e sindicâncias de interesse do governo, e até mesmo nomear os vereadores da câmara municipal do Rio de Janeiro.

A organização da justiça no ultramar passava por uma estratégia que buscava conferir às mãos de burocratas confiáveis o controle sobre a vida colonial em uma região historicamente desafiadora para a plena submissão à autoridade real. Dessa forma, os Tribunais da Relação, assim como os demais magistrados de primeira e segunda instância, desempenhavam um papel multifacetado, consolidando a autoridade e o poder do Estado na governança da América portuguesa.

O exercício da advocacia no Antigo Regime

O exercício da advocacia é uma das profissões mais antigas do mundo e possui uma forte tradição de lutas e conquistas ao longo da História. Foi ainda em Roma que surgiu o termo advogado, oriundo da junção dos vocábulos latinos “ad”, significando “para junto”, e “vocatus”, significando “chamado”. Unidos, os termos expressavam o sentido de chamar para ajudar o outro perante a Justiça.

Na América portuguesa, entende-se que a advocacia sempre esteve muito ligada à história da própria profissão em Portugal. Desse modo, obteve sua primeira grande menção legal através das Ordenações Afonsinas, ainda em 1446. Muito embora as Ordenações Afonsinas não objetivaram regular o exercício da profissão, estipulando condutas a serem seguidas, determinaram as sanções para aqueles que, munidos de poderes de representação de seus clientes, atuavam “escondidamente” em favor da parte adversa:

E por tanto dizemos, que se algum Advogado, ou Procurador houvesse recebido de alguma parte preço ou outro dom, para advogar ou procurar seu pleito, e de feito o advogasse ou procurasse por ela, e em durante esse feito ele advogasse ou procurasse por outra parte escondidamente [...] mandamos, que o que tal maldade fazer seja degradado para sempre para as Ilhas, e nunca mais

use do officio. (PORTUGAL, Ordenações Afonsinas)

Com a promulgação das Ordenações Filipinas, no ano de 1603, a advocacia é totalmente regulada, com regras mais definidas acerca do sigilo profissional, responsabilidade civil do advogado, entre outras questões. Essas Ordenações tiveram grande impacto no Brasil, e só foram revogadas no ano de 1916, com Código Civil brasileiro.

Segundo as Ordenações Filipinas, no Livro I, título XLVIII, mandava-se que “todos os Letrados, que houverem de advogar e procurar em nossos Reinos, tenham oito anos de estudos cursados na Universidade de Coimbra em direito canônico, ou cível ou em ambos”. Apesar da tímida estrutura legal para tentar regulamentar a atividade advocatícia no reino e em suas colônias, estipulou-se já nas Ordenações Filipinas também a flexibilização desses requisitos criados, como a formação em direito por oito anos, com a possibilidade de se obter provisão:

E os que não forem graduados, e se houverem de procurar nas correições, cidades, vilas e lugares de nossos Reinos, serão examinados pelos Desembargadores do Paço. E sendo para isso aptos, lhes passarão suas Cartas, havendo primeiro informação de quantos há nas correições, cidades, ou vilas, para onde pedem as ditas Cartas, e dos que são necessários: de maneira que não sejam mais do que razoadamente se possam manter. E isto se não entenderá em algum lugar, que tenha privilégio para nele não haver Procuradores do número, e pode procurar quem quiser, porque nos tais lugares poderá procurar quem quiser, sem as ditas Provisões, sendo pessoa idônea, e a que por nossas Ordenações, ou por Direito comum não seja defeso (PORTUGAL, Ordenações Filipinas, Livro I, Título XLVIII, §4º).

Em geral, os estudos universitários duravam cerca de oito anos, e para colarem grau, os estudantes deveriam se submeter à prática forense – uma espécie de estágio jurídico como professor substituto da Universidade ou exercendo a própria função de advogado – e ao final, um exame de leitura de bacharel, que consistia em uma leitura pública de um tema sorteado na véspera da prova.

Entretanto, a necessidade de maior número de letrados na colônia somados com a importância que a justiça vinha obtendo ao longo dos séculos, nota-se uma tendência crescente pela flexibilidade da advocacia (ANTUNES, 2004). Mais tarde, em 1713, com o Alvará Régio de 1713, é ratificado mais uma vez as novas possibilidades de exercer a advocacia na América portuguesa. Todavia, neste tira-se a necessidade do exame, ao passo que estabelece um novo requisito. A partir daquele ano, aqueles que desejassem atuar como advogados sem o diploma de direito em Coimbra, poderiam requerer provisão, desde que comprovassem a sua capacidade:

Licença, para que nos Auditórios fora da Corte, em que não houver suficiente número de Advogados, formados pela Universidade de Coimbra, possam advogar as pessoas, que o requererem, com informação da capacidade, que tiverem para o dito ministério. (PORTUGAL, Alvará Régio de 1713)

Apesar de ser difícil definir tal Alvará como marco definitivo para a flexibilização da advocacia no mundo colonial, principalmente em decorrência da escassez de documentos originais e pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, tem-se que esse dispositivo legal pode ser considerado como um importante documento para o início desse estudo. Por intermédio do mesmo, abriu-se precedente para que diversos indivíduos pudessem advogar sem passar por qualquer exame que comprovasse a sua verdadeira aptidão para o ofício.

A advocacia provisionada: um estudo de casos

Provenientes das diversas capitanias e províncias do Brasil, essas provisões, também conhecidas como “Pedidos para Advogar”, eram consideradas uma ótima saída ante a ausência de cursos jurídicos no território colonial e o insuficiente número de bacharéis em direito diplomados por Coimbra, para atender a demandas tanto da sociedade quanto da burocracia do governo. O conjunto destes documentos constitui uma série de requerimentos e decisões oriundos do centro político-administrativo colonial, ora Conselho Ultramarino, encontradas na plataforma online do Projeto resgate e no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

O primeiro caso a ser observado é de Ignácio Felizardo Soares da Gama, que escreveu ao monarca no ano de 1810 requerendo provisão para advogar. Muito embora o requerimento não mencione o período específico, Ignácio recebeu provisão por um período de três anos haja vista que no ano de 1813 ele escreveu novamente à Coroa requerendo nova provisão:

Diz Ignácio Felizardo Soares da Gama, que ele por graça e mercê de V. A. R. tem servido o emprego de advogado na vila de Santo Antonio de Sá de Macacu cuja provisão se acha a findar o tempo concedido e por que o suplicante tem o exercido o dito emprego sem nota alguma como consta do Documento junto, e deseja continuar nele, e se acha sem crime algum como consta da folha corrida, portanto requer a V. A. R se digne conceder-lhe a graça de lhe mandar passar provisão para continuar no dito exercício de advogado. (Arquivo Nacional, BR RJANRIO 4K.CAI.0.172, fl. 2)³

³ Neste trabalho, optou-se por não manter integralmente a grafia original utilizada, mas sim realizar ajustes no texto de acordo com as normas da nova orientação ortográfica. Isso foi feito visando a coesão e a uniformidade na apresentação do conteúdo.

Curioso notar que no requerimento de Ignácio Felizardo, o indivíduo já atuava como advogado anteriormente e por isso justificou o pedido tão somente em razão da falta de formados em direito na localidade em que residia, mas também do seu conhecimento jurídico pela “prática adquirida” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO 4K.CAI.0.172, fl. 1).

Com base na análise das demais fontes presentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino, percebe-se que a argumentação pela insuficiência de advogados era recorrente nos pedidos para advogar. Alguns argumentavam pela total inexistência de advogados, outros apenas afirmavam o baixo número. Apesar de ser impossível confirmar se tais fatos apresentados por esses indivíduos eram realmente verdadeiros, compreende-se que as justificativas apresentadas tinham como objetivo ressaltar ao monarca a imprescindibilidade de proferir uma decisão favorável para o seu pedido.

A importância da advocacia como serviço que era posto à disposição do Estado ficava evidenciada diante das provisões que eram concedidas diante da falta de advogados nessas comarcas. Tratava-se de um serviço notadamente entendido pela sociedade e pela Coroa como importante para o melhor funcionamento da estrutura judiciária.

Diante desse contexto, compreende-se que a advocacia, ainda que provisionada, se constituía com uma importante função social dentro do reino e da sociedade colonial, possibilitando a aplicação do direito e das leis, como também auxiliando a prestação jurisdicional à toda população.

Todavia, a ausência de advogados na comarca não era a única justificativa. No caso de Ignácio Felizardo além de mencionar em seu próprio requerimento o seu conhecimento jurídico, o indivíduo ainda apresentou nos autos um atestado escrito no ano de 1808 pelo juiz ordinário da Vila de Santo Antonio de Sá, informando “louvável inteligência e acerto em sua prática de advocacia” (Arquivo Nacional, BR RJANRIO 4K.CAI.0.172, fl. 19).

De acordo com os autos (Arquivo Nacional, BR RJANRIO 4K.CAI.0.172, fl. 18), Ignácio conseguiu autorização para advogar através de provisão concedida pelos corregedores e ouvidores da comarca. Através de seu processo é possível notar que os magistrados poderiam tão somente conceder provisões para advogar no lugar do Rei, como também participar das provisões endereçadas à Coroa através de atestados. No caso de Ignácio, tornou-se claro que sua boa relação com a elite letrada da vila de Santo Antonio de Sá proporcionou diversos privilégios.

O que se observa nas situações supramencionadas é que os magistrados durante o Antigo Regime, sejam ouvidores ou juízes ordinários, possuíam uma autonomia para atuar em nome do rei, sobretudo porque constituíam como membros importantes da governança. Como bem salienta Isabele de Mello (2017), os magistrados atuavam principalmente na administração da justiça, primordialmente para os residentes em sua comarca de jurisdição e mantinham relações com as demais instâncias administrativas.

Percebe-se, assim, uma atuação extremamente ampla dos ouvidores gerais e dos juízes ordinários, que os possibilitava não só operar nas causas de competência do seu tribunal, mas também em todas as questões que envolviam a justiça e administração do reino. O direito e a Justiça permitiam que os privilégios assim adquiridos por uma classe social fossem mantidos, e por isso eles se constituíam como uma face menos visível cuja elite social também se utilizava.

Outro fato interessante também presente nesta provisão é o período outorgado de três anos. Em geral, observou-se que as demais provisões encontradas durante a pesquisa variavam entre um e três anos, mas nunca passavam de quatro. Mesmo nos casos em que se solicitava provisão vitalícia, ou “por tempo indeterminado”, o monarca era cauteloso ao estipular um período específico. Tal fato talvez possa se constituir um indício da provisoriedade da advocacia provisionada, vez que esta teria se constituído em razão da escassez de advogados formados nas vilas e capitânias.

Ademais, ao analisar as mais diversas fontes presentes no Projeto Resgate, notou-se que apesar da enorme quantidade de pedidos para advogar presente nos arquivos, a *rabulice* no Antigo Regime não foi necessariamente totalmente controlada pela Coroa. Conforme se depreende do requerimento de Antônio Ferreira de Araújo Vieira, em 1786 o mesmo se encontrava preso na cadeia do Rio de Janeiro por ter praticado crime de advogar sem cartas de bacharel:

Diz Antônio Ferreira de Araújo Vieira, que formando lhe um auto por advogar sem ter cartas de Bacharel, e usar de cartas picantes nos processos em que concorria, foi preso na cidade do Rio de Janeiro, e por acórdão da Relação sentenciado em cinquenta mil reis, para degredar os quais satisfez, sem seis anos de degredo, para Porto Seguro, o que tudo verifica a Carta inclusa nº 1º o porque tem de estar na crescida idade de 55 anos, é casado, tendo sua mulher no [...] citado de louca furiosa, o que justifica a certidão de nº 2º e do documento nº 3, e um único filho menor de 13 anos, como verifica a certidão nº 4º, estando tempo de depressão e prejuízos que tem sentido além das despesas consideráveis que tem feito. São circunstâncias pelas quais se faz digno da soberana compaixão de V. Majestade momento principalmente quando não tem parte. (Conselho Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx. 127\Doc. 10181)

Neste requerimento, Antônio não enxergou outra alternativa senão solicitar à D. Maria I perdão régio que o livre do cumprimento da pena de degredo de seis anos em Porto Seguro, com que havia sido condenado segundo acórdão da Relação do Rio de Janeiro. O suplicante fez questão de salientar o delicado estado de saúde de sua mulher e o desamparo em que se encontrava seu filho, salientando a importância da assistência do suplicante.

Posteriormente, em um outro documento datado de 1797, Antônio Ferreira escreveu novamente à rainha solicitando que sua pena de degredo em Porto Seguro fosse considerada cumprida, mesmo tendo se retirado para a Bahia por motivos de saúde, uma vez que foi condenado por cartas picantes nos autos entre as partes Maria Freire com o Capitão João Gonçalves de Oliveira (Conselho Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx. 162\Doc. 12154).

Após uma análise do caso, notou-se que era árduo o controle da advocacia provisionada nos territórios da América portuguesa, não é à toa que Antônio Ferreira teria conseguido atuar por algum tempo e somente depois foi sofrer qualquer sanção. Entretanto, ao ser descoberto, foi duramente reprimido pela Coroa como maneira de demonstrar à população qual seria o destino daqueles que novamente ousassem advogar sem provisão e sem cartas de bacharel.

Outro caso que também chamou atenção durante as pesquisas foi o de José Mariano de Azeredo Coutinho. No ano de 1790, José Mariano suplicou à rainha D. Maria licença para advogar em todo o distrito da Relação do Rio de Janeiro, mesmo não tendo se formado em Coimbra, mas por ter experiência em jurisprudência especulativa, visto ter trabalhado com o doutor João Rodrigues Silva (Conselho Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx. 137\Doc. 10807). Passado um ano desde o primeiro pedido, José Mariano requereu novamente à rainha (Conselho Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx. 142\Doc. 11133).

Todavia, curioso mesmo foi notar que José Mariano seis anos depois serviria como vereador na Câmara do Rio Janeiro e ainda solicitaria D. Maria I novas ordens para que novamente fosse investigado o ex-juiz de fora Baltazar da Silva Lisboa (Conselho Ultramarino, AHU_ACL_CU_017, Cx. 160\Doc. 12032). Sabe-se que o ofício de vereador era dedicado aos homens que integravam a elite colonial e possuíam certa influência na comunidade. Muito embora não se possa saber com precisão se o exercício

da advocacia tenha possibilitado tamanho prestígio à José Mariano que o tornou vereador, acredita-se que tenha de certo modo contribuído para sua influência na região.

Posteriormente, já no início do século XIX, o nome de José Mariano de Azeredo Coutinho também foi encontrado em diversas citações no livro dos Anais da Biblioteca Nacional, informando que o mesmo teria inclusive se tornado procurador-geral da província (Biblioteca Nacional, 1944). Em outras citações, percebe-se que o rábula também teria atuado também ativamente junto à Coroa no período de Independência, fazendo parte inclusive de um clube denominado Clube da Independência (Biblioteca Nacional, 1885-1886).

Diante de tais circunstâncias, percebe-se que os advogados licenciados se tornaram importantes figuras dentro desse contexto social. Eles não só adquiriam importância porque se caracterizavam como agentes intermediários entre indivíduos ignorantes em termos de direito e de Justiça e aqueles com cargos que permitiam certa influência social e política, mas também passavam a ficar conhecidos pela sua atuação na Justiça.

Após a Independência do Brasil a figura do rábula ganha ainda mais destaque no direito brasileiro, uma vez que no Código de Processo Criminal de 1832, estipulava em seu artigo 322: “será permitido às partes chamar os advogados ou procuradores que quiserem”. Dessa interpretação, deduzia-se, portanto, que no âmbito criminal, qualquer pessoa poderia ser chamada para atuar perante o tribunal.

O crescimento desses provisionados veio juntamente com o crescimento da sociedade, expressando nas várias formas de facilitar o acesso à Justiça e desafogar a máquina judiciária. Com base na busca de solucionar essas questões em diferentes regiões no Brasil colonial, que as solicitações surgem como um meio alternativo, estando aptas a dar uma importante contribuição nas mais diversas causas jurídicas, cumprindo não só a função profissional lógica e burocrática, mas também, exercendo um papel subjetivo junto à população.

Conclusão

Ao analisar os casos supracitados oriundos do Projeto Resgate e do Arquivo Nacional, foi possível compreender que os pedidos para advogar eram recorrentes e geravam uma série de consequências. Além do fato de muitos adquirirem prestígio ao

longo do exercício da advocacia, outros sofriam as consequências pela prática sem a devida autorização.

A partir dos casos selecionados, nota-se também a presença curiosa dos magistrados nos processos de concessão de provisão. Os juízes desempenhavam um papel crucial ao atestar a idoneidade e capacidade dos requerentes que buscavam autorização para advogar. Ao fornecer atestados e pareceres favoráveis, eles endossavam a solicitação e conferiam legitimidade ao indivíduo em questão. Sua intervenção reforçava a importância da justiça como uma instituição central do Antigo Regime, na qual a autorização para exercer a advocacia também estava ligada à confiança depositada pelos magistrados.

Não obstante, é também possível concluir que os advogados provisionados podiam desempenhar um papel de destaque também como figura política. A ascensão de um dos indivíduos estudados à posição de procurador-geral da província e sua participação no Clube da Independência indicam a atuação ativa nos eventos que moldaram o cenário político da época. Sua trajetória ilustra a complexidade das relações entre advocacia e poder, em que os advogados provisionados não se limitavam apenas à prática jurídica, mas também exerciam influência política e desempenhavam um papel relevante na governança da América portuguesa.

Por fim, compreende-se também que, dentro de uma lógica social excludente, a *rabulice* então se tornou uma opção profissional para aqueles que não possuíam recursos para ingressar em uma Universidade. Esses advogados provisionados, também conhecidos como rábulas, constituíam-se como sujeitos que não possuíam formação jurídica universitária, mas que de algum modo dominavam as letras ou tinham algum conhecimento acerca do direito. A existência jurídica da *rabulice* possibilitou um novo olhar sobre a profissão da advocacia, bem como os requisitos a serem cumpridos para o seu exercício.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, BR RJANRIO 4K.CAI.0.172 – Dossiê.

BIBLIOTECA NACIONAL, Anais da Biblioteca nacional, vol. 104. Rio de Janeiro: A. Biblioteca, 1944.

BIBLIOTECA NACIONAL, Anais da Biblioteca nacional, vol. 13. Rio de Janeiro: A. Biblioteca, 1885-1886.

CONSELHO ULTRAMARINO, Projeto Resgate da Biblioteca Nacional, AHU_ACL_CU_017, Cx. 127\Doc. 10181 – Rio de Janeiro, 1786.

CONSELHO ULTRAMARINO, Projeto Resgate da Biblioteca Nacional, AHU_ACL_CU_017, Cx. 137\Doc. 10807 – Rio de Janeiro, 1790.

CONSELHO ULTRAMARINO, Projeto Resgate da Biblioteca Nacional, AHU_ACL_CU_017, Cx. 142\Doc. 11133 – Rio de Janeiro, 1791.

CONSELHO ULTRAMARINO, Projeto Resgate da Biblioteca Nacional, AHU_ACL_CU_017, Cx. 160\Doc. 12032 – Rio de Janeiro, 1797.

CONSELHO ULTRAMARINO, Projeto Resgate da Biblioteca Nacional, AHU_ACL_CU_017, Cx. 162\Doc. 12154 – Rio de Janeiro, 1797.

PORTUGAL, Alvará Régio de 1713. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/13pa723.htm>>. Acesso em 16 de mai. de 2022.

PORTUGAL, Ordenações Afonsinas, Livro V, Título LXVIII - dos advogados, e procuradores, que são prevaricadores, advogando por ambas as partes. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20280>> Acesso em 20 de mai. de 2022.

PORTUGAL, Ordenações Filipinas, Livros I – das ordenações. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>> Acesso em 20 de ago. de 2023.

Referência Bibliográfica

ALENCASTRO, Luís Felipe. *Os Luso-Brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico sul, 1550-1700*. Tese de Livre-Docência, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1994 (mimeo.); e FRAGOSO, Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: O universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume. PPGH/UFMG, 2004.

ARAÚJO, Danielle Regina Wobeto de. *A almotaçaria e o direito na Vila de Curitiba*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Paraná, p. 253, 2011.

ARQUIVO NACIONAL, 2016. Mesa do Desembargo do Paço. *Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)*. (Site). Publicado em: 10, nov., 2016. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/198-mesa-do-desembargo-do-paco>>. Acesso em: 15 de mar. de 2023.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. Em nome do rei, um contributo aos estudos sobre justiça e governo na capitania hereditária de Pernambuco. In: BICALHO, Maria

Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de (Org.). *Justiça no Brasil Colonial: Agentes e práticas*. São Paulo: Alameda, 2017.

BICALHO, M. F. B.. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

BICALHO, M. F. B. . *A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763)*. História (UNESP. Impresso) (Cessou em 2004), v. 30, p. 37-55, 2011.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v. 4, 1712.

CAMARINHAS, Nuno. Lugares ultramarinos: A construção do aparelho judicial no ultramar português da época moderna. *Anál. Social*. 2018, n.226, p.136-160.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI: (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.

CRUZ, Jerônimo Aguiar Duarte da. *Das muitas qualidades: lavradores de cana numa freguesia rural do Rio de Janeiro (Campo Grande, 1740-1799)*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Rio de Janeiro, p. 165. 2018.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. 3. ed. – Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). *Um Reino e suas Repúblicas: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político Portugal — Séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os Poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa. 1998, p. 351-366.

MELLO, Isabele de Matos P. de . *Magistrados a serviço do rei a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências sociais, 360, 2013.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. Sindicantes e sindicados: os magistrados e suas residências na América portuguesa (século XVIII). *Revista Historia y Justicia* (Santiago de Chile). 2017, n°8, p. 41-68.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. Lisboa, 1806.

PAIVA, Yamê Galdino de. *Justiça e poder na América portuguesa: Ouvidores e a administração da justiça na Comarca da Paraíba (c. 1687-c.1799)*. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2020.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2003.

STAUNTON, George Leonard. *An authentic account of na embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China. Escrito sobretudo a partir dos papéis do Conde Mcartney*. Londres: W. Bulmer and Co. 1797, vol. I, cap; V, pp. 150-190.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

SOUTHEY, Robert. *Historia do Brazil, Tomo sexto*, Rio de Janeiro: 1862.

WEHLING, A.; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

A CULTURA LATINO-AMERICANA NA REVISTA *UNIÃO SOVIÉTICA EM FOCO* (1987-1990)

LATIN AMERICAN CULTURE IN THE *SOVIET UNION IN FOCUS* MAGAZINE (1987-1990)

Larissa Ceroni de Morais¹

Resumo

Neste artigo o objetivo é tratar sobre a presença da cultura latino-americana na revista *União Soviética em Foco*, que foi uma coprodução da editora carioca Revan e da agência soviética *Novosti*. A revista tem como foco propagandear o sistema socialista soviético, ao mesmo tempo em que se aproxima do Brasil. Com conteúdos diversos, o âmbito cultural é constantemente abordado, neste caso, centralizei a discussão nas artes da Dança, Literatura, Música, Arquitetura e Futebol Latino-americanos que estão na União Soviética. O texto parte de uma análise em 34 volumes da revista, a partir das reportagens e imagens presentes com o recorte temporal de 1987-1990, momento no qual a disputa política, econômica, social e ideológica chamada de Guerra Fria estava se encaminhando para o fim.

Palavras-chave: América Latina, Cultura, União Soviética

Abstract

In this article the objective is to deal with the presence of Latin American culture in the Soviet Union Focus magazine, which was a co-production of the publisher Revan and the Soviet agency *Novosti*. The magazine focuses on promoting the Soviet socialist system, while approaching Brazil. With diverse contents, the cultural scope is constantly addressed, in this case, I centralized the discussion in the arts of Dance, Literature, Music, Architecture and Football in American Lation that are in the Soviet Union. The text follows an analysis in 34 volumes of the magazine, from the reports and images present. With the time frame of 1987-1990, when the political, economic, social and ideology dispute called the Cold War was heading towards the end.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela UFPel.

Keywords: Latin America, Culture, Soviet Union

Introdução

A imprensa brasileira durante o período estudado estava no centro da cultura nacional, sendo um referencial nas esferas culturais e profissionais para os seus consumidores, com uma consulta diária. Kellner (2001) traz que as revistas eram um dos pilares da comunicação utilizadas para a atualização de notícias, busca de novas informações, distração, estudo e lazer, unindo todas estas temáticas em um mesmo material. Nos anos de 1987 até 1990 a revista *União Soviética em Foco* publicou diversas reportagens das quais tinham como função divulgar o regime soviético no Brasil. Abordando uma gama extensa de temas, neste artigo, centrei-me nas reportagens referentes à presença e influência da cultura latino-americana na URSS .

O período da Guerra Fria é mostrado por Fonseca Jr. (1995) como o bipolarismo internacional e suas grandes frentes que detinham uma enorme capacidade nuclear destrutiva sob seu domínio, por consequência, uma grande influência política e econômica transpassou aos diferentes países. Representados pelos Estados Unidos da América e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas esta dicotomia se manteve em diferentes esferas como política, econômica, diplomática, social e cultural, estruturando um combate entre dois discursos dos quais eram utilizados para a propagação e manutenção de suas influências e estruturas.

É importante ressaltar que no período após a Segunda Guerra Mundial o Brasil teve estas esferas estruturadas com grande atuação dos Estados Unidos da América e se manteve em um sistema democrático restrito, no qual apresentou barreiras para a URSS. A força capitalista instigou o controle latino-americano por meio de políticas econômicas e governamentais como é mostrado por Munhoz (2002).

Enquanto isso, a URSS utilizou de duas frentes para o seu avanço, voltando-se a agências, organizações e confederações das quais foram criadas e mantidas predominantemente pelos países capitalistas ocidentais, ao mesmo tempo em que organizava associações de classe internacionais através de auxílios regionais com razoável capilaridade global. Dessa forma, o governo estadunidense preocupava-se com a internacionalização da agenda soviética, compartilhando a sua inquietação e informações com seus aliados, incluindo o Brasil, escreve Caterina (2019, p. 131).

Assim, o Brasil está sendo cuidado e cobijado pelos blocos. É através de diferentes esferas de poder e controle, que o governo estadunidense acompanha a trajetória política brasileira, que está presente em diferentes campos do dia a dia, tais como a imprensa. Klanovicz (2010, p.35) mostra que: “O jornalismo e suas técnicas literárias representam uma das principais produções culturais das sociedades contemporâneas[...]”, logo a maneira na qual o regime soviético é exposto ou silenciado nos veículos, manifesta a visão de seus periódicos. Assim, ambos os regimes compreendiam a importância dos veículos midiáticos e os utilizavam como ferramenta de divulgação, por meio das revistas podia-se passar os seus olhares e entendimentos políticos, econômicos e ideológicos angariando novos aliados.

Mais que um periódico, as revistas eram um recurso para propagandeamento. A autora Luca (2010, p. 123) escreve sobre as mudanças da linguagem publicitária que, já no começo do século XX, articulou as demandas da vida urbana inserindo-se na imprensa e transformando-se em uma fonte de renda vital, trilhando novos caminhos comunicativos. À vista disso, as propagandas e os produtos de caráter publicitário buscam novas sistemáticas e em relação a revista pesquisada segue uma especificidade disseminativa de propagandas, vinculando a visão das Repúblicas Socialistas Soviéticas em seus conteúdos.

Representando um sistema político único, a União Soviética marcou um momento histórico mundial. Logo, as relações entre tal nação com as demais estruturaram-se de diferentes formas, intensidades e com distintos agentes. A nação passou por grandes transformações diplomáticas aumentando sua influência em solo nacional conforme a sua abertura econômica e política (medidas denominadas de *Perestroika* e *Glasnost*, respectivamente) foram se estruturando. Wolikow (2013, p.314) indica que o comunismo, de forma partidária e organizada, introduz a imprensa a uma concepção política, na qual centraliza a organização e atividade comunista, sendo uma arma política e uma ferramenta de educação popular, desabrochando um projeto de revolução cultural que destaca a dimensão pedagógica da leitura.

Através da imprensa pode-se comunicar com uma parcela da sociedade, projetando os discursos presentes em seus periódicos. A revista estudada propagava suas percepções e leituras sociais. Nogueira escreve sobre esta influência ocasionada pela periodicidade:

A imprensa periódica, desde o seu surgimento, destacou-se como um meio de comunicação a partir do qual foi possível, promover uma maior circulação de notícias, dando início a um processo gradual de democratização da informação, rompendo com um longo silêncio imposto por instituições como a Igreja e o Estado. Não que a censura tenha desaparecido por completo, mas a imprensa, mesmo com todas as suas limitações, permitiu que o debate político ganhasse novas direções e um espaço heterogêneo. (NOGUEIRA, 2020, p. 139)

Com um viés socialista, o periódico desenvolve artigos abordando a vida soviética, história, ecologia, tecnologia, espaço, ciência, religião, esporte, literatura, comportamento, mulher, panorama soviético, cultura, moda e a relação Brasil-URSS, divulgando esses dados para a sociedade brasileira.

A revista *União Soviética em Foco*

A revista *União Soviética em Foco* está salvaguardada no Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias (LIPEEM), o qual tem um acervo diversificado. Há 34 volumes com o intervalo temporal de 1987 até 1990. O fator temporal traz a bipolaridade da Guerra Fria, que encaminhava-se para a sua conclusão, assim como a diluição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Seguindo o entendimento de que a revista soviética almejava uma aproximação e propagandeamo do sistema socialista simultaneamente ao o processo de instalação da *Perestroika* e *Glasnost* (políticas voltadas para alterar a economia e a estrutura política), tais aberturas modificaram as estruturas vigentes e a influência nas publicidades comunistas.

Mazzeo (2003) aponta que na esfera latino-americana a pauta socialista articula-se com maior destreza, com uma propensão em aprofundar-se regionalmente, ampliando a influência do sistema socialista, assim como obras das quais abordam-o. Seguindo uma mesma sistemática na região latina da América, a URSS observa este grande bloco e o potencial de alianças. Esta troca política e cultural é retratada na fonte que apresenta duas matérias referentes ao Prêmio Internacional Pablo Neruda, constituído para divulgar ideias de paz, humanismo e cooperação entre povos da América Latina e URSS (*União Soviética em Foco*, Nº 60, ano V, 1987).

Costa (2006, p.142) indica que a propaganda da Internacional Comunista destacava a paz como uma das motivações defendidas pela URSS como um agente eficaz

para a intensificação da atração da intelectualidade ao comunismo. Aproximando-se do cotidiano social através da dança, literatura, música, arquitetura e futebol o regime soviético busca as semelhanças entre os países, pois estes tópicos podem apresentar o caráter das relações diplomáticas entre diferentes regiões, logo, desenvolver a análise destas áreas culturais da América Latina com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assim como explorar a percepção soviética para com tais artes acrescenta para a historiografia.

Kellner (2001, p.32) acrescenta que as mídias são uma área de combate para grupos rivais promoverem suas ideologias por meio de suas narrativas e princípios, aproximando-os do entretenimento. As temáticas estudadas por meio do olhar presente na *União Soviética em Foco*, possibilitam para a historiografia uma nova leitura da qual segue esse entendimento da imprensa e por meio de seus artigos representa o regime socialista. Com tal preponderância, o estudo da imprensa viabiliza uma perspectiva nova conversando com a História Política, sobre a qual Luca afirma: “Os movimentos de vanguarda souberam usar as revistas como instrumento de luta e as elegeram como veículo privilegiado para divulgar seus manifestos (LUCA, 2010, p.125)”. A ligação entre os dois campos amplia as noções historiográficas. Ao abordarmos a *União Soviética em Foco* (ainda pouco explorada) pode-se agregar um novo olhar sobre a forma com que o regime comunista lidava com a influência cultural latino-americana.

A revista *União Soviética em Foco*, periódico pouco conhecido no Brasil, evidencia uma vertente editorial mais próxima do modelo soviético durante o período conhecido como Guerra Fria. Os artigos de diversas temáticas, utilizavam uma composição entre texto e imagens. Mondzain (2015) traz que o produtor das imagens está posto numa sociedade que tem suas estruturas políticas, culturais e de poder e, com isto, as instituições das quais detém tal controle desenvolvem opiniões e as consequências possibilitadas, transpassando-as para o seu público de forma palatável assim, a coprodução estudada se insere no meio de discursos opostos.

Para o comunismo, a imprensa tem uma forma partidária organizada. Desde a Revolução de 1917 há a associação desta produção com a luta política que centraliza a organização, sendo uma arma política e utensílio para a educação popular. Tal ligação se desenvolve no projeto de revolução cultural, enfatizando o caráter pedagógico da leitura, como mostra Wolikow (2013, p.314). Sendo uma grande ferramenta, a utilização de

panfletos, livros, revistas, jornais e outros materiais, colocou-se ao movimento soviético como um de seus pilares, tanto para a propagação de seus posicionamentos, como para o propagandeamento do cotidiano.

As realidades sociais dos textos e suas interpretações mantêm uma proximidade entre a mídia e a compreensão das temáticas trabalhadas. Kellner escreve sobre o caráter crítico na relação entre cultura e sociedade:

A manutenção de uma perspectiva crítica também exige que se interpretem a cultura e a sociedade em termos de relações de poder, dominação e resistência, articulando as várias formas de opressão em dada sociedade por meio de perspectivas multiculturais. Ademais, para se fazer uma teoria crítica da sociedade e um estudo crítico da cultura da mídia também é preciso desenvolver posturas normativas a partir das quais seja possível abordar criticamente textos culturais. Para isso, é necessário explicitar certos valores e validá-los em contextos concretos. (KELLNER, 2001, p. 124)

As reportagens analisadas são desenvolvidas pela *Novosti* para as produções financiadas por ela. Há um cuidado ao abordar temáticas que aproximem os consumidores brasileiros através da escolha de assuntos e até mesmo na linguagem utilizada. As criações da URSS retomam a grandiosidade de sua terra originária de forma patriótica, interligando seus sujeitos pelos meios de comunicação tornando as produções referenciais. Nos artigos há um agente principal, o/a responsável por levar os ideais soviéticos a frente, neste caso são os latino-americanos que ocupam este espaço.

Criada em 1941, a Agência de Imprensa *Novosti* era o principal porta-voz da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Três anos depois, contava com 1171 jornais, 523 revistas e 18 emissoras em 23 nações diferentes voltados à propaganda do regime para países estrangeiros (BBC NEWS, 2012). No Brasil havia a revista *União Soviética em Foco* que tinha como seu principal objetivo apresentar a sociedade soviética para as outras nações e durante a década de 1960 tinha uma tiragem de 4.3 milhões de exemplares. Em 1990 criou-se a RIA *Novosti*, sendo um dos principais pilares na imprensa russa até 2013, como é apontado por um de seus veículos sucessores Sputnik International.

Neste estudo me concentro nos traços imagéticos presentes nos artigos da revista *União Soviética em Foco*, pois segundo Fairclough (1989) as diferentes linguagens presentes nas mídias (textual, visual e verbal) agregam contribuições à mensagem selecionada pelos autores. Além disso, Knauss (2006) agrega ao debate sobre os estudos de imagens das quais a construção visual do social demarca diferentes experiências

visuais conforme o momento da sua confecção, logo, é preciso compreender o contexto da fonte, levantando dados bibliográficos.

A presença da cultura da América Latina na *União Soviética em Foco*

A revista expõe a presença da cultura latino-americana na cultura soviética e o olhar soviético sobre as artes latino-americanas ao interligar diferentes artigos sobre tais áreas culturais vindas do continente americano para a União Soviética. A partir disso pode-se compreender a expressão de uma abertura do regime, posto de forma destacada na revista, aproximando os soviéticos dos diferentes países latinos.

O conceito de cultura, segundo Fanon (2018, p. 78): "é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante". O âmbito cultural de uma nação segue tradições de suas populações originárias, de populações invasoras e pode receber a influência de outros países nas diferentes áreas culturais. Sachs (2005) aponta a intersecção entre o desenvolvimento de um país e a cultura, hierarquizando a habilidade de se pensar o colocar em prática um projeto e, em última instância, o seu aparelho produtivo.

Esta visão categorizadora prioriza certos posicionamentos e entendimentos. Marteleto (1995) aponta que a cultura é um conceito entrelaçado naturalmente, pois é o primeiro momento de conceitualização da informação, sendo um artefato ou processo construtivo. Pode ser tanto parte do ambiente, definida socialmente, como por produtos produzidos, costumes, práticas, padrões de comportamento aprendidos e reproduzidos, sendo algo supra-orgânico, com suas ações transpassando as atividades individuais (MANSANO; CARRARA; ZILIO, 2017, p.267).

Visando tais percepções, iremos entender a forma com qual a União Soviética expõe a presença das artes latino-americanas, assim como o olhar soviético à estas expressões através da *União Soviética em Foco*. Kellner (2001, p.125) escreve sobre a necessidade do estudo crítico da cultura com a sociedade, examinando seus métodos, posições, pressupostos e intervenções, por meio de questionamentos, (re)visitas e o desenvolve de forma constante. Assim, o trabalho de análise da revista seguirá estes princípios.

O contato cultural entre diferentes nações gera novos saberes e entendimentos. Entretanto, este processo contém olhares elaborados de princípios e conceitos regionais. Napolitano (2019, p. 382) escreve que os documentos soviéticos, quando abordavam a

América Latina, apresentavam uma autoimagem de “país amigo dos povos oprimidos” pelo “imperialismo”, ao mesmo tempo em que respeitava a “autodeterminação dos povos” e a “coexistência pacífica” com o Ocidente. Tais entendimentos permitem uma leitura das relações e colocam em voga as discussões culturais sobre as propagandas e intercâmbios comerciais além da diplomacia histórica elitista. Logo, quando estudamos a revista *União Soviética em Foco* observamos o modo pelo qual os autores soviéticos apresentam as relações culturais entre as duas regiões por meio de seus entendimentos, expondo as interligações culturais e suas observações de forma conjunta.

Cairo (2008, p. 231) acrescenta que o território latino-americano é convertido em um cenário de combate ideológico, sendo um avanço do império expansionista para as potências. Logo, a penetração soviética é vista de forma vanguardista. As demonstrações do sistema soviético, assim como a aproximação dos países latinos com as diversificadas manifestações são uma propaganda ao regime, desmistificando-o em cada uma das áreas. Reconhecendo o Brasil como integrante deste bloco, a revista conversa os diferentes países através do âmbito cultural.

Apresentando dez artigos sobre a cultura latino-americana, há uma variedade de focos dos quais perpassam pela música, literatura, dança, arquitetura e futebol, abordando importantes personalidades em cada área. Oliveira e Silveira (2017, p.15) discorrem sobre como certos artistas, após se decepcionarem com o Stalinismo, mudam seus discursos e passam a fazer couro à propaganda anticomunista, reforçando a necessidade da URSS buscar aproximações no campo cultural.

A arquitetura latina abordada na *União Soviética em Foco* é centrada no arquiteto Oscar Niemeyer em decorrência de sua participação na produção da revista como diretor e a sua influência arquitetônica. Na edição de nº 55, há a reportagem de título “O Exemplo de Oscar Niemeyer: As cidades do futuro são construídas hoje” de Victor Belochapko (*União Soviética em Foco*, nº 55, ano V, julho de 1987, p.22) o qual entrevista Vladimir Khalt. No decorrer desta entrevista aponta que os livros sobre o arquiteto têm 41 mil tiragens, pois é conhecido como um lutador pelo desenvolvimento social econômico de mesmo modo que era um antigo e constante seguidor do movimento em defesa da paz, sendo laureado com o Prêmio Lênin Internacional.

Com fotografias em preto e branco, a segunda imagem selecionada para acompanhar o texto é referente às produções de Vladimir Khalt (arquiteto soviético),

apresentando a legenda “Grande sucesso editorial, o álbum sobre a obra de Oscar Niemeyer esgotou rapidamente”.

Figura 1: Produções soviéticas referentes ao arquiteto brasileiro Niemeyer



Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 55, ano V, julho de 1987, p.23.

O texto indica a criação da Associação da Amizade URSS-Brasil, Belochapko (1987, p.22): “Entre os membros e dirigentes da associação estão cientistas, literatos, críticos de arte, operários conhecidos na URSS e representantes de empresas e institutos de pesquisa científica.”. O entrevistado entrou em contato com as obras do brasileiro durante o seu estudo no Instituto de Arquitetura de Moscou mais de trinta anos antes. Yeghiazaryan (2009) diz que em todo o território soviético foram construídas centenas de milhares de prédios de moradia pública e outras construções baseadas nos princípios de Niemeyer, nas quais inseriu suas convicções ideológicas comunistas.

A aparição do arquiteto Niemeyer no artigo “Os 80 anos de Oscar Niemeyer” (*União Soviética em Foco*, nº 61, ano VI, janeiro de 1988, p. 48), que ocupa metade da última página da edição de nº 61, apresenta uma foto do profissional, marcando o seu grande prestígio para a área, sendo comemorado no mundo todo e conquistando a ordem da amizade entre os povos (Prêmio soviético a todos que fortalecem a paz entre os povos contribuindo para a causa). Sagre (2016) escreve que as obras do arquiteto não denotavam apoio à Stalin e à URSS na arquitetura monumental acadêmica, mas isso é visualizado no seu monumento construído em Cuba que constituiu uma estética do realismo socialista.

Atraindo os soviéticos pelo seu trabalho arquitetônico, mas principalmente pela sua invariável atitude amistosa em relação à URSS e sua cultura, Niemeyer era retratado como um exemplo de verdadeiro humano. Em carta de Karen Khatchaturov, a vice-presidente da agência *Nóvosti*, parabeniza-o:

Prezado amigo Oscar, A agência de imprensa Nóvosti cumprimenta-o calorosamente pela passagem de seus 80 anos. Os soviéticos o conhecem muito bem e o consideram um clássico na arquitetura contemporânea mundial e um grande amigo de nosso país. A medalha de ouro "Pelo fortalecimento da paz entre os povos", do Prêmio Internacional Lênin, testemunha a sua notável contribuição para a causa da paz. Você fez muito pela prosperidade e pelo progresso de sua pátria, sendo ao mesmo tempo o porta-voz permanente da cooperação soviético-brasileira. Temos em alto apreço o fato de ser o diretor-responsável da EM FOCO, revista que, divulgando a verdade sobre a URSS, reforça a amizade entre nossos povos. De todo coração, querido camarada Oscar, nós lhe desejamos muitas felicidades no seu trabalho, boa saúde e muitos anos de vida (KHATCHATUROV, 1988, p. 48)

A presença desta mensagem na revista estrutura a visão soviética sobre Oscar Niemeyer como um homem que desempenhava um papel fundamental nas relações entre os dois regimes, visualizando a amizade entre os povos. Ainda há o registro de uma reportagem televisiva transmitida a toda União Soviética “Lei de Harmonia” com uma entrevista do mesmo.

Indo para um âmbito mais pessoal, ao tratar sobre a dança, há o artigo “Lambada, nova moda russa” (*União Soviética em Foco*, nº 91, ano VIII, julho 1990, p.20) da jornalista Olga Galitskaia o qual discorre sobre o sucesso nas paradas soviéticas em 15 países, dos concursos nacionais de lambada e a contribuição desta arte na reaproximação entre homens e mulheres, contornando o conservadorismo.

Figura 2: Dançarinos de lambada durante apresentação



Legenda: “Natacha e Uali Evgamukov foram os segundos colocados em Florença”
Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 91, ano VIII, julho de 1990, p.20.

A fotografia evidencia uma aproximação maior entre os dançarinos. Até 1957 era ilegal acontecerem concursos de dança. É neste ano que realiza-se o Festival Internacional

da Juventude e dos Estudantes e dois pares de dançarinos latinos, ao chegarem na URSS, não sabem desta proibição e dançam em meio ao público, encantando os presentes, como é apresentado pela própria reportagem. O texto continua e indica que há um grande interesse regional por esta arte e o número de cidadãos dedicados ao estilo aumentou, como aparece nas fotografias que acompanham a matéria:

Figura 3: Casal de jovens dançando



Legenda: “Este jovem casal de ucranianos encantou o público pelo ritmo e criatividade apresentados”

Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 91, ano VIII, julho de 1990, p.22.

Sobre a lambada, Desmond (2013, p.97-98) discorre sobre o seu caráter social e sua relação com gênero, uma base para outros conceitos, quem move, quem é movido, a postura dos dançarinos, as relações entre o dançarino e a dançarina, se há uma versão inadequada, uma versão não latina, são aspectos históricos. A reportagem aponta o grande interesse do público. Os eventos de dança chamam a atenção e envolvem um grande número de pessoas, com diversas categorias. Também há a participação infantil e internacional, principalmente da América Latina.

Ainda em esportes, a cultura futebolística está atrelada à cultura nacional. No caso brasileiro há um cunho religioso, devocional e econômico, enquanto na União Soviética dá-se ao futebol cunho científico, que estrutura todas as etapas, pensadas cientificamente (SILVA, 2010). A *União Soviética em Foco* traz o artigo “Lembrando os tempos de Pelé e Cia: futebol do Brasil tem lugar de honra em livro na URSS” de Mikhail Pitchkhadzêl (*União Soviética em Foco*, nº 80, ano VII, agosto de 1989, p.33), que entrevista o jogador Iakuchin, responsável pela obra em que relata suas interações com as técnicas brasileiras. No texto, o jogador Iakuchin aponta a habilidade dos jogadores Pelé, Zagalo e Garrincha,

dos quais utilizavam de técnicas únicas, destacando o passe de bola, de mesmo modo em que aborda sobre o Maracanã, cenário de grandes disputas.

A capa do livro escrito pelo jogador também consta na reportagem, como mostrado na figura sete, apresentando ele e o título, na legenda ao lado lê-se: “Capa do livro de Iakuchin: 150 mil exemplares já vendidos”. O texto foca no fascínio do autor pela equipe brasileira. Há dois grandes focos neste artigo: o jogador soviético e agora autor, junto com a inspiração produzida pelo futebol brasileiro.

Figura 4: Livro de Iakuchin



Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 80, ano VII, agosto de 1989, p.33.

A grande face soviética em destaque é acompanhada por um jogo de imagens o qual possibilita a interpretação de um “fantasma” de Pelé, com um uniforme mais claro (com as imagens em preto e branco não consegue-se determinar a cor) e uma pele mais escura. Ao tratarem sobre o futebol, o discurso político fica um pouco de lado, trazendo à tona as proximidades dos povos, buscando uma pessoalização e uma aproximação entre as duas nações.

Há outros livros citados, as ligações culturais literárias entre o Chile e a URSS estavam associadas ao escritor Pablo Neruda. Costa (2006, p. 146-147) escreve que o papel vanguardista na luta contra o fascismo na América Latina estava com Neruda, o qual foi eleito presidente da Aliança dos Intelectuais do Chile para a Defesa da Cultura (Grupo de intelectuais de todas as áreas da arte e do saber, dos quais representavam diversas tendências estéticas e concepções políticas, salvo as fascistas e as reacionárias. Sua principal bandeira era a propaganda antifascista e a defesa da “cultura ameaçada”). No

artigo “A criação do Prêmio Internacional Pablo Neruda: Uma poesia que nunca morrerá” (*União Soviética em Foco*, nº 60, ano V, dezembro de 1987, p. 10) é relatado o caráter do seu papel para a divulgação de ideias de paz, humanismo e cooperação entre os povos da América Latina. A imagem é acompanhada pela legenda: “O grande poeta e combatente da liberdade, Pablo Neruda, numa das vezes em que visitou a URSS”

Figura 5: Retrato de Pablo Neruda em preto e branco



Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 60, ano V, dezembro de 1987, p. 10.

Com um ar de seriedade, a fotografia de Neruda, sentado a frente de uma mesa em solo soviético, denota ao escritor um alto grau de importância e respeito, mostrada também em um dos parágrafos do texto:

Naquela época, os norte-americanos e os ditadores que apoiaram fizeram da América Latina o maior coto de anti-sovietismo no mundo. Em toda a América Latina, as embaixadas soviéticas funcionavam somente em três países: México, Argentina e Uruguai, e nos mesmos encontravam alguns jornalistas soviéticos. O correspondente da *Nóvosti* e grande poeta ofereceu-se para contar aos soviéticos a verdade sobre o "Continente da esperança" (foi esse título dado a um dos ensaios de Neruda). E ele desempenhou essa tarefa com brilhantismo raro durante quase dez anos! (*UNIÃO Soviética em Foco*, 1987, p. 10)

Registrando a atuação de Pablo Neruda na luta defendida pela União Soviética, a revista apresenta as possibilidades causadas pelo apoio de diferentes áreas culturais, as quais expõem ao público uma nova sistemática das visões políticas e sociais. A literatura russa é influente e importante internacionalmente, logo havia uma dificuldade para os autores brasileiros se inserirem no cenário de “cânone literário soviético”, posicionando o processo de tradução como fundamental (CARDOSO, 2021, p.13-14).

No artigo “Kalugin, o tradutor de Jorge Amado”, de Kolai Lopateniko (*União Soviética em Foco*, nº 56, ano V, agosto 1987, p. 22), é destacado a relação do tradutor

Gueorgui Kalugin com o autor e as suas obras, definindo-as como uma “verdadeira enciclopédia do povo brasileiro” e que “cada livro de Jorge Amado é uma nova descoberta de sua pátria, um ensaio comovente e cativante sobre o caráter e os destinos do homem”. Com 5 milhões de tiragens na URSS, as obras de Amado levaram à população soviética uma aproximação com o Brasil. Do mesmo modo Sato (2019, p. 12) indica que Jorge Amado se tornou o escritor estrangeiro mais lido do bloco socialista. A obra *Capitães da Areia* adentrou na cultura popular russa e possui influência até a atualidade, utilizado como termo cultural para sinônimo de crianças de rua.

Figura 6: Capas soviéticas de livros do Jorge Amado



Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 56, ano V, agosto 1987, p. 22.

Apresentando como legenda “Capa da edição russa de *Terras do sem fim*” a imagem central é um dos personagens de vestimentas simples, chapéu com as mãos para cima e uma bandeira de duas cores em seu braço. No segundo livro há a inscrição “Capa da edição russa de *Farda, fardão, camisola de dormir*” em que mostra uma silhueta feminina sentada ao lado de uma pilha de livros e um chapéu de farda. Em conversa com o conteúdo das obras, as construções das versões soviéticas mostravam a coragem brasileira, das quais relataram diversas vezes as dificuldades e batalhas das parcelas populacionais marginalizadas.

No âmbito musical, a presença brasileira é pontuada em destaque no artigo “Alcione descobre a sociedade ‘fechada’ (*União Soviética em Foco*, nº 69, ano VI, setembro de 1988, p. 27), de Viktor Belochapko, em que inicia o texto relatando um aumento de novos ritmos músicas e vertentes artísticas das quais que estavam chegando

na URSS: “A apresentação de estrelas da música popular de todo o mundo na URSS torna-se um fenômeno cada vez mais comum e seus recitais já não são recebidos como algo extraordinário.” (BELOCHAPKO, 1988, p. 27). Com diversas fotografias, o destaque é para a cantora no palco, com vestes longas e um acessório de cabeça com penas e detalhes com pequenas pedrarias, além de utilizar brincos longos, associando aos estereótipos carnavalescos brasileiros.

Santos e Sales (2018) apontam para o caráter da hipersexualização da mulher negra brasileira, com poucos símbolos representativos nas mídias ao mesmo tempo que ocupam a base da pirâmide social. A cantora Alcione consegue atingir espaços desenhados para as pessoas brancas, contudo carrega consigo os estereótipos de sua cor.

Figura 7: Cantora Alcione durante apresentação na URSS



Legenda: "índia" maranhense nos palcos da URSS

Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 69, ano VI, setembro de 1988, p. 27.

Respondendo às perguntas de Belochapko, Alcione fala das suas expectativas sobre a pátria soviética, das quais esperava um lugar fechado, controlado, regulamentado, frio e sem grandes sorrisos, contudo, aponta que pode andar, conversar e expressar-se livremente. O artigo “O chorinho no céu de Moscou” de Dmitri Alekseev (*União Soviética em Foco*, nº 55, ano V, julho de 1987, p. 40) é uma homenagem ao centenário de nascimento de Villa Lobos, relatando um concerto na Casa dos Compositores, momento em que unia-se o nacional e universal, remete ao espírito da cultura russa.

Além disso, observa-se na matéria os princípios do musicista destacados pela revista, como a defesa da educação artística para as crianças, era um humanista,

preocupado com o destino do homem em tempos difíceis, tal característica aproxima-se da essência da cultura soviética (ALEKSEEV, 1987).

Figura 8: Quarteto soviético homenageando Villa Lobos



Legenda: “O Quarteto de Instrumentos de Sopros de Moscou após a execução dos *choros* de Villa-Lobos”
Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 55, ano V, julho de 1987, p. 41.

O texto aponta que o concerto contou com diferentes grupos soviéticos, os quais reproduziram as obras de Villa-Lobos emocionando a todos os presentes. A fotografia expõe uma das apresentações do dia, a qual era muito aguardada, pois ficou responsável em reproduzir os choros, um ritmo amado pela população.

A última reportagem analisada neste artigo acaba englobando todas as outras levantadas anteriormente. Trata-se de um artigo intitulado “Prêmio Pablo Neruda: os primeiros laureados” no qual o poeta russo (e um dos jurados) Robert Rojdestvensky é entrevistado e discorre sobre a premiação.

Figura 9: Representação da medalha do Prêmio Internacional Pablo Neruda



Fonte: Revista *União Soviética em Foco*, nº 70, ano VI, outubro de 1988, p.44.

Divulgando ideias de paz, humanismo e cooperação entre os povos da América Latina e a União Soviética, Rojdestvensky posiciona a importância e motivação do prêmio:

Qualquer prêmio é reflexo da política, em maior ou menor grau. Acontece, às vezes, que um prêmio literário tem mais valor político que literário. [...] Embora em nossa época seja impossível separar a literatura da política, o júri do Prêmio Pablo Neruda é integrado não só por políticos, mas também por prosadores, poetas, críticos literários, tradutores e ensaístas soviéticos e latino-americanos[...]

O intercâmbio cultural entre as duas regiões é reconhecido e laureado por meio do evento. Seguindo os princípios destacados assiduamente da paz entre os povos, humanismo e a luta pelos mesmos, os nomes homenageados participavam da cultura soviética, agregando aspectos latinos e ao serem interpretados pela revista *União Soviética em Foco*, são celebrados.

Conclusões

A revista *União Soviética em Foco* ainda é pouco estudada até então, ocultando dados importantes para o entendimento das relações entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a América Latina e, em especial, com o Brasil. Através de sua publicação, a produção brasileira em conjunto com a agência soviética Novosti, apresenta um contato entre a equipe editorial da revista e funcionários soviéticos, organizados em prol da “Paz entre os Povos”, expressão utilizada amplamente pela mídia. As regiões latina e soviética tinham interações culturais intensas, estando em diferentes esferas, como por exemplo, a dança, a música, a literatura e a arquitetura.

Os tópicos sobre a literatura e arquitetura merecem destaque, dado que são os artistas mais bem vistos na revista, pois o olhar soviético para com as obras e artistas são positivos. Sempre carregados de elogios e interesse, os repórteres retomam a visão e possíveis ligações com os princípios e visões soviéticas. Os autores demonstram apoio e concordância com as perspectivas de Oscar Niemeyer e Pablo Neruda, contudo, os registros dessas relações eram escassos — quando havia — e através desta pesquisa pode-se analisá-los.

A construção da revista e de suas narrativas possibilita o entendimento da forma com a qual havia um interesse mútuo entre o Brasil e a URSS, agregando para a historiografia um melhor entendimento destas ligações e também proporcionando uma

melhor compreensão da *União Soviética em Foco*, produção brasileira que durou aproximadamente por seis anos e esteve presente em 12 estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS. Russia country profile. *BBC News UK*. Publicado em: 06/03/2012. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1102275.stm#media. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

CARDOSO, Marcos Viola. *Literatura brasileira na União Soviética: políticas editoriais e traduções*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Curso de Letras: Habilitação em Tradutor Português e Inglês: Bacharelado. 2021.

CATERINA, Gianfranco. *Um Grande Oceano: Brasil e União Soviética Atravessando a Guerra Fria(1947-1985)*. 2019. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2019.

COSTA, Adriane A. Vidal. Pablo Neruda: Um poeta engajado. *História e Perspectivas*, Uberlândia (35): 133-174, Jul.Dez.2006.

DESMOUND, Jane C. *Corporalizando a diferença: questões entre Dança e Estudos Culturais*. Dança, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-120, jul./dez. 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. London, 1989.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. *Revista Convergência Crítica*, n. 13, 2018.

FONSECA JR, Gelson. O Sistema Internacional durante a Guerra Fria. *Revista USP*. São Paulo, p.128-137, junho/agosto de 1995. Acesso em 10 de novembro de 2021.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

KLANOVICZ; Luciana Rosar Fornazari. No Olho do Furacão: revista veja, censura e ditadura militar(1968-1985). Revista *Literatura em Debate*, v. 4, n. 6, p. 34-50, jan.-jul., 2010.

KNAUSS, P. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, [S. l.], v. 8, n. 12, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). *Fontes Históricas*. 2.ed.São Paulo: Contexto, 2010. cap. 5, p.111-154.

MANSANO, Diego Fernandes; CARRARA, Kester; ZILIO, Diego. Apontamentos para uma Definição Comportamentalista de Cultura. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, Universidad Veracruzana Veracruz, México, vol. 25, núm. 2, 2017, pp. 265-280.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, v.24, n. 1, 1995.

MAZZEO, Antônio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX*. Editora Cortez, São Paulo, 1ª Edição, p.153-170, 2003.

MONDZAIN, Marie-José. A imagem entre proveniência e destinação. In: ALLOA, Emmanuel (Org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, p.39-54, 2015.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil(1947-1953). *Revista Diálogos*, Maringá, DHI/UEM, v. 6. p. 41-59, 2002.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. Guerra fria em charges: Gazeta de Leopoldina (1951). *Cajueiro*, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 137-190, nov. 2020/maio 2021.

OLIVEIRA, Amanda Assis de; SILVEIRA, Éder da Silva. Educação e clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955). *Temporalidades*, Belo Horizonte, Vol. 9, n.2, mai./ago. 2017.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. *o&s*, v.12, n.33, Abril/Junho, 2005.

SANTOS, Gyne Gessyka Pereira; SALES, Sandra Regina. A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial: O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, MG, v.31, n.1, jan./jun. 2018

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), Jun, 2000.

SEGRE, R. LAS PARADOJAS DE OSCAR NIEMEYER (1907-2012). *Archipelago. Revista cultural de nuestra América*, [S. l.], v. 20, n. 79, 2016.

SILVA, Ademir Luiz. Resenha Futebol Científico FRANCO Jr., Hilário. A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. *Revista Angelus Novus*, nº 1, agosto, 2010.

WILIKOW, Serge. História do Livro e da Edição no Mundo Comunista Europeu. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução: leituras comunistas no brasil e na França*. Cotia: Ateliê Editorial e Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. cap. 8, p.313-325.

YEGHIAZARYAN, Lusinê. A Presença do Brasil na Armênia. *Revista de Estudos Orientais*, n. 7, 2009, p. 63-74.

**ALIMENTAÇÃO, FOME E TUBERCULOSE ENTRE OS OPERÁRIOS
TÊXTEIS DE FORTALEZA (1933 – 1955)¹**

**DIET, HUNGRY AND TUBERCULOSIS AMONG THE TEXTILE WORKERS
OF FORTALEZA (1933 – 1955)**

José Cleudon Oliveira Neto²

Resumo

Buscamos, na presente pesquisa, analisar a relação entre as condições de alimentação dos operários têxteis de Fortaleza e o processo de adoecimento por tuberculose, durante os anos de 1933 a 1955. Sendo o setor têxtil o maior segmento industrial da época na cidade, as fábricas têxteis contavam com a maior quantidade de operários de Fortaleza. Nesse sentido, é de importância para nós compreender parte do cotidiano desses operários. Balizados pelo arcabouço teórico da História Social do Trabalho, pretendemos mostrar como foi observada e analisada a relação entre os aspectos do dia-a-dia dos operários têxteis e o adoecimento por uma moléstia, que ganhava espaço não só entre esses trabalhadores, mas também nos periódicos médicos, operários etc. Sendo assim, as fontes apontam uma relação entre a (má) alimentação e a fome, presente entre os operários, e o adoecimento por tuberculose nesse grupo. Nossa pesquisa conta com artigos médicos do período, publicados na revista *Ceará Médico*, bem como as opiniões e denúncias dos operários no jornal *O Democrata*.

Palavras-chave: operários têxteis; alimentação; tuberculose; Fortaleza; cotidiano.

Abstract

In this research, we seek to analyze the relationship between the food conditions of textile workers in Fortaleza and the process of falling ill from tuberculosis, during the years 1933 to 1955. Since the textile sector was the largest industrial segment at the time in the city, factories textiles had the largest number of workers in Fortaleza. In this sense, it is

¹ A pesquisa apresentada teve apoio e financiamento da FUNCAP/CE.

² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC).

important for us to understand part of the daily life of these workers. Guided by the theoretical framework of the Social History of Work, we intend to show how the relationship between the day-to-day aspects of textile workers and the illness caused by a disease was observed and analyzed, which was gaining ground not only among these workers, but also in medical journals, factory workers, etc. Thus, the sources point to a relationship between (poor) food and hunger, present among workers, and illness due to tuberculosis in this group. Our research relies on medical articles from the period, published in the magazine *Ceará Médico*, as well as the opinions and complaints of the workers, in the newspaper *O Democrata*.

Keywords: textile workers; food; tuberculosis; Fortaleza; daily.

Introdução

Alguns autores apontam que a tuberculose atracou em terras cearenses junto com as embarcações portuguesas no século XVI (BARBOSA, 1994). Outros apresentam, a partir de fontes, que a tuberculose teve suas primeiras menções em páginas oficiais de governo no final do século XIX (BARBOSA, 2007). Demais autores demonstram, também, que houve grandes massacres ocasionados pela doença, na medida em que os nativos não tinham imunidade desenvolvida contra a peste branca³ e o organismo não produzia a reação imunológica necessária (GURGEL, 2010).

Nesse sentido, sabemos que a tuberculose dizimou incontáveis vidas durante sua “instalação” na cidade de Fortaleza. A lenta caminhada na construção de políticas públicas de combate à tuberculose – entre outras questões – favorecia o aumento das taxas de mortalidade (BARBOSA, 2007). O fato de ser uma doença misteriosa, que, sem grandes informações, acabava por ser confundida com outras moléstias, também pode explicar a ausência de combates específicos para deter a tísica.

A tuberculose se caracterizava como a moléstia dos órgãos respiratórios que mais matava e figurava entre as doenças com maiores taxas de mortalidade da capital. De acordo com relatório de saúde apresentado pelo então Inspetor Dr. João Marinho de Andrade (1894), foram notificados 210 casos de tuberculose entre os 310 casos de doenças respiratórias (BARBOSA, 2007). Essas mesmas taxas tenderam ao crescimento

³ O termo “peste branca” surge ainda no século XVIII, devido ao tom de palidez que a doença causava no tuberculoso.

durante as décadas seguintes: no ano de 1930, de um total de 2.393 óbitos gerais, 250 foram causados pela tuberculose. Já no ano de 1934, de 3.135 óbitos, 427 ocorreram como consequência da tuberculose (LOBO; JUCÁ, 1942).

A década de 1930 foi de veras importante para compreendermos a tuberculose no Ceará. A consolidação, seguida por uma estagnação, das fábricas têxteis (ARAGÃO, 1989), as altas taxas de mortalidade causadas pela tísica e o contraste com as ações de combate que, agora mais centralizadas, possibilitaram o início de medidas concretas na luta contra a doença, são pontos importantes.

Nesse período de instituição dos planos governamentais para a saúde do estado, a cidade de Fortaleza contava com oito fábricas de fiação e tecelagem, e aproximadamente 1.812 operários atuando nessas instalações. Araújo (2015), em pesquisa sobre um operário cearense que matou o patrão no ano de 1957, mostra rapidamente a relação das fábricas têxteis – mais especificamente a fábrica Santa Cecília – com o contágio da tuberculose:

Pois bem, é essa máscara da liberdade que dá vez ao latifúndio e força os pobres migrarem para as grandes cidades, não porque viver ali é bom, ainda que elas seduzam à primeira vista, mas porque são nesses espaços onde o capital se concentra, absorvendo a mão de obra barata que precisa de uma chance para não morrer de fome. Já empregados na grande fábrica, operários assim como Antônio Rabelo Vieira o era, *encontravam ali um espaço zuadento, sujo, pó de algodão suspenso adentrando os poros e pulmões dos futuros tuberculosos.* (ARAÚJO, 2015, p. 17, grifo nosso).

Nesse sentido, compreender a relação entre a (má) alimentação dos operários têxteis e o processo de adoecimento por tuberculose torna-se fundamental. O período analisado configura-se como um momento de consolidação da indústria têxtil de Fortaleza e também como um período de altos índices de mortalidade pela tísica. Explorar o que ocasionou essa relação – coincidente? – é nosso objetivo.

Saúde, alimentação e operários

O estudo da alimentação da sociedade brasileira no século XX ganha espaço cada vez maior a partir do momento em que os médicos higienistas tornam essencial a relação com a saúde pública. De fato, a alimentação tem fundamental importância para o organismo humano, podendo influenciar diretamente no acometimento de doenças, inclusive a tuberculose. De acordo com Carneiro (2005, p. 73):

Em praticamente todas as culturas, os alimentos sempre foram relacionados com a saúde, não apenas porque a sua abundância ou escassez colocam em questão a sobrevivência humana, mas também porque o tipo de dieta e a explicação médica para a sua utilização sempre influenciaram a atitude diante da comida, considerando a sua adequação a certas idades, gênero, constituições físicas ou enfermidades presentes.

Sabendo que na primeira metade do século XX as políticas, de maneira geral, giravam em torno de construir um país moderno e civilizado, temas como saúde pública tornaram-se o centro de questões relevantes para os objetivos a serem alcançados, especialmente quando relacionados a trabalhadores (HOCHMAN, 2005). Dessa maneira, é possível perceber que os discursos médicos em Fortaleza passaram a debater questões sobre a alimentação, inserida na perspectiva da saúde.

Os congressos de higiene, que abriram espaço para o assunto, eram “termômetros” sobre temas relevantes no meio médico. De acordo com Jaime Rodrigues (2009, p. 122): “A alimentação mantinha sua relevância temática: a chamada ‘higiene alimentar’ era um dos quatro itens oficiais discutidos no congresso [...]”. O autor ressalta as pesquisas implementadas por órgãos do município de São Paulo a fim de compreender os hábitos alimentares das classes populares da cidade.

Na construção de um país republicano foi indispensável pensar o “progresso” e a “modernidade”, especialmente como maneira de contraste ao sistema monárquico, designado como “ultrapassado”. No Ceará, tais ideias passaram a ser parte do cotidiano das autoridades e das elites. O higienismo social e urbano tornara-se fundamental para a construção de um estado moderno, que alcançaria o “progresso” através da disciplinarização do espaço urbano e do controle social (PONTE, 2014).

Nessa conjuntura, em vista à modernização e ao progresso do estado, figuras médicas de Fortaleza, tendo como objetivo uma maior organização e visibilidade da classe médica cearense, assim como a divulgação de seus trabalhos, fundaram, em 1913, o Centro Médico Cearense. Segundo Garcia (2013, p. 1):

No começo do século XX existiu um forte anseio de alguns profissionais da saúde, principalmente os médicos, de construir uma associação em Fortaleza que impulsionassem e atendessem aos seus ideais e interesses. Assim, o médico Manuel Duarte Pimentel reunindo-se no dia 20 de fevereiro de 1913 na residência do Dr. Manoel Teófilo Gaspar de Oliveira na rua General Sampaio nº 78 juntamente com farmacêuticos e outros médicos fundaram a “Associação Médica e Farmacêutica”. Posteriormente passou a ser chamada de “Centro Médico Cearense” e contou também com a participação dos dentistas.

A revista *Ceará Médico*⁴ surge nesse contexto como forma de divulgação dos trabalhos médicos dos membros da associação, a fim de mostrar as análises, as inovações, suas pesquisas acerca das doenças, etc. Dessa maneira, podemos observar como a alimentação foi palco de análises, pesquisas e debates na revista, qual era o tom desse debate, a relação estabelecida com os trabalhadores, e ainda quais as conclusões dos médicos cearenses sobre o vínculo com a tuberculose, como doença preocupante para Fortaleza.

De maneira geral, os médicos cearenses não se desconstruíram do pensamento nacional no que se refere à saúde pública e alimentação, que rondou o século XX. Os médicos afirmavam categoricamente a importância da higiene alimentar como fundamental para reeducar os hábitos alimentares do “povo”, e ainda apresentavam preocupação com a alimentação da classe operária, fundamental para a construção do país moderno (VALIENTE, 1942).

Em artigo publicado na edição de maio de 1940, dois médicos, ligados ao Departamento de Saúde Pública do Ceará, sugerem em relatório: “Procurar racionalizar os hábitos alimentares do povo mediante intensa campanha educativa e incentivando a produção barata e higiênica dos laticínios, frutas, verduras, etc.” (ALBUQUERQUE; LIMA, 1940, p. 35). Como justificativa para a proposição, ressaltam que:

Quanto a racionalização dos hábitos alimentares do povo, é um problema cuja importância [illegível] procurar ressaltar. Felizmente já se assiste no país o despertar de um profundo movimento buscando encontrar uma solução justa para o assunto [illegível] e de tal magnitude. De outra parte, recentemente, o Governo Federal promulgou leis de grande alcance, visando justamente os pontos essenciais do problema: a alimentação dos trabalhadores e dos escolares. Um dos mais eficazes métodos para a obtenção de uma solução justa para o assunto – alma J. G. Winaut – “é talvez inculcar hábitos de alimentação apropriados aos trabalhadores e as crianças, nas fábricas e nas escolas” (ALBUQUERQUE; LIMA, 1940, p. 38-39).

⁴ De acordo com Garcia (2013), o primeiro número da revista foi publicado em 15 de abril de 1913, ainda com o nome de *Norte Médico*. Nome esse que seria modificado futuramente para *Ceará Médico*. As publicações do periódico foram interrompidas em 1920, voltando a serem publicadas em 1928, agora com a presença de profissionais de outras áreas da saúde, como farmacêuticos e dentistas. Segundo a pesquisadora, as publicações e propagandas tinham um forte apelo comercial, tendo como público-alvo os médicos, além de tentar garantir a credibilidade de certas ações desses médicos. A autora relata que, possivelmente, a falta de recursos financeiros foi a causa da interrupção das publicações. Em seu retorno, pôde-se observar um maior número das publicidades, que deveriam garantir alguns desses recursos. A revista tinha como público-leitor o meio médico e foi produzida até o ano de 1963. Hoje, o acervo está localizado na Academia Cearense de Medicina, com prédio localizado na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza.

Observamos, a partir do exposto acima, a consonância dos médicos cearenses com os ideais higienistas sobre a alimentação, especialmente quanto às classes populares. Essa concordância tem por base também as decisões do Governo Federal e, coincidentemente ou não, tinham um público-alvo: trabalhadores e crianças. Sobre os trabalhadores, nosso foco, podemos afirmar que essa preocupação se sustentava principalmente por compreenderem o operário como força produtiva fundamental. De acordo com Beskow (2009, p. 6):

O Dr. Alexandre Moscoso, citado por Gilberto Freyre como um dos expoentes de um novo modelo de comprometimento social da medicina, teve papel ativo nas publicações dos Boletins durante o período privilegiado neste trabalho. O médico dava ênfase à importância da alimentação para a melhoria da capacidade produtiva do trabalhador, inclusive sendo necessárias diferentes dietas para as diferentes atividades profissionais. Era inclusive propagandeador de uma alimentação racional, através de classes de nutrição e economia doméstica. Participando da Comissão Elaboradora da Lei de Salário Mínimo, defendia este como garantia de alimentação fundamental aos trabalhadores.

Ou seja, os médicos de Fortaleza buscavam inserir os operários no processo “civilizador” e disciplinador. Embasados pela ciência médica, forneciam sugestões de como a alimentação dos trabalhadores poderia ser melhorada. Claro, muitas das sugestões eram apenas técnicas e não levavam em consideração outros aspectos da vida desses operários em Fortaleza.

Em meados do século XX, os médicos cearenses demonstravam suas preocupações através, principalmente, de suas publicações na revista *Ceará Médico*, como mencionado. Uma dessas preocupações era causada pela tuberculose e suas altas taxas de mortalidade. Nesse sentido, atrás de trazer relevância para o tema, Octávio Lobo e Lineu Jucá expõem as causas para os altos índices por meio de vasta pesquisa, composta especialmente de inquéritos, que nos ajudam a entender a realidade que buscamos evidenciar (LOBO; JUCÁ, 1942). Os inquéritos alimentares realizados pelos médicos tinham como foco a classe operária, e para a pesquisa aqui apresentada nos interessam, majoritariamente, os dados sobre a classe operária têxtil. A partir disso, buscamos responder ao seguinte questionamento principal: do que se alimentavam – isto é, quando podiam e tinham como se alimentar – os operários têxteis de Fortaleza?

De acordo com os médicos, um dos inquéritos⁵ foi realizado entre famílias operárias da fábrica têxtil São José e da fábrica têxtil Antônio Diogo. O resultado mostrou

⁵ Os inquéritos foram publicados em edições da revista *Ceará Médico*, com acervo localizado na Universidade Federal do Ceará. Tal acervo é de fácil acesso e está em boas condições de conservação.

que o salário do operário têxtil era destinado, em sua maior parte, para alimentação. Mas, quais produtos os operários podiam comprar com os “salários de fome”? O inquérito aponta que compunham a alimentação do operário têxtil: farinha de mandioca, feijão, arroz, açúcar, café, pão e carne seca (LOBO; JUCÁ, 1942). Aqui, já podemos verificar a falta de certos alimentos na mesa dessas famílias, como laticínios, verduras e frutas, produtos que já eram considerados essenciais para garantir uma alimentação saudável.

No Quadro 1, exposto abaixo, estão os dados referentes a uma ficha de inquérito alimentar de uma família da Vila São José no ano de 1942 – vila operária onde residiam os trabalhadores da fábrica têxtil de mesmo nome. A família do inquérito abaixo era composta por sete pessoas, número que abrange a grande maioria das famílias de operários têxteis (LOBO; JUCÁ, 1942). Levando em consideração esse número e o valor do salário percebido pelo operariado, fica claro a impossibilidade de assegurar à família operária uma alimentação capaz de garantir imunidade contra a tuberculose. Observa-se também que, ainda assim, o maior gasto da família do operário têxtil era com a alimentação.

Quadro 1 – A família operária, Fortaleza, 1942

DIMENSÕES	DADOS DA FICHA DE INQUÉRITO ALIMENTAR
Cidade	Fortaleza
Zona	0
Número do questionário	-
Data	17/05/1938
Residência	Vila São José
Número de pessoas da família	7
Adultos mulheres	6
Adultos homens	1
Filhos mortos	2
Menores de 1 ano	0
Salário do chefe da família	60\$000

Outras rendas	90\$000
Receita total	150\$000
Despesas	Alimentação: 84\$000 Habitação: 32\$000 Transporte: 5\$000
Outras despesas	10\$000

Fonte: *Revista Ceará Médico* (março, 1942).

Em um segundo inquérito realizado, dessa vez nas fábricas têxteis “São José” e “Pompeu”, os médicos apresentaram os dados relacionados a nutrientes e vitaminas que compunham a alimentação dos operários. Tais dados serviram de comparativo com os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho, que indicavam o essencial mínimo a ser consumido pelos trabalhadores.

Para ilustrar as péssimas condições de alimentação às quais estavam submetidos os operários têxteis de Fortaleza, apresentamos os Quadros 2 e 3, em que o Quadro 2 representa os dados obtidos através de inquéritos alimentares de famílias da fábrica têxtil “São José” e, no Quadro 3, encontram-se os dados “ideais” de alimentação fornecidos pelo Ministério do Trabalho:

Quadro 2 – Ração alimentar, março, 1942

Calorias: 2.320
Proteínas: 60.062
Cálcio: 0.169
Ferro: 0.008
Fósforo: 0.714

Fonte: *Revista Ceará Médico* (março, 1942).

Quadro 3 – Essencial mínimo, março, 1942

Calorias: 3.488.2
Proteínas: 110.26

Cálcio: 0.710.3

Ferro: 21.018

Fósforo: 1.430

Fonte: *Revista Ceará Médico* (março, 1942).

Os resultados apontam para uma alimentação “deficitária quantitativamente e qualitativamente, desarmônica, contribuindo assim, pela menor resistência orgânica, para maior incidência da tuberculose” (LOBO; JUCÁ, 1942, p. 9). As análises de Lobo e Jucá são claras ao estabelecer a relação entre as péssimas condições de alimentação e o acometimento pela tuberculose entre os operários têxteis, tese já consolidada no meio médico desde o século XIX, quando se trata da relação tuberculose-trabalho. É claro também a tentativa de encaixar a alimentação dos operários têxteis dentro de um padrão a ser seguido, a partir da tabela fornecida pelo Governo Federal. Mais uma vez, os médicos apontaram majoritariamente características técnicas em detrimento da real condição de vida dos operários em Fortaleza.

Reafirmando a importância da (boa) alimentação contra a tuberculose, o sanitarista do Departamento Nacional de Saúde, Mario Magalhães da Silveira, tem artigo publicado na revista do Centro Médico Cearense onde discute a “tuberculose, problema social” (MAGALHÃES, 1947). De acordo com o médico sanitarista, a prevenção da tuberculose estava intimamente ligada aos problemas sociais, baseado em opiniões e discussões científicas de médicos de todo o mundo.

Em suas análises, Magalhães critica a forma como estava sendo tratado o combate à tuberculose pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose.⁶ Para ele, “a saúde do homem, no seu conjunto, é um problema de super-estrutura” (MAGALHÃES, 1947, p. 2), e o combate à tuberculose passaria diretamente por uma “melhoria” econômica, já que a situação brasileira era de uma “economia semicolonial”. Nesse sentido, o médico aponta os fatores sociais que influenciam na mortalidade por tuberculose: o salário dos trabalhadores, as habitações e a (má) alimentação.

Segundo Mario Magalhães:

⁶ Sobre a Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), criada em 1946, ver: HIJJAR, 2007, p. 50-57.

A boa alimentação é outro fator importantíssimo na luta contra a tuberculose. Neste sentido são de C. O. Stallybrass as seguintes passagens: ‘Nas infecções crônicas, de outra parte, não deve haver dúvida que o resultado final depende, em grau de não pequena importância, da nutrição do corpo. Se uma infecção crônica como por exemplo a tuberculose ou a malária, termina em cura ou morte depende intimamente do metabolismo com um todo. (C. O. Stallybrass, obra citada, pag. 633)’. (MAGALHÃES, 1947, p. 6)

E continua:

A relação estreita entre má nutrição e tuberculose e mais especialmente a relação entre ausência ou deficiência de gordura animal da dieta e mortalidade pela tuberculose, mostra claramente a importância de um adequado suprimento de gordura de animais na dieta nacional e mais especificamente na dieta daqueles intimamente ligados com os doentes de tuberculose. (C. O. Stallybrass, obra citada, pag. 634). (MAGALHÃES, 1947, p.6)

Após algumas outras análises sobre as condições de vida do trabalhador industrial, o médico conclui que, explorados pelas horas excessivas e recebendo um mísero salário, eram esses trabalhadores que sofriam diretamente com o acometimento da tuberculose. Ademais, acreditava que a CNCT deveria intervir nos aspectos citados, para além da criação de leitos e isolamento de tuberculosos, pois seria através do impacto sobre os “problemas sociais” que o país poderia observar uma diminuição dos casos de tuberculose.

Alguns anos mais à frente, em 1950, o fisiologista cearense Dr. Wilson Jucá foi quem apresentou análises sobre a importância de uma boa alimentação para o combate à tuberculose em Fortaleza, especialmente para as famílias pobres da cidade e, como sabemos, os trabalhadores têxteis constituíam essas famílias pobres (JUCÁ, 1950).

Segundo os dados obtidos pelo médico, ao analisar o grupo etário e o caráter da lesão pulmonar dos pacientes tuberculosos no final da década de 1940, Wilson Jucá pôde estabelecer uma relação entre a idade e o trabalho, assim como a gravidade da lesão pulmonar (1950): “Reflexo de uma fase de tuberculinização maciça, os grupos etários de 20-29 e 30-29, *períodos de maior produtividade* do homem, pagam um tributo mais pesado a esse grande flagelo da humanidade” (JUCÁ, 1950, p. 17 grifo nosso). As lesões pulmonares foram divididas em três tipos: mínima, moderada e avançada. Na faixa etária de “maior produtividade” do homem, grande parte das lesões eram constituídas pelas moderadas e avançadas.

Além disso, o médico Wilson Jucá reafirma as considerações acerca da influência dos fatores econômico-sociais sobre a ameaça da tuberculose. Sobre a

alimentação – considerado pelo médico como um fato econômico-social indireto – é ressaltado:

Delore afirma ‘se a tuberculose se apresenta a princípio como doença microbiana, a certos respeitos, no adulto, ela assume doença o caráter de doença da nutrição.’ [...] A família pobre cearense ganha em média Cr\$ 424,50 mensalmente; salário destinado ao sustento, no momento inflacionista em que vivemos, de uma família de 6 pessoas. Razão tinha Afrânio Peixoto quando afirmava que o povo brasileiro é um povo em perpetua dieta. *O cearense pobre vive com fome*. (JUCÁ, 1950, p. 17, grifo nosso)

Apesar de não citar com exclusividade o setor têxtil, o médico argumenta que a industrialização consiste também como um fator socioeconômico indireto. De acordo com Wilson Jucá, as indústrias “desenvolvendo-se sem controle oficial, exigindo um trabalho excessivo, pagam aos operários um salário miserável cujo ganho mal chega para uma alimentação insuficiente.” (JUCÁ, 1950, p. 19).

Construindo uma hipótese⁷ a um dos questionamentos que movem este tópico – o que comiam os operários têxteis? – trazemos *O Democrata*⁸, onde foi relatado a desigualdade entre os salários dos operários homens e das operárias mulheres da fábrica São José e expôs que:

[...]Comprovando esta nossa assertiva, daremos os preços de algumas mercadorias imprescindível a alimentação de todo ser humano, cujas mercadorias já foges completamente da mesa dos trabalhadores. São elas: carne Cr\$ 10,00 o quilo, leite 3,80 o litro, feijão de corda Cr\$ 4,00 o quilo, pão Cr\$ 6,00, banha Cr\$ 18,00, arroz Cr\$ 4,80, farinha Cr\$ 2,40, café Cr\$ 4,00, um pacotinho. (AS operárias..., 1950, p. 5, grifo do autor?)

Essa alimentação “imprescindível” não estava presente de maneira completa na mesa das famílias de operários têxteis. Tais alimentos que, por si só, não conseguiam apresentar os nutrientes necessários, que poderiam garantir aos operários têxteis uma resistência imunológica contra a tuberculose, tornavam-se cada vez mais distantes das casas desses trabalhadores. Segundo *O Democrata*, a culpa da miséria vivenciada pelos

⁷ Entendemos que a fonte, por si só, não é capaz de nos responder. Através de análises teórico-metodológicas, percebemos que a alimentação dos operários têxteis poderia ser mais complexa, mas de maneira geral, esses eram os alimentos que constituíam a dieta dos operários têxteis de Fortaleza.

⁸ *O Democrata* foi um jornal, categorizado hoje como sendo da “imprensa operária”, que circulou em Fortaleza nos anos de 1946 aos anos de 1958. Comprado pelo PCB, o periódico buscava cumprir as demandas do partido, como fomentar os ideais revolucionários entre a classe operária da cidade, através de publicações diárias. Sendo a classe têxtil deveras relevante na capital cearense, o jornal circulou entre esses trabalhadores, que também buscavam o próprio jornal para denunciar os abusos sofridos pelos patrões e a miséria em que viviam. Nesse sentido, *O Democrata* apresenta um “discurso operário” que usamos aqui como forma de contrapor e até complementar a fala dos médicos. No tópico seguinte, o jornal será utilizado de forma mais contundente.

operários era, de maneira geral, causada pelos baixos salários, sendo uma das suas maiores reivindicações enquanto classe trabalhadora.

A partir das considerações acima, podemos estabelecer a relação entre a tuberculose e a alimentação dos operários têxteis de Fortaleza. Na medida em que esses trabalhadores fabris eram explorados, recebendo míseros salários, que garantiam assim uma alimentação de péssima qualidade, vemos que a tuberculose tinha local (fábricas e habitações têxteis) e corpos específicos a serem acometidos (operários têxteis, pobres, etc.).

A saúde do trabalhador era deveras considerada na medida em que esse trabalhador era útil para o Estado como força produtiva. E mesmo que alguns médicos não façam de forma explícita a relação com a indústria têxtil, é importante compreender que, no período estudado, era o setor de maior escala em Fortaleza, tanto no número de estabelecimentos industriais quanto no número de operários. Assim sendo, podemos estabelecer, já aqui, a relação que tal situação tinha com os operários têxteis, algo que buscamos apresentar de forma explícita mais à frente.

Baseado nessa breve discussão, percebemos a importância que a alimentação ganhava nos espaços de debate médico e como isso foi tratado, ao considerarem categorias de trabalho específicas, para as ações que pretendiam empreender. Dessa forma, assim como a alimentação, a sua relação com o acometimento da tuberculose foi alvo dos debates. O tópico a seguir é, no entanto, muito mais sobre a exploração da classe operária têxtil e sua fome, do que sobre a alimentação em si.

Salários, fome e tuberculose

Se no meio médico, a relação entre a deficiência alimentar e a tuberculose era estabelecida e consolidada, entre os operários têxteis o fato não passava despercebido, pelo contrário. Os trabalhadores têxteis contavam com o apoio da imprensa operária para terem acesso às informações em geral, bem como para denunciar a precária situação a que estavam expostos, causadora de uma maior ocorrência da tuberculose entre a classe. Em depoimento ao jornal *O Democrata* sobre a jornada de trabalho exaustiva de mais de 12h diárias e “sem qualquer alimentação”, um operário da fábrica Santa Cecília relatou que “[...]Trabalhando 12 horas por noite sem uma alimentação condizente (a empresa fornece, como merenda, a terça parte de um pão pequeno e meia caneca de leite condensado) vamos terminar todos loucos e tuberculosos” (JORNADA..., 1953, p. 7).

“*Salários de fome*”, assim se referia o jornal *O Democrata* ao pagamento recebido pelos têxteis em troca da sua força produtiva. A carga horária exagerada, que muitas vezes passaria das 12h diárias, exauria as forças dos corpos dos operários, frágeis pelas doenças, acidentes de trabalho e pela alimentação de má qualidade que se podia ter com os míseros pagamentos. O jornal iria, em suas diversas edições, conchamar os operários têxteis para “barrar a política de fome das classes patronais”.

Em edição datada de 13 de maio de 1950, o jornal apresenta em suas páginas uma matéria intitulada “A fome atormenta os tecelões: salários miseráveis em vigor nas fábricas de tecido” (A fome..., 1950, capa). No editorial “Movimento Sindical”, em letras grandes e mais escuras, o título, claramente uma denúncia, chama atenção para a miséria vivida pelos operários têxteis. A matéria traz também uma figura em desenho representando operários em greve, um artifício utilizado para chamar atenção do leitor. De acordo com o jornal, a fome era consequência do congelamento dos salários, que no Ceará só foi “quebrado” uma vez e ainda assim não garantiu um aumento que acompanhasse os preços dos gêneros alimentícios. Os operários da fábrica têxtil “Santa Maria” falaram à reportagem do jornal que “já não podem suportar a situação [ilegível]. A fome ganha terreno a cada dia que se passa, a miséria avassala os seus lares” (A fome..., 1950).

As denúncias sobre a miséria que fortalecia o estabelecimento da relação entre a tuberculose e os operários têxteis, no entanto, são realizadas desde as primeiras edições do jornal, quando o líder operário José Severo Peixoto falava ao periódico sobre a situação dos tecelões já em 1946: “[...] As fábricas têm grandes lucros, enquanto que os trabalhadores passam privações e se enfraquecem organicamente tornando-se presa fácil para as doenças, inclusive a tuberculose que tem morto centenas de tecelões” (OS têxteis..., 1946, capa).

A lógica era clara: os operários trabalhavam muito, recebiam pouco e não tinham como manter uma alimentação suficiente ou adequada que nutrisse os corpos, tornando-se frágeis e suscetíveis à tuberculose. Nesse sentido, os autores são perspicazes nas matérias, que ao atrelar a fome aos baixos salários, acabam por evidenciar a exploração sofrida pelos operários e estabelecer os culpados. Ainda segundo a matéria citada acima:

A política de congelamento de salários sustentada pelos patrões, com o apoio do governo, conduz o proletariado brasileiro a uma situação de penúria que

cada dia mais se acentua. Enquanto os salários mantem-se imóveis os preços vão subindo e a consequência é incremento da miséria nos lares dos trabalhadores. (OS têxteis..., 1946, capa)

Cabe traçarmos um paralelo com o estudo de Decca (1987), que, ao abordar o início dos debates acerca da Lei do Salário Mínimo (Lei N° 185, 14 de janeiro de 1936), apresentou a fala de Sérgio Milliet, intelectual paulista, sobre o tema: “Em resumo: a determinação do salário mínimo deve basear-se no estudo objetivo do padrão de vida” (DECCA, 1987, p. 54). Ao analisarmos o documento indicado pela autora, podemos ler o escrito de forma integral elaborado por Milliet:

[...] Com efeito, a pesquisa do padrão de vida mostra quanto despendem o operário e sua família para viver, na época da realização do inquérito. A pesquisa estuda a situação do momento: o que está sendo, não o que deverá ou poderá ser. Mas, como é de conhecimento de todos, os preços dos gêneros de primeira necessidade, de importância capital no custo de vida das classes operárias, oscilam de acordo com a época. Aumentam ou diminuem. Varia, portanto, o custo de vida; não pode um salário mínimo estabelecido em determinada ocasião corresponder posteriormente ao custo real de vida se não se empregarem métodos capazes de ajusta-lo periodicamente as oscilações dos preços. (MILLET, 1937, p. 119)

É possível observar que o padrão de vida dos operários teria sido avaliado, como forma de ser levado em consideração no debate sobre a Lei N°185. No entanto, tais análises não se tornaram realidade concreta, na medida em que se passaram os anos, aumentaram os preços dos gêneros alimentícios e os salários permaneceram os mesmos. Decca (1987, p. 55), afirma que:

Ao estabelecer-se um salário mínimo racional e científico retira-se principalmente do operariado a possibilidade de decidir sobre o ‘mínimo suficiente’. Padrão de vida e índices de preços, investigados e determinados por técnicos, tornam-se cada vez mais realidades inatingíveis e inexplicáveis para o próprio operariado. Retirava-se do operário, mais uma vez, a possibilidade de falar com ‘competência’ sobre sua própria situação. Os problemas cotidianos do operariado da cidade eram equacionados e decididos por instâncias cada vez mais distantes.

Seguindo essa lógica, é importante perceber como o jornal *O Democrata* não tardou a voltar a expor a situação precária acerca da alimentação e dos salários dos operários têxteis da cidade de Fortaleza. Dessa vez, de forma mais contundente, o periódico anunciava: “A tuberculose dizima os trabalhadores têxteis” (1950), relatando a morte do operário Antônio Pereira, empregado da fábrica Siqueira Gurgel, uma “vítima da fome”. O operário, que já passava necessidades quando ainda dispunha de saúde,

deixava sua mulher e duas filhas menores de idade. Quais privações passaram essas mulheres, com o “chefe” da família vitimado pela tuberculose? Segundo a matéria:

Antônio Pereira morreu, como morrem milhares de operários em nossa pátria: vítima da fome, da miséria, da exploração patronal. Antônio teve seus pulmões atingidos pelos bacilos da tuberculose, porque trabalhava excessivamente, e não podia se alimentar bem. Como Antônio Pereira, todos operários da “Siqueira Gurgel” estão ameaçados de perderem muito cedo as suas vidas, de terem também os pulmões afetados pela tuberculose. E não poderia ser de outra maneira. Já que os operários daquela fábrica ganham salários de fome que não dão pra satisfazer as suas mínimas necessidades. (A Tuberculose..., 1950)

Novamente, os autores vincularam a fome aos baixos salários e usaram assertivamente um jogo de palavras que corroboravam as denúncias feitas. Percebemos como a imprensa operária incorporava as demandas sociais da classe trabalhadora naquele momento, retratando os depoimentos dolorosos da realidade vivida pelos têxteis, como Antônio Pereira, sua esposa e as filhas. A denominada “pequena imprensa” foi fundamental, já que, como um contraponto aos órgãos de poder, demonstrava a visão do próprio operário acerca da sua realidade e condições de vida. Vemos, a partir dela, como a tuberculose, causada pela (má) alimentação e a fome, era uma preocupação real para os operários têxteis e *O Democrata* como veículo essencial de defesa dos trabalhadores.

Segundo Decca (1987, p. 105):

Assim como os grupos dirigentes e o poder público produziam um tipo de trabalhador para estabelecer melhor controle e disciplina no meio operário, através da imprensa operária se produzia também todo um campo de representações do trabalho que se contrapunha às imagens veiculadas pelos setores dominantes da sociedade.

Os “salários de fome”, eram constantemente denunciados, assim como a constante exploração sobre a carga horário de trabalho, que chegavam até 15 horas diárias, contando com apenas uma pausa de uma hora para se alimentarem. Além disso, denunciava-se a incompatibilidade entre os salários e a carga horária: “O que ganham em oito horas de trabalho não chega sequer para comprar um quilo de feijão. Têm, portanto, de enfrentar a jornada de 15 horas para não morrer de fome; entretanto, a verdade é que se arriscam a morrer vitimados pela tuberculose” (*O DEMOCRATA*, 1951).

Mas afinal, o que comiam, ou deixavam de comer, os operários têxteis de Fortaleza? De forma geral, os médicos, a partir dos inquéritos já apresentados, verificaram que a alimentação era constituída basicamente de feijão, farinha de mandioca e, em menor grau, arroz, pão e carne seca. No entanto, observamos o aumento das dificuldades para

consumir até a alimentação deficitária, constituída dos alimentos citados acima: “Decai de dia para dia o poder aquisitivo dos operários” (*O DEMOCRATA*, 1951). Esta chamada de texto tratou de expor os reajustes que ocorreram nos preços dos alimentos. Os salários dos operários têxteis, no entanto, não acompanharam os reajustes. Segundo a matéria:

A carestia, que aumenta dia a dia, particularmente no Ceará, torna verdadeiramente insuportável a vida da classe operária. Vejamos o que ocorre, por exemplo, no setor têxtil, atividade que concentra maior numero de trabalhadores. É sabido que, de 1945 para cá, os preços dos gêneros de primeira necessidade subiram, em média, 300%. Ao passo que os salários dos trabalhadores têxteis não experimentaram qualquer aumento durante esse período. (DECAI..., 1951)

Ainda segundo a matéria, o salário-mínimo diário percebido pelo têxtil era de Cr\$ 11,60, somado 30% correspondente à porcentagem do abono, que totalizaria em Cr\$ 14,90. Com esse salário, em 1945, o operário conseguia comprar um quilo de carne, um quilo de feijão, um quilo de arroz, um quilo de farinha, meio quilo de açúcar, meio quilo de pão, um pacote de café. Segundo os inquéritos médicos já apresentados, a maioria das famílias operárias era constituída por mais de 4 pessoas⁹. Se levarmos em consideração as três refeições diárias mais comuns – café da manhã, almoço e jantar – é visível a situação qualitativa e quantitativa da alimentação deficitária dos têxteis.

A situação piora se observamos o ano de publicação da matéria, 1951. Como já dito, os salários não acompanharam os reajustes nos preços dos alimentos. Sendo assim:

[...]em 1951, com a mesma importância não pode adquirir mais do que um quilo de carne verde. E pondo-se a margem a carne que mais de 90% dos operários só come aos domingos, verifica-se que atualmente o dito salário de Cr\$ 14,90 tem apenas a capacidade de adquirir: meio quilo de feijão, meio quilo de arroz, meio quilo de farinha, meio quilo de pão e meio quilo de açúcar. É deveras assustadora a queda do poder aquisitivo da classe operária. Isso demonstra que a fome domina os lares dos trabalhadores têxteis do Ceará. (DECAI..., 1951)

Tal circunstância permaneceu viva no cotidiano dos operários têxteis. Em 1954, “O salário de um tecelão vale menos que um quilo de carne” (*NAS ATUAIS...*, 1954), de acordo com o jornal. Ao divulgar o programa do PCB¹⁰, o jornal expunha a miséria vivida pelos tecelões e apontava a luta organizada contra a exploração dos

⁹ Ainda que as 4 pessoas da família trabalhassem, a situação era de penúria, visto que o salário recebido pela mulher operária era bastante inferior ao do homem. Além disso, outros gastos faziam parte do cotidiano da família de operários têxteis.

¹⁰ Era costume do jornal divulgar as notícias de congressos, decisões etc. referentes ao Partido Comunista, já que o mesmo era proprietário do periódico.

“tubarões” que matavam os operários de fome. Segundo o editorial, essa “exploração não tinha limites”:

[...] a situação do seu povo, particularmente do proletariado e dos camponeses, é cada dia de maior miséria. Essa situação torna-se insuportável diante da crescente carestia de vida que reduz o salário e leva os trabalhadores a uma morte lenta. A tuberculose dizima milhares de trabalhadores e as crianças morrem, numa média de 400 por cada mil que nascem antes de completarem um ano. [...] Com o almoço gasta quase a metade de seu salário. E com o que sobra, ele tem que alimentar uma família que é em média de seis pessoas, o que quer dizer que toca pouco mais de 2 cruzeiros para cada um. (NAS ATUAIS..., 1954)

O editorial relata ainda que a exploração perpassava o caminho dos “de menores” e também o trabalho feminino. Uma prática corriqueira e bastante denunciada era a demissão de operários adultos, sem qualquer indenização. Para suprir a mão de obra explorada, os patrões contratavam menores, em sua maioria do sexo feminino, pagando um valor 50% menor, por um trabalho igual ao de um adulto. “Daí esse exército de famintos e pré-tuberculosos, muitos dos quais caem sobre as máquinas vomitando sangue ou dão vertigem de fome, alguns para não mais tornar” (NAS ATUAIS..., 1954).

O tecelão Antônio Pereira da Silva, de 22 anos, operário na fábrica têxtil Baturité, foi uma das vítimas do sistema de exploração patronal, vigente na indústria têxtil de Fortaleza. O operário chegou a trabalhar três dias e duas noites por um salário de Cr\$ 17,70. Para o patrão “[...] pouco importa que a fome aumente a cada dia nos lares dos operários, pouco importa que cada vez mais aumente o número de tuberculosos.” (TRABALHO..., 1954).

Notamos que, através da notícia acima, os próprios operários buscavam o jornal para realizarem as denúncias sobre as condições de exploração e miserabilidade a qual estavam expostos. O jornal, em apoio ao operário têxtil, tratava de fomentar a denúncia, realizando a associação entre salários-fome-tuberculose.

Além disso, a carestia e a alimentação insuficiente eram realidade cada vez pior na vida dos operários têxteis. Não poderia haver perspectiva de melhora enquanto os salários permanecessem congelados e os preços dos alimentos continuassem aumentando. Observemos o Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Comparativo de preços de gêneros alimentícios, 1946; 1956; 1958

PRODUTO	1946	1956	1958
---------	------	------	------

ARROZ	3,20	6,00	10,00
CARNE	7,80	35,00	30,00
FEIJÃO	3,30	6,50	10,00
PÃO	4,00	6,00	12,00
CAFÉ	7,10	5,50	15,00
BANHA	12,10	3,00	18,00
FARINHA	1,50	3,00	7,00
LEITE	2,30	-	-
OVOS	5,60	-	-
AÇÚCAR	3,80	6,00	7,50
VERDURA	-	3,00	15,00
TEMPERO	-	2,00	10,00
TOTAL	Cr\$ 50,7	Cr\$ 71,00	Cr\$ 109,5

Fonte: *O Democrata* (30 jan. 1950 e 10 set. 1958). Elaborado pelo autor.

Por meio desses dados percebemos um grande aumento no custo de vida do operário de Fortaleza, incluindo os têxteis, que eram maioria na categoria. Para os anos de 1956 e 1958, *O Democrata* tomou como base de cálculo os gastos para uma família de 5 pessoas. Para que não passassem fome, seria necessário um salário que assimilasse os “mais de trezentos por cento” em aumento, que tiveram os gêneros de primeira necessidade (CLASSE..., 1958).

Além dos péssimos salários que não garantiam uma alimentação adequada, os patrões e seus “lacaiois” – gerentes e gestores das fábricas têxteis, como eram chamados pelo jornal – exploravam da forma mais brutal os operários, para além dos pagamentos, como a proibição de entrarem na fábrica com alimentos e merendas, assim como cortando a água dos bebedouros a partir de horários específicos, ainda segundo *O Democrata*, a partir das denúncias dos têxteis.

Não é, portanto, de se admirar quando observamos relatos sobre o desmaio de operários têxteis diante das máquinas industriais, em horário de trabalho, seja

decorrente de um adoecimento ou de fome, ou as duas causas. O fato é que esses trabalhadores eram castigados e, famintos em consequência da exploração, padeciam tuberculosos, sem assistência médica. Se os salários de fome não poderiam alimentar de forma saudável o operário e sua família, trabalhar 10 ou 15 horas por dia, muitas vezes sem poder beber água ou comer algo, facilitava ainda mais a tuberculose nos corpos frágeis.

Conclusão

A História da Saúde e das Doenças, hoje um campo consolidado, vem ganhando diversos aspectos referentes às variadas temáticas. Na pesquisa aqui apresentada, observamos uma relação entre este campo e o campo da História Social do Trabalho. Ao buscarmos no cotidiano do operário têxtil de Fortaleza, as condições que corroboravam para o adoecimento e morte por tuberculose, utilizamos o vínculo entre essas duas áreas. Se, por um lado, a História da Saúde e das Doenças nos ajuda a entender como a tuberculose foi “construída” a partir da visão médica e o seu impacto social na cidade, por outro, a História Social do Trabalho colabora com outra visão: a do operário têxtil. Esse trabalhador, que enxerga a tuberculose a partir de outra perspectiva, apresenta também outros discursos. Discursos esses, que a História Social do Trabalho tem dado ferramentas para compreendermos, em especial pela perspectiva de “classe social”.

Nesse sentido, buscamos compreender como a alimentação dos operários têxteis de Fortaleza facilitou o processo de adoecimento desses trabalhadores pela tuberculose. Nesse caso, observamos que a carência de alimentação básica entre esse grupo foi um elemento definidor no que consiste ao adoecimento por tuberculose, já que a falta de um sistema imunológico resistente permitia o desenvolvimento da doença. O discurso médico procurou demonstrar como a falta de uma alimentação nutritiva corroborava o adoecimento por tuberculose, enquanto o discurso operário visava denunciar a fome que assolava as casas dos trabalhadores têxteis de Fortaleza.

A partir das breves considerações acima, observamos como os médicos de Fortaleza compreenderam a relação entre a alimentação e o adoecimento por tuberculose entre os operários têxteis. Além disso, vemos como os próprios operários perceberam tal relação e formularam seu discurso. Diferente dos médicos, que detinham uma proposta mais técnica, racionalizada e disciplinadora, os operários têxteis denunciavam os baixos salários, que acarretavam na situação de miserabilidade em que viviam. Nesse sentido,

era a fome, e não a alimentação, quem garantia o adoecimento por tuberculose entre esse grupo.

Referências bibliográficas

A FOME atormenta os tecelões.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 1049, 13 maio 1950.

A TUBERCULOSE dizima os trabalhadores têxteis. *O Democrata*, Fortaleza, n. 1084, 26 jun. 1950.

ALBUQUERQUE, H.; LIMA, H. O papel da Engenharia Sanitária nos serviços de Saúde Pública. *Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense*, Fortaleza, maio 1940.

ANDRADE, João Marinho de. Relatório. In: CEARÁ. *Mensagem do presidente do Estado, Cel. José Freyre Bezerril Fontenelle apresentou à Assembléa Legislativa do Ceará em sua 3ª. sessão ordinária da 2ª. Legislatura*. Fortaleza: Typ. Da República, 1894. p. 60.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem – 1880-1950*. Fortaleza: UFC; Stylus Comunicações, 1989.

ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. Dia da Caça, Dia do Acerto de Contas: o caso do operário que matou o patrão numa fábrica, em Fortaleza (1954-57). *Revista Historiar*, Sobral, n. 13, v. 7, p. 06-35, 2015.

AS operárias da São José não ganham.... *O Democrata*. Fortaleza, n. 973, p. 5 e 7, 4 fev. de 1950.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. A cidade dos tísicos: uma história da tuberculose e dos tuberculosos em Fortaleza entre os anos de 1890 e 1950. In: *Simpósio Nacional de História*, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

BARBOSA, José Policarpo de Araujo. *História da saúde pública no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BESKOW, Gabriela Carames. Os intelectuais e o ministério da revolução: o boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Vargas (1934 - 1937). In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

CARNEIRO, Henrique S. COMIDA E SOCIEDADE: SIGNIFICADOS SOCIAIS NA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 42, n. 1, p. 71-80, jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4640>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CLASSE operária passa fome.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 3785, 10 set. 1958.

DECAI de dia para dia.... *O Democrata*, Fortaleza, 13 out. 1951.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GARCIA, Ana Karine Martins. CEARÁ MÉDICO: Análise e estudo da revista do Centro Médico Cearense (1913 a 1935). In: *Simpósio Nacional de História, 27.*, 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPUH, 2013.

GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

HIJJAR, Miguel Aiub *et al.* Retrospecto do controle da tuberculose no Brasil. *Revista de Saúde Pública [online]*, v. 41, p. 50-57, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/hQdTLVHssMBb86tdQMPhhWR/#>. Acesso em 15 jul. 2023.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar em Revista**, n. 25, p. 127–141, jan. 2005.

JORNADA de 12 horas noturnas.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 2049, p. 7, 15 ago. 1953.

JUCÁ, Wilson. Mortalidade por Tuberculose em Fortaleza nos anos de 1948 e 1949. *Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense*, Fortaleza, p. 15-19, out-dez 1950.

LOBO, Octávio; JUCÁ, Lineu. Tuberculose em Fortaleza. *Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense*, Fortaleza, p. 1-11, mar. 1942.

MAGALHÃES, Mario. Aspectos Econômicos da Luta contra a Tuberculose. *Ceará Médico: Revista do Centro Médico Cearense*, Fortaleza, p. 2-13, mai-jun. 1947.

MILLIET, Sérgio. Salário Mínimo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 3, v. 32, fev. 1937.

NAS ATUAIS condições o salário de um tecelão.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 2177, 20 mar. 1954.

O DEMOCRATA, Fortaleza, n. 1467, 20 out. 1951.

OS TÊXTEIS lutam por aumento de salários. *O Democrata*, Fortaleza, n. 195, 08 nov. 1946.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social 1860-1930*. 5. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2014.

RODRIGUES, Jaime. Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950). *Revista de Estudos Sociais*, n. 33, p. 118-128, 2009.

TRABALHOU três dias e quase duas noites.... *O Democrata*, Fortaleza, n. 2233, 17 jun. 1954.

**ANÁLISES A PARTIR DE ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESE PARA
INVESTIGAR COMO AS MEMÓRIAS INFLUENCIAM AS IDENTIDADES
CULTURAIS QUILOMBOLAS**

**ANALYSIS BASED ON ARTICLES, DISSERTATIONS AND THESIS TO
INVESTIGATE HOW MEMORIES INFLUENCE QUILOMBO CULTURAL
IDENTITIES**

Joana D'arc Silva¹

Resumo

A pesquisa integrativa procura analisar obras que contemplem materiais, aportes teóricos e metodológicos em relação as temáticas quilombos, identidades, memória e história oral, afim de questionar e sanar a problemática: Como as memórias influenciarão na constituição identitária coletiva nas comunidades, levando em consideração os aspectos políticos, culturais e sociais nas sociedades quilombolas? Sendo assim, a temática sobre identidade se relaciona com os aspectos que as constituem como uma herança de significados ligados à construção de uma memória e de uma narrativa que certifique a ideia de pertencimento e desta forma tem valor no processo de formação e na manutenção da construção social mantida entre os indivíduos do seu grupo. A partir dos pontos destacados, as investigações serão postas em debates para entender os processos relacionais entre o objeto e lócus da pesquisa.

Palavras-chave: Quilombo; Identidade; Memória; História Oral; Análises.

Abstract

Integrative research seeks to analyze works that include materials, theoretical and methodological contributions in relation to quilombo themes, identities, memory and oral history, in order to question and remedy the problem: How will memories influence the collective identity constitution in communities, taking into account the political, cultural and social aspects in quilombola societies? Therefore, the theme of identity is related to the aspects that constitute it as an inheritance of meanings linked to the construction of a memory and a narrative that certifies the idea of belonging and, in this way, has value in

¹ Mestra do programa de Pós-Graduação em Culturas Africanas, da Diáspora e Povos Indígenas (PROCADI) da Universidade de Pernambuco Campus Garanhuns (UPE)

the formation process and in the maintenance of the construction social relationship maintained among individuals in their group. From the highlighted points, the investigations will be put in debates to understand the relational processes between the research object and locus.

Keywords: Quilombo; Identity; Memory; Oral History; Reviews

Introdução

As obras a serem analisadas partiram dos portais da SCIELO, Periódicos CAPES/MEC, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES com o intuito de discutir a problemática da pesquisa integrativa. Foram utilizados artigos, dissertações e tese que englobam os estudos das ciências humanas, referentes às identidades, memórias, culturas, história oral e quilombo. Todas as produções foram aceitas e viabilizadas pelos portais responsáveis. Este trabalho investiga a seguinte questão: Como as memórias influenciarão na constituição identitária coletiva nas comunidades, levando em consideração os aspectos políticos, culturais e sociais nos quilombos?

A partir de uma busca intensa nos portais citados sobre a temática, resultou-se em investigar 9 artigos, 4 dissertações e 1 tese de doutorado, contabilizando 14 trabalhos para análise e problematização do referido objeto dessa pesquisa.

Os critérios de inclusão dos trabalhos levam em consideração materiais de pesquisa nos últimos 16 anos, a língua portuguesa, a temática de identidade, memória, quilombo e história oral. O recorte cronológico escolhido foi mediante a proposta de pesquisas pouco antigas e mais recentes sobre as devidas discussões instauradas pelo referido artigo.

O artigo intitulado de “História, Memória e Identidade: “Refletindo sobre a Oralidade como Aporte Para a Leitura de uma Cultura” (2018) dos autores Ivo Dos Santos Canabarro, Lilian Maria Moser e Eduardo Servo Ernesto e o outro artigo “O Papel da Memória na Formação da Identidade Cultural: Diálogos Entre Possibilidades de Leitura” do Autor Danilo Fraga Dantas não foram avaliados por não estarem no o portal da SCIELO e CAPES, sendo assim excluídos da avaliação e revisão integrativa. “Escritas

da Memória: Autoria e Identidade cultural” (2016) dos autores Norma Seltzer Goldtein e Francesco Antônio Capo também não participaram da avaliação, pois o artigo é um recorte da pesquisa que estava em desenvolvimento na época da sua publicação, sendo um trecho que caracteriza a sua dissertação.

Identidade e memória: elementos constitutivos das histórias sociais

A pesquisa sobre identidade e memória estão correlacionadas na construção de diversas áreas de significado na vida dos indivíduos em mais diversos grupos culturais e organizações. Os estudos entre as duas correntes trazem suas especificidades que se consolidaram através do tempo e por meio das interações entre os indivíduos nas sociedades.

É necessário compreender a devida importância da memória como um fator historiográfico por meio das vivências entre os grupos sociais e reconstruções dos fatos que influenciaram e se consolidam. Maurice Halbwachs que foi um sociólogo de bastante influência é utilizado na exposição desse trabalho buscando explicitar principalmente os efeitos da memória coletiva e seus processos na sociedade.

As considerações sobre memória ainda visam o estudo do individual, que está em pauta e mostram algumas divergências entre alguns teóricos citados. Sabendo que a memória tem uma maior atenção em um aspecto coletivo por meio de Halbwachs (1990), existe o individual que consolida as lembranças através do meio social, segundo Bosi (1992), por exemplo. Assim, os contextos citados consideram reflexões dos parâmetros individuais e coletivos e travam embates necessários a análises acerca dos apontamentos e ponderações entre os autores.

A identidade por si só traz uma grande complexidade em seus conceitos e que precisam ser debatidos. Hall (2000) apropria-se dos seus conceitos e discute o sujeito iluminista, sociológico e pós-moderno, reforçando as interações dos indivíduos nas sociedades, provocando principalmente os avanços do sujeito cartesiano numa sociedade ligada a modernidade. Baseando-se na complexidade em um todo, é necessário colocar em pauta os estudos identitários, pois devem ligar-se à cultura e ao *status* histórico do sujeito, utilizando também da raça, etnia, e sua ancestralidade.

Trazendo ao campo das identidades, os aspectos sobre a memória adentram nos estudos nos respectivos estudos, pois ela pode captar e conservar as experiências dos seres

humanos por meio do processo interacional entre eles. Assim, elas são construídas por vários processos históricos que definem as (re)existências na contemporaneidade.

A memória é uma base para a identidade e os dois conceitos estão estritamente ligados sobre a ideia de um sujeito social e sendo referência, deve-se aos atos memoriais presentes que serão aceitos pelos indivíduos. Para Candaú (2011) “a memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade.” (p.18). Ainda sobre o autor, ele afirma que “as ideologias que prevalecem nas memórias migrantes jogam com as fronteiras da alteridade para produzir, pela distinção, as identidades sociais.” (2011, p. 17)

A memória coletiva é um dos pontos mais essenciais para a constituição das identidades, pois elas estão em consonância com os grupos sociais e trajetórias dos indivíduos construído pela coletividade, tendo em consideração que “toda representação é produto de uma síntese” (Filho, 2004, p. 14). Cada indivíduo, independente da sociedade vive em busca de novas identidades, mesmo que de maneira inconsciente porque existe uma carência em evocar memórias, como discute Maurice Halbwachs (2006, p. 108) “no momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.”

A regeneração da memória para construir a identidade terá um impacto conciso no coletivo e individual. A interseção de memória e identidade são variáveis como tempo, espaço e movimento geram muitas possibilidades de estudo dos grupos sociais na contemporaneidade. Desta forma, existe uma ligação entre identidade e memória que deverá contribuir na formação das identidades culturais. Para Kathryn Woodward (2000):

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (...) Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000, p. 17)

Os estudos sobre memórias e identidade ainda se constroem por meio das bases historiográficas que reconstituem o seu passado na atualidade. Pollak (1992) impõe que a memória deve não apenas ser entendida como busca de informações sobre o seu passado, mas também para praticar o processo de rememoração. Desta forma, podemos verificar que a identidade e memória estão em sintonia e se relacionam na construção de

diversas áreas de significado na vida dos indivíduos em mais diversos grupos culturais e organizações.

Mapeamento das produções acerca das temáticas sobre quilombo, identidade, memória e história oral

No quadro abaixo, segue as produções que envolve as temáticas quilombo, identidade, memória e história oral que serão usadas nos debates para entendermos as suas contribuições para o objeto dessa pesquisa. Mediante a isso, o quadro disponibiliza os autores, o título, ano, periódico ou universidade responsável e os links para acesso.

Tabela – Produções Acadêmicas referentes à Quilombos, Identidades, Memórias e História Oral

AUTOR(ES)	TÍTULO	ANO/TIPO	PERIÓDICO/UNIVERSIDADE
SOUSA, Jefferson Lindbergh. SILVA, José Luiz Gomes.	A HOMOGENEIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DA RAÇA NEGRA E AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS	Artigo (2020)	Cadernos de Estudos Sociais v.36, n.1, 2021 e-ISSN: 2595-4091
EUGÊNIO Benedito G. LIMA, Karla Dias de.	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO TUCUM/BA	Artigo (2014)	Unisul, Tubarão, v.8, n.13, p. 203 - 222, Jan/Jun
GOLDTEIN, Norma Seltzer. CAPO, Francesco Antônio.	ESCRITAS DA MEMÓRIA: AUTORIA E IDENTIDADE CULTURAL ²	Artigo (2016)	Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 29, n. 1, p. 143-165
FERNANDES, Saulo Luders. GALINDO, Dolores Cristina Gomes. VALENCIA, Liliana Parra.	IDENTIDADE QUILOMBOLA: ATUAÇÕES NO COTIDIANO DE MULHERES QUILOMBOLAS NO AGRESTE DE ALAGOAS	Artigo (2020)	Psicologia em Estudo - 10.4025/psicoestud.v25i0. 45031
LACERDA, Nayara Ferreira.	EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO: O TERRITÓRIO QUILOMBOLA	Artigo (2020)	Revista Mosaico – Volume 12 – Nº 18

² artigo de pesquisa que ainda estava sendo desenvolvida e não finalizada.

	COMO “LUGAR DE MEMÓRIA” E IDENTIDADE ÉTNICO-CULTURAL		
ROCHA, Fátima Niemeyer da. BERNADINO, Adriana Vasconcelos da Silva.	O PAPEL DA IDENTIDADE CULTURAL E DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA SUJETIVIDADE PÓS-MODERNA	Artigo (2013)	Revista Mosaico – jan./jun.:04 (01): 35-39
SANTHIAGO, Ricardo.	HISTÓRIA ORAL E AS ARTES: PERCURSOS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS	Artigo (2013)	História Oral, v. 16, n. 1, p. 155-187, jan./jun.2013
ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. LIMA, Livia Morais Garcia.	APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ “HISTÓRIA ORAL E EVELHECIMENTO”	Artigo (2021)	Apresentação ao dossiê: História Oral, v. 24, n. 1, p. 5-8, jan./jun.
ARAÚJO, Clébio Correia de. PEREIRA, Pedro Henrique Soares.	MEMÓRIA E IDENTIDADE QUILOMBOLA: O CASO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO PAU D’ARCO	Artigo (2020)	I Encontro Internacional de História do Sertão: A educação e os desafios contemporâneos – Delmiro Gouveia, AL, 2020
LARA, Camila de Brito Quadros.	O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS	Dissertação (2017)	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
DANTAS, Danilo Fraga.	MEMÓRIA INCERTA: LEMBRANÇAS, FALSAS LEMBRANÇAS E AS CIÊNCIAS DA MEMÓRIA	Dissertação (2010)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
OLIVEIRA, Denise da Silva.	O PAPEL DA MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: DIÁLOGOS ENTRE	Dissertação (2015)	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFP)

	POSSIBILIDADES DE LEITURA ³		
FERREIRA Antônio Carlos de Santana.	EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UM ESTUDO JUNTO A AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS, NOS MUNICÍPIOS DE BOM CONSELHO E GARANHUNS, NO ESTADO DE PERNAMBUCO	Dissertação (2008)	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
GRAEFF, Lucas.	“O MUNDO DA VELHICE” E A CULTURA ASILAR: ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A MEMÓRIA SOCIAL E COTIDIANO DOS VELHOS NO ASILO PADRE CACIQUE, EM PORTO ALEGRE	(2005) Dissertação	Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS)
MENESES, Janine Primo Carvalho de.	LIVRAMENTO, UM QUILOMBO DESDE O “TEMPO DE PA TRÁS”	Dissertação (2010)	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
GOMES, Marília Passos Apoliano.	UM MAR DE HISTÓRIAS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO POÇO DA DRAGA	Tese (2019)	Universidade Federal do Ceará (UFCE)
CANABARRO, Ivo Dos Santos.	HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE:	Artigo (2018)	Revista Memória em Rede, Pelotas, v.10, n.18, Jan./Jul.2018 – ISSN- 2177-4129
MOSER, Lilian Maria.	REFLETINDO SOBRE A ORALIDADE COMO APORTE PARA LEITURA DE		
ERNESTO, Eduardo Servo.	UMA CULTURA ³		

O primeiro artigo se intitula “A Homogeneização da Identidade Cultural da Raça Negra e as Contribuições dos Estudos Culturais” de Jefferson Lindbergh de Sousa e José Luiz Gomes da Silva (2021), apresenta uma reflexão sobre uma política de diferença na

³ não possui no portal da SCIELO e Periódicos CAPES/ MEC

representação da raça negra na exposição do Museu do Homem do Nordeste. O debate sobre os assuntos perpassam uma observação e análise acerca das políticas das identidades que permeiam também nas ciências políticas, educação, museologia, dentre outros.

Apresenta as principais características dos estudos culturais, apoiado pelo pós-estruturalismo, com autores de grande referência como Stuart Hall (2006) e Kathryn Woodward (2007), desta forma, principiando reflexões e conceitos sobre as identidades e suas diferenças. A natureza do estudo qualitativo e de caso se dispôs dos registros imagéticos que retratam as experiências vividas a partir da primeira exposição e assim, verificar de que forma está representada a raça negra permanente do Museu do Homem do Nordeste, que resultou, em consideração a relação com as identidades e culturas, a predominância das políticas de identidade e diversidade cultural são realmente voltadas por um viés da diferença.

O segundo artigo dos autores Benedito G. Eugênio e Karla Dias de Lima intitula-se “A Construção da Identidade na Comunidade Remanescente Quilombola do Tucum/BA” (2014) que busca captar como as identidades coletivas na comunidade quilombola se apresentam e de que maneira se constituem a partir de uma pesquisa realizada na própria comunidade com base nas lideranças femininas e no seu próprio autoconhecimento, utilizando o método da história oral para a coleta de dados da pesquisa.

Debruçam-se na história, seu passado e presente sobre a comunidade do Tucum/BA. Posiciona teóricos referentes a território, quilombo e suas polissemias, identidade, memória e história oral, constituindo uma harmonia para resolução do lócus da pesquisa. Possuem narrativas históricas dos próprios moradores do quilombo, apontando a importância da memória coletiva como elemento constituidor da história local, demonstrando a relevância do conhecimento da sua própria comunidade.

Procuram observar se existe o autorreconhecimento na comunidade por parte dos indivíduos que residem e exploram as lutas por espaço e pertencimento para chegarem a responder sua problemática. Selecionaram pessoas mais velhas para informar acerca da comunidade e suas tradições, observando que existe esse sentimento de pertencimento e se reverbera nas narrativas e mostra que a importância da identidade é uma grande característica do quilombo.

“Identidade Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres Quilombolas no Agreste de Alagoas” (2020) dos autores Saulo Luders Fernandes, Dolores Cristina Gomes Galindo e Liliana Parra Valencia é uma pesquisa também de cunho qualitativo que investiga os processos identitários no dia a dia das mulheres quilombolas remanescentes. Para apurar como essas identidades permeiam na sociedade, os pesquisadores utilizam entrevistas semiestruturadas para coletar dados e transcrever suas narrativas afim de entender as vivências, opressões e diversidade das identidades das mulheres na sociedade quilombola.

O texto traz reflexões acerca da identidade política e a luta pelo reconhecimento do ser quilombola utilizando-se das leis e constituição de 1988 sobre território para discutir como essas identidades e suas relações de poder se apresentam no âmbito coletivo e seus significados. É uma pesquisa descritiva e de campo para obter os resultados acerca da problemática, tendo em vista os resultados das entrevistas realizadas na comunidade com três entrevistadas negras quilombolas, respectivamente de 20, 47 e 71 anos.

O resultado obtido pela pesquisa mostrou que as participantes jovem e adulta sentem que o ser quilombola é uma espécie de própria identificação e afirmação do ser negro na sociedade, partindo também para a busca de direitos que lhes foram negados. A senhora idosa hesitou em alguns momentos, mas mesmo assim, mostrou que a busca dos direitos e pertencimentos são importantes para caracterizar seu próprio ser na comunidade.

O artigo intitulado “Educação Para Emancipação: O Território Quilombola Como “Lugar de Memória” e Identidade Étnico-Cultural” (2020) da autora Nayara Ferreira Lacerda reflete em estudos sobre a memória e o papel da educação como caminho para reafirmação das identidades e de qual maneira irá reverberar coletivamente na sociedade quilombola. Explica a importância dos territórios quilombolas como singulares, históricos e culturais que passam por adversidades e lutas para o seu reconhecimento e pertença para adquirir direitos. Na pesquisa, a memória coletiva faz parte das comunidades quilombolas e atrela-se com a ideia de pertencimento e identidade social entre os indivíduos. Neste sentido, dentro do território estão presentes referências identitárias que se consolidam tanto pelas práticas culturais quanto pelas memórias de seus moradores por meio de história de vida e resistência de seus antepassados que viveram naquele local (Lacerda, 2020, p.11).

A autora ainda investiga a polissemia do termo “quilombo”, visando a importância do artigo 68 da constituição, Lei de Diretrizes e Bases até a lei de 10.639/2003 da obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana para entendermos o fundamental papel das comunidades quilombolas na constituição histórica brasileira. Desta forma, a educação torna-se um apoio fundamental para a busca identitária de uma comunidade, a partir do momento em que se tem acesso a conteúdo contemplativos sobre a temática, visibilizando a importância do processo de construção identitária a partir das comunidades quilombolas, utilizando o decolonialismo para romper com o eurocentrismo.

“O Papel da Identidade Cultural e da Representação Social na Construção da Subjetividade Pós-Moderna” (2013) das autoras Fátima Niemeyer da Rocha e Adriana Vasconcelos da Silva é um artigo que propõe um debate sobre as influências da globalização nas subjetividades das identidades culturais.

O avanço da globalização e mundialização transformaram a sociedade num espaço que propicia contatos entre diferentes tipos de expressão cultural e amplia as possibilidades de indivíduos congregarem e compartilharem representações e identificações mais intensamente (Rocha & Bernardino, p. 39). O texto ainda reflete sobre a crise na identidade e seus deslocamentos nas sociedades pós-modernas e como afeta as relações no qual cada indivíduo é membro de muitos discursos e cada discurso representa uma de suas múltiplas identidades (LOPES, 2003). Assim, o artigo transmite a importância da heterogeneização das identidades para as formações subjetivas nas sociedades pós-modernas.

O próximo artigo a ser analisado é do autor Ricardo Santhiago e tem o título “História Oral e as Artes: Percursos, Possibilidades e Desafios” (2013) no qual refere-se à história oral como “arte do diálogo” (Portelli, 1997) que utiliza de vários métodos para sua conjuntura como a narração, imaginação, escuta, observação, dentre outros. Mostra uma grande aproximação dela com os cenários das artes pela forma que vem sendo trabalhada esteticamente nos espaços culturais.

O texto concebe um apanhado de obras relacionadas ao tema que foram publicadas no decorrer dos anos e chega à conclusão que existe uma amplitude desses estudos nas ciências sociais, humanas e nas artes. O autor divide as áreas que são possíveis empregar a história oral de forma multidisciplinar para englobar e não limitar suas vertentes de estudos. A ênfase historiográfica, biográfica, identidade/subjetividade, sociológica,

arquivística e recepção mostra a eficiência do procedimento metodológico da história oral nas artes.

As entrevistas também mostram perspectivas múltiplas, que não apenas refere-se a dimensão psicológica das mesmas, mas também dimensões como a histórica – facultando interpretações a respeito da inserção histórica da criatividade artística (Santhiago, 2013, p. 169). Ainda expõe a importância da memória coletiva e individual para as entrevistas através narrativas que serão coletadas a partir do procedimento da história oral.

“Apresentação ao dossiê "História oral e envelhecimento" (2021) das autoras Juniele Rabêlo de Almeida e Livia Morais Garcia Lima é um dossiê que coleciona estudos sobre o livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos” (1994) da escritora Ecléa Bosi e estudos dos autores Paul Thompson (1972) e Luisa Passerini (2011) que são referência na história oral. Ainda apresenta alguns textos e suas análises para entendermos de que maneira a velhice, memória e identidade estão interligados com o objetivo de entender como o idoso é projetado na sociedade atual. Aborda como as experiências e atividades compartilhadas são importantes para a manutenção das relações na comunidade e como os grupos partilham características do seu cotidiano. Apresenta análises de narrativas orais levando em consideração as subjetividades alheias e a importância da coletividade.

O próximo artigo é dos autores Clébio Correia de Araújo e Pedro Henrique Soares Pereira intitulado de “Memória e Identidade Quilombola: O Caso da Comunidade Remanescente de Quilombo Pau D’Arco” (2020) é uma pesquisa que tem o intuito de investigar como os indivíduos da comunidade tem sua própria impressão sobre eles mesmos e como a memória se constitui na sociedade quilombola de Arapicara-AL. Descreve a importância dos quilombos e a polissemia do termo, considerações histórico-antropológicas e faz a correlação dos estudos da memória como complemento da formação identitária no contexto sociocultural, por meio de narrativas orais coletadas pela história oral.

Nesse caso, tais atividades têm possibilitado a observação e interação e imersão dos pesquisadores no universo sócio cultural dos sujeitos pesquisados, possibilitando uma interpretação mais densa, que associe aspectos empiricamente observáveis aos significados presentes nos discursos e práticas cotidianas dos próprios atores sociais. Existe temor dos mais velhos sobre a perda das tradições pelas novas gerações porque

estão por vir, mas muitos desses tradicionalistas orais prezam em continuar com seus trabalhos, reverberando o conhecimento sobre sua comunidade, semeando a história e identidades.

A dissertação de mestrado da autora Janine Primo Carvalho de Meneses pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com o título “Livramento, um quilombo desde o “Tempo de PA trás” (2010) é um estudo sobre a comunidade Sítio do Livramento que tem como embasamento documentos referentes a essa sociedade que foi iniciada com a fuga dos escravos

Utiliza-se da memória e história oral como veículos para colher informações acerca da comunidade através dos personagens mais velhos. Também discute sobre os quilombos e sua origem, lutas e busca pelo reconhecimento, levando em consideração quilombos do estado de Pernambuco, onde localiza-se Livramento. Logo após, mostra a importância da existência da comunidade e seu começo, os trabalhos, famílias, os tipos de liderança que compõe o quilombo, processos artísticos marcantes, dentre outros pontos importantes.

No decorrer do texto, muitas narrativas, principalmente dos mais velhos são utilizadas como fonte histórica para enriquecer as informações do passado sobre a comunidade e afirmam que antes deles, já existiam vários índios que foram importantes para a miscigenação entre negros e indígenas naquela localidade. As pautas são ampliadas para os contextos das artes e religiosidade quando explicita sobre as práticas religiosas presentes na comunidade como a dança do coco e samba. Todas as fontes presentes e narrativas colhidas são das pessoas velhas que prezam pela permanência do tradicionalismo e sentimento de pertença pelo seu território que foi constituído por povos que passaram por muitos preconceitos, racismos e trabalho escravo.

A segunda dissertação a ser analisa é de Camila de Brito Quadros Lara da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) com o título “O Patrimônio Cultural Religioso: História e Memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS” (2017) que contempla os estudos sobre a memória numa perspectiva de construção histórica da cidade e da igreja como órgão constituidor da organização do espaço urbano.

A religiosidade foi extremamente presente na comunidade e influenciou todo o povoado e com base nos estudos, tem grande influência católica nas memórias que são reverberadas nas identidades culturais da cidade. A autora ainda revela que os aspectos

simbólicos, datas, acontecimentos religiosos e o patrimônio promoveram processos identitários que ainda são perceptíveis nessa sociedade. Para a obtenção dos resultados da pesquisa, a autora usufruiu da metodologia de história oral para o colhimento das narrativas e também perceber que a presença da igreja influencia das identidades do pessoal dessa localidade.

“Memória Incerta: Lembranças, Falsas Lembranças e as Ciências da Memória” (2010) do programa de Pós-Graduação de Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul do autor Danilo Fraga Dantas investiga como a memória e suas ciências são utilizadas para a compreensão do seu funcionalismo histórico e endossa a existência de falsas memórias. O autor conclui que existe uma teoria materialmente correta da memória deve ser minimamente realista e tomar o objeto da memória como algo independente de lembranças e de seus conteúdos (Dantas, 2010). A pesquisa apresenta um caráter bibliográfico que busca investigar também se as próprias teorias sobre a memória são suficientes para comportar a complexidade da temática, principalmente sobre as falsas lembranças, suas distorções, intencionalidade da lembrança, teorias narrativas da memória, entre outros.

A próxima dissertação “Extensão Rural e Desenvolvimento Local em Comunidades Quilombolas, nos Municípios de Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco” (2008) do autor Antônio Carlos de Santana Ferreira objetiva sondar de que forma as comunidades quilombolas estão sendo contempladas pelos programas do governo brasileiro sobre uma perspectiva de extensão e desenvolvimento nas comunidades citadas. Assim, existe uma investigação sobre o capital social dos programas e assistência técnica do governo nessas localidades para perceber se realmente foram atendidas as necessidades das comunidades quilombolas do Angico, em Bom Conselho e no Castainho, em Garanhuns. Desta maneira, essa produção nos ajudará a compreender a comunidade do Angico, pois faz referência à organização social e demandas políticas.

O trabalho do autor Lucas Graeff “O “Mundo da Velhice” e a Cultura Asilar: Estudo Antropológico Sobre a Memória Social e Cotidiano de Velhos no Asilo Padre Cacique, em Porto Alegre (2005). É uma pesquisa que passa pela antropologia e busca investigar como a velhice está sendo entendida a partir do ambiente e também fora dele. São feitas entrevistas com alguns residentes do asilo para narrarem suas histórias de vida

e quais os valores para a sabedoria, integrando o pesquisador na cultura da velhice e do asilamento.

A tese de doutorado da autora Marília Passos Apoliano Gomes “Um Mar de Histórias: Memória, Identidade e Territorialidade no Poço de Draga” (2019) é uma pesquisa que procurou entender como as memórias, territorialidade e identidade são formadas a partir dos eventos ritualísticos daquela região. A autora também se preocupou em observar como esses eventos influenciaram nas relações sociais, a partir de uma observação que perdurou por vários meses. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, entrevistas semiestruturadas e observação participante para assim, resolver a problemática. É uma região situada no Ceará, precisamente na capital Fortaleza, área turística daquela localidade.

Resultados e discussões das produções sobre quilombos, identidades, memória e história oral

A partir das análises dos artigos, dissertações e tese, a problemática da pesquisa envolve todas as produções para a sua resolução de “Como as memórias influenciarão na constituição identitária coletiva nas comunidades, levando em consideração os aspectos políticos, culturais e sociais nos quilombos?”. Sendo uma pesquisa de caráter exploratória, descritiva e qualitativa, os trabalhos estarão em consonância com a problemática.

Desta forma, a pluralidade instaurada nos trabalhos mostra que não há um conceito concreto e definitivo, utilizando de preceitos históricos, contemplando também os territórios. Podemos perceber a multiplicidade de discursos que se encaixam nos aspectos de direito ao território que é fundamental para as identidades e memória na formação das comunidades.

Assim, podemos perceber que os estudos possuem uma consonância a partir dos seus discursos, contemplando que a busca do reconhecimento, auto-organização, liberdade e direitos fundamentam entre pluralidade de seus “conceitos” para um território importante na formação histórica. Sendo áreas em diferentes localidades, não perdem o seu real sentido de busca aos seus ideais humanitários que jamais deveriam ser retirados de quaisquer comunidades existentes. Portanto, a problemática da pesquisa terá enfoque nas comunidades quilombolas e esses pontos refletidos assumem um papel importante para entendermos as memórias e identidades constituintes de quilombos.

Após a reflexão com auxílio dos quilombos e territorialidade, o objeto investigado a partir de agora serão as memórias. Sendo um elemento que ajuda na constituição das identidades, por exemplo, a memória é um componente importante para a formação histórica que nos leva a conhecer diferentes contextos das diversas comunidades existentes. Trazendo as análises dos artigos, dissertações e tese de doutorado, essa temática abrange teóricos semelhantes que discutem sua relevância nos estudos. As pesquisas trazem suas perspectivas sobre o conceito e seus interesses a partir dos trabalhos, sendo teóricos renomados de prestígio utilizados nas pesquisas, tais como Bosi (1994), Halbwachs (2003), Le Goff (2003), Maluf (1995). Nora (1993), Pollak (1989, 1992), Tedesco (2004), entre outros.

A memória está ligada aos meios sociais os quais são responsáveis pela sua constituição. Havendo debates a partir dos ideais sobre a memória, muito se discute como um fenômeno coletivo e também individual, sendo um veículo que reúne grupos e o diferencia de outros, mostrando assim como as sociedades são reformuladas baseadas nas construções históricas. A procura do passado impacta o sentimento de pertencimento e também identitário de uma determinada sociedade, sempre estando aberta a discursos, lembranças e esquecimento, pois, nossa memória não consegue resguardar todos os eventos. Existe a necessidade de entender o nosso próprio processo histórico. Temos o auxílio da memória como veículo das construções historiográficas que estarão inseridas em diversos contextos sociais. Podemos encontrá-las nos livros didáticos, romances, dentre outros. Mas, sabemos que a história não se basta à poucos elementos. Através das memórias, sua estrutura se faz a partir da visão do outro, ou seja, de cada indivíduo que pertenceu ou não a determinado evento histórico.

Nas pesquisas analisadas, podemos perceber que os autores das produções tiveram a preocupação de trazer perspectivas no âmbito coletivo, individual, e histórico coerentes com os sistemas identitários. Halbwachs (2006) sendo grande aporte teórico para a maioria dos trabalhos, visa mais a questão coletiva, pois é um exercício da consciência e nunca temos lembranças sozinhos porque a memória é resultado da sociedade em que vivemos.

Com essas reflexões, o artigo “Educação Para Emancipação: O Território Quilombola Como “Lugar de Memória” e Identidade Étnico-Cultural” (2020) nos mostra o poder da educação como espaço para a utilização de metodologias que capturem as memórias para entendemos como essas memórias são moldadas e distribuídas no

processo coletivo e reverberadas através das identidades. O processo educativo ajuda na rememoração, elemento fundamental para reavivar as memórias, como objeto necessário para a permanência dos acontecimentos importantes, e nesse caso, mostra como as memórias são necessárias para o sentimento de pertencimento quilombola e das identidades culturais.

“O “Mundo da Velhice” e a “Cultura Asilar: Estudo Antropológico Sobre a Memória Social e Cotidiano de Velhos no Asilo Padre Cacique”, em Porto Alegre (2005), “Memória e Identidade Quilombola: O Caso da Comunidade Remanescente de Quilombo Pau D’Arco” (2020), “Livramento, um quilombo desde o “Tempo de PA trás” (2010), “A Construção da Identidade na Comunidade Remanescente Quilombola do Tucum/ BA” (2014) e “O Patrimônio Cultural Religioso: História e Memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS” (2017) são exemplos de que a memória foi fundante para a construção histórica dessas localidades. Levando em consideração as narrativas de moradores das comunidades citadas nessas pesquisas, podemos entender que é por meio delas que existe a reverberação das histórias, e desta forma, não haverá o apagamento das suas raízes, sendo permeadas pela religiosidade, símbolos, rituais, datas, dentre outros.

A pesquisa “Memória Incerta: Lembranças, Falsas Lembranças e as Ciências da Memória” (2010) demonstra que é possível sermos traídos pelas memórias e isso pode acontecer com constância. Por se tratar de um objeto ligado à consciência humana, haverá dúvidas, passível a erros. Podemos refletir que a memória é um elemento natural, manipulável que por sua complexidade, poderá contribuir negativamente. À vista disso, é indispensável uma investigação mais rigorosa, tratando de um objeto das ciências sociais, empenhando-se na busca de mais fontes orais e fazer comparações acerca das narrativas e pesquisas bibliográficas para concretizar os estudos dessa área tão vasta.

A temática sobre identidade aparece em grande parte dos artigos que foram selecionados para essa análise. É notório que para embates teóricos sobre esse tópico, a utilização de teóricos como Hall (2001, 2006, 2008), J. M. O. Mendes (2002), Woodward (2007), Pollak (1992) dentre outros. Há uma conjuntura instaurada nos trabalhos a partir de identidade e seus conceitos porque utilizam-se de Stuart Hall em sua grande maioria. Com isso, seus argumentos são similares a respeito de práticas identitárias e como elas influenciam à comunidade, como reconstrói, se mantém e de qual forma influenciará os indivíduos. Alguns deles adentram em vertentes da educação, tais qual “Educação Para

Emancipação: O Território Quilombola Como Lugar de Memória e Identidade Étnico-Cultural” (2020)” da autora Lacerda que faz uma reflexão sobre o papel educacional nas constituições identitárias nas comunidades quilombolas, abordando a lei 10.639/2003 como trajeto histórico que influencia diretamente nas identidades.

Com abordagens qualitativas e quantitativas, algumas dessas pesquisas fazem estudos com grupos para reconhecer de onde partem a busca pela construção do ser. Desta maneira, fica explícito a preocupação dos autores as comunidades serão representadas e quais serão essas influências socialmente construídas pelos sujeitos. Um ponto interessante que deve ser destacado são as identidades culturais que são redigidas na pós-modernidade. Esse tema contempla também o artigo “O papel da identidade cultural e da representação social na construção da subjetividade na sociedade pós-moderna” de Rocha e Bernardino (2013) e “A Homogeneização da Identidade Cultural da Raça Negra e as Contribuições dos Estudos Culturais” dos autores Souza e Silva (2020) nos mostra de que forma as identidades são mutáveis e não fixas, principalmente influenciados pelo processo de globalização instaurado há muito tempo nas sociedades modernas.

Destacando esses pontos, a identidade é inconsistente, e está sobre os vieses da diferença, sendo um dos pontos mais importantes que é discutido nos outros artigos que estudam a identidade. Assim, os artigos “A Construção da Identidade na Comunidade Remanescente Quilombola do Tucum/ BA” (2014), “Identidade Quilombola: Atuações no Cotidiano de Mulheres Quilombolas no Agreste de Alagoas” (2020), “Memória e Identidade Quilombola: O Caso da Comunidade Remanescente de Quilombo Pau D’Arco” (2020) e “Um Mar de História: Memória, Identidade e Territorialidade no Poço da Draga” (2019), por exemplo, exprime esse aspecto de diferença na sua constituição. Por mais que cada comunidade seja quilombola, as composições das identidades foram efetuadas e realizadas de maneiras distintas, pois, depende da sua estrutura e criação para a sua organização. Cada uma tem seu processo histórico semelhante porque surgem da destruição dos quilombos de Palmares, mas são únicas e essas diferenças são marcas das identidades, levando ainda em consideração que somos diferentes em meio às diferenças.

Os trabalhos que incluem o objeto identidade mostram a eficácia do campo, dialogando com os conteúdos de territorialidade, deixando suas marcas a partir da inserção de grupos quilombolas nas localidades e assim, é claro, entendendo a diferenças e individualidades compostas nas comunidades, representando sua própria história, vivências e afincos.

Para finalizar a análise, “Apresentação ao dossiê "História oral e envelhecimento" (2021) e “História Oral e as Artes: Percursos, Possibilidades e Desafios” (2013) abordam a temática da história oral como recurso metodológico para coleta de dados fundamentado nas narrativas históricas, as quais perpassam pelas memórias e podem ecoar nas identidades coletivas. Nos artigos citados, a presença de Meihy (2007), Portelli (1997), Pollak (2005), Thompson (1972), dentre outros estão entre os trabalhos.

Existe a necessidade de colocar a subjetividade do outro como importante nas produções de narrativas, visto que participamos de um sistema social amplo de perspectivas diferentes e com isso, há um grande aporte de informações que poderão ajudar nas montagens historiográficas. Com base no material recolhido para análise, é possível percebermos a multiplicidade de estudos que utilizam o método como ferramenta necessária da subjetividade, e com isso, amplia o espaço colocando mais vozes que por muitas vezes foram silenciadas como objeto histórico.

A partir das memórias coletivas e individuais, cada pessoa poderá contribuir com seu engajamento e assim, imortalizando acontecimentos verídicos (ou não) de determinados episódios. Assim, sendo registrado, as diferentes realidades serão subjugadas e analisadas para serem concluídas. As entrevistas entram como veículo de suporte para o pesquisador situar-se junto com seu informante. O registro das informações, elaboração de perguntas e a transcrição ajudam a entender que esse tipo de metodologia contribui para o roteiro que deverá ser seguido, partindo, é claro, da sua problemática. Com essas considerações, é perceptível que existem congruências entre todas as temáticas partindo da problemática da pesquisa integrativa.

Considerações finais

À vista dos resultados obtidos para as pesquisas, é notório observar os estudos para o objeto e lócus desta pesquisa, levando em consideração quilombo, território, identidade, memória e história oral são componentes que ajuda-nos entender como se constrói, constitui e mantém as identidades por meio das memórias, tendo como veículo a história oral para a reverberação das narrativas. Considerando as comunidades quilombolas, o processo histórico das comunidades, é possível compreender as raízes e subjetividades alheias.

No primeiro momento, é perceptível que a temática sobre os quilombos é vasta na maioria dos trabalhos e suas concepções estão bem trabalhadas e definidas, trazendo a pluralidade do termo e suas diversas funções sociais em cada pesquisa. Mesmo com a multiplicidade de informações acerca das definições, fica claro que existe um processo histórico necessário para sua construção. As localidades referentes aos quilombos nos trazem ideias de como a sua formação ajudará a interpretar identidades e a partir delas, procurar eixos que realmente afirmem o pertencimento de um determinado indivíduo a essas sociedades.

Ao incluir no debate as identidades, foi possível observar e destacar a consonância entre os estudos, por utilizarem materiais teóricos semelhantes uns dos outros, e desta forma, é notório que a complexidade desse sistema é muito grande. Assim como as memórias, as identidades não possuem uma definição exata, mas podemos afirmar que ela está baseada nas semelhanças e diferenças. Nas pesquisas, ficou evidente a preocupação da formação identitária de uma determinada região, ou melhor, referindo-se principalmente aos quilombos. Toda sociedade tem traços nas identidades que diferem ou assemelham indivíduos e de qual forma essas influências socialmente serão constituídas pelos sujeitos.

Os debates sobre memória contemplam e fazem pontes com quilombo e identidade, levando em conta que a nossa investigação parte dos princípios que as influências dela vão influir nos processos identitários e serão perpassadas pela metodologia da história oral. Concernindo os resultados dos estudos sobre memória, fica evidente que é a partir dela surge a necessidade de entender os processos identitários, que nesse caso, irá subsidiar nas comunidades quilombolas.

Os estudos realizam congruências com a problemática da pesquisa quando em alguns dos seus próprios títulos trazem quilombos, identidades, memória e história oral, carregando-se um dos outros, evidenciando que essas vertentes se apoiam e conversam-se entre si. Levando em consideração os trabalhos analisados criticamente, é posto a necessidade de mais pesquisas para que a historiografia perpasse muros ideológicos postos como uma única e só verdade. Tendo contato com diferentes comunidades ou grupos, a multiplicidade que iremos enxergar são gritantes e necessárias para distinguir uma das demais.

Identidade, memória e história oral são veículos necessários para evidenciar o que não é visibilizado nas comunidades quilombolas que merecem muito reconhecimento por

parte de toda a população. Suas memórias e tradições são fundantes para o próprio processo de constituição do povo brasileiro que muitas vezes foram negadas, e ainda são, pois, ainda não foram superadas as desigualdades e racismos não foram superadas em todo o território mundial. Pesquisas de excelência foram utilizadas para discutir identidade e memória nos quilombos e desta forma, a contribuição delas para o repertório da história é de grande valia e magnitude.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, C. C & Pereira, P, H. S. *Memória e Identidade Quilombola: o caso da comunidade remanescente de quilombo pau d'arco*. In: I Encontro Internacional de História do Sertão: A educação e os desafios contemporâneos - Delmiro Gouveia, AL, 2020.

CANABARRO, I. V; MOSER, L. M & ERNESTO, E. S. *História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura*. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.10, n.18, jan/jun.2018.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

DANTAS, D. F. *Memória incerta: Lembranças, falsas lembranças e as ciências da memória*/ Danilo Fraga Dantas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, 2010.

EUGÊNIO, Benedito & LIMA, Karla. *A Construção da Identidade na Comunidade Remanescente Quilombola do Tucum-BA*. Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. 8. 203. 10.19177/prppge.v8e132014203-222, 2014

FERNANDES, S. L; GALINDO, D. C. G & VALENCIA, L. P. *Identidade Quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas*. *psicol. estud.*, V. 25, E45031, 2020

FERREIRA, A. C. S. *Extensão rural e desenvolvimento local em comunidades quilombolas: um estudo junto a agricultores e agricultoras familiares, de comunidades quilombolas, nos municípios de bom conselho e garanhuns, no estado de pernambuco* / Antônio Carlos de Santana Ferreira. Universidade Federal de Pernambuco (UFRPE), Recife, 2008.

GOLDTEIN, N. S & CAPO, F. A. *Escritas da memória: autoria e identidade Cultural*. *Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 29, n. 1, p. 143-165, jun. 2016

GOMES, M. P. A. *Um mar de histórias: memória, identidade e territorialidade no Poço Draga*. 2019. 281f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019

GRAEFF, L. *“O mundo da velhice” e a Cultura asilar: estudo antropológico sobre a memória social e cotidiano dos velhos no asilo Padre Cacique, em Porto Alegre.*/ Lucas Graeff. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo. Edições Vértice, 1990, 2006.

LACERDA, N. F. *Educação para emancipação: O território quilombola como “lugar de memória” e identidade étnico- cultural.* Mosaico – Volume 12 – Nº 18 – Ano 2020.

LARA, C. B. Q. *O Patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS* / Camila de Brito Quadros Lara-Dourados: UFGD, 2017.

LOPES, L. P. M. (Org.). *Discursos de identidades.* Campinas: Mercado das Letras, 2003.

MENEZES, J.C. P. *Livramento: Um quilombo desde o “tempo pa trás”/* Janine Primo Carvalho de Menezes – Recife: autor, 2010.

PINHEIRO FILHO, Fernando. *A noção de representação em Durkheim.* Lua Nova, São Paulo, n. 61, 2004.

PORTELLI, A. A. *The battle of Valle Giulia: oral history and the art of dialogue.* Madison; London: The University of Wisconsin Press, 1997.

RABÊLO, J. A, & LIMA, L. M. G. *Apresentação ao dossiê: história oral e envelhecimento;* História Oral, 24(1), 5–8, 2021.

ROCHA, F.N & BERNARDINO, A.V.S. *O papel da identidade cultural e da representação social na construção da subjetividade na sociedade pós-moderna.* Revista Mosaico. Jan./Jun.; 04 (1): 35-39. 2013.

SANTHIAGO, Ricardo. *História oral e as artes: percursos, possibilidades e desafios.* Artigos Variados, 2013.

SOUZA, J. L. de, & da SILVA, J. L. G. *A homogeneização da identidade cultural da raça negra e as contribuições dos estudos culturais.* Cadernos De Estudos Sociais, 36(1), 2021.

OLIVEIRA, D. S. *O papel da memória na formação da identidade cultural: diálogos entre possibilidades de leituras/* Denise da Silva Oliveira – Londrina (s,n), 2015.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual.* In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

AS OPOSIÇÕES EMEDEBISTAS: OS GRUPOS DE OPOSIÇÃO DENTRO DA OPOSIÇÃO

THE EMEDEBISTA OPPOSITIONS: THE OPPOSITION GROUPS WITHIN THE OPPOSITION

Tamires Mascarenhas Pecoraro¹

Resumo

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é um partido do atual cenário político brasileiro de grande peso, constituindo, por vezes, o chamado “centrão”. O MDB tem suas raízes políticas surgidas em meio ao processo da ditadura militar, instaurado em 1964. Seu nascimento, em 1966, deu-se por meio de imposições legais, como AI-2 e AC-4, que buscavam controlar os agentes políticos e dar uma áurea de permanência democrática. Por conta dessas imposições e restrições, o MDB teve em seus quadros diferentes ideologias políticas, que por vezes debatiam-se internamente para dar a direção de atuação pela qual o partido deveria seguir sua função de oposição ao regime autoritário implantado. Desse processo, surgiram, em diferentes momentos, grupos internos no MDB, dados a uma oposição de cunho mais ferrenho ao regime, como o grupo dos imaturos, em 1967, e o grupo autêntico, em 1971, os quais discutiremos nesse artigo.

Palavras-chaves: Movimento Democrático Brasileiro (MDB); grupo dos imaturos; grupo autêntico.

Abstract

The Brazilian Democratic Movement (MDB) is a party of the current Brazilian political scenario of great weight, sometimes constituting the so-called “centrão”. The MDB has its political roots arising during the process of the military dictatorship, established in 1964. Its birth, in 1966, took place through legal impositions, such as AI-2 and AC-4, which sought to control political agents and give an aura of democratic permanence. Due to these impositions and restrictions, the MDB had different political ideologies in its ranks, which sometimes struggled internally to give the direction of action by which the

¹ Doutoranda em História pela UFRRJ.

party should follow its function of opposition to the authoritarian regime being implemented. From this process, at different times, internal groups in the MDB died, given to a more ferocious opposition to the regime, such as the immature group, in 1967, and the authentic group, in 1971, which we will discuss in this article.

Keywords: Brazilian Democratic Movement (MDB); immature group; authentic group.

Introdução: a formação histórico-política do MDB

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é um partido tradicional na recente democracia brasileira. Partido criado durante a ditadura militar para congregar a oposição consentida ao novo regime autoritário, então em um sistema bipartidário, ele atravessou esse período, tornando-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1979, com o retorno ao pluripartidarismo. Já em 2017, apelando para a memória de luta pela democracia, em um período em que o sistema político brasileiro se encontrava abalado pela operação Lava-Jato, o partido retornou ao uso de sua antiga sigla, MDB. Identificado, hoje, como um partido de centro, sua formação e trajetória apontam, na ditadura, para uma heterogeneidade de ideologias internamente.

Antes de adentrar as questões de formação e constituição do MDB, cabe destacar que esse artigo parte da análise do conceito de *partido político* desenvolvido por Giovanni Sartori (1982). Para Sartori “[...] os partidos são instrumentos das vantagens coletivas, de um fim que não apenas a vantagem privada dos competidores [...]. Em suma, os partidos são instrumentos *funcionais* – servem a objetivos e desempenham papéis [...] (SARTORI, 1982, p. 46) [grifo no original]. Ou seja, o MDB, apesar de não ter se constituído de uma necessidade *a priori* a sua formação entre seus pares, se estruturou da necessidade, que se instituiu em seu objetivo, de ser um canal de oposição à ditadura militar que então se instalava. A sua principal e mais importante bandeira passou a ser a defesa do retorno ao estado democrático, além desse converte-se no elemento aglutinador de diferentes vozes componentes da agremiação. Também, Sartori aborda que os partidos podem constituir-se de subunidades partidárias.

“[...] um partido é um agregado de pessoas que formam constelações de grupos rivais. [...] essas divisões internas do partido, juntamente como tipo de interações dela resultantes, constituem por si uma área de preocupação distinta e crucial. A questão é, portanto, como a unidade “partido” é articulada, ou desarticulada, pelas subunidades. [...] o próprio partido é – de dentro – um sistema (SARTORI, 1982, p. 94).

Dessa maneira, ao compreender que os partidos podem sofrer divisões internas e elas são de suma importância para compreender as constituições do partido bem como a sua estrutura de atuação, nos ajuda aqui a analisar a formação dos grupos que se instituíram no partido em períodos distintos e como eles contribuíram para a articulação da atuação partidária oposicionista.

Agora, retornando à história do MDB, ela se inicia a partir da instituição do segundo Ato Institucional (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Dentre as medidas desse recurso legal imposto, em seu artigo 18, ficou definido a extinção de todos os partidos políticos existentes naquele período. Segundo este mesmo artigo, os novos partidos deveriam seguir a Lei nº4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei orgânica dos Partidos Políticos) e suas modificações. Porém, na verdade, o que se seguiu ao AI-2 foi a imposição do Ato Complementar de número 4 (AC-4), que delimitou a formação de novas agremiações provisórias, que futuramente deveriam constituir os novos partidos no regime militar.

Ao que os autores sobre o período indicam, como Marcos Napolitano (2014) e Thomas Skidmore (1988), o AI-2 foi estabelecido com vistas à derrota eleitoral sofrida pelo partido que até então representava os interesses vinculados a ditadura que se implantava, a União Democrática Nacional (UDN). A UDN vinha do período político anterior, conhecido como “Experiência Democrática” ou “República Populista”, no pós-Era Vargas. A identidade do partido era ligada a uma imagem de antigetulismo e antipopulismo, ao passo que defendiam o liberalismo clássico e posições conservadoras e moralistas, além da proximidade com camadas médias da sociedade e setores militares (BENEVIDES, 1980). Seções desse partido foram favoráveis e apoiadores do golpe liderado pelo Exército em 1964.

A derrota eleitoral mencionada acima ocorreu nas eleições para governadores de 1965, em estados decisivos e importantes como Guanabara e Minas Gerais, vencidas pela coligação entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro (PSD-PTB). Para Fábio Wanderley Reis, a mobilização dos setores populares promovida pelas lideranças políticas populistas, representada pela coligação dos partidos PTB e PSD, principalmente pelo PTB, foi um dos fatores que colaborou para a extinção dos partidos políticos (REIS, 2009), visto que tinham grande apelo eleitoral frente a UDN. Somado a isso, o Parlamento, controlado pelo PSD, não estava disposto a negociar e aprovar as

emendas constitucionais enviadas pelo presidente Castelo Branco, que limitavam os poderes do judiciário e do legislativo (NAPOLITANO, 2014). O AI-2 foi editado no mesmo dia em que o governo não obteve o consenso do Congresso Nacional a seu favor.

Expedido em 20 de novembro de 1965, o AC-4 foi chamado pela mídia como Ato dos Partidos.² Pelas suas determinações, novas agremiações provisórias deveriam ser formadas em 45 dias, a partir do Congresso Nacional, sendo necessário um número superior a 120 deputados e 20 senadores. Dessa forma, as novas regras para a formação de incipientes agremiações políticas, baseado na edição do AC-4, limitaram a formação dos grupos políticos, principalmente no que diz respeito à constituição de uma oposição ao governo que era implantado, também por conta do processo de expurgo que acometeu o Congresso, já a partir de 1964 e que permaneceu por quase todo o período ditatorial.

Com o AC-4 limitando a formação de novas agremiações no Congresso, houve uma dificuldade para a formação de um partido de oposição que realmente pudesse se valer desse título para fazer uma política incisiva. Seus quadros mais combativos foram vitimados por cassações e exílios. Não à toa, o grupo de oposição que conseguiu se formar foi chamado de “oposição consentida”, por haver ali nomes tolerados pelo governo, sendo também chamado como partido do “sim” por usarem por diversas vezes de tom conciliatório e moderado, visto que caso eles se colocassem mais combativos do que era permitido pelo governo, sofreriam pressões ou até cassações (GRINBERG, 2009).

Dado o fim dos partidos existentes pré-1965, os políticos tinham 45 dias para se organizarem dentro do Congresso, criando agremiações a partir do poder federal junto a outras instâncias, ou seja, de forma vertical, de cima para baixo. Os dois partidos nasceram não de maneira orgânica por vontade de um grupo social que expressasse a necessidade de organização em prol de novos programas a serem defendidos, mas sim das circunstâncias histórico-políticas que foram impostas.

Por força maior, então, políticos de diferentes bandeiras ideológicas juntaram-se em torno de duas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que se constituiu no partido de base do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que congregou as diferentes vozes de oposição à ditadura instalada no país. Entre outros motivos, os expurgos promovidos pelas cassações e o medo dessas represálias contribuíram para que poucos políticos optassem por ser oposição ao governo. O MDB

² Tal nome apareceu nas edições do Jornal do Brasil, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo nas edições posteriores ao dia 21 de novembro de 1965 em que era discutido em matérias sobre essa lei.

foi formado, em sua maioria, por políticos que vinham dos quadros do PTB, partido que mais sofreu com cassações nos primeiros anos do regime militar.

Tabela 1 – Formação do MDB a partir da Câmara dos Deputados:

Antigos Partidos	Arena	MDB
UDN	86	9
PSD	78	43
PTB	38	78
OUTROS	55	19
TOTAL	257	149

Fonte: PECORARO, 2019, p. 19.

A tabela acima demonstra como, por exemplo na Câmara dos Deputados, o quadro mais expressivo na formação do MDB veio do antigo PTB, seguido por membros do PSD e de outras siglas. Caso semelhante ocorreu pelo Senado Federal, onde a constituição do MDB partiu de uma maioria de senadores petebistas, seguidos expressivamente por senadores pessedistas e, em menor número, de outras siglas (PECORARO, 2019).

“O fato de o MDB ter sido, ao lado do partido da situação, a única organização legal permitida pelo regime, fez dele o espaço de políticos de uma ampla gradação ideológica” (KINZO, 1988, p. 55). Assim, é importante notar como esse partido se formou como uma espécie de uma frente, abarcando em sua postura oposicionista uma heterogeneidade de pensamentos e tradições políticas. A unidade de diferentes matizes políticas e ideológicas esteve congregada em torno da proclamada defesa da democracia.

Isso possibilitou que dentro do MDB houvesse “desde conservadores, liberais, sociais-democratas e reformistas, até várias tonalidades de esquerda” (KINZO, 1988, p. 56), permitindo uma atuação desde mais conciliatórias até mais reacionária. É essa tonalidade mais a ação que pretendemos apresentar nesse texto, com destaque para dois períodos: 1967, com o surgimento do grupo dos imaturos, e em 1971, com a formação do grupo dos autênticos.

O grupo dos imaturos

Desde os momentos iniciais que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, várias vozes descontentes passaram a fazer oposição ao regime autoritário que vinha se implantando, não necessariamente apenas dentro do MDB. Uma dessas vozes desembocou no movimento da Frente Ampla, uma articulação política em prol da redemocratização, criada em 1966 por Carlos Lacerda com apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Além da atuação que vinha sendo feita por esta Frente, o ano de 1968 foi desafiador para o projeto de nação que os civis e militares a favor do golpe projetavam. Esse ano foi marcado por manifestações estudantis (MOTTA, 2014) e sindicais com greves, além de vários movimentos da sociedade civil com protestos de rua (ALVES, 1989). “Ocorreram em 1967 e 1968 importantes manifestações contra a política econômica e social do Estado, e uma rápida reorganização de setores de oposição na sociedade civil” (ALVES, 1989, p. 115).

Diante desse cenário conturbado e grande agitação político-social, o MDB teve que se posicionar em relação aos fatos. Quanto à frente política formada por Lacerda, o que prevaleceu no partido legal de oposição foi seu tom moderado enquanto instituição. De acordo com Maria D’Alva Kinzo (1988), diante da repressão e do crescimento da Frente Ampla, o MDB pendia para o “antilacerdismo”, dado o temor de aumento da violência e autoritarismo do Estado, além do receio de perder sua representatividade e funcionalidade enquanto partido e canal de oposição. Essas leituras operavam como entraves à sua participação na Frente Ampla.

Porém, isso não impediu que outros políticos emedebistas se aproximassem desse movimento. Principalmente os políticos que ficaram conhecidos como o grupo dos “imatuross” participaram dessa frente. Os congressistas conhecidos como imatuross eram novos políticos no cenário nacional, eleitos em 1966, que tinham posicionamentos e ações radicais de oposição e, sentindo o cenário social, entenderam que era necessário se posicionarem diante dos fatos (KINZO, 1988). Antes do AI-5, os parlamentares desse grupo, por meio da sua “retórica radical” e resistência, mudaram a inexpressiva imagem do MDB como oposição, tornando o partido atraente naquele período (KINZO, 1988).

Para exemplificar essa questão dos imatuross, será utilizada aqui uma edição do *Jornal do Brasil*, do dia 14 de abril de 1967, em que saíram duas matérias abordando a questão da crise na oposição no MDB e nas quais foram utilizadas o termo “imatuross” para designar esses parlamentares.

Na página 4, com título “Oposição se reunirá para livrar-se da perplexidade”, a publicação afirma que o deputado Mário Covas, então líder do MDB na Câmara dos Deputados, foi pressionado pelos novos deputados para promover uma reunião do partido para o debate de problemas políticos. Seguindo na mesma nota, é informado que tais deputados, em crítica a direção do partido, exigiam uma postura mais ativa do mesmo. O líder Mário Covas destacou: “[...] afinal de contas o MDB é um Partido e precisa tratar das questões políticas, sobretudo quando é acusado de viver em permanente perplexidade e de abrigar fortes tendências adesistas” (JORNAL DO BRASIL, Ano LXXVII, nº 5 p. 4). Na mesma linha, o deputado Hermano Alves afirmou “[...] que o Partido não mantém uma ação eficiente porque sua direção, incapaz de formular uma orientação, prefere fugir ao debate das questões políticas” (JORNAL DO BRASIL, Ano LXXVII, nº 5 p. 4). Esses deputados foram chamados de imaturos pela senhora Ivete Vargas, que os condenou por uma atitude radical.

Em outra matéria da mesma edição desse jornal, foi destacado ainda sobre o mesmo episódio citado acima:

Faltou pouco para sair pedrada na reunião de ontem da bancada do MDB na Câmara. A ala jovem do Partido perdeu a paciência quando verificou que a reunião ia acabar sem que se tomasse uma decisão qualquer sobre os problemas políticos em pauta. O Sr. Franco Montoro [...] resolveu protestar, ajudado pela deputada Ivete Vargas, que crismou os inconformados de “românticos” e “imaturos”.

O grupo de protesto contra a apatia emedebista – entre outros, os Deputados Renato Celidônio, Bernardo Cabral, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Cid Carvalho e Evaldo Pinto – reclama a substituição da Comissão Executiva do Partido e uma posição mais atuante em face dos variados temas em debate no Congresso [...] (JORNAL DO BRASIL, Ano LXXVII, nº 5 p. 10).

Como demonstrado em ambas notícias, o grupo que trazia os novos deputados buscava uma atuação mais incisiva do partido, bem como uma definição de sua atuação enquanto oposição e por isso foram tachados por outros deputados do partido como imaturos, em um sentido de serem novos e inexperientes, ou até mesmo idealistas ou utópicos. Fica claro na observação de tais notícias que havia uma cisão dentro do MDB, entre seus parlamentares, em definir uma linha de atuação. É perceptível uma ala jovem buscando uma efetiva função de oposição à ditadura, enquanto o outro grupo, vindo de períodos anteriores à ditadura, recorre a um tom mais conciliatório e menos conflitivo com o governo.

Na notícia também é possível identificar alguns nomes que compuseram tal grupo, como Renato Celidônio, Bernardo Cabral, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves, Cid Carvalho e Evaldo Pinto. Para o historiador Rafael Leite Ferreira (2018), ainda compunham esse grupo

[...] Waldemar Borges, Egídio Ferreira Lima, Clóvis Jatobá Costa Lima, Liberato Costa Júnior Dorany Sampaio, Geraldo Pinho Alves e Harlan Gadelha, deputados estaduais de primeiro mandato, com média de idade de 40 anos, que gozava do apoio e simpatia de alguns políticos mais antigos, como os deputados federais Oswaldo Lima filho, Clodomir Leite e Andrade Lima Filho (FERREIRA, 2018, p. 255).

Dentre os políticos que compuseram o grupo identificado como imaturos, destaca-se o deputado Márcio Moreira Alves. Em discurso realizado na Câmara dos Deputados, em 3 setembro de 1968, criticou a invasão violenta da polícia na Universidade de Brasília (UnB) em agosto de 1968, advertindo que era necessário promover um boicote aos militares, assim como para que os pais não deixassem que seus filhos participassem dos desfiles patrióticos de 7 de setembro, bem como para que as moças não dançassem ou namorassem cadetes e jovens oficiais. Denunciou os militares como torturadores em um livro intitulado “Tortura e Torturados” (KINZO, 1988).

O discurso foi mal recebido pelas forças armadas. Assim, os militares pediram para que Márcio Moreira Alves fosse processado (NAPOLITANO, 2014). Porém, pela Constituição de 1967, os deputados gozavam da imunidade parlamentar. Por isso, era necessária aprovação do Congresso para que o deputado fosse julgado por algo que tivesse dito na tribuna da Câmara. Mesmo com a maioria arenista, o pedido dos militares foi rejeitado pelos deputados que temiam pelo próprio direito à imunidade (ALVES, 1989).

Diante da crise, do desprestígio do governo e da forte oposição que envolvia o movimento estudantil, com apoio de diversos setores sociais, bem como o surgimento da coalizão política apartidária da Frente Ampla, o governo já contava com um dispositivo preparado desde julho de 1968, que foi finalmente editado em dezembro do mesmo ano, o AI-5 (ALVES, 1989). Usando a ocasião da crise política desencadeada pelo discurso de Moreira Alves e a derrota no Congresso, o governo passou a utilizar seu trunfo mais repressivo.

Assim, o AI-5 inaugurou um novo tempo na política brasileira, na qual predominou o mais forte autoritarismo de todo período ditatorial. Com a ampliação dos

poderes do Executivo, as cassações se multiplicaram. Um momento de incertezas passou a fazer parte da oposição, que viu sua representatividade declinar. As ações mais ousadas do MDB, que vinham sendo realizadas pelos imaturos, encontraram grande empecilho no AI-5 e o medo agora mais presente e constante das punições e cassações que freavam os políticos oposicionistas. Como exemplo, ocorreram as cassações de Moreira Alves e Carlos Lacerda logo após a edição do AI-5. Dos 139 deputados do MDB, 60 foram cassados nesse período (MOTTA, 1997, 134).

Se alguns partidários do MDB vinham buscando medidas contundentes de oposição, o AI-5 mostrou que essa posição efetiva teria consequências. Rodrigo Patto Sá Motta chegou à seguinte conclusão a respeito dos efeitos do ato sobre a dinâmica parlamentar:

Contudo, depois do AI-5, decretado em dezembro de 1968, o tom dos discursos na tribuna mudou bastante. O Congresso foi fechado no dia seguinte à edição do novo Ato Institucional e ficou em recesso por quase um ano, só reabrindo no final de 1969. Lendo os discursos proferidos entre 1969 e 1970, temos um grande contraste com o período anterior. A temática política praticamente desapareceu dos discursos, revelando a existência de um forte temor no ar. A maior parte do trabalho parlamentar passou a concentrar-se em projetos e problemas insignificantes (MOTTA, 1997, p. 134).

Assim, o Congresso foi calado pelo fechamento e pelas cassações. A oposição foi assombrada pelo constante medo. Isso refletiu nas eleições de 1970, que redundaram em um fracasso para a oposição, que elegeu pouquíssimos políticos para o Congresso Nacional. A década de 1970, pouco após a reabertura do Congresso, marcou o período em que a oposição teve que se autoavaliar e replanejar suas ações.

Os autênticos do MDB

Mediante as consequências do AI-5 para o partido de oposição, o MDB, na década de 1970, no seio da agremiação chegou-se mesmo a cogitar a autodissolução, já prevista em seu programa. Diante de um grupo de oposição à ditadura desmobilizado, sem ações efetivas, as eleições de 1970 trouxeram como resultado para o MDB um desempenho muito aquém do desejado, visto que o partido teve uma perda considerável não apenas para a Arena, mas também para a campanha de votos brancos e nulos. Somando-se os votos brancos e nulos para a Câmara dos Deputados, nas eleições de 1970, sua porcentagem, aproximadamente 30%, é maior que os votos recebidos pelo MDB, aproximadamente 21% (PECORARO, 2019). Tal efeito sentiu-se também na composição

para o Senado Federal, em que votos brancos e nulos somaram aproximadamente 27%, e o MDB teve uma votação de aproximadamente em 28% dos votos (PECORARO, 2019). Tais dados indicam o comprometimento da imagem do MDB em sua luta contra a ditadura e em prol da democracia. No caso, demonstra que o MDB não era visto nem como canal de insatisfação contra a ditadura ou como possibilidade de voto de protesto. O partido poderia ser entendido por parte do eleitorado que fosse contra o governo ditatorial como mais uma peça do jogo delimitado do regime autoritário e não como um partido efetivamente de oposição.

Assim, preocupados com o possível desfecho do partido, a liderança lançou a discussão, em 1971, por meio de dois grandes congressos, nos quais foram redefinidos os programas de oposição, traçando novas estratégias de ações. No primeiro deles, no Rio Grande do Sul, em abril, por meio da Declaração de Porto Alegre, reafirmou-se o compromisso com a defesa da democracia, bem como com um programa nacionalista. Já em julho, com a Carta de Recife, a oposição passou a levantar também a bandeira da Constituinte. Nesse processo de refazer a oposição, o nascimento e organização do grupo dos autênticos deu a vitalidade que o partido precisava para se reorganizar.

Em documento produzido, em junho de 1967, pelo deputado federal David Lerer (MDB/SP), com o título de “Algumas propostas de conduta para o MDB”,³ ele identificava que havia no partido três divisões em seus quadros, porém divididos em duas categorias: primeiro estavam os políticos governistas que, por algum motivo, não puderam integrar a Arena. Estes constituíam os chamados adesistas. Já na segunda categoria estavam os políticos que verdadeiramente pretendiam fazer oposição ao governo, mas expressavam seus pensamentos e ações de forma distinta. Nesse segundo grupo, basicamente, os emedebistas passaram a ser identificados futuramente em duas tendências: moderados e autênticos.

Quanto a essa primeira orientação interna ao partido, seus expoentes tratavam de fazer oposição em tom conciliatório, usando a moderação como ferramenta política no trato com a ditadura. Era um grupo formado pela maioria do MDB, e seus representantes estavam no comando do partido, sendo políticos com experiência que vinham do momento anterior ao bipartidarismo (KNZO, 1988). Já os autênticos, eram, em sua maioria, jovens políticos que entraram para o Congresso Nacional na 43ª legislatura iniciada em 1971 (NADER, 1998). Começaram sua formação com a identificação de suas

³ Documento presente no Arquivo Ernane do Amaral Peixoto (EAP), do CPDOC.

posições comuns, seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados, nos quais percebiam ter em comum um apelo mais ousado e de enfrentamento ao regime. Eram contrários a ação comedida da direção do MDB.

Sobre essa distinção interna no MDB, destaca-se aqui o pronunciamento do deputado Oziris Pontes (MDB-CE), na Câmara dos Deputados, em 08/06/1972:

Quando colegas da Oposição são tachados publicamente de comunistas, chego a conclusão de que há muito o que fazer para conscientizar e aprimorar o comportamento do partido de Posição.

[...]

Homem do interior nordestino, de formação conservadora, não me aliaria como aliei, aos chamados *autênticos* se entre eles comunistas houvesse. [...] Acreditei apenas nos moços que compuseram o Grupo dos Autênticos, senti-os profundamente idealistas e sérios, animados por uma vontade férvea de se organizarem e de organizar o partido.

[...] integrante do MDB, lembro a esse propósito que adversários nossos no Ceará iniciaram uma campanha de descrédito contra o meu Partido dizendo ser um partido de comunistas. [...].

Esclarecidas as razões da minha posição, no episódio das divergências entre *autênticos* e *moderados*, creio chegada a hora de apelar, em nome do bom senso e dos legítimos interesses partidários, pela cessão dessa luta, que já não tem sentido.

Agora, que com a realização da Convenção Nacional, só há razão para que cessem internamente as incompreensões, quero trazer este veemente apelo a moderados e autênticos em favor da unidade partidária. Divididas, se a as lutas internas continuarem, serão cada vez mais difíceis os nossos esforços e cada vez mais problemático o êxito deles em prol da recuperação democrática do País (CÂMARA..., 1972, p. 1583) [grifos no original].

Na fala do deputado é notável duas questões. A primeira se refere com relação ao governo e a própria Arena frente ao MDB. Em contexto interno e externo ao Brasil em período de Guerra Fria, em um governo que ascendeu, via golpe de Estado, baseando-se na luta contra os comunistas, descaracterizar seu oponente na arena política passava por associá-lo ao comunismo, principalmente os nomes mais combativos que, naquele período, encontravam-se no grupo dos autênticos. Já a segunda questão é o que já foi apresentado sobre a divisão latente do partido entre moderados e autênticos. Na disputa pela narrativa partidária e pelas propostas de atuação, ambos os grupos apresentavam dissidências em como empreender o processo de fazer oposição. A preocupação entre essa divisão partidária em tendências e como elas se comportavam, bem como isso poderia refletir não só na atuação do partido, mas como na própria existência partidária foi assunto debatido por vários deputados emedebistas na Câmara dos Deputados no início da década de 1970.

Antes do termo “autêntico” ser aplicado a esses políticos de posições mais expressivas de oposição, foram chamados ainda de ortodoxos, radicais, (NADER, 1998) ou identificados pelas suas características políticas, como em matéria do *Estadão* em que são chamados de “grupo jovem” ao marcar suas posições quanto à Carta de Recife (ESTADO DE S. PAULO, 4 de julho de 1971, p. 4). O importante é compreender que a opinião pública fazia distinção entre os grupos que formavam e agiam dentro do MDB. Era nítida, inicialmente, a diferença de postura entre os políticos do partido.

Essa distinção dentro do MDB acabava por gerar conflitos entre seus correligionários. Os moderados controlavam a liderança do partido e, na visão de diferentes políticos autênticos, impediam a participação dos políticos mais ousados em cargos importantes do partido (NADER, 1998). Para muitos autênticos, a maior luta estava travada dentro do partido, ou seja, além de serem malvistas pelo governo da ditadura, eram assim também compreendidos pelo próprio partido – mesmo que inicialmente (NADER, 1998). Além disso, no ponto de vista dos autênticos, eram eles que faziam a oposição de fato no partido. Os autênticos passaram a figurar como a “cara” do MDB (NADER, 1998).

Na legislatura iniciada em 1971, esse grupo somava 23 deputados federais, sendo eles: Alencar Furtado (CE), Álvaro Lins (CE), Amaury Müller (RS), Eloy Lenzi (RS), Fernando Cunha (GO), Fernando Lyra (PE), Francisco Amaral (SP), Francisco Pinto (Chico Pinto) (BA), Freitas Diniz (MA), Freitas Nobre (CE), Getúlio Dias (RS), Jaison Barreto (SC), Jerônimo Santana (GO), JG de Araújo Jorge (AC), João Borges (BA), Lysâneas Maciel (MG), Marcondes Gadelha (PB), Marcos Freire (PE), Nadyr Rossetti (RS), Paes de Andrade (CE), Severo Eulálio (PI), Santilli Sobrinho (SP) e Walter Silva (RJ) (NADER, 1998, p. 16). Destes políticos, todos tinham formação superior, a maioria em Direito, e alguns já estavam atuando na política a nível local ou regional, mas estreando em nível nacional na maior parte dos casos. Dos 23 autênticos, apenas sete – Francisco Amaral, Freitas Diniz, Nadir Rossetti, Paes de Andrade, Santilli Sobrinho, Álvaro Lins e João Borges – tiveram mandato na Câmara dos Deputados em legislatura anterior à iniciada em 1971. Apesar de nenhum deles afirmarem a existência de um ou mais líderes, identificavam Chico Pinto como uma das principais figuras do grupo, bem como seu principal articulador (apesar de Eloy Lenzi afirmar que partiu dele a ideia de separar na Câmara os “deputados autenticamente populares”) (NADER, 1998).

Das muitas articulações oposicionistas desenvolvidas pelos autênticos, esta foi a principal: a anticandidatura. Por meio dela, os emedebistas percorreram o país aproximando-se do eleitor, buscando expor a farsa democrática que existia no país, denunciando as eleições indiretas. Inclusive, ao estudar o grupo autêntico do MDB, Ana Beatriz Nader (1998), identificou esse grupo de 23 deputados correligionários no grupo, na elaboração e assinatura do documento que lançava a anticandidatura de Ulysses Guimarães.

Em torno dessa questão, novo confronto se formou no MDB. A direção do partido decidiu que Ulysses Guimarães seria, junto de Barbosa Lima Sobrinho, candidato à presidência da República para as eleições indiretas de janeiro de 1974. O caos se formou em torno da atuação do partido no dia das eleições indiretas. Para os autênticos, o partido deveria retirar a candidatura de Ulysses Guimarães e os deputados não deveriam comparecer à eleição, pois isso seria legitimar o modelo que questionavam (NADER, 1998). Porém, a direção do partido, em boa medida liderada pelos moderados, levou a eleição adiante. Os autênticos mostraram insatisfação, visto que a proposta da anticandidatura foi elaborada por eles. Assim recusaram-se a votar, abstando o voto em favor do povo. Entretanto, essa anticandidatura impulsionou o partido elevando a importância dos autênticos no cenário emedebista, bem como nacional.

Dessa forma, a construção dos autênticos dentro do MDB foi marcada por forte cisão entre diferentes posições e entendimentos de como fazer oposição. Entretanto, dada a importância de suas atuações, passaram a ser a face visível do MDB como um efetivo partido de oposição, o que levou outros políticos emedebistas a buscarem uma postura mais próxima desse grupo e também de oposição ao governo e ao regime. T tamanha era a importância da postura ousada assumida, que, segundo Flávia Amorim Souza (2013), nasceu na legislatura de 1975, um novo grupo: os neo-autênticos. Não buscando fugir da divisão principal que marcou as relações internas do MDB aqui já discutida, é importante notar o advento desse novo grupo pequeno dentro do partido. Eram políticos recém-incorporados após o intenso crescimento eleitoral do MDB nas eleições legislativas em 1974, que buscavam ampliar a atuação dos autênticos (SOUZA, 2013), chegando mesmo a criticá-los. Analisando o surgimento dos neo-autênticos, o deputado autêntico Fernando Cunha afirmou: “Os Neo-Autênticos achavam que os Autênticos eram ‘históricos’, os mais afoitos diziam até que éramos acomodados [...]” (NADER, 1998, p. 102).

Para finalizar, caso interessante é notar que na legislatura em que surgiu o grupo dos autênticos, de 1971 a 1975, o único parlamentar cassado, em um momento que se discutia, pelo próprio governo, uma distensão vias a abertura e descompressão política da ditadura, foi Francisco Pinto (BA), pertencente ao próprio grupo dos autênticos. Marcando a que veio, o parlamentar foi cassado por usar a tribuna da Câmara dos Deputados para atacar a visita do ditador chileno, Augusto Pinochet, ao Brasil. Para Chico Pinto

“Se aqui houvesse liberdade, o povo manifestaria o seu descontentamento [...] contra o opressor do povo chileno. Para que não lhe pareça [...] que no Brasil todos estão silenciosos e felizes com a sua presença, falo pelos que não podem falar, clamor e protesto por muitos que gostariam de reclamar e gritar nas ruas contra sua presença em nosso país” (PINTO, *apud*, AZEVEDO e RABAT, 2012, p. 194).

Essa foi a marca dos autênticos, usar sua voz no Congresso Nacional para fazer frente ao governo ditatorial, mesmo sabendo das possíveis consequências que envolveriam seus mandatos e até mesmo suas vidas pessoais. Os autênticos se estabeleceram em um período diferente da formação do grupo dos imaturos. Um AI-5 separava a áurea crédula dos que vieram primeiro e tiveram sua atuação rispidamente calada com o instrumento considerado o mais repressivo dos 21 anos da ditadura em vigor. Já os autênticos se consolidaram após a implantação do AI-5 sabendo o que esperar de sua contundente atuação. Ambos os grupos tinham em comum a ideia de que era necessário fazer uma oposição efetiva e não ser mais um mero instrumento do sistema político criado para legitimar a ditadura. O que os separou foram os contextos e distintos períodos.

Considerações finais

O MDB foi uma agremiação política criada a partir de um ato impositivo da ditadura militar. Na busca de estruturar um cenário de quadros políticos que beneficiasse o novo governo, que não se via representado por um partido forte do período anterior, fez-se necessária a extinção dos antigos partidos, dos expurgos por meio de cassações de opositores e da delimitação para formação de novas agremiações partindo do Congresso Nacional. Esse contexto proporcionou uma oposição limitada em sua constituição, além de congrega diferentes ideologias políticas em seu quadro.

Essas diferenças eram nítidas em seu interior. Isso possibilitou a formação de grupos internos, com diferentes frações que tinham maneiras diferentes de atuar como oposição. Mas enquanto partido que tinha como “função” ser oposição ao regime militar, surgiram grupos, em contextos históricos e políticos diferentes, que buscavam de fato exercer a posição de contestar a ordem vigente.

Dentre esses grupos destacamos 2: os imaturos e os autênticos. Os primeiros surgiram em 1966, junto a nova reestruturação partidária. Buscando realizar um papel efetivo de oposição, tinham posicionamentos e atuação considerada radical. Entretanto, os imaturos, o jovem grupo combativo das fileiras emedebistas, sofreram o duro golpe do AI-5 e as perseguições e cassações que se seguiram a ele. Devido a esse contexto, o MDB perdeu sua voz mais atuante e imergiu em um processo de apagamento em sua atuação. Foi seguida a sua inibição, sua maior derrota eleitoral em 1970.

Já o segundo grupo organizado dentro do MDB, em um contexto diferente, mas que também buscavam ter uma posição de oposição mais efetiva à ditadura, foram os autênticos, eleitos para a legislatura de 1971. Essa fração do partido surgiu em meio ao processo de rearticulação do partido e foi responsável também por participar e pressionar por esse projeto de renovação da força oposicionista. Nasceram de um contexto arbitrário, sem medo de fazer uma contundente oposição, pressionando o próprio partido a tal posição mais incisiva contra o regime autoritário. Com suas atitudes e propostas, conseguiram contribuir para uma nova postura e identidade partidária junto ao eleitorado.

Em suma, esse processo nos ajuda a compreender o surgimento e organização do MDB desde seu surgimento a sua constituição atual. É um partido, por natureza, de formação heterogênea.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARQUIVO Ernane do Amaral Peixoto (EAP), do CPDOC. EAP mdb 1966.08.06. p. 54.

ATO COMPLEMENTAR Nº4, de 20 de novembro de 1965.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2, de 27 de outubro de 1965.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. [recurso eletrônico] Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BENEVIDES, Maria Victória. *Udn e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Versão online. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/04/A-UDN-e-o-Udenismo-M-Victoria-Benevides.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XXVII, nº 42. Quinta-feira, 8 de junho de 1972.

FERREIRA, Rafael Leite. *Uma flor fura o asfalto: o MDB em Pernambuco (1965-1979)*. Tese de doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

JORNAL DO BRASIL. Análise entre 1965-1978.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Análise entre 1965-1978.

JORNAL O ESTADO DO BRASIL. Análise entre 1965-1978.

KINZO, Maria d'Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LERER, David (1967). *Acervo CPDOC*. Arquivo Ernane do Amaral Peixoto (EAP). EAP mdb 1966.08.06. p. 54.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: A trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PECORARO, Tamires Mascarenhas. *O MDB durante o governo Geisel (1974-1978): a atuação parlamentar do partido de oposição à ditadura após as eleições de 1974*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Trad. Waltensir Dutra; apresentação à edição brasileira do Prof. David Fleischer. – Ed. Brasileira ver. e ampl. - Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 3ªed., trad. Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Flávia Amorim. *Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971- 1982)*. Mestrado (dissertação). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

A TRAJETÓRIA DE MARIA GRAHAM NO IMPÉRIO DO BRASIL: ESTUDO DAS REDES DE SOCIABILIDADES NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

MARIA GRAHAM'S TRAJECTORY IN THE EMPIRE OF BRAZIL: A STUDY OF THE SOCIABILITIES IN THE BEGINNING OF THE 19TH CENTURY

Flaviana Aparecida da Silva¹

Resumo

Mediante os estudos da história das mulheres, sabemos que elas foram personagens atuantes em diversas áreas da sociedade. As mulheres estavam presentes na botânica, nas letras, nas oficinas, nas indústrias, na imprensa, nos hospitais e nas viagens marítimas. Elas realizaram viagens ao redor do mundo e publicaram relatos de suas impressões dos territórios visitados. Neste cenário está presente a inglesa Maria Graham, personagem que se destaca na historiografia brasileira. Maria Graham visitou o Império do Brasil entre os anos de 1821 e 1825. Durante este período ela manteve redes de sociabilidades que foram fundamentais para sua permanência no Império. Deste modo, este artigo objetiva analisar as redes de sociabilidade de Maria Graham durante a estadia no Império do Brasil. Para a realização da pesquisa, utilizamos como fontes o *Diário de uma viagem ao Brasil*, e cartas trocadas entre a viajante, José Bonifácio e a Imperatriz Leopoldina. A pesquisa torna-se relevante ao trazer a trajetória feminina europeia no Império do Brasil, observando as negociações e agenciamentos realizados por uma mulher para tentar sobreviver e se inserir no cotidiano do “Novo Mundo”.

Palavras-chave: Maria Graham; Império do Brasil; Redes de Sociabilidade; Viagens.

Abstract

Through the studies of women's History, it is known that they were acting characters in many fields of society. Women were present in botany, letters, workshops, industries, the press, hospitals and sea travels. They accomplished travels all around the world, and published reports of their impressions about the territories they visited. In this setting there is the presence of the Englishwoman Maria Graham, character that stands out in

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Doutorado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Brazilian Historiography. Maria Graham visited the Empire of Brazil between the years of 1821 and 1825. During this period she maintained sociability networks that were fundamental for her permanence in the Empire. This way, this article aims to analyze Maria Graham's sociability networks during her stay in the Empire of Brazil. For the writing of this research the sources used were: *Journal of a Voyage to Brazil* and letters exchanged between the traveler, José Bonifácio and Empress Leopoldina. The research has its relevance because it brings the female European trajectory in the Empire of Brazil, noticing the negotiations and actions performed by a woman trying to survive and insert herself in the everyday life of the "New World".

Keywords: Maria Graham; Empire of Brazil; Sociability Networks; Travels.

Introdução

Durante o século XIX, a América recebeu inúmeros viajantes. Este período é marcado pela ascensão das viagens marítimas que, em decorrência das transformações nos meios de transporte, das comunicações e das ciências, possibilitaram o aumento das expedições. Embora as mulheres não fossem a maioria da tripulação, elas estavam presentes nas embarcações. Dentre as mulheres que viajaram no início do século XIX, encontramos uma personagem cuja trajetória se destaca na historiografia brasileira: Maria Dundas Graham, ou apenas, Maria Graham. O presente artigo tem como objetivo apresentar as redes de sociabilidade de Maria Graham durante sua estadia no Império do Brasil, observando os personagens inseridos em suas relações sociais e analisar de que maneira estas redes foram importantes em sua trajetória no território.

Maria Graham nasceu na Inglaterra em julho de 1785. Filha de um Almirante Real da Marinha Britânica, as viagens fizeram parte da sua vida desde o período da juventude, onde acompanhou seu pai em viagens para a Índia em 1808. Além de viajante, Maria Graham escreveu livros de história, artes, contos infantis e literatura de viagem. Portanto, ela estava inserida no campo das letras, e, também, na botânica e nas artes, já que realizava atividades de história natural para instituições científicas na Inglaterra, e produziu ilustrações da flora e do cotidiano dos lugares visitados (GOTCH, 1937).

Maria Graham casou-se com Thomas Graham, um escocês que ocupava o cargo de capitão da Marinha. Acompanhando-o em uma das viagens a serviço da Marinha Britânica, ela chegou ao Império do Brasil em setembro de 1821 a bordo da fragata *Doris*.

O casal visitou as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Um ano depois eles foram para o Chile, porém, Thomas Graham que já estava muito doente, e faleceu durante a passagem pelo Cabo de Horn. Apesar de estar sozinha e distante de sua terra natal, a inglesa continuou sua viagem pelo Chile, e em 1823 retornou ao Império do Brasil, e ocupou o cargo de professora das princesas imperiais, residindo na Corte por aproximadamente um mês (GOTCH, 1937).

Maria Graham retornou a Inglaterra em 1825, após um período de cerca de cinco anos na América do Sul. Anos depois ela se casou novamente, e seu segundo marido era um renomado pintor, Augustus Callcott. A viajante faleceu em 1842, devido a uma doença que sofreu por boa parte de sua vida, a tuberculose (GOTCH, 1937).

Embora não seja o foco deste artigo abordar as discussões políticas, gostaríamos de elucidar algumas questões a respeito do contexto em que Maria Graham estava inserida ao chegar à América. A situação da Europa, em princípios do século XIX, era conturbada. Napoleão, após dominar parte dos territórios europeus, almejava, também, o poder do oceano e, para isso, teria de dominar os britânicos. A dominação ocorreu através do bloqueio continental da Grã-Bretanha, ou seja, os países europeus não poderiam comercializar nem ter acesso aos seus portos (SILVA, 2011). Após a tentativa de manter a posição de neutralidade, Portugal optou pela transferência da Corte à América e se alinhou aos ingleses para a proteção político-internacional e preservação dos territórios ultramarinos (SCHWARCZ, 2002). A Coroa foi obrigada a escolher entre “a invasão do território ou a perda das colônias” (RICUPERO, 2011, p. 119).

Nesse momento, fortaleceu-se a aliança anglo-lusitana. Os ingleses tinham uma parceria econômica com Portugal e precisavam de seus portos. Contudo a aliança não era recíproca, pois havia uma desigualdade a partir da qual a Inglaterra desfrutava de concessões, favores e poder em relação a Portugal. Os portugueses eram dependentes do poder naval britânico, e essa dependência adquiriu seu ápice na transferência da Corte, pois, além de oferecer a escolta naval, a Grã-Bretanha era a única garantia para a restauração do território, caso este fosse invadido pelos franceses (RICUPERO, 2011).

A Inglaterra apresentava interesses políticos e econômicos na América do Sul, sendo o comércio o principal aspecto da economia britânica no continente². Com a

² A Grã-Bretanha mantinha representantes diplomáticos no Brasil monárquico. Entretanto o mesmo não acontecia no Chile e no Peru. A América do Sul teve dois comandantes navais. Entre 1816-1819, William Bowles assumiu o comando e, em 1819, Thomas Hardy iniciou o trabalho de quatro anos (VALE, 2001).

abertura dos portos, em 1808, foi possível que os ingleses mantivessem o controle do comércio na América Portuguesa. Entretanto, com o fim das guerras napoleônicas, era preciso garantir que esse domínio continuasse e, para isso, foi de suma importância a presença naval nas águas sul-americanas e de comerciantes no território.

Os comerciantes britânicos vieram em massa para a América do Sul³. Em 1820, por exemplo, não havia menos que 300 deles atravessando o Atlântico anualmente (VALE, 2001). Nesse sentido, as revoluções sul-americanas do início do XIX foram fontes de interesse na Europa,

Esses viajantes de princípios do século XIX eram frequentemente enviados para o “novo continente”, por companhias de investidores europeus, como especialistas à procura de recursos exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais e assim por diante (PRATT, 1999, p. 252-253, grifo da autora).

Quando Maria Graham chegou ao Reino do Brasil, em 21 de setembro de 1821, Recife encontrava-se em estado de sítio após uma reação de oposição e insatisfação com o governo de Luís do Rego e formação do movimento conhecido como Junta de Goiana. As mulheres viajantes, apesar de ocuparem um espaço de servidão, devido às questões de gênero, tinham privilégios de raça e classe (PRATT, 1999), e Maria Graham, ocupando o papel de “representante” da Grã-Bretanha, obteve diversos favores, benefícios e acesso aos espaços no Brasil Imperial. E, através dessas clivagens, esteve inserida em redes de sociabilidade com pessoas que ocupavam cargos de importância no período.

Maria Graham tinha redes de sociabilidade nos lugares aos quais visitou. Quando esteve na Índia, por exemplo, foi recebida por Lorde Minto (1751-1814), governador-geral entre 1806 e 1814. Em Calcutá, residiu na Casa do Governo. No Chile, frequentou a casa de O’Higgins, Juiz Prevost e Lorde Cochrane, mantendo relações com a elite crioula e expatriados. Silva (2019) utiliza o termo “alianças” para analisar as relações com a elite local. A historiadora informa que essa aliança proporcionou à Maria Graham a coleta de informações e sua entrada em espaços não acessíveis. Essa aliança foi possível, principalmente, pelo fato de ela ser britânica. Segundo a autora, nos encontros realizados, Maria Graham conhecia o público e o privado, participava de discussões políticas e

³ Segundo Ricupero (2011), o comércio da Grã-Bretanha com o Brasil teve iniciativa de 113 comerciantes de Londres, que, em 1808, estabeleceram a Sociedade dos Negociantes Ingleses que traficam para o Brasil. E, em 1811, 75 estabelecimentos comerciais britânicos já estavam instalados na cidade do Rio de Janeiro.

conhecia o feminino, descrevendo as vestimentas das mulheres e o espaço do interior das casas.

O presente trabalho realizou o mapeamento das redes de sociabilidade de Maria Graham no Império, privilegiando a análise de algumas relações sociais, tendo em vista que a inglesa se relacionou com diversas pessoas durante a estadia no território. Por essa razão, selecionamos algumas relações e verificamos os personagens envolvidos e os cargos ocupados por eles, observando os papéis dessas redes de sociabilidade em sua trajetória no Império. Para a realização da pesquisa, utilizamos como fonte o *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, e cartas trocadas entre Maria Graham, a Imperatriz Leopoldina e José Bonifácio.

O *Journal of a Voyage to Brazil* foi publicado em 1824 na Inglaterra. O documento é uma fonte importante de informações sobre a natureza do território, o cotidiano, o social e o político, já que a autora forneceu detalhes do processo de independência do país. Para fins de melhor fluidez da leitura do artigo, utilizaremos a versão traduzida da obra realizada pelo renomado historiador Américo Jacobina Lacombe.

As cartas trocadas com José Bonifácio e a Imperatriz Leopoldina estão inseridas no *Diário de uma viagem ao Brasil*, e no livro *Correspondências entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*, ambas publicações da Biblioteca Nacional.

A corrente teórica adotada no presente artigo utilizou o conceito de redes de sociabilidade dos autores Jean-François Sirinelli, Maurice Agulhon e Pilar Gonzáles Quirós. Entretanto, cabe destacar que os conceitos de redes de sociabilidade, redes sociais e relações sociais podem ser utilizados de diferentes maneiras pelas correntes teóricas e pelos estudiosos⁴. Recentemente, Niall Ferguson, historiador britânico, publicou a obra A

⁴Para ilustrar a discussão referida, gostaríamos de mencionar o estudo de Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*, onde analisa os elementos de incorporação da sociabilidade da maçonaria no Brasil, observando sua atuação interna e externa. Na sociabilidade maçônica, havia trocas culturais entre Brasil e Portugal, além de interação e interferência nas discussões que permeavam o espaço público. O historiador acredita que “a vivência propiciada pela sociabilidade maçônica foi importante no aprendizado das práticas representativas e no forjar de uma cultura política, onde o exercício da soberania passava das mãos do rei para as da nação” (BARATA, 2002, p. 314). Já na perspectiva do gênero, Ana Beatriz Mauá em *Tan criolla, criolla como yo: identidade, política e gênero nas correspondências de Gabriela Mistral e Victoria Ocampo, 1926-1956*, trabalha com as escritoras latino-americanas Gabriela Mistral e Victoria Ocampo. A historiadora, ao examinar as trocas epistolares entre as duas mulheres, afirma que ambas constituíram uma rede de sociabilidade literária e intelectual com outros escritores e artistas, fato este que ajudou na potencialização de seus trabalhos. Através das redes de sociabilidade, foi possível observar os diálogos sobre projetos estéticos e literários, os favores literários e a articulação para que obtivessem reconhecimento. Gabriela Mistral e Victoria Ocampo (...) “foram capazes de construir para si próprias redes de sociabilidade intelectual com importantes figuras do mundo letrado hispano-americano. Ao estabelecerem essa interlocução, conseguiram promover

Praça e a Torre: Redes, Hierarquias e a Luta pelo Poder Global, em que analisa a história das redes sociais e das hierarquias, observando a maneira pela qual essas estruturas influenciaram determinados acontecimentos na sociedade. Para ele, as redes sociais

são estruturas que os humanos formam de maneira natural, começando com o próprio conhecimento e as várias formas de representação que utilizamos para comunicar esse conhecimento, assim como, sem dúvida, as árvores genealógicas às quais todos nós necessariamente pertencemos, mesmo que apenas alguns dentre nós tenham um conhecimento genealógico detalhado” (FERGUSON, 2018, p. 55).

Ferguson acredita que a história deve ser pensada através do estudo da dinâmica das redes sociais, e, portanto, sua obra observa os papéis das redes em movimentos sociais, revoluções e avanços tecnológicos.

No Império do Brasil, Maria Graham esteve inserida em uma rede de sociabilidade onde estabeleceu contato com governadores, cônsules, ministros, desembargadores e a Família Imperial. Sociabilidade diz respeito às práticas sociais que um grupo de indivíduos desempenha, considerando as formas afetivas – positivas ou negativas. Já o termo rede refere-se aos espaços de interação social, embora não seja preciso que todos os personagens participantes da rede “conheçam ou compartilhem os espaços de sociabilidade” (QUIRÓS, 2009, p. 22). Por essa razão, o diálogo entre o conceito de redes e sociabilidade é fundamental para pensar esse universo relacional e as interações da viajante Maria Graham com a elite política. De acordo com Agulhon (1984) apud Quirós (2009, p. 7), “todo grupo humano, seja ele definido no espaço, no tempo ou na hierarquia social, tem sua sociabilidade, de certa forma por definição, cujas formas específicas devem ser analisadas”. Desse modo, para o autor, a sociabilidade é encontrada em toda relação humana, seja por meio da afabilidade ou brutalidade.

Todo grupo de intelectuais organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Os espaços de sociabilidade são estruturas marcadas pelas experiências e determinados pela temporalidade. As estruturas de sociabilidade, segundo Sirinelli (2003), mudam de acordo com a época e o subgrupo estudado. A base dessas redes pode ser compreendida através da idade, de estudos em comum, atração e amizade, ruptura e

seus trabalhos pessoais, ao mesmo tempo em que colaboravam com a organização de uma rede de escritoras e artistas na mesma condição” (NUNES, 2019, p. 42).

rancor, hostilidade e rivalidade. Nesse sentido, também é nosso objetivo entender como as redes de sociabilidade se colocam na trajetória de Maria Graham no Império, pois, entre idas e vindas ao território, a vida da viajante teve mudanças, visto que ela perdeu o marido, a ligação direta com a fragata *Doris* e, conseqüentemente, as relações sociais ampliaram-se.

As redes de sociabilidades no Império: a província de Pernambuco

A fragata *Doris* chegou à costa do Reino do Brasil em 21 de setembro de 1821, ancorando a oito milhas de Olinda, antiga capital da província de Pernambuco. Durante o período de estadia, Maria Graham se aproximou e teve contato com lideranças políticas da região. É importante compreender o vínculo e os personagens que compõem as redes de sociabilidade da viajante, pois os relatos produzidos são, em grande medida, interferidos pelos espaços e pelas pessoas citadas pela autora. Desse modo, nas redes de sociabilidade de Pernambuco, selecionamos a análise das relações entre a família de Luís do Rego e os membros da Junta do Governo Provisório.

Havia uma recomendação para que Maria Graham permanecesse dentro do navio, já que a região em estado de sítio poderia ser perigosa. Entretanto, a inglesa não seguiu a orientação e foi com os guardas-marinha procurar a esposa do governador no palácio. Era comum para os viajantes ingleses visitarem e se apresentarem à liderança local ao chegarem a um novo destino. Eles foram recebidos pelo coronel Patrone, pois Luís do Rego estava presente em outra reunião. Essa é a primeira menção no diário do contato com a família do governador. Apesar de não citar detalhes da primeira visita, podemos perceber que os nomes dos membros da família já eram de conhecimento na fragata.

Na narrativa, verificamos que as redes de sociabilidade envolviam assuntos ligados ao contexto político da época, tendo em vista que a finalidade da viagem à América foi defender os interesses britânicos durante o processo de Independência. Sirinelli (2003) afirma que as pessoas que compõem as redes de sociabilidade, no geral, compartilham interesses e objetivos em comum. Deste modo, é possível perceber que a interação política está presente nas práticas sociais da viajante, e os personagens estão envolvidos no processo de independência do Brasil.

Aproximadamente uma semana depois da chegada em Pernambuco, Maria Graham se hospedou na casa de Luís do Rego para realizar passeios e visitas. Eles visitaram as linhas de defesa da cidade, o mercado e, também, a cidade de Olinda. Para

além dos passeios em espaços públicos, a viajante participou de um jantar na casa do governador com a presença de oficiais. De acordo com Silva (2019), os encontros sociais, como jantares, festas e visitas, facilitavam a relação entre o público e o privado.

No dia 30 de setembro de 1821, a viajante escreveu:

Nossa recepção foi a mais cordial. Sua Excelência ocupou uma das cabeceiras da mesa, um ajudante de ordens a outra. Eu fiquei sentada entre o Sr. e a Sr.^a Luís do Rego. Ele parecia contente por falar de seus velhos amigos ingleses da guerra da península, com muitos dos quais eu me dava. A Sr.^a tinha muita coisa que perguntar sobre a Inglaterra, onde ela estava ansiosa para ir (GRAHAM, 1956, p. 123).

Além dos passeios realizados com a esposa de Luís do Rego, podemos confirmar a relação de amizade com a família através de sua primeira despedida, em 13 de outubro de 1821, quando a esposa do governador lhe deu amostras de ametistas, pedras e minério de ouro, referindo-se a eles como “amáveis amigos do palácio” (GRAHAM, 1956).

Apesar da relação de amizade com Luís do Rego, Maria Graham teve contato com o grupo que fez oposição ao seu governo⁵. Junto com alguns tripulantes da *Doris*, Maria Graham foi até o palácio do governo provisório pedir a liberação das roupas e o fornecimento de provisões frescas para a fragata. Assim que chegaram ao local, foram informados sobre o interesse da Junta na presença da viajante durante a reunião. Tendo em vista que a cena era incomum às mulheres daquele período, Maria priorizou dar ênfase no momento em que teve autonomia⁶, detalhando os móveis e, principalmente, a posição na qual se encontrava: em uma sala majoritariamente composta por homens que cumpriam a função de senadores e generais, sendo a única mulher na discussão política⁷.

⁵ A Junta Governativa que fez oposição a Luís do Rego foi formada na vila de Goiana, interior de Pernambuco, por senhores de engenho e militares que participaram da Insurreição Pernambucana de 1817. Foi instalada em 21 de agosto de 1821 e coexistiu com a Junta de Governo, liderada por Luís do Rego, e ambas disputaram o controle da província até final de outubro do mesmo ano. A Junta Provisória tinha como base os princípios constitucionalistas de Portugal e objetivava a expulsão de Luís do Rego e a realização de novas eleições (SORGINE, 2005).

⁶ Segundo Porto (2018), a autora possuía a intencionalidade na produção de fontes documentais primárias através de seus testemunhos, além de ter uma consciência da importância histórica desse conflito na província pernambucana.

⁷ Ver relato: “Vi então que iria defrontar com a plena força do governo provisório. Ao fim de um longo e sujo quarto, que fora em tempos belo, como indicavam a forma das janelas e o estuque dos painéis em que havia traços de cor e de douração, estava um velho sofá de crina no centro do qual fui colocada, com Mr. Dance de um lado e Mr. Glennie de outro. Junto a Mr. Dance sentou-se o pequeno secretário e adiante dele nosso intérprete, em cadeiras de espaldar alto à moda antiga. O resto do mobiliário da peça consistia em nove assentos de diferentes tamanhos e formas, colocados em semicírculo em frente ao sofá. Em cada um sentou-se um dos membros da Junta do governo provisório que fazem o papel de senadores, ou generais, conforme exigem as circunstâncias. Fui apresentada a cada um deles. (...) Informaram-me amavelmente que não leriam a carta enquanto eu estivesse esperando fora, mas logo que se sentaram o secretário leu-a alto” (GRAHAM, 1956, p. 128-129).

A demora pela volta dos viajantes preocupou o ex-governador, que chegou a oferecer um grupo para procurar a inglesa. Entretanto Thomas Graham negou a ajuda e informou que, se os patriotas detivessem o tenente enviado junto com o grupo, ele próprio iria buscá-la com seus homens. Todavia, não teve medo com relação ao bem-estar de Maria Graham, pois estava na companhia de Glennie e Dance⁸ (GRAHAM, 1956). Podemos perceber, em sua escrita, a intenção de demonstrar que tinha autonomia e até mesmo domínio para atuar nas situações de conflitos, uma vez que foi negociar com os membros da Junta do Governo Provisório, e não seu marido, o capitão da Marinha. Porém, ao mesmo tempo em que busca demonstrar essa relação de poder, Maria Graham não deixou de mencionar que estava na companhia de dois homens em quem seu marido confiava e, portanto, apresentou uma autonomia na qual era necessária a presença masculina.

Ao final da conversa, as roupas e provisões foram liberadas. No entanto, o destaque no texto de Graham é o interesse da Junta pelo apoio da Inglaterra, bem como o discurso de injustiça dos membros pelo ex-governador, Luís do Rego. No dia 3 de outubro de 1821, a autora disse:

[...] Em vez de tomar qualquer conhecimento do conteúdo, o secretário começou um longo discurso, expondo a injustiça do governador português e do governo em relação ao Brasil em geral e aos pernambucanos em particular. [...] A junta estava extremamente ansiosa por saber se havia a probabilidade de reconhecimento pela Inglaterra da independência do Brasil, ou se ela tomaria alguma participação na luta. Muitas foram as perguntas, feitas de formas muito diversas, que o secretário nos dirigiu a respeito (GRAHAM, 1956, p. 129-130).

A interação de Maria Graham com Luís do Rego e a Junta de Goiana demonstra que essas redes não eram constituídas apenas de atores com interesses em comum. Dentro dessas redes, há conflitos políticos, e a viajante, apesar de afirmar sua neutralidade, se posiciona ao defender a separação de Brasil e Portugal ao longo da narrativa do diário.

Ao apresentar as redes de sociabilidade de Pernambuco, constatamos a obtenção de informações sobre os últimos acontecimentos políticos na província, pois, no convívio com o governador e a oposição, Maria Graham recebia notícias acerca dos eventos e, ao mesmo tempo, investigava de perto os episódios do processo de Independência.

⁸ Ver relato: “O governador ficou inquieto e ofereceu-se a mandar um grupo de caçadores à procura – como ele gentilmente disse – da minha pessoa. Mas isso foi naturalmente recusado. O capitão assegurou a Sua Excelência que se os patriotas detivessem o seu tenente ele o iria buscar com os seus próprios homens. Quanto a mim, como estava com meus dois companheiros, não tinha o menor receio a meu respeito” (GRAHAM, 1956, p. 131).

A defesa dos interesses britânicos fica mais evidente em sua primeira estadia no território. Contudo, é importante mencionar que ao retornar na condição de viúva e sem a ligação direta com a fragata *Doris*, Maria Graham em um episódio apresentado no *Escorço Biográfico*⁹, recebeu a esquadra imperial em Pernambuco e visitou Manuel de Carvalho Paes de Andrada¹⁰, comandante em chefe do inimigo. Ela o encontrou sentado à mesa com cerca de 14 pessoas, onde discutiam a situação política da cidade. Manuel de Carvalho buscou averiguar, através de Maria, quais eram os planos de Lorde Cochrane¹¹ e, após a reunião, segundo os relatos da viajante, Manuel

me suplicava, no caso de lhes faltar sua proteção, que empregasse qualquer influência que pudesse ter junto a Lord Cochrane para recomendá-las à sua misericórdia. Prometi isto prontamente, certa, porém, de que tal recomendação era completamente desnecessária, pois que talvez nunca tivesse havido comandante tão terrível para o inimigo antes da vitória, como tão misericordioso depois dela (GRAHAM, 1997, p. 83).

Podemos perceber que, mesmo após ter se distanciado dos representantes oficiais da Grã-Bretanha e já na condição de viúva, Maria Graham continuava sendo vista a partir de uma posição social de prestígio, pois as pessoas a procuravam para perguntar a respeito dos acontecimentos políticos. Primeiramente com a ligação do marido e, posteriormente, com Cochrane, a viajante se manteve dentro do debate político, no qual buscava se informar, mas, também, era fonte de informações para as pessoas ao seu redor.

Maria Graham na província da Bahia

No contexto da estadia de Maria Graham, a província da Bahia vivenciava os conflitos do processo de independência. A primeira visita da inglesa neste território foi efêmera. Todavia, sua relação com o britânico a quem chamava de Sr. Pennell nos chamou a atenção, em razão da aproximação que teve com sua família e a quantidade de vezes que ele foi mencionado no diário. William Pennell ocupou o cargo de cônsul e, provavelmente, foi o residente britânico mais bem documentado na província baiana do Oitocentos. Sua esposa nunca foi mencionada nos documentos ou nos relatos de Graham;

⁹ O documento *Escorço biográfico de D. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*, foi escrito por Maria Graham após a morte do imperador, em 1834. Nele, a autora escreveu sobre o período residido na Corte e na zona rural do Rio de Janeiro, nos anos de 1824 e 1825. Ele é considerado uma continuação do diário publicado em 1824. O documento não foi publicado na Inglaterra, apenas no Brasil, através dos Anais da Biblioteca Nacional.

¹⁰ Manuel de Carvalho Paes de Andrade foi um dos líderes da Confederação do Equador, em 1824.

¹¹ Thomas Cochrane foi um oficial naval e político britânico. Ele nasceu na Escócia em 1775 e participou das batalhas contra o exército de Napoleão Bonaparte. Na década de 1820, Cochrane ocupou o papel de líder de várias batalhas para o processo de independência no Chile e Brasil.

apenas suas duas filhas. Portanto é possível que ele fosse viúvo e a responsabilidade de administração da casa, o cuidado com o cônsul e outras tarefas tenham sido dever das filhas (GUENTHER, 2001-2002).

No primeiro contato, a convite de Pennell, o viajante permaneceu alguns dias em sua moradia. Passeou pelos arredores da casa, visitou a igreja dedicada à Nossa Senhora da Graça, uma capela inglesa e foi à ilha de Itaparica. Aliás, o cônsul realizou várias reuniões sociais com portugueses e ingleses.

Em 28 de outubro de 1821, o cônsul ofereceu uma festa no campo.

O Sr. Pennell fixou gentilmente o dia de hoje para dar-nos uma festa no campo. Por isso alguns de nossos moços tiveram de ir antes e ajudar a armar as barracas, etc. [...] Em vez de tendas utilizamos uma casa de campo chamada Roça, onde a beleza da situação e a elegância da construção e do jardim supriram o que poderíamos ter achado de romântico nas tendas, se tivessem sido erguidas (GRAHAM, 1956, p. 161).

A relação com William Pennell e sua família foi apresentada no diário através das visitas e dos passeios pela província. Era comum que os cônsules britânicos recebessem os viajantes da Grã-Bretanha, em razão do caráter diplomático, pois eles eram os responsáveis pela interlocução com o governo. Nos espaços de sociabilidade, eram promovidos jantares, festas, cafés e visitas cotidianas. Geralmente, esses espaços referiam-se às casas da elite política as quais Maria Graham frequentava – no caso, Luís do Rego e William Pennell. As redes de sociabilidade podem ser informais ou formais, isto é, podem se caracterizar através das relações familiares e de amizade, ou por meio de associações em clubes e outras instituições (SIRINELLI, 2003). No caso de Maria Graham, por exemplo, percebemos que essas redes eram informais, e muito se construíam em função da sua posição como mulher inglesa, casada com um capitão da Marinha Britânica.

Por meio dessa relação, assinalamos outros papéis das redes de sociabilidade que se manifestaram através da diplomacia com os cônsules, na intermediação de visitas tanto no privado quanto no público, na realização de passeios e na participação em festas. Também observamos esse papel em outras relações no diário, como, por exemplo, com a família de Luís do Rego e visconde do Rio Seco.

Maria Graham acompanhou a filha do cônsul em uma série de visitas aos seus amigos portugueses. Embora não fosse costume realizar visitas no período da manhã, o viajante conseguiu acesso ao espaço doméstico e foi no privado que Maria Graham encontrou várias mulheres sobre as quais relatou em seu diário, afirmando que elas tinham

a aparência de não ter tomado banho, o cabelo mal penteado e roupas muito diferentes da Europa (GRAHAM, 1956). A viajante encontrou as mulheres nas ruas da Bahia e Pernambuco, mas, principalmente, no privado, quando realizou visitas às casas ou participações de reuniões sociais promovidas pelas lideranças políticas. De acordo com Oliveira (2005), era no contato com as mulheres que a inglesa conhecia o espaço privado.

A estadia no Rio de Janeiro

Semelhantemente ao que aconteceu na Bahia, ao chegar pela primeira vez ao Rio de Janeiro, Maria Graham recebeu a visita¹² do cônsul-geral em exercício, o coronel Cunningham, e sua esposa. O coronel foi mencionado no diário em outras ocasiões, como na participação de uma excursão ao Jardim Botânico, proposta por Hayne e sua irmã. Hayne ocupava o cargo de juiz no Tribunal da Comissão Mista no Rio de Janeiro e convidou Maria Graham para o passeio com seu grupo de amigos. Alexander Cunningham era cônsul e Henry Hayne, juiz. Portanto ambos eram britânicos e ocupavam posições na política do Rio de Janeiro e defendiam os interesses da Grã-Bretanha.

Depois de esperar em companhia de nossos agradáveis e bem informados amigos que começasse a soprar a brisa marítima, voltamos parte do caminho ao longo da lagoa, depois subimos ao curato de N.ª S.ª da Cabeça, onde se juntaram a nós várias outras pessoas que ali tinham vindo para jantar conosco. O padre Manuel Gomes recebeu-nos muito amavelmente e nosso piquenique se espalhou pela ampla varanda de seu curato. [...] Andamos até o pé do morro e cada qual tomou um transporte diverso: o coronel e a Sr.ª Cunningham, a sua confortável carruagem inglesa; o Sr. e a Sr.ª Hayne, o seu belo carro descoberto a dois cavalos; e eu em minha caleche, ou sege, – carruagem feia, mas cômoda, muito pesada, mas bem adaptada às estradas rudes que ligam o jardim à cidade. Os homens vieram todos a cavalo e quase todos nós trouxemos algo para casa (GRAHAM, 1956, p. 180-182).

Na análise das redes de sociabilidade, notamos o estabelecimento de relações de amabilidade, em que eram realizados passeios, festas e cerimônias. Em sua segunda visita, por exemplo, Maria Graham, ao passar o dia com a esposa de Hayne, a acompanhou para cumprimentar Ana Vidal Carneiro da Costa, mulher de Luís José de Carvalho e Melo, pelo seu aniversário (GRAHAM, 1956). A relação com a família do juiz era próxima¹³, tendo em vista que ela começa a falar o português, e o idioma ajuda na aproximação com as pessoas. Luís José de Carvalho¹⁴ era desembargador da Relação

¹² Em data no diário, a visita foi realizada em 17 de dezembro de 1821.

¹³ A filha do casal, Carlota Cecília Carneiro de Carvalho e Melo, foi citada como sua jovem amiga.

¹⁴ Futuro visconde da Cachoeira. Durante outra visita à casa do juiz, dessa vez na companhia do capitão do navio francês *La Susse*, Maria Graham conheceu sua biblioteca e escritório e, através de Carlota, diversos autores da literatura portuguesa, tomando emprestados alguns livros (GRAHAM, 1956).

do Rio de Janeiro e deputado pela Bahia na Assembleia Constituinte. Hayne era juiz do tribunal de tráfico, e, como podemos verificar dentro das redes de sociabilidade no Rio de Janeiro, havia pessoas que compartilhavam os mesmos espaços.

Para além das entradas nos espaços, as redes de sociabilidade auxiliavam a viajante em momentos de dificuldade. Em sua segunda visita ao Rio de Janeiro, dessa vez viúva, Maria Graham teve a ajuda de W. May para obter moradia durante o período de permanência no Império. Isso aconteceu em duas ocasiões. Na primeira, em 14 de março de 1822, May foi a bordo do navio para avisar que a viajante poderia residir na casa de Thomas Hardy até conseguir um espaço para ela. Também em 26 de junho, May e Dr. Dickson lhe ajudaram a mudar para uma casa na praia de Botafogo, pois estava doente e, segundo os amigos, precisava mudar de ares. “Como meu amigo Dr. Dickson, que me tratou durante todo este tempo com uma amabilidade constante, me aconselhou a mudar de ares, ele e o Sr. May arranjaram-me uma casinha na praia de Botafogo” (GRAHAM, 1956, p. 285). Além das visitas¹⁵, May lhe informava acerca das notícias do governo, das finanças e das atualidades naquele período (GRAHAM, 1956).

Das redes de sociabilidade no Rio de Janeiro, a família de Joaquim José de Azevedo, o visconde do Rio Seco¹⁶, foi importante para seu acesso em alguns espaços. Certa vez, ao ir à ópera, recebeu o convite da viscondessa¹⁷ para entrar em seu camarote, que era junto ao do príncipe d. Pedro. Apesar de os príncipes não estarem presentes nessa noite, a autora afirmou que teve o prazer de “ver o teatro iluminado, ouvir o hino nacional, e de ver as senhoras mais bem vestidas do que até agora tiveram oportunidade” (GRAHAM, 1956, p. 201). Em outra ocasião, o convite para uma cadeira no camarote foi novamente realizado, no dia em que d. Pedro, dessa vez imperador, conferiu a Ordem do Cruzeiro ao seu marido (GRAHAM 1956).

Nas redes de sociabilidade, Maria Graham e os viajantes da *Doris* ofereciam proteção a alguns personagens que compartilhavam afinidades. Em janeiro de 1822, durante um dos conflitos do processo de Independência, Maria Graham procurou a viscondessa do Rio Seco para avisar que, caso fosse necessário, ofereceria abrigo e proteção, tendo em vista que ela e sua família corriam risco pela posição política. A

¹⁵ A viajante realizou visitas e passeios com May, como na cerimônia de Assunção de Nossa Senhora, na qual a comitiva imperial também esteve presente (GRAHAM, 1956).

¹⁶ Em 1826, tornou-se marquês de Jundiá, tesoureiro da Casa Real.

¹⁷ A viscondessa do Rio Seco era sogra de Luís do Rego, personagem apresentado anteriormente no artigo.

viscondessa, segundo a viajante, parecia bastante apreensiva e buscou providenciar segurança à sua família, despachando-a para uma fazenda (GRAHAM, 1956).

Prometemos-lhe que, quando ela fizesse um sinal da casa dela, ou mandasse um recado, teria logo proteção. Ela parece muito apreensiva quanto ao perigo da soltura dos presos concedida pelos brasileiros durante a noite, e disse que há temores de que os portugueses possam tomar as fortalezas do outro lado da baía e as conservem até a chegada dos reforços esperados diariamente de Lisboa. Isso poderia, realmente, ser desastroso, mas creio que o medo é mal fundado. Havendo encorajado minha amiga quanto podia, fomos para o Campo e encontramos os brasileiros instalados, na maior parte, em alguns prédios inacabados (GRAHAM, 1956, p. 204-105).

As redes de sociabilidade colocavam Maria Graham na posição central e, conseqüentemente, dentro da esfera privada e política, devido à aproximação com os personagens elencados no artigo. A posição de viajante inglesa, branca e alfabetizada foi importante para a aproximação com esses personagens, sobretudo a relação com a fragata *Doris*, que estava ligada diretamente à representação da Grã-Bretanha. Ao estar inserida dentro do espaço social do navio, a viajante inicialmente se relacionava com os cônsules britânicos, os comerciantes ingleses e governadores, e, à medida que residia no território, ampliava o contato com os grupos políticos do Império.

Quando não estava na presença das pessoas de suas redes de sociabilidade, as cartas possibilitaram a entrada nos espaços. Maria Graham mencionou a apresentação de cartas em dois momentos. Na visita ao engenho de d. Mariana, localizado na Mata da Paciência – RJ, entregou uma carta da baronesa de Campos, mãe de Mariana. Também, na chegada à Fazenda de Santa Cruz, levou uma apresentação do visconde do Rio Seco para o capitão João da Cruz dos Reis, superintendente do palácio e da fazenda (GRAHAM, 1956). Segundo Oliveira (2005), as cartas nunca eram entregues em seu nome, e, nesse caso, o gênero é um fator de peso maior. Elas representavam um protocolo dos viajantes que permitiam o acesso aos lugares¹⁸.

As redes de sociabilidade possibilitavam a sobrevivência e proteção no Império brasileiro. Alguns personagens aparecem representados pela figura do “protetor”, como José Bonifácio e Leopoldina. Segundo Américo Jacobina, Maria Graham foi uma grande admiradora da família Bonifácio e chegou a frequentar sua casa¹⁹, afirmando que “não há

¹⁸ Ivania Pocinho Motta, em seu estudo *Viajantes britânicas na América do Sul: gênero e cultura imperial (1868-1892)*, verificou que a viajante inglesa Marianne North afirmava que suas viagens eram isentas de subsídios financeiros do governo, mas, em determinados momentos, apresentava cartas de apresentação para acesso aos lugares (MOTTA, 2015).

¹⁹ No diário, a viajante fez uma breve descrição de sua biografia, mencionando o período em que Bonifácio viveu na Europa e sua passagem pela Universidade de Coimbra e pelo Exército regular (GRAHAM, 1956).

lugar que possa passar meia hora com mais prazer e proveito do que na família deste ex-ministro” (GRAHAM, 1956, p. 340). O relato abaixo, além de demonstrar Maria Graham projetando a imagem de viúva e estrangeira desamparada, nos mostra que, para permanecer no Império, foi necessário se apoiar nas redes de sociabilidade.

Eu, por exemplo, estou sozinha, viúva, em terra estranha, minha saúde está fraca e meus nervos irritados, não tenho riqueza nem posição, sou forçada a receber favores dolorosos e chocantes com os meus hábitos e preconceitos antigos e topo muitas vezes com a impertinência dos que pretendem aproveitar-se de minha situação solitária; mas estou certa, contudo, de que tenho mais meias horas, não ousou mais dizer horas, de verdadeiro prazer, e menos dias de verdadeira miséria, do que a metade desses que o mundo considera felizes (GRAHAM, 1956, p. 343).

Maria Graham descreveu José Bonifácio como seu “amigo e protetor”. A viajante, na condição de viúva e estrangeira, mostrou-se desamparada e conversou com o político para que, através de sua ajuda, pudesse contar com o apoio e proteção da imperatriz enquanto permanecesse no Império (GRAHAM, 1956). Através da carta datada em 21 de abril de 1823, o pedido foi realizado formalmente.

Ao chegar como estrangeira à Capital do Brasil, reconheço que devo ter dado a impressão de falta do respeito devido à S. M. a Imperatriz, por não ter a mais tempo solicitado a honra de me ser permitido prestar-lhe minhas homenagens. Estava, porém, com o encargo de acompanhar um parente em estado grave, e fui obrigada a encerrar-me em casa para assisti-lo. Tendo ele partido, venho recorrer ao seu intermédio para saber se posso apresentar-me a S. M. a Imperatriz e rogar que me sejam comunicados local e hora convenientes e agradáveis. Como sei que os usos desta corte não permitem que qualquer pessoa seja indiscriminadamente admitida à honra de avistar-se com a Imperatriz, confio que serei perdoada por fornecer os seguintes dados acerca de minha pessoa. Meu marido era capitão de carreira da Armada Britânica, da classe mais antiga e, portanto, mais elevada quanto ao nível. Sua família, das mais antigas e respeitáveis na Escócia é a dos duques de Monthes e Athol e dos condes de Mansfield e Hopetown etc. E meu pai, que era almirante na Inglaterra, reivindicava uma ascendência igualmente antiga e honrosa, ainda que não de origem nobre. Quanto a mim embarquei com meu marido em busca do Pacífico na fragata Doris, que ele tinha a honra de comandar. Tive a infelicidade de ficar viúva e sou hoje uma estrangeira no Brasil, onde espero passar alguns meses antes de voltar à Europa. É, pois, como estrangeira e como viúva que quereria colocar-me especialmente sob a proteção de sua Augusta e Amável Imperatriz. Tenho a honra de ser sua humilde e obediente criada. Maria Graham (GRAHAM, 1956, p. 274).

Como viúva e estrangeira, era necessário que Maria Graham buscasse formas de sobrevivência no Império. Acreditamos que a solidão por estar em um território desconhecido e longe de seu país de origem fez com que a autora articulasse meios para se aproximar de determinadas pessoas e entrar em lugares não acessíveis. As redes de sociabilidade com lideranças políticas foram um meio que a viajante encontrou para permanecer no território, pois, como verificamos, foi através da intermediação de José

Bonifácio que a inglesa se aproximou da Família Imperial e, posteriormente, se tornou professora da princesa Maria da Glória e amiga de Leopoldina.

É importante ressaltar que Maria Graham morou cerca de um mês na Corte, exercendo o cargo de professora. A curta estadia se deve ao fato de a viajante ter vivenciado inúmeros conflitos com os criados portugueses, que, segundo suas palavras, inventavam mentiras a seu respeito e não aceitavam que uma inglesa ocupasse um cargo tão respeitável e relevante. Deste modo, após uma série de intrigas, Maria Graham saiu do palácio e foi morar em Laranjeiras, uma zona rural do Rio de Janeiro.

Durante este período, ela passou por dificuldades financeiras e Leopoldina foi a responsável por ajudá-la. Na carta escrita pela Imperatriz, em 1º de março de 1825, ela agradeceu o companheirismo e a afeição da viajante, e lhe ofereceu 40 mil réis, cerca de 10 libras para auxiliar as necessidades de Maria Graham.

Minha delicadíssima amiga! Não gosto nunca de lisonjear, mas posso assegurar-vos que somente em vossa cara companhia torno a encontrar os doces momentos que deixei com minha amada e adorada pátria e família. Só as expansões em um coração de uma verdadeira amiga podem promover a felicidade. Aguardo com a maior impaciência a certeza de que estais completamente reestabelecida; ousou rogar-vos, como uma amiga que se interessa realmente por tudo que vos diz respeito, que espereis que eu promova uma ocasião em que possais ver meus filhos, porque, por tudo deste mundo, quero vos evitar serdes tratada grosseiramente por certas *pessoas*, que cada vez me são mais insuportáveis. (...) Minha cara e muito amada Amiga, jamais, crede-me, ousaria ofender vossa delicadeza. Mas, como amiga, e uma que partilha sinceramente vossos prazeres e tristezas, podendo imaginar que sofreis privações, ousou rogar-vos que aceíteis como um presente de amizade esta pequena ninharia em dinheiro que me vem do meu patrimônio na minha cara Pátria. Ainda que seja pouca cousa, infelizmente minha situação não me permite, tanto quanto desejo, ajudar-vos a obter algumas comodidades (...).
Leopoldina São Cristóvão, 1º de março de 1825 (GRAHAM, 2010, p. 184-185).

É interessante notar a importância das redes de sociabilidade durante sua estadia no Império do Brasil, sobretudo após o falecimento do marido. Bonifácio e Leopoldina foram personagens importantes que atuaram na relação de proteção. A amizade de Maria Graham e a Imperatriz pode ser verificada através das inúmeras cartas trocadas entre ambas. Mesmo após o retorno da viajante para a Inglaterra, elas continuaram a se comunicar.

Considerações Finais

Maria Graham viveu um longo período no Império do Brasil. Ela chegou casada com um capitão da Marinha Britânica e retornou na condição de viúva. Para o contexto

histórico em que estava inserida, sua experiência ultrapassa as normas sociais estabelecidas para as mulheres de sua etnia e classe social, isto é, aos ideais da domesticidade em que o feminino era relacionado ao espaço doméstico.

Diferentemente de muitas mulheres inglesas, Maria Graham viajou pelo mundo e transitou por espaços públicos e políticos. Para a realização de suas atividades no Império do Brasil, as redes de sociabilidade foram de suma importância em sua trajetória. Através destas redes, a viajante obteve informações, presenciou conflitos e debates políticos que envolviam os interesses britânicos, e se beneficiou de passeios, visitas ao ambiente doméstico e participação em festas e encontros sociais; e obteve ajuda e proteção em episódios de dificuldades, especialmente após ter ficado viúva. Nesse sentido, podemos concluir que Maria Graham sabia sobreviver dentro das possibilidades da época. Suas redes de sociabilidades apresentam as negociações e estratégias utilizadas por uma mulher inglesa que devido aos acontecimentos inesperados do cotidiano, precisava encontrar meios para solucionar os problemas.

Fontes

GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz dona Leopoldina*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

CALLCOTT, Maria. *Escorço biográfico de d. Pedro I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown; and John Murray, 1824.

Referências Bibliográficas

GOTCH, Rosamund. *Maria, Lady Callcott. The Creator of Little Arthur*. London: John Murray, 1937.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 133-152, 2008.

FERGUSON, Niall. *A Praça e a Torre: Redes, Hierarquias e a Luta pelo Poder Global*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

GUENTHER, Louise. *The British community of 19th century Bahia: public and private lives*. Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies, 2001-2002.

MOTTA, Ivania Pocinho. *Viajantes britânicas na América do Sul: gênero e cultura imperial (1868-1892)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NUNES, Ana Beatriz Mauá. *Tan criolla, criolla como yo: identidade, política e gênero nas correspondências de Gabriela Mistral e Victoria Ocampo, 1926-1956*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. *Livros de viagem: relatos de viajantes estrangeiros e a zona de contato nas províncias do Norte do Brasil no século XIX (1809-1826)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PORTO, Denise Maria Couto Gomes. Crises, nova onda constitucionalista e impressões sobre Pernambuco, na voz feminina e estrangeira de Maria Graham – 1821. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 2018. *Anais [...]* Natal: SEO Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos, v. 1, 2018. p. 1-12.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La sociabilidad y la historia política. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Paris, 2009.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). *Crise colonial e Independência 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 115-160.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Any Marry. *Maria Graham: a performatividade nos diários de viagens da América do Sul no século XIX*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Alberto da Costa e. As marcas do período. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). *Crise colonial e Independência 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 23-34.

SILVA, Elis Pacífico. *A construção de uma identidade nacional brasileira em visões estrangeiras (1808-1822)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SORGINE, Juliana Ferreira. *Da colônia às Cortes. A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

VALE, Brian. *A frigate of King George: life and duty on a british man-of-war*. Londres/ Nova York: I. B. Tauris, 2001.

**CIDADE, URBANISMO E EXCLUSÃO: O *PUNK* E OUTRAS SUBCULTURAS
COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA NO ALTO JOSÉ DO PINHO – RECIFE-
PE, NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

**CITY, URBANISM AND EXCLUSION: PUNK AND OTHER SUBCULTURES
AS FORMS OF RESISTANCE IN ALTO JOSÉ DO PINHO – RECIFE-PE, IN
THE 1980s AND 1990s**

Marco Antônio Gomes dos Santos¹

Ladjane Milfont Rameh²

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque³

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar a resistência cultural empreendida por jovens periféricos de uma localidade do Recife-PE, a partir da década de 1980 frente às pressões urbanísticas e processos de exclusão social ocorridos na cidade. Partindo dos pressupostos da História Cultural, as reflexões aqui expostas são fruto da análise de fontes orais e jornalísticas, bem como observação de campo nos meios culturais do Recife, que é frequentemente posto em vitrine como cidade multicultural. Os achados fazem parte de uma pesquisa em andamento que visa analisar a formação da(s) identidade(s) *punk(s)* na cidade nas décadas de 1980 e 1990. Nosso percurso começa pela revisão histórica do conceito de cidade, avança à questão do urbanismo e processos de exclusão e dialoga com a cidade enquanto representação. Por fim, tratamos do Alto José do Pinho e da cena *punk* recifense usando fontes jornalísticas, relatos de músicos e fontes secundárias. A localidade, outrora conhecida pela violência, hoje é um dos destinos culturais da cidade. Essa valorização foi iniciada com jovens imersos em pobreza e descaso, mas que encontraram no *punk rock* e em outras subculturas periféricas um ponto de união e expressão de suas sensibilidades.

¹ Doutorando em História pela UFRPE.

² Doutora em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (2020).

³ Professora Associada III da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutorado em Geografia Humana pela USP (2009).

Palavras-chave: Cultura; Resistência; Punk Rock; História Cultural; Alto José do Pinho, Recife-PE.

Abstract

The objective of this article was to analyze the cultural resistance undertaken by peripheral young people from a locality of Recife-PE, from the 1980s onwards, in the face of urban pressures and processes of social exclusion that occurred in the city. The reflections presented here are the result of the analysis of oral and journalistic sources, as well as field observation in the cultural environments of the aforementioned city, which is often held up as an example of multiculturalism. The findings are part of an ongoing research that aims to analyze the formation of punk identities in Recife around the 80s and 90s. Our journey begins with the historical revision of the concept of cities, advances to the issues of urbanism and processes of exclusion and discusses the city as a by-product of human living. Finally, we deal with Alto José do Pinho and the Recife punk scene using journalistic sources, musicians' reports and secondary sources. The region, once known for violence, is now one of the city's cultural destinations. This appreciation was initiated by young people immersed in poverty and neglect, who nonetheless found in punk rock and other peripheral subcultures a point of union and expression of their sensibilities.

Keywords: Culture; Resistance; Punk Rock; Cultural History; Alto José do Pinho, Recife-PE.

Introdução

Esse artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que visa analisar a formação da(s) identidade(s) *punk(s)*, na cidade de Recife-PE, durante as décadas de 1980 e 1990. O motivo que levou ao problema de pesquisa refere-se ao fato de que o movimento *punk* participa ativamente da dinâmica sociocultural da cidade, estando presente em vários eventos oficiais e não oficiais, entretanto, as fontes jornalísticas acerca do movimento referentes ao período em análise até então encontradas (não aprofundadas nesse excerto) apresentam-no geralmente de maneira pejorativa. Uma hipótese que investigamos é que a participação de bandas *punks* dentro do movimento manguebeat – tornado patrimônio cultural imaterial do Estado de Pernambuco pela Lei 13.853, de 19 de agosto de 2009 (PERNAMBUCO, 2009) – contribuiu para essa aceitação oficial, já que

o punk, desde o seu surgimento na cidade, não deixou de fazer parte da dinâmica cultural recifense, marginalizado ou não.

O recorte diretamente analisado aqui refere-se a uma comunidade ou bairro periférico chamado Alto José do Pinho. Essa localidade é conhecida por ter gestado um movimento cultural ligado ao *punk rock*, *rap* e outros estilos musicais eminentemente periféricos, mas que não deixaram de dialogar com a cultura trazida pelos primeiros ocupantes do bairro, que em sua grande maioria eram pretos e pardos. Esse contingente populacional ocupou o Recife fortemente após a desagregação do sistema senhorial, porém foi expulso das áreas centrais da cidade pelos projetos de modernização e higienização encampados a partir do Estado Novo. O sistema senhorial, por sua vez, foi base da economia pernambucana durante a época colonial, e, ainda hoje permanece como um importante fator histórico que contribuiu para a formação sociocultural do Estado.

A metodologia desta pesquisa envolve fontes orais e fontes advindas da imprensa pernambucana, além de fontes secundárias sobre o período analisado e sobre os dias atuais, buscando também entender como esse passado se manifesta e é representado no presente. Não obstante, entendemos o *punk* como um movimento urbano de contestação. Portanto, buscamos explicações para esse fato em García (1990), que aborda a categoria cultura e seus desdobramentos, como subcultura e contracultura. Usamos também as concepções de Sandra Jatahy Pesavento (1995; 2004) acerca da cidade como um espaço de expressão e representação do passado e das sensibilidades. Fazemos ainda um diálogo entre as clássicas concepções de Henry Lefebvre (2002; 2008), Lewys Mumford (1982) e Raymond Williams (1990) acerca da ideia de cidade e de como o urbanismo enquanto ciência orientadora do espaço urbano tem influência nas maneiras de pensar, fazer e sentir em grupos que habitam a urbe – já que são muitas vezes responsáveis por processos de exclusão.

Ao pensarmos o Alto José do Pinho, zona periférica da cidade de Recife, como espaço no qual grupos de jovens que compartilhavam condições adversas, mas que adaptaram e ressignificaram manifestações culturais vindas de outras localidades à sua realidade concreta, trazemos a ideia de que as imposições da modernidade funcionam tanto no sentido da privação, quanto da resistência aos processos de exclusão inerentes a essas privações.

Nós utilizamos ainda da observação de campo, considerando March Bloch (2001) ao advertir que não devemos nos lançar ao passado sem entender sua relação com o

presente, bem como Isabel Guillen (2018, p. 114) que, ao analisar o fenômeno dos maracatus-nação em Pernambuco, considera que a imersão e o contato com grupos historicizados pode contribuir não apenas para formular novas questões, mas para uma melhor percepção das fontes analisadas: “[...] não hesito em afirmar que a compreensão que tenho dessa cultura hoje não pode nunca prescindir da experiência vivida no ‘campo’, na convivência com essas pessoas, para além das entrevistas formais gravadas”. Nesse caso, podemos afirmar, na mesma concepção que a autora, que a convivência com o movimento *punk* e nos espaços por eles frequentados por meio da participação em *shows*, eventos diversos, e até mesmo durante o processo de escuta dos depoimentos, além do mapeamento da ação desses grupos em outros cenários culturais da cidade se tornou imprescindível para entender as representações que esses indivíduos fazem da realidade e de seu passado, considerando que continuam atuantes na construção/ressignificação do espaço geográfico e histórico da cidade atualmente.

A cidade

Definir o que é uma cidade é uma tarefa árdua até hoje. Analisando Vasconcelos (1999), que elaborou um exercício baseado em diversos autores de campos variados do conhecimento, desde geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos, algumas características que aparecem na maioria das definições dizem respeito a uma área geográfica, realização humana, concentração de indivíduos, atividade comercial e industrial, intercâmbio cultural, herança social, permanência no tempo, variações no tempo (fato histórico) e modificações do espaço (fato geográfico). Segundo o autor, em 1994 o geógrafo Milton Santos contrapôs a cidade como sendo uma realização particular, concreta e interna à ideia de urbanismo, que seria frequentemente abstrato, geral e externo.

Tal como qualquer realização humana, tanto as funções quanto as definições de cidade variam de acordo com o tempo em que a significação é buscada, bem como com a própria forma como ela se comporta ao longo de sua existência. A partir dessas considerações, visando entender nosso objeto de pesquisa, ou seja, o *punk* como movimento social e cultural urbano, optamos por pensar a cidade como um agrupamento humano, variável em tamanho, que se relaciona tanto com as funções econômicas, sociais e políticas exercidas, quanto com as relações que mantém com o entorno.

Nessa condição, a cidade é um dos locais onde se manifestam várias das realizações próprias do gênero homo, tais como cultura, conflitos, sensibilidades, frustrações e desejos. De acordo com Sandra Pesavento (2004), a História Cultural encontra nas cidades um campo temático para suas pesquisas. A autora prossegue afirmando que diferente das abordagens econômico-sociais com viés evolucionista do passado, essa vertente historiográfica aborda as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, o imaginário urbano que incide sobre espaços, atores e práticas sociais. Acerca das representações da modernidade, nas cidades desencadeia-se uma luta de representações entre o progresso e a tradição e, por conseguinte, os pontos de ancoragem da memória coletiva das políticas de patrimônio e identidade urbana. Em outro momento, Pesavento (1995), abordando Geertz (1981), explica que cultura é uma rede de significados socialmente estabelecidos, bem como que a cidade seria o espaço por excelência de construção desses significados. Essa cultura da urbe seria diferente da cultura em áreas rurais, mas, como veremos mais à frente, não deixa de ser tributária, principalmente quando consideramos que a ocupação de várias metrópoles brasileiras se dá por meio de um processo contínuo de êxodo do campesinato rumo às áreas urbanas.

Cidade e História

Luís Octávio da Silva (2002), analisando a História urbana como campo de estudos específicos, alerta que ela se desenvolveu com base nas contribuições da literatura inglesa e americana, apenas a partir do século XX. Anteriormente, ela era confundida com a História das cidades, de caráter mais particularista, quando se criaram correntes exigindo uma tendência mais generalista para tratar de categorias ligadas ao urbano. Não seria possível neste trabalho fazer um longo debate sobre a questão do urbanismo na História e da história do urbanismo, por este motivo optamos por abordar, de maneira geral, algumas perspectivas das transformações pelas quais passaram os agrupamentos humanos ao longo do tempo.

Henry Lefebvre (2002), em seu clássico *A Revolução Urbana*, publicado originalmente em 1970, aborda várias características em relação à função das cidades no passar dos tempos, além da forma como o urbanismo se vincula ao projeto capitalista que, por sua vez, impulsionou desde o século XVIII uma mudança na relação entre campo e cidade. Para Raymond Williams (1990), por suas características, a Revolução Industrial, sob certos aspectos, não encontra paralelo em outros lugares. Erigida sob um capitalismo

agrário altamente desenvolvido, contribuiu muito cedo para o desaparecimento do campesinato tradicional.

Acerca das funções, Lefebvre (2002) enxerga inicialmente a cidade com função política. Aqui, usamos a categoria de profissões (tendo ciência do anacronismo cometido) para descrever uma série de funções ocupadas pelos habitantes das cidades iniciais, tais como sacerdotes, guerreiros, príncipes, nobres e chefes militares que administravam a produção campesina. Lewis Mumford (1982), por sua vez, levanta a hipótese de que a primeira função da cidade talvez tenha sido ritual. A preocupação com os mortos e com o pós-vida teria levado aos primeiros santuários, antes mesmo de serem erigidas as primeiras cidades.

Antes de avançarmos, é bom deixar claro que estamos tomando como base principalmente a história europeia. E, mesmo na Europa, esses processos não se reproduziram da mesma forma, principalmente após o contato com civilizações de outros continentes. Tanto Lefebvre (2002), quanto Mumford (1982) e Williams (1990) concordam que entre os séculos XVI e XVIII a cidade comercial passará por várias transformações que precedem a cidade industrial que, intimamente ligada ao processo de automação e desenvolvimento tecnológico, marcará completamente a inversão total da relação campo-cidade.

Essas considerações se mostram relevantes, pois vamos abordar a questão da ocupação das periferias do Recife. Esse contingente foi oriundo da expulsão dos mais pobres do centro da cidade, que havia sido ocupado em larga escala após a desagregação do sistema senhorial entre o final do século XIX e o início do século XX.

Bresciani (2002), pensando a questão urbana, mostra que no século XVIII os estudos franceses já colocavam a cidade como uma entidade global, havendo preocupação com os fluxos, ruas e estradas. Já no século XIX, as mazelas decorrentes da industrialização passam a ser consideradas nos planos urbanísticos. Desde o século XX, o urbanismo mudou pouco até os dias atuais, sendo tributário de vários campos do saber.

No que tange aos subúrbios, Mumford (1982) afirma que se erigiram inicialmente como um lugar visando ao afastamento da vida citadina industrial. Combinavam características comuns às facilidades das cidades e qualidades do campo. Porém, pouco a pouco começaram a atrair pessoas e o crescimento causado pela introdução do automóvel acabou por minar essas qualidades. Ao longo das estradas de ferro, foram erigidas várias cidades entre os séculos XIX e início do século XX e, posteriormente, os automóveis

particulares ditaram boa parte da expansão da malha urbana ocidental. Em torno desses últimos, foram articulados os planejamentos urbanísticos principalmente no século XX (ARANTES, 2009; MUNFORD, 1982; WILLIAMS, 1990).

Com o acúmulo de mazelas sociais, começam a se formar ocupações ‘subsuburbanas’. Se os subúrbios, que de acordo com Mumford (1982) foram planejados visando à qualidade de vida da classe trabalhadora, as áreas mais periféricas foram gradativamente sendo ocupadas de maneira desordenada, não conservando condições salubres para a vida de seus moradores.

Ao analisar as formas urbanas brasileiras, Ermínia Maricato (2009) afirma que as favelas possuem semelhanças com os burgos medievais, ou seja, formas urbanas pré-modernas. São ocupações irregulares que mantêm relações clientelistas com os poderes legislativos em busca de anistia para sua regularização. Em todo caso, essa regularização ignora quaisquer características de um planejamento minimamente preocupado com questões ambientais, de saneamento, de sustentabilidade, de acesso, dentre outras. Ou seja, diferente dos exemplos elencados por Mumford (1982), as áreas periféricas brasileiras, desde sua gênese, estruturam-se no desordenamento.

Convém lembrarmos ainda de *O Direito à Cidade*, obra desenvolvida por Lefebvre, publicada inicialmente em 1968, que versa sobre o direito humano e coletivo, pensando nos habitantes da cidade e também nas gerações futuras, opondo-se à lógica de mercantilização generalizada de pessoas, territórios e natureza. Lefebvre (2008, p. 118), acreditava que o direito à cidade só poderia ser operacionalizado, baseando-se em uma “teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utiliza os recursos da ciência e da arte”. Para o autor, “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”.

Pesavento (1995, p. 282) alerta que devemos conceber o espaço das cidades como construído, ordenado e transformado, bem como que essas tendências têm relação com padrões de referências já estabelecidos. Por exemplo “[...] a ‘varrida dos pobres’ do centro da cidade, eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e civilização. Exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de ‘ser’ e ‘parecer’ moderno”. Apesar da autora se referir à cidade de Porto Alegre, podemos afirmar que no Recife o ideário político e social não era diferente. A cidade em sua modernização foi claramente excludente com grande parte de seus habitantes. Por outro lado, as populações afetadas viviam e representavam os problemas que lhes eram

outorgados de formas diversas, relacionadas a processos de resistência à falta de moradias, às demolições e à expulsão de localidades que lhes eram afetivas. Esse processo de contraposição compreendia expressões como a arte, discursos, confronto direto e outras manifestações.

Em países como o Brasil, as desigualdades econômicas e sociais são imensas e acentuadas. As leis são aplicadas circunstancialmente e os planos diretores – instrumentos que deveriam guiar os planejamentos urbanos – são desvinculados da gestão (MARICATO, 2009). A modernização urbanística que existiu no país desde o início do século XX esteve marcada pelo signo da exclusão. Restou aos mais pobres, habitações em situação de risco, na beira de rios e córregos ou em encostas de morros sujeitas a desabamentos nos períodos chuvosos, além de um volume expressivo de pessoas sem terra e sem teto. Dados do IPEA mostram que em 2020, 0,1% da população brasileira residia nas ruas, o que corresponde a mais de 220 mil pessoas, porém o Movimento Nacional da População de Rua estima que esse número pode ultrapassar meio milhão de habitantes (PODER 360, 2020).

Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência, que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra de moradores de favelas em seu interior. Parte das nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com transporte precário, a luz e água (esta não tem abrangência universal nem mesmo no meio urbano) (MARICATO, 2009, p. 140).

A construção mais recente das cidades em torno do mundo acompanhou os desígnios do capital. Arantes (2009) afirma que, além da especulação imobiliária e dos processos de exclusão, a partir da década de 1960, com a virada cultural, a questão da gentrificação (processo que busca valorizar determinadas áreas de interesse do capital imobiliário, por meio do apelo cultural e turístico) passou a tornar o valor das moradias insustentável e tendeu a empurrar os mais pobres para cinturões de habitações de risco no entorno das metrópoles, ou seja, a formação de não cidades nas cidades.

A realidade recifense

Albuquerque e Gomes (2013) detalham o processo em curso na cidade do Recife, que nos últimos anos recebeu um intenso fluxo de grandes operações urbanas, movidas por grandes empreendedores imobiliários, utilizando-se de alta tecnologia financiada pelo

capital local e internacional e que, do ponto de vista legal, são viabilizadas pelo Estado. Não obstante a própria ocupação da capital pernambucana ter sido um processo extremamente caótico e excludente, isso continua a ser acentuado nas últimas décadas.

A pressão exercida pelos poderes públicos sob o epíteto de modernização durante o século XX foi marca de Agamenon Magalhães, que governou Pernambuco em dois momentos distintos: durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, quando foi nomeado interventor federal; e entre 1951 e 1952, quando foi eleito, mas teve o mandato encerrado pelo seu falecimento precoce.

A sociedade brasileira do início do século XX era formada por populações de várias etnias. Somavam-se remanescentes da população indígena, povos negros traficados do continente africano e seus descendentes a povos de várias nacionalidades europeias e asiáticas importados a partir dos anos finais do século XIX. Todavia, a liberação da mão de obra escrava a partir de 1888 foi realizada sem nenhuma forma de reparação social. É esse contingente populacional que, em sua grande maioria, hoje ocupa as favelas brasileiras. Para Miranda (2002), as autoridades buscavam modernizar e industrializar a partir do branqueamento da população, por isso, a opção pela imigração de povos não africanos após o fim do sistema senhorial.

Em Pernambuco, a modernização do setor açucareiro provocou mudanças nas relações de produção na Zona da Mata. Esse fato contribuiu para aumentar o êxodo de lavradores, que já era constante devido à ocorrência de secas no Agreste e no Sertão. Parte dessa população se dirigia ao Recife, onde a marginalidade e o trabalho informal eram muitas vezes as únicas opções para os imigrantes. Sem infraestrutura para receber esse fluxo de pessoas, a cidade se adensou. Os retirantes começaram a ocupar as áreas alagadas, principalmente manguezais, mas também os mocambos. Sem água tratada e em péssimas condições sanitárias, essas pessoas se tornavam suscetíveis a enfermidades diversas, além de receberem a aversão das elites (MIRANDA, 2002).

O autor afirma que *A Liga Social Contra o Mocambo*⁴, criada em 1939 – que congregava representantes da prefeitura, do governo do estado e das classes abastadas do Recife – sob argumentos estéticos, higiênicos e caridosos, destruiu cerca de 100 mocambos por semana. A população que os habitava, segundo dados da Comissão Censitária dos Mocambos, era de 164.873 pessoas que ocupavam 45.581 mocambos.

⁴ Mocambo pode ser definido como uma forma de habitação precária e desconfortável, um casebre. Mas também pode se referir a comunidades formadas por remanescentes fugidos da escravidão negra.

Essas pessoas que tiveram suas habitações destruídas passaram a ocupar os morros da Zona Norte da cidade, visando não pagar aluguel e não ter novamente suas moradias demolidas (MIRANDA, 2002).

Na maioria das vezes, os planos urbanísticos no Brasil não incluíram os pobres, que, mesmo quando mencionados no planejamento, eram negligenciados na prática. Essa visão é compartilhada por Miranda (2002, p. 145) em relação ao Recife, quando afirma que “O urbanismo de exclusão passou a ser uma prática constante nos tempos de Agamenon Magalhães”. Richard Sennett (2003), em sua obra *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*, afirma que a civilização ocidental não tem respeitado a dignidade dos corpos humanos e sua diversidade. Na obra, ele se propõe a explorar como a arquitetura, o urbanismo e a vida cotidiana são expressos nesses corpos e como os projetos arquitetônicos dos modernos edifícios acabam por provocar uma privação sensorial do corpo e da liberdade dos movimentos. Relembramos o que diz Pesavento (1995), quando elabora que nem sempre os formuladores de propostas para a cidade, ou seja, arquitetos e urbanistas, levam em consideração o real e suas propostas podem muitas vezes se afastar das construções simbólicas realizadas pelos usuários daqueles espaços que são transformados.

Dialogando com Sennett (2003) e Pesavento (1995), podemos afirmar que esse processo de privação, por outro lado, provoca manifestações diversas, pois não entendemos que haja uma passividade dos corpos, das individualidades e coletividades frente a esses processos. Essa perda de conexão com as construções simbólicas das populações afetadas acaba por constituir resistências diversas. Em relação ao *punk* e outras subculturas periféricas no Recife, constatamos a existência de resistência contra os poderes instituídos – os quais entendemos como uma aliança entre os segmentos mais altos da sociedade e as instituições estatais. Chegamos a essa conclusão por dois motivos que possuem relação com a nossa pesquisa:

- a) historicamente esses movimentos se opuseram às dificuldades que enfrentavam ocupando espaços. Os bairros centrais da cidade Recife (Boa Vista, Santo Antônio, São José e Bairro do Recife), como assevera um de nossos depoentes, funcionavam como ponto de encontro dos *punks* (SANTOS, 2020). Não apenas de encontro, mas também de organização de eventos e troca de ideias/sensibilidades sobre a cidade. Esses grupos quase sempre caminharam fora dos grandes circuitos comerciais, realizando seus próprios eventos,

reassignificando espaços, representando sua maneira de pensar e conceber a cidade por formas diversas que incluem a música, a arte, a pixação, o grafite, o vestuário e a circulação de mídias alternativas;

- b) Atualmente, observamos em níveis variados que esses grupos possuem alguma participação dentro do aparato estatal, atuando em órgãos relacionados à cultura, acessando editais de fomento e participando de eventos que passaram a ser aceitos dentro do cenário político. É exemplificativo o fato de o carnaval recifense possuir um polo intitulado *Rec-beat* há 27 anos (em 2023), que abre espaço para artistas diversos fora das formas culturais tradicionais da cidade e do estado (ANTUNES, 2023). Outro ponto que movimenta o carnaval da cidade é o evento *Quarta Cinzas Rock*, que acontece há 15 anos, e no ano de 2023 contou com artistas ligados ao manguebeat como *Pádua e Via Sat*, ao punk com *Devotos e a* bandas que misturam o hip hop com metal como a *Plugins*, dentre outros (BARBOSA, 2023).

Voltando aos processos de exclusão, a ocupação das áreas de morro no Recife (onde se localiza o Alto José do Pinho) se dá a partir da década de 1940, quando um grande contingente populacional foi expulso do centro da cidade. O Alto, como é comumente conhecido, possui 41,5 hectares de área e hoje possui uma dinâmica cultural bastante diversificada. A localidade se conurba com outros bairros marcados pelas mesmas dificuldades de acesso, relações clientelistas e baixa renda *percapita* dos habitantes. Entre eles, estão o Morro da Conceição (ligado à figura de Nossa Senhora da Conceição, padroeira extraoficial da cidade); Mangabeira; Alto Santa Terezinha e Bomba do Hemetério (onde se localiza boa parte das iniciativas populares que alimentam alegorias e adereços do carnaval do Estado).

A análise empreendida por Sposito (1994) sobre jovens na cidade de São Paulo nos anos de 1980 pode ser extrapolada para outras metrópoles brasileiras. Ela afirma, baseando-se em Lopes e Gottschalk (1990), que nessa década, nos centros metropolitanos, havia uma convivência com altos níveis de desemprego e empobrecimento, que afetavam principalmente as parcelas mais miseráveis da sociedade. Esse estranhamento cria modalidades de reconhecimento da condição dos jovens, que podem ser traduzidas em estados de insegurança e indisponibilidade frente ao futuro. Essas dimensões excludentes devem ser compreendidas não apenas no âmbito econômico, mas também no plano sociocultural. A socialização promovida

principalmente pelas instituições escolares não é tão efetiva para compreender as relações de identidade da juventude. Nesse caso, a rua acaba por se inscrever na sociabilidade urbana, sendo necessário considerar especificidades históricas (SPOSITO, 1994).

As ruas dos bairros centrais do Recife, nos anos de 1980 e 1990, eram pontos de encontro de diversos jovens. Esses contatos muitas vezes se davam por amizades surgidas no ambiente escolar, mas não somente. Os grupos eram formados por moradores de localidades diversas que tinham em comum, em sua grande maioria, a origem periférica. Isso se explica pelo fato de que o centro da cidade representava para muitos jovens o único local no qual tinham acesso a lazer, a parques, praças e outros espaços que não faziam parte da dinâmica das periferias.

Além disso, essa área concentrava várias escolas públicas do antigo ginásio (5ª a 8ª série ou 5º ao 9º ano nos novos parâmetros curriculares) e ensino médio, sendo por vezes as únicas opções para continuidade dos estudos. Montarroyos (2010, p. 38) atesta esse cenário quando fala de grupos de estudantes que frequentavam *o Beco da Fome* “conglomerado de bares e lanchonetes que não prezavam muito pela higiene” no qual se reunia “uma contracultura de jovens vestidos de preto, a maioria fãs de *thrash metal* e *punk rock*”⁵.

Vale frisar o que é posto por Michel Maffesoli (1998, p. 9) ao afirmar que nas cidades os grupos se formam por afinidades, sentimentos comuns ou experiências vividas coletivamente. O autor afirma que existe rotatividade entre os membros do que ele chama de neotribos, que diferem do tribalismo clássico caracterizado por sua estabilidade. É evidente que, tal como as massas estão em permanente agitação, as (neo)tribos que nelas se cristalizam também não são estáveis. “As pessoas que compõem essas tribos podem evoluir de uma para outra”. Não era incomum que jovens que gostassem da música *punk*, também admirassem outros estilos de *rock*. Apesar de constituírem uma cena diversificada, esses jovens experienciavam situações vividas coletivamente em relação às vulnerabilidades sociais que lhes circundavam.

⁵ Para os não iniciados, às vezes é difícil entender as relações e fusões dos diversos subgêneros do *rock*. *Thrash metal* é uma das vertentes mais agressivas e rápidas do *Heavy Metal*, esse por sua vez, um subgênero do *rock*. Alguns pesquisadores, por outro lado, consideram que a agressividade vinda do *thrash* advém do *punk*. Ainda é possível encontrar bandas e grupos musicais que convergem esses dois estilos/subgêneros no que é conhecido como *crossover* ou *thrashcore* (cujo maior exemplo brasileiro é o *Ratos de Porão*). Não raro, uma banda pode passear por composições de estilos e gêneros entre canções diferentes e/ou dentro de uma mesma canção.

O movimento cultural do Alto José do Pinho e os *punks* no Recife

De andada no Alto, meu povo
Tem gente que anda de lado
Tem gente que anda com bíblia
Que anda com arma e que anda fardado
(Devotos – De Andada)

Montarroyos (2010), na obra intitulada *Devotos 20 anos*⁶ – que fala sobre a trajetória da banda de *punk rock* e *hardcore Devotos*, formada por músicos nascidos e residentes no Alto José do Pinho – apresenta duas possíveis versões para o nome da localidade. Uma afirma que José do Pinho era um homem idoso que no início do século XX animava festas no pequeno povoado. A outra diz que José era um fabricante de violões de pinho, proprietário de algumas terras, e que por causa de uma dívida contraída com as famílias mais abastadas do local visando financiar seu bloco de carnaval (intitulado *Inté Meio-Dia*), acabou sendo obrigado a vender suas posses.

Mesmo dentro da comunidade, havia divisão social. Os de maiores posses ocupavam as ruas do centro, enquanto os mais pobres habitavam os arredores do Alto, ou seja, “a periferia da periferia”. O bairro dependia de água da comunidade vizinha, a Bomba do Hemetério, e era preciso carregar essa água em baldes até o Alto. Entre os anos de 1950 e 1980, a comunidade recebeu algumas melhorias como calçamento e iluminação elétrica, tendo na pessoa de Dona Detinha uma líder comunitária. Ela se encarregava de levar as demandas aos poderes públicos, tendo sido inclusive recepcionada pelo presidente militar João Figueiredo (1979-1985) (MONTARROYOS, 2010, p. 21).

Montarroyos (2010) vai ao encontro de Miranda (2002), quando afirma que muito da diversidade musical e cultural do bairro vem do fato de que seus primeiros habitantes, em grande parte, vieram das áreas rurais pernambucanas e conservaram manifestações tradicionais como caboclinho, maracatu e afoxé. Em relação ao *punk*, em uma escuta de narrativa realizada com Cannibal – nome artístico de Marconi de Souza Santos, vocalista e líder da banda *Devotos* – ele afirma que o movimento tinha sua organização no centro do Recife, por pessoas de várias classes sociais, sendo a maioria composta por integrantes das periferias. “O Alto José do Pinho não tinha um movimento *punk* em si, mas um

⁶ A obra que aqui tomamos com fonte secundária, foi realizada a partir de depoimentos de moradores e músicos, além do uso de fontes jornalísticas sobre a comunidade do Alto José do Pinho.

movimento de bandas de *rock* que se juntou às bandas e manifestações populares, tais como o *Maracatu Estrela Brilhante* e o *Afoxé Ilê de Egbá*” (SANTOS, 2020, [s/p]).

Montarroyos (2010) aponta para uma coexistência pacífica no bairro entre diversos segmentos sociais (talvez não tão pacífica nos últimos anos, dado o cenário político e social do país). O bairro possui uma rádio comunitária intitulada *Alto Falante*, mantida pela ONG de mesmo nome, existente desde 2002. Essa rádio executava uma programação variada, indo do samba ao *punk rock*. Pesquisamos sobre seu funcionamento, detectamos uma interrupção e verificamos que músicos da comunidade estão buscando meios para retomar as atividades. O autor, ao descrever a dinâmica do bairro, presencia a existência de bares, lanchonetes e outros estabelecimentos comerciais, sendo marcado pelo convívio de pessoas de várias designações religiosas, como umbandistas, católicos, evangélicos e candomblecistas.

Vale dizer que o Alto gestou além da *Devotos* – que inicialmente se chamava *Devotos do Ódio* – o grupo de rap *Faces do Subúrbio*, a escrachada banda de *punk-rock* *Matalanamão* (com letras de cunho sexual em crítica aos ‘bons costumes’), além dos grupos *Terceiro Mundo*, *Arma da Verdade*, *A Ostenta*, *B.U.*, dentre outros. Uma questão importante a ser citada é que, além dos problemas anteriormente relatados, é comum que moradores dessas áreas sofram com a violência de operações policiais, além da questão do tráfico de drogas.

O movimento cultural do Alto José do Pinho, formado por jovens incomodados com a realidade social do bairro, procurava por meio de músicas e subculturas marginalizadas como *punk e rap* denunciar as mazelas que os rodeavam. Em nossa observação, pudemos detectar que além da música enquanto expressão artística, o movimento também esteve ligado à formação de sujeitos políticos que advogavam/advogam à sociedade melhorias para suas condições materiais de existência. Essa realidade vem sendo transformada com a realização de ações, oficinas, projetos sociais, *shows* e eventos diversos que trazem pessoas de outras localidades para ‘curtir’ a cena do Alto, o que também contribui para a circulação de ideias. Gradativamente o Alto vem:

Passando das páginas policiais para as páginas culturais dos principais jornais de Pernambuco, o Alto José do Pinho da década de 80 para cá foi reduto de um intenso movimento cultural. Quem diria que seria o *punk rock*, alvo de tantos preconceitos sociais, o propulsor de uma cena que se contrapusesse à violência no bairro, que era super explorada pela mídia na época? (LAPENDA, 2018, [s/p]).

O *punk rock*, ou a cultura *punk* mais amplamente, surgiu nos Estados Unidos e chegou quase que instantaneamente à Inglaterra, onde nasceram as bandas que catalisaram para o resto do mundo, sendo identificadas diversas cenas em vários continentes. No Brasil, chegou por volta de 1977, inicialmente na cidade de São Paulo e, posteriormente, formou pequenas cenas ao redor do país. Entre essas localidades, o movimento *punk* de Brasília legou alguns dos grandes nomes do *rock* nacional na década de 1980, como *Aborto Elétrico*, cujos dissidentes formaram as bandas *Legião Urbana* e *Capital Inicial*, além da *Plebe Rude*, entre outros.

Vale citar que, enquanto estilo musical, os *punks* se opuseram desde o início ao *rock* progressivo, pois, para produzir esse tipo de música eram necessários recursos financeiros muitas vezes inacessíveis aos jovens. A proposta do *punk* é ser simples e direto. Em poucos acordes, procura expor mazelas sociais por meio de críticas vorazes e ácidas aos valores tradicionais e à estrutura política e econômica vigente. Todavia, também trata de outros temas como niilismo, autoafirmação pessoal, consumo de drogas lícitas e ilícitas, hedonismo, dentre outros. Em algum momento, o *punk* viria a ser cooptado pelo capital, fato que, ao invés de levar ao seu fim, provocou o surgimento de vertentes mais agressivas e contundentes como o *hardcore punk* e o *crossover*. Apesar da sonoridade e temas tratados terem se modificado ao longo da experiência de grupos e artistas, o sentimento de revolta contra condições políticas e sociais nunca deixou de estar presente.

Por outro lado, para Viteck (2007), o *punk* sofre influências dos locais onde aporta. Em São Paulo, maior cena brasileira, esteve ligado a vários episódios de violência entre gangues na busca por espaço. Em entrevista concedida a Lemos (2013, [s/p]), Tina Punk, nome pelo qual era conhecida Tina Ramos, uma das mais famosas *punks* paulistas, afirma que "[...] a grande briga sempre foi entre os punks do ABC e os punks do subúrbio. Era briga por espaço. E esse espaço era o centro da cidade".

O que parece ter acontecido em Recife segue uma lógica um pouco diferente. A cidade, constantemente identificada como um dos piores lugares do mundo para se viver na década de 1990, com graves processos de exclusão históricos e em andamento, levou o *punk* à união com outros movimentos musicais e culturais, além da formação de uma verdadeira liga de subúrbios diversos da Região Metropolitana do Recife, que apresentavam problemas semelhantes enfrentados pela juventude em busca de melhoria

de vida e espaço para expor suas sensibilidades. Como relata Montarroyos (2010, p. 38), “o Recife era uma cidade cruel com os jovens que gostavam de rock no final dos 1980”. Eram praticados diversos níveis de violência simbólica e material.

Considerando o relato de Tina para Lemos (2013), bem como o de Santos (2020), apesar da origem periférica desses grupos, o centro da cidade apresenta-se também como local privilegiado para a análise, pois nele, parecem se desenvolver não apenas conexões afetivas, mas um imaginário próprio de pertencimento à cidade, que está ligado não apenas à memória, mas à resistência aos processos de exclusão.

Em todo caso, não podemos deixar de falar sobre os atos violentos praticados do outro lado. Santos (2022, [s/p]) relata que, não raro, *shows* realizados em localidades diversas acabavam com banheiros destruídos, cadeiras quebradas e outros transtornos. Quando questionado sobre o porquê dessas cenas, o depoente afirma que “quem só recebe violência, só tem violência pra dar”. O que mostra uma dupla faceta dos processos de violência física e simbólica sofridos pelos jovens, que acabavam por retornar aos grupos detentores do poder de decisão sobre ocupação dos espaços.

Há de se ressaltar que as relações do *punk* com a imprensa em seu início também não eram das melhores. Na seção Cartas à Redação no Diário de Pernambuco de 2 de fevereiro de 1984, por ocasião da exibição de um filme sobre a banda americana *AC/DC*, o jornalista Celso Marconi (1984) publicava um texto intitulado “A baderna dos jovens” e fala que os “punks da periferia” – em provável alusão à música de mesmo nome do cantor Gilberto Gil – após exibido o certificado da censura “começaram a gritar como verdadeiros possessos medievais, e que queriam que um som de Sala de Cinema cobrisse a balbúrdia que estavam fazendo”. São relatadas cenas de vandalismo:

Falta equilíbrio a esses jovens (punks da periferia?) para se comportarem numa comunidade. Certamente são pessoas reprimidas, sofridas, e sem uma visão segura do que é a vida em comunidade. O escuro do cinema, o *AC/DC*, serviu para uma estranha liberação. Tenho pena desses jovens plim-plim (MARCONI, 1984, [s/n]).

Por conta do período histórico, a dificuldade no acesso à música fora das produções culturais tradicionais da região e dos grandes medalhões da MPB dependia em grande parte dos contatos de amizade com alguns abastados que conseguiam comprar ou importar materiais fonográficos de algumas lojas que foram surgindo com base nesse mercado consumidor. O centro do Recife, que funcionava como centralizador de todas essas tribos, teve várias dessas lojas, tais como *Vinil Discos*, *Rock Xpress*, *Discossauro* e

Blackout Discos, dentre outras. Todas elas se voltavam ao *rock* em suas múltiplas designações. Algumas ainda estão em funcionamento no ano de 2023, todavia aumentaram o portfólio para outros materiais como roupas e adereços diversos voltados ao público alternativo.

A cultura material desses grupos – tanto a autoproduzida quanto a adquirida por meio de redes de comércio alternativas ao grande mercado – é bem variada e faz parte de suas identidades. Não são apenas as camisas pretas, mas *piercings*, brincos, jaquetas com rebites de metal, coturnos, pulseiras, vestimentas diversas e *patches*⁷ de mensagens políticas ou de bandas com as quais se identificam. Ainda podemos citar a produção de fanzines, que são pequenos boletins de fãs que circulavam pelos circuitos alternativos de divulgação e que, durante muito tempo, eram feitos de maneira completamente artesanal, circulando informações de bandas, *shows* e eventos na era pré-internet. Também publicavam cartas de leitores e davam por conhecer a cena de uma localidade a outras.

A cultura enquanto resistência a processos de exclusão

Uma boa parte dessa juventude ligada à música e a arte acabou se profissionalizando em funções que começaram a desenvolver ainda amadores. Fazem parte da cena da cidade como produtores culturais, *roadies*, músicos, educadores sociais, dentre outros. Porém, existe ainda uma grande dificuldade de se trabalhar com cultura popular, que no Brasil depende quase inteiramente do fomento estatal. Zygmunt Baumann, ao abordar a crítica de T. W. Adorno quanto ao Estado como mecenas e administrador da cultura, afirma que aquele não enxergava com bons olhos a gerência estatal nas atividades culturais, porém reconhecia que mesmo sofrendo prejuízos ao ser administrada ou planejada desta forma, a cultura não poderia ser deixada por conta própria e os criadores precisavam conviver com esse paradoxo. O conflito reside no poder de tomada de decisão sobre o que produzir e o que colocar em prática (BAUMANN, 2013). Entretanto, observamos que esses grupos possuem a capacidade de criar pequenas redes econômicas fora do grande mercado. Seja pela promoção de shows com ingressos a preços simbólicos ou venda de alimentos e produção artesanal, existe um mercado produtor e consumidor considerável.

⁷ *Patches* são pequenos pedaços de tecido com impressão de logomarcas de grupos, mensagens políticas ou qualquer outra coisa que se queira fazer para modificar uma peça de vestuário. São muito procurados em *shows*, lojas e eventos de rock diversos.

Se, por um lado, Arantes (2009) coloca que a gentrificação exclui as populações subalternas, por outro, as manifestações artísticas e culturais dessas classes – que durante a história não raro foram objeto de repressão do aparato estatal – se colocam como formas de resistência à cultura dominante, tendo a capacidade de compreender e subverter alguns de seus códigos para uso em benefício próprio. Não é incomum que essas oposições, por vezes, se transformem em confrontos abertos contra o Estado e as elites financeiras.

Ao trabalhar com a categoria da cultura enquanto analisa a questão do *rock* na pós-modernidade, o ensaísta venezuelano Luís Britto García (1990) afirma que sua função é permitir a convivência social. Para o autor, todo ser vivo deve organizar suas relações com o meio no qual existe. Para isso, ele tem um código genético que o organiza, preserva e transmite sua estrutura hereditária que se modifica a partir de mutações. Também possui uma memória que conserva as informações essenciais para a conduta do indivíduo e que se modifica por meio da adição de novas memórias. E, por fim, todos os organismos sociais desenvolvem uma cultura coletiva que possui dados essenciais relativos ao ambiente social no qual vivem. Essas condutas são necessárias para reger as relações entre os integrantes de um grupo nesse ambiente.

O autor prossegue sua análise explicando que a cultura, por sua vez, se modifica no contato com subculturas que constituem a intenção de registrar mudanças no ambiente ou mesmo uma nova diferenciação do organismo social. As subculturas constituem, nesse caso, instrumentos de adaptação e sobrevivência à cultura dominante da sociedade, ao mesmo tempo em que são um mecanismo natural de modificação delas. Elas cumprem para a cultura a mesma função que as mutações desempenham no código genético e que as novas sinapses de associações de ideias cumprem para a memória. Por fim, quando uma subcultura chega a um nível de conflito indissociável com a cultura dominante, ela se transforma numa contracultura (GARCÍA, 1990).

O movimento *punk* é comumente classificado como contracultural por se apresentar antissistêmico em relação ao capitalismo e suas matrizes de sustentação. Para exemplificar, os eventos de *punks* no centro do Recife eram conhecidos como *Encontros Antinucleares*, ou seja, os jovens tinham consciência de que uma guerra nuclear – possibilidade que assombrou o mundo na Guerra Fria e que vez por outra volta à tona em conflitos internacionais – poderia afetar toda a vida no planeta.

O fato acima – que é motivo de riso entre os frequentadores dos meios culturais do Recife atualmente – durante a década de 1980, preocupava realmente aquela juventude

periférica, mesmo tendo problemas mais próximos e urgentes para garantir sua sobrevivência. Em todo caso, não podemos dissociar o fato de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil esteve desde sempre ligado aos quadros internacionais, o que acabou por ampliar as tensões sociais já existentes há décadas (MINTO, 2013). Levando em consideração que em um mundo globalizado decisões geopolíticas do cenário internacional têm impacto local, que é exacerbado ainda mais para as populações periféricas, essa preocupação não ocorria sem motivos.

Em todo caso, usando teorização de García (1990) não classificariamos o que houve no Alto José do Pinho como um movimento de contracultura *per se*. O que enxergamos ao analisar a questão é que aqueles jovens procuravam inclusão e não um rompimento total. Queriam ter o mínimo de dignidade que era negada pelas condições sociais vigentes no cenário local, nacional e internacional. Isso não indica, por outro lado, que não houvesse embates. O jornalista José Teles, famoso nos meios roqueiros recifenses por cobrir a cena desde 1980, falava em tom de piada no ano de 2013:

Em meados dos anos 80, quando todo roqueiro no Recife não apenas tinha cara de bandido, como vivia levando baculejo dos homi, a banda Realidade Encoberta espalhava seu hardcore pelos poucos espaços disponíveis na cidade (TELES, 2013, [s/p]).

Esse excerto de José Teles exemplifica a realidade de choques diários do público ligado ao *rock/punk/metal* com o aparato policial do Estado. O ‘baculejo dos homi’ era a forma hodierna das populações periféricas se referirem às constantes abordagens policiais sofridas. Os roqueiros, *punks*, *headbangers*⁸ e afins não raramente eram abordados, muitas vezes humilhados nessas intervenções, sendo taxados de vagabundos, alienados, satanistas, drogados, entre outros adjetivos pejorativos. Não raro iam às vias de fato com o aparato policial em *shows*, encontros e eventos diversos. Já a afirmação de que todo roqueiro tinha cara de bandido nos anos de 1980 pode suscitar profícuas discussões.

José Teles é um jornalista que começou a cobrir os eventos de *rock* no país ainda na década de 1980. Sempre foi simpático àquela juventude, sendo provavelmente, entre personalidades ligadas à imprensa, um dos que mais escreveram e fomentaram a cena roqueira pernambucana. Acreditamos que sua forma de escrever se refira a como os

⁸ Termo pelo qual o público afetivo do metal se autodenomina. O termo metaleiro(a), criado pela Rede Globo de Televisão durante a cobertura do Rock in Rio de 1985, é comumente rechaçado dentro da comunidade.

adeptos do *rock* eram enxergados pelas autoridades e pela sociedade recifense nesse período, aludindo claramente à composição Ôrra Meu! de Rita Lee:

Eu tô ficando velho,
Cada vez mais doido varrido
Roqueiro brasileiro,
Sempre teve cara de bandido!
(Rita Lee – Ôrra Meu!)

Isso porque não apenas os conflitos com a polícia eram constantes, como o estranhamento social àquelas hordas vestidas de preto, com cabelos longos ou espetados e usando adereços peculiares, não era uma situação incomum.

Por fim, retomando Arantes (2009) e Bauman (2013), que reconhecem os conflitos diversos na esfera cultural (aqui entendida como promoção artística), podemos afirmar que os processos que se desenvolveram no Alto José Pinho tiveram uma forte componente endógena. Foram os jovens da comunidade ligados a vários ritmos musicais, se sobressaindo o *punk rock*, que resolveram não aceitar o lugar que lhes era imposto. Por meio de suas músicas, arte, projetos e engajamento em outras causas sociais, eles conseguiram, dentro de um cenário improvável, promover modificações na localidade. Aquela juventude queria fazer com que suas ideias e suas concepções de mundo chegassem à sociedade e instâncias de decisão política.

Se por um lado se opuseram à realidade em que se encontravam, por outro, hoje fazem parte da cena sociocultural da cidade, afirmando a periferia dentro dos espaços anteriormente reservados apenas aos eventos das elites. Consideremos, porém, que o Recife apresenta a característica marcante de possuir muitos agentes do meio cultural que ‘vivem nas’ e lutam pela cultura desenvolvida nas regiões periféricas. Não afirmamos, porém, que os conflitos tenham desaparecido. Eles continuam fortes e a comunidade do Alto do José do Pinho ainda sofre com problemas estruturais como acesso precário, pobreza e violência, todavia, o que fora despertado nas décadas de 1980 e 1990 continua dando frutos nesse longo processo de insurgência das periferias.

Posteriormente, no fim dos anos de 1990, o surgimento do movimento *manguebit* (*manguebeat*) – que completou 30 anos de 2022 e foi o principal tema de várias das festividades de Pernambuco tais como o carnaval e o Festival de Inverno de Garanhuns (dois dos principais eventos turísticos oficiais do estado) – passou a congrega boa parte dessa cena musical ligada ao *punk rock*. Podemos afirmar que o mangue (como é

comumente tratado) é tributário do *punk*. No documentário *Manguebit* (2021), dirigido pelo cineasta Jura Capela – que apresenta falas diversas de componentes da cena cultural recifense – há várias referências de que esse movimento se originou com os *punks* e que muitos deles passaram a se aventurar por novas sonoridades.

Apesar de não trabalharmos diretamente o movimento mangue em nossa pesquisa, durante nossa imersão ainda em andamento, por vezes é difícil diferir especificamente as identidades imbricadas no processo, dada a característica do cenário multicultural da cidade. Podemos dizer que é necessário o conhecimento aprofundado pela convivência, retomando a experiência de Guillen (2018), com personagens diversas para perceber facetas identitárias dos grupos que ora se aproximam, ora apresentam pontos discordantes. Em todo caso, podemos afirmar que compartilham visões de mundo ligadas ao que consideramos como uma identidade primária relacionada à condição periférica.

Para exemplificar o engajamento desses movimentos culturais com a realidade socioeconômica que os cercava, apresentamos excertos das letras de ‘*Eu tenho pressa*’ da *Devotos* e ‘*A cidade*’ de *Chico Science e Não Zumbi* – duas músicas advindas do movimento cultural da juventude nas periferias da capital pernambucana, uma do *punk* e outra do mangue, ambas da década de 1990, mas ainda hoje cantadas a plenos pulmões pelo público. As canções continuam atuais e demonstram que os conflitos entre as classes subalternas e dominantes na cidade do Recife continuam sendo um objeto privilegiado de análise histórica:

Eu tenho pressa de vencer (Eu tenho pressa)
 Eu tenho pressa de vingar (Eu tenho pressa)
 Vencer para me suceder (Eu tenho pressa)
 Vingar pra me realizar (Eu tenho pressa)
 [...]
 Vivendo assim eu vou morrer
 Vivendo assim eu vou matar
 Eu tenho pressa de vencer
 Eu tenho pressa de vingar (...)
(Devotos – Eu tenho pressa)

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
 Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
 Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
 Não importa se são ruins, nem importa se são boas
 E a cidade se apresenta centro das ambições
 Para mendigos ou ricos e outras armações
 Coletivos, automóveis, motos e metrô
 Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
[...]

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares

No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
[...]
(Chico Science e Nação Zumbi – A cidade)

Conclusão

A cidade é provavelmente a maior construção humana. Por motivos diversos, mas que passaram sempre pela necessidade de relações sociais para a sobrevivência da espécie, os seres humanos empreenderam vários modelos de agrupamento, quer por questões reprodutivas, alimentares ou espirituais. Esses modelos evoluíram, sofreram continuidades e descontinuidades, até que alguns milênios depois dos primeiros registros de cidades que acompanhavam as aldeias, tivemos a cidade comercial e seus desdobramentos como um evento global. A essas, seguiram-se modelos de urbanização visando a uma melhor ocupação e habitação para resolver problemas básicos, como acesso à água, tratamento de dejetos, necessidades de deslocamento, trocas comerciais e outras.

Com o advento da Revolução Industrial inglesa no século XVIII, a cidade começa a inverter sua relação com o campo e passa a ser o principal lócus de habitação humana, a partir do momento em que o campo é cercado e transformado em mercadoria. Enquanto aumenta a mecanização na agricultura, a população vai sendo expulsa e passa a procurar moradia e trabalho nas regiões industriais, que gradativamente vão acumulando problemas diversos. O seguir do processo nos séculos XIX e XX faz com que a cidade industrial se torne fatalmente central. Em países como o Brasil – com toda sorte de problemas decorrentes da estrutura fundiária e econômica escravagista, após liberação dos escravizados e da importação de mão de obra branca para modernizar o país – as periferias dessas cidades passam a serem habitadas por excluídos que procuram ocupação

na indústria e no comércio, sendo por vezes ignorados pelos planos diretores elaborados durante o século XX.

Esses processos, sejam de crescimento, desenvolvimento ou exclusão, não passaram para seus habitantes, sem que fossem afetadas suas sensibilidades, seus corpos, suas formas de construir e reconstruir em seu imaginário, suas moradias, habitações e vivências. Isso gerou conflitos que se expressavam na arte, na música, na organização em movimentos reivindicatórios de direitos, do direito de viver e ocupar uma cidade livre da violência diária, seja simbólica, seja física empreendida pelos poderes políticos e por aqueles que possuíam e possuem recursos para exercerem influência na construção e definição do espaço.

No Recife especificamente, as populações expulsas do centro pelas políticas de um urbanismo higienista ocuparam as áreas de morros, que até os dias atuais apresentam vários problemas de ordem sanitária, de deslocamento, além de serem alvo frequente da violência tanto interna, normalmente ligada ao tráfico de drogas, quanto estatal, por meio do aparato policial. Nesse ínterim, surge um movimento cultural de jovens no Alto José do Pinho, durante os anos de 1980 e 1990 que perdura até os dias atuais, criticando as condições insalubres de vida, a pobreza e a falta de políticas públicas para resolução dos problemas da comunidade. De alguma forma, por meio da união, inclusive com outras periferias, esses movimentos floresceram e conseguiram realizar uma valorização da comunidade, que como dito por Lapenda (2018), saiu das páginas policiais para as páginas culturais.

Mesmo considerando a pandemia de Covid-19, que interrompeu alguns dos processos em andamento, a retomada recente com a reabertura do mercado cultural fomentou alguns projetos por meio de dispositivos jurídicos específicos como a Lei Federal Aldir Blanc, além do Funcultura, programa mantido pelo governo de Pernambuco, que permite acesso a recursos por meio de editais anuais de chamamento de projetos. Aqui, retomamos Bauman (2013), quando afirma a necessidade de financiamento estatal para fomento da cultura, mesmo que haja conflitos entre produtores e agentes estatais acerca da definição do que produzir e como produzir.

Além da expressão das sensibilidades dos que nela habitam, a cidade se tornou o principal locus do conflito entre classes (mas longe de ser o único). Retomando Pesavento (1995) ao abordar Marcel Roncayolo, a cidade pensada ou idealizada no ‘plano do desejo’ por aqueles produtores privilegiados do espaço – ou seja, arquitetos, urbanistas,

engenheiros, médicos sanitários e demais técnicos burocratas – nem sempre levou em consideração os consumidores do espaço urbano e habitantes da urbe. Todavia, eles não se mostraram passivos, fazendo intervenções diversas, seja ocupando, se expressando artisticamente, seja resistindo e não aceitando sem luta os processos que os secundarizavam ou excluía da vivência do espaço urbano. No fascínio que o centro oferece no imaginário, as áreas centrais do Recife parecem ter sido para os *punks* um lugar privilegiado, mas também disputado. Como relata a autora, se a cidade é por um lado luz, ela também pode ser ameaçadora. Mas, a periferia também faz parte dessa cidade, a parte excluída, problemática, mas que por vezes, apresenta uma potência cultural com capacidade de tomar de assalto outras áreas. É nesse sentido que identificamos no Alto José do Pinho um dos lócus dessa potência criadora, pela qual a cidade do Recife é posta em vitrine muitas vezes como cidade multicultural.

Entendemos ainda que o processo de valorização da cultura é também um lugar de disputas entre agentes do mercado, do Estado, de produtores culturais e de artistas. Os agentes estatais, nesse caso, acabam tendo alguma margem de liberdade de ação. No Recife, muitos deles são ligados às periferias, seja por aproximação ideológica com processos endógenos, seja por serem habitantes, incluso o fato de que parte dos mandatários dos poderes legislativos municipais são oriundos dessas comunidades, o que acaba por criar uma via de acesso de grupos periféricos ao fomento público.

Nesse caso, encontramos relação ‘o direito à cidade’ de Lefebvre (2008) se encontrar presente na organização desses movimentos, sejam culturais, sejam sociais – que buscam lutar pelo direito de usar o espaço urbano e de serem incluídos nas políticas públicas – além de não terem suas vozes silenciadas pelos processos de exclusão aos quais estão submetidas as populações subalternas.

O *punk*, não apenas recifense, mas onde aportou, é comumente considerado um movimento anticapitalista e antissistêmico, em algumas situações apartidário, mas que se traveste de características locais aonde chega (VITECK, 2007). Portanto, no Recife – como um movimento musical, social e cultural urbano, tendo como âncora as regiões periféricas – o *punk* se ligou também às situações sociais que a juventude subalterna lidava diariamente. No trecho citado anteriormente da banda *Devotos*: “eu tenho pressa de vencer, eu tenho pressa de vingar”, está explícito que esses jovens procuravam além da contestação de sua realidade, meios para sua existência em comunidades marcadas por situações políticas e sociais de abandono, exclusão, falta de perspectivas e ausência de

esperanças num futuro melhor. Essa cena continua se reproduzindo. Existe atualmente uma *Rede Periférica Antifascista da Cena Underground*, formada por vários coletivos na Região Metropolitana do Recife, que une bandas de *rock* de vários estilos, como o *punk*, *hardcore thrash metal* e *thrashcore*, dentre outros que pregam consciência de classe e empoderamento da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2023).

Por fim, podemos afirmar que esse movimento tem se renovado com a presença de novos jovens, muitas vezes filhos de pais e mães que viviam a cena *punk underground* anos de 1980-1990, mas que também são atraídos por se identificarem com os valores professados, além, claro, do gosto musical. Também é comum que, apesar de se se assumirem como *punks* em seu cotidiano, não consumam apenas aquele gênero musical, mas vários estilos de *rock* e metal e formas fusionadas com o *rap*, *hip hop* e ritmos locais, que, independentemente da sonoridade final, encontram respaldo na expressão da vida diária periférica.

Referências

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves; GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do estado urbano no Recife. *Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013, p. 1-15

ANTUNES, Fabiano. Rec-Beat anuncia programação completa da sua 27ª edição. *Folha de Pernambuco*. Publicado em 16 fev. 2018. Disponível em <https://www.folhape.com.br/colunistas/folha-turismo/rec-beat-anuncia-programacao-completa-da-sua-27o-edicao/35444/>. Acesso em 23 ago. 2023.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único - Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 11-74.

BARBOSA, Suellen. Festival Quarta Cinza Rock promete esquentar o carnaval de Recife. *Agência de Notícia das Favelas (ANF)*. Publicado em 21 fev. 2023. Disponível em <https://www.anf.org.br/festival-quarta-cinza-rock-promete-esquentar-o-carnaval-de-recife/>. Acesso em 23 ago. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVERIA, Lucia Lippi (Org). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 16-35.

GARCÍA, Luís Britto. *El império contracultural del rock a la postmodernidad*. Caracas: Editora Nueva Sociedad, 1990.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Entre bordados, costuras e tambores: A oralidade nos maracatus-nação do Recife – Pernambuco. Apontamentos para pensar o trabalho de campo e história oral nos inventários do patrimônio imaterial. IN: BAUER, Letícia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. *História Oral e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 113-135.

LAPENDA, Duda. Devotos lança livro sobre trajetória no Alto José do Pinho neste sábado. *Jornal do Comércio*. Publicado em 01 de set. 2018. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/musica/noticia/2018/09/01/devotos-lanca-livro-sobre-trajetoria-no-alto-jose-do-pinho-neste-sabado-353168.php>. Acesso em 22 de jul. 2022.

LEFEBVRE, Henry. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LEMOS, Nina. A vida é punk: Tina Ramos levou a minissaia para a cena punk, encarou brigas de rua e lutou pela ideologia do movimento. *Revista TRIP*. Publicado em 10 de jun. 2013. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-vida-e-punk>. Acesso em 22 de jul. 2022.

MAFFESOLI, Michel. O Tempo das Tribos: *O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MANGUEBIT. Direção: Jura Capela. Produção de Jura Capela. Recife: Jura Produções, 2021. Cinema da Fundação – Porto Digital. Exibido em 31 mar. 2022.

MARCONI, Celso. A baderna dos jovens. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 fev. 1984, Cartas à Redação.

MARICATO, Ermínia Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia *A cidade do pensamento único - Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 121-191.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas. *Revista HistedBR Online*, Campinas, n. 54, p. 242-242, dez. 2013.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife no início do século XX. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: UFPE, v. 20, n. 1, p. 141-171, 2002.

MONTARROYOS, Hugo. *Devotos 20 anos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1982.

OLIVEIRA, Martihene. A Rede Periférica Antifascista e sua comunicação underground como ferramenta da arte e luta popular. *Mapa da Mídia Independente e Popular de Pernambuco*. Publicado em 16 mai. 2023. Disponível em <https://mapadamidiape.marcozero.org/a-comunicacao-underground-como-instrumento-de-visibilizar-vozes-da-arte-e-luta-perifericas-do-coletivo-m-1/>. Acesso em 23 ago. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERNAMBUCO. Lei 13.853 de 19 de agosto de 2009. Considera o Manguebeat Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Recife, PE, 20 ago. 2009.

PODER 360. Brasil tem “boom” de população de rua. Publicado em 20 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tem-boom-de-populacao-de-rua-dw>. Acesso em 21 de jul. 2022.

SANTOS, Marconi de Souza (Cannibal). Mensagem. Instagram Direct. 7 set. 2020. 2:38. 1 mensagem de áudio de Instagram Direct.

SANTOS, Marconi de Souza (Cannibal). Movimento Punk. Narrativa. 29 nov. 2022. 56:49. 1 arquivo de áudio m4a.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Luís Octávio da. História urbana: uma revisão da literatura epistemológica em inglês. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. XXVIII, n. 83, p. 31-44, mai./2002.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. São Paulo: USP, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, 1994.

TELES, José. A Realidade Encoberta está de volta. *Jornal do Comércio*. Publicado em 8 mar. 2013. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/toques/2013/03/08/a-realidade-encoberta-esta-de-volta>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade, o urbano, o lugar. *Revista Geosp*. São Paulo: USP, n. 6, p. 11-15, 1999.

VITECK, Cristiano Marlon. Punk: anarquia, neotribalismo e consumismo no rock’n’roll. *Espaço Plural*, n. 16, p. 53-58, jan./jun. 2007.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

**DEMÔNIO REALIZE MEUS DESEJOS: A CONSTRUÇÃO DO PACTO NO
IMAGINÁRIO DE UMA FREIRA PORTUGUESA (1718-1719)****DEMON FULFILL MY WISHES: THE CONSTRUCTION OF THE
PACT IN THE IMAGINATION OF A PORTUGUESE NUN (1718-1719)**Andressa Guimarães Barbosa¹

Resumo

Quando a religiosa professa Joanna Maria de Nazaré enviou uma carta a Inquisição de Lisboa, no ano de 1718, confessando uma tentativa de pacto demoníaco teve início o primeiro de dois processos nos quais a religiosa foi ré. A passagem de Joanna pelo Santo Ofício se afasta do que era comum nos processos de feitiçaria em Portugal, em primeiro lugar por ela ser uma freira, em segundo pela confissão espontânea de um pacto. A ideia de pacto demoníaco estava fortemente presente no pensamento da elite religiosa portuguesa durante a modernidade, mas o mesmo não ocorria no imaginário de outros grupos sociais do país. Tendo em vista a confissão espontânea podemos pensar, em um primeiro momento, que por ser uma religiosa o imaginário de Joanna estava plenamente alinhado com o inquisitorial, contudo, ao longo de dois processos podemos perceber que a ideia de pacto da religiosa foi passando por algumas transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, esse trabalho se propõe a analisar os processos inquisitoriais da religiosa buscando compreender a construção do imaginário de pacto de Joanna Maria de Nazaré e de que forma seu papel como freira e seu contato com o inquisidor ajudam a moldar essas ideias.

Palavras-chave: Inquisição; Freiras; Pacto.

Abstract

When the professed religious Joanna Maria of Nazareth sent a letter to the Inquisition of Lisbon, in the year 1718, confessing an attempted demonic pact, the first of two processes which the nun was accused began. Joanna's experience in the Inquisition is a consequence of the regular processes of witchcraft in Portugal, firstly because she is a nun, secondly because she spontaneously confesses a demonic pact. The idea of a demonic pact was

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

strongly present in the thoughts of the Portuguese religious elite during modernity, but not the same in the imagination of other social groups in the country. In view of the spontaneous confession we could think, at first, because she was a nun. Joanna's imagination was fully aligned with the Inquisitorial, however, over the course of two processes we can see that the idea of the pact of the religious was going through some transformations over time. In this sense, this work proposes to analyze the inquisitorial processes of the religious, seeking to understand the construction of the imaginary, referring to the pact of Joanna Maria of Nazareth and how her role as a nun and her contact with the Inquisitor supported the shape of these ideas.

Keywords: Inquisition; Nuns; Pact.

Introdução

Em 1718, em Alcântara, subúrbio da cidade de Lisboa, a religiosa Joanna Maria de Nazaré, professa na primeira ordem de Santa Clara no convento de Nossa Senhora da Quietação de Lisboa, escreveu uma carta ao tribunal do Santo Ofício onde confessava os delitos que teria cometido contra a fé católica. Entre os atos por ela confessados estavam cuspir a hóstia consagrada em um vaso de terra, negar a presença do corpo de Cristo no sacramento da eucaristia e escrever um bilhete a João Fernandes, um trabalhador do convento onde a religiosa vivia, pedindo a ele que buscasse uma feiticeira urbana que fosse capaz de produzir um feitiço para trazer a morte da também religiosa Maria Magdalina, por quem nutria um sentimento de vingança. Contudo, Joanna teria desistido dessa abordagem e decidido ela mesma invocar o Demônio e pedir a ele que realizasse o seu desejo de vingança e em troca, ela lhe daria sua alma.

Essa carta de confissão marca a entrada da religiosa nas malhas do Santo Ofício e inicia o primeiro de 2 processos inquisitoriais nos quais ela foi ré. Ao longo de 2 anos e vários exames de consciência à fé de Joanna foi devassada pela Inquisição e suas ideias ditas heréticas foram analisadas a fundo pelo tribunal. Navegando entre ortodoxia e heterodoxia, as ideias religiosas da freira foram férteis e suas práticas são capazes de nos causar fascínio e estranhamento na mesma medida. Entre essas práticas estava a invocação ao Demônio, também conhecido como pacto demoníaco, que aparece pela primeira vez ainda na citada carta de confissão e volta à tona em mais duas ocasiões ao

longo dos processos, contabilizando assim 3 tentativas de evocação do demônio por parte da religiosa, todas de dentro do ambiente conventual.

Para realizar a análise desses pactos usaremos como fonte os dois processos inquisitoriais relativos ao caso de Joanna e as cartas da religiosa escritas ao tribunal que foram anexadas a eles. Esses processos foram produzidos pelo Santo Ofício de Lisboa e hoje se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal, além de possuírem uma cópia digitalizada disponível online para consulta no site da instituição. Ao analisar um processo inquisitorial com o objetivo de acessar as ideias dos acusados, como é o caso deste trabalho, é preciso termos em mente as particularidades desse modelo de fonte. Os processos como o aqui analisado foram produzidos dentro de uma relação de poder desigual, onde o acusado sofria pressões por parte do inquisidor para que seus testemunhos se enquadrassem na lógica do tribunal. Entretanto, filtros de leitura podem permitir que o historiador entre em contato com os substratos culturais dos acusados. É preciso que o pesquisador aprenda a ler através das ameaças sutis, dos medos e ataques para alcançar o diálogo existente na fonte entre as ideias dos réus e dos inquisidores (GINZBURG, 2007, p. 282 -287).

Tendo em mente essas questões e esses cuidados se torna possível analisarmos os pactos desenvolvidos pela religiosa buscando entender de que forma ela entendia o pacto e a bruxaria e como essas ideias foram se transformando ou se mantendo ao longo dos processos. Antes disso, entretanto, será preciso que conheçamos o imaginário da magia presente na Igreja portuguesa e como o pacto se encaixou nesse cenário, uma vez que será a partir dele que o inquisidor, parte da elite religiosa portuguesa, formará suas ideias e, portanto, a base para os questionamentos feitos a religiosa ao longo dos processos.

O Pacto Em Portugal

A noção de pacto demoníaco não era ausente do imaginário europeu, pelo contrário, em Portugal ela foi a base que sustentou todo o ideal de magia presente no país. Em todo continente as noções de magia se dividiam em dois grandes blocos distintos, de um lado a chamada magia natural, caracterizada pelo uso de ervas, chás e a manipulação de elementos naturais, e de outro a chamada magia diabólica, na qual as bruxas e magos conquistavam seus poderes por intermédio do Demônio. Nesses termos, enquanto a magia natural poderia ser aceita, pois não passava de uma forma de uso da natureza, a magia diabólica seria maligna e, portanto, deveria ser perseguida (CLARK, 2006, p. 309-310).

Em Portugal, contudo, os doutores da igreja consideravam que toda magia era em si diabólica, mesmo as que pareciam à primeira vista inofensivas manipulações da natureza trariam no fundo uma associação demoníaca. Dessa forma todo mago e toda feiticeira seriam necessariamente servos do Diabo. Apesar dessa visão, os portugueses pouco temiam os poderes do Diabo, pois, para a Igreja lusitana, seus poderes estavam limitados aos poderes divinos. Para eles o Demônio não era um antideus, ou um Deus maligno, mas sim uma criatura do Deus verdadeiro, eternamente subordinada a ele e que só podia realizar aquilo que o divino permitia. Por isso, apesar da presença do chamado imaginário da magia, em Portugal nunca se desenvolveu uma intensa perseguição à bruxaria. É incomum encontrarmos na história portuguesa processos inquisitoriais relativos a Sabás, ajuntamentos demoníacos e metamorfoses realizadas com o poder do maligno, pois para a Inquisição tais acontecimentos estariam fora da alçada do poder do Demônio criatura de Deus, e seriam, portanto, apenas manifestações da imaginação popular (PAIVA, 2002, p. 38).

Se sabás, voos noturnos e metamorfoses de bruxas eram vistas com descrença, o pacto, por outro lado, ocupava no imaginário dos inquisidores um papel central. Para os doutores da Igreja portuguesa, toda feitiçaria era diabólica e os poderes das bruxas eram a elas cedidos pelo Demônio, contudo, esse movimento não era feito através de ajuntamentos demoníacos e sim pelo pacto individual realizado entre a feiticeira e o Diabo. Assim, para o imaginário português toda bruxa era necessariamente uma pactuante (PAIVA, 2002, p. 38-41). Entretanto, é de extrema importância que tenhamos em mente que esse imaginário que reduz toda feitiçaria a pacto é essencialmente um pensamento das elites, bem como a própria demonologia e o estudo da feitiçaria. Todas as discussões que vimos acima, todo o debate em torno do que seria magia, feitiçaria, de onde viriam esses poderes e quais os limites do poder do Demônio, foram campos de estudos dos eruditos europeus e dos doutores da Igreja, tais como os Inquisidores (MUCHEMBLED, 2003, p. 23).

Por essa razão a população comum portuguesa não compartilhava a visão sobre feitiçaria dos inquisidores, de modo que, enquanto esses buscavam a todo custo conseguir que os acusados de feitiçaria confessassem o pacto, questionando de forma quase obsessiva os réus na tentativa de fazê-los confessar, os ditos feiticeiros demoravam a relatar tal prática, pois não entendiam que a feitiçaria se daria por poderes do Demônio.

Essas confissões só surgiam depois de muita insistência do tribunal, quando os réus entendiam que era isso que os inquisidores queriam ouvir (PAIVA, 2002, p. 55).

Foi preciso anos de ensino e profunda insistência para que o modelo inquisitorial sobre feitiçaria e poder do Diabo penetrasse de alguma forma no imaginário popular. Essa diferença que se apresentava no ideal de magia da Igreja e das classes populares gerou um profundo descompasso na relação entre inquisidores, réus, testemunhas e denunciantes que a eles se dirigiam. De um lado havia populares acusando vizinhas e conhecidas de saírem de suas casas a noite metamorfoseadas em animais, voando em direção a um ajuntamento demoníaco, e tendo essas acusações negadas pela inquisição, que não considerava tal coisa possível e a jogava para o campo da imaginação do acusador. Por outro lado, o tribunal tentava ao máximo forçar os acusados a se encaixarem em seus modelos demonológicos, tentando a todo custo obter a confissão do pacto (BETHENCOURT, 2004, p. 296). Tendo em mente esse imaginário inquisitorial e as questões que ele envolvia é possível olharmos para as práticas de Joanna, analisando a maneira como a religiosa realiza o pacto e as diferenças e proximidades que se apresentam entre sua prática e o que a Inquisição entendia por pacto, inserindo os processos pelos quais Joanna passou nesse imaginário português moderno.

O Primeiro Pacto

Como já vimos, a primeira tentativa de pacto realizada por Joanna ocorreu antes que a religiosa se tornasse ré no Santo Ofício e foi confessada por ela em sua carta que deu origem a sua passagem pelo tribunal. Casos como o de Joanna, em que a ré confessava o pacto espontaneamente foram raros na história portuguesa, pois como já vimos a ideia do pacto era comum às elites religiosas, mas não aos populares, que foram os réus nos processos de feitiçaria na maioria dos casos. Joanna por outro lado não era uma mulher popular, ela era uma religiosa professa, membro de uma ordem religiosa. O processo de Joanna apresenta uma clara singularidade ao já iniciar com a ré confessando uma evocação ou pacto, de modo que podemos pensar, em um primeiro olhar, que por ser uma freira Joanna estava imersa nas ideias dotas sobre a feitiçaria e seu pensamento estava, portanto, alinhado ao pensamento do inquisidor. Entretanto quando olhamos com detalhes para a prática da religiosa é possível perceber que mesmo entre dois religiosos, um inquisidor e uma freira ainda havia distinções importantes na ideia de Pacto demoníaco.

Em sua carta de confissão, a ré declara ter tentado inicialmente contatar uma feiticeira urbana através do intermédio de João Fernandes e apenas após desistir dessa ideia, teria decidido evocar o demônio e lhe prometeu sua alma. Tanto a busca por uma feiticeira urbana quanto a invocação ao Diabo tinham um único objetivo, trazer a morte à Maria Magdalena, outra religiosa do convento, desafeto da ré. Nesse ponto, já podemos perceber como, apesar de conhecer o conceito de pacto e se utilizar dele, Joanna ainda considera o poder das feiticeiras urbanas e de seus feitiços e malefícios e inclusive considera se valer desses poderes. A figura da feiticeira poderosa, capaz de trazer desgraça e infortúnio, estava muito presente no imaginário popular de magia. Para esse grupo, as feiticeiras possuíam a capacidade de manipular santos e demônios e essa habilidade conferia a elas um poder espiritual alternativo e ilícito. Entre os poderes dados às bruxas, estava incluído o de trazer a morte, o objetivo de Joanna (BETHENCOURT, 2004, p. 206-2013).

Nos processos da soror podemos encontrar poucas informações sobre sua vida antes de ingressar no convento. O pouco que podemos saber pela seção de genealogia é que ela nasceu e viveu em Lisboa até os 10 ou 11 anos, quando se tornou noviça. Não é improvável que em sua vida em Lisboa Joanna tenha tido acesso às ideias de feitiçaria que circulavam na urbe, como o alcance do poder das bruxas. É igualmente provável que esse imaginário se mantivesse entre as próprias religiosas do convento que tradicionalmente vinham do ambiente urbano assim como Joanna. Para além da presença da figura da feiticeira outras questões podem ser levantadas pelo relato do primeiro pacto de Joanna, veremos algumas delas a seguir.

Joanna teria chamado pelo Demônio pois estava tomada pela raiva que sentia por Maria Magdalena, seu desafeto. Assim ela teria o convocado “proferindo o referido por palavras inteligíveis prometendo só sempre onde não podia ser ouvida” (PRIMEIRO PROCESSO, f. 34). Dessa forma, a religiosa estabelece que, em sua primeira tentativa de evocar o Demônio o fez apenas por palavras. Após essa narrativa o inquisidor inicia um longo questionamento na tentativa de conseguir mais detalhes do ato e compreender melhor a ação da religiosa.

A Inquisição questiona primeiramente se ela chegou a ver a figura demoníaca após o chamado que realizou, e em seguida pergunta se, além das palavras inteligíveis, ela teria realizado algum tipo de reza ou cerimônia para o diabo. A religiosa nega as duas questões. Após receber a negativa da ré a Inquisição então pergunta se ela teria conhecimento que

“o Demônio como espírito de soberba, do que mais se agrada das criaturas que querem a sua amizade é que estas o reconheçam com ações de superioridade” (PRIMEIRO PROCESSO, f. 41-42). Joanna diz ter conhecimento dessa informação, criando assim uma questão para o inquisidor. Se a soror sabia que o Demônio esperava das pessoas que queriam seus favores que elas lhe venerassem e se humilhassem por ele, por que ela não teria realizado tais atos? A essa questão se segue a seguinte indagação:

Perguntada se entendia ela declarante que não lhe aparecera o demônio por não o invocar com o culto e veneração que ele pretende. Disse que não [...] perguntada se quando ela declarante invocou o demônio e ele não lhe apareceu, entendeu que se desse ao demônio alguma parte de seu sangue ou corpo em sinal de amizade ele lhe apareceria e faria o que ela quisesse. Disse que entendeu que se desse parte de seu corpo ou sangue ele lhe apareceria. Perguntada se com efeito chegou a dar alguma parte de seu sangue ou corpo. Disse que não (PRIMEIRO PROCESSO, f. 41-42).

Com base nessas perguntas é possível retirarmos duas informações principais. De um lado, Joanna alegou mais de uma vez que sua invocação inicial ao Demônio foi feita apenas e tão somente com palavras e que não teria dado resultado algum, pois ele não lhe apareceu. De outro, temos a insistência do inquisidor na vontade do demônio de receber culto e veneração como se fosse um Deus, além das questões em torno da formalidade do pacto. Ou seja, o inquisidor quer saber se Joanna teria dado ao Diabo seu sangue ou uma parte de seu corpo com a intenção de formalizar o pacto que intentava.

A partir dos tipos de comunicação que se tentava estabelecer com o demônio era possível definir a noção de pacto (BETHENCOURT, 2004, p. 14). Nesse sentido, os pactos podiam ser separados em dois tipos: o pacto expresso ou explícito e o pacto tácito ou implícito. O pacto implícito acontecia quando os mágicos - em busca de cura para doenças - recorriam à magia e outros meios não validados pela Igreja. Já o pacto expresso ocorria quando o feiticeiro - por meio de gestos e palavras formais - se dirigia ao demônio a quem prometia sua alma. Uma vez que o demônio aparecesse ao feiticeiro eles então formalizavam um contrato e estabeleciam um pacto (PAIVA, 2002, p. 38-39).

Podemos perceber que a primeira tentativa de pacto realizada por Joanna em muito se aproxima da ideia de pacto expresso. Esse pacto, entretanto, exigia uma formalidade que não foi apresentada nesse caso, e é essa falta dos elementos formais que vai causar estranheza ao Inquisidor. A religiosa negou várias vezes ter cumprido com tais formalidades, como dar culto ou seu sangue à criatura, e quanto mais ela nega ter realizado tais práticas, mais o Inquisidor intensifica as questões. Para ele, o pacto estaria

incompleto sem que essas ações fossem realizadas. Por conseguinte, ele questiona a religiosa, várias vezes se ela adorou o demônio como Deus e deixa claro que esse era o desejo do demônio, ainda mais em casos em que aquela que o invoca é uma figura tão próxima a Deus como uma religiosa. O Inquisidor também insiste em saber por que Joanna não deu ao Diabo parte de seu corpo ou seu sangue e se ela não acreditava que tais atos convenceriam o demônio a aparecer para ela e realizar seus intentos.

É possível, portanto, perceber como, apesar de compartilharem a ideia geral de pacto, ou seja, o contato individual do feiticeiro com o Demônio em busca da realização de um intento, nesta primeira incursão no universo da feitiçaria, Inquisidor e religiosa discordam sobre a maneira como esse ato deveria ser realizado. Enquanto Joanna entende que poucas palavras eram o suficiente para a evocação, o inquisidor debate a necessidade de uma maior formalidade para concretizar o ato.

Nesse momento as noções que a religiosa faz de feitiçaria se aproximam quase na mesma medida que se afastam da noção do inquisidor. Além de compreender feitiçaria urbana e pacto demoníaco como coisas diferentes, tendo ela optado pelo pacto, a religiosa não reconhece ou valida certos passos que para o Inquisidor eram essenciais ao pacto. Podemos pensar essa discrepância ao utilizarmos o conceito de circularidade cultural, pensado pelo historiador Carlo Ginzburg. O autor define o conceito ao falar sobre os processos de formação cultural que ocorrem nos diálogos entre as chamadas cultura popular e cultura erudita. Para ele, a cultura não permanece estática, a cultura das elites circula entre as classes populares que bebem de sua fonte para formar novas práticas culturais e o mesmo se dá ao contrário, casos em que a cultura popular circula e influencia a cultura das elites (GINZBURG, 2006, p. 18). Entretanto, aqui não temos exatamente dois estratos sociais diferentes dialogando entre si. Joanna foi uma freira e, portanto, parte do corpo da Igreja, assim como seu inquisidor. As diferenças entre eles não vieram tanto da classe, mas sim do gênero e do papel que era permitido a homens e mulheres no seio da Igreja.

A educação e o letramento eram muito importantes para as religiosas, principalmente as clarissas como Joanna. Pela Regra de Santa Clara, quanto mais letrada fosse uma mulher mais próxima de Deus ela estaria (LAGE, 2014, p. 107-131). Dentro dos mosteiros de clarissas a diferença entre uma mulher alfabetizada e as que não o eram estava dada nas diferentes funções das religiosas nos conventos, bem como nas roupas que elas usavam. As freiras letradas eram chamadas irmãs de coro e utilizavam um véu

preto, enquanto as irmãs conversas não letradas utilizavam um véu branco (LAGE, 2014, p. 56). As irmãs de coro tinham o importante papel de ler as orações contidas nos breviários e guiar as preces do corpo conventual durante os ofícios religiosos. Esse era oficialmente o papel de Joanna em seu convento.

Apesar da educação formal, o objetivo de educar uma freira não era a instrução teológica, desse modo, precisamos saber até que ponto uma religiosa como Joanna teria acesso a livros que trouxessem discussões desse tipo, que versassem sobre as questões de feitiçaria discutidas tão intensamente pelos doutores da Igreja, que permitissem a ela criar uma ideia sobre pacto.

Assim como os mosteiros masculinos, os cenóbios femininos possuíam suas bibliotecas. Entretanto, diferentemente das grandiosas bibliotecas que muitas vezes estavam disponíveis aos homens, os conventos femininos possuíam um acervo consideravelmente menor, girando na casa das centenas de livros, com poucas bibliotecas tendo mais de mil volumes (BARATA, 2011, p. 132). A grande maioria das obras presentes em conventos femininos possuía um caráter funcional. Eram breviários, livros de horas, hagiografias e as ordens conventuais, ou seja, livros voltados para a atividade religiosa feminina e sua instrução moral, os grandes objetivos da educação conventual das mulheres (LAGE, 2014, p. 115).

Assim, diferentemente do que ocorria nas bibliotecas masculinas, era incomum encontrar a disposição de sorores livros não religiosos, e normalmente quando encontrados eles eram de ordem funcional, como livros e arquitetura e pintura (BARATA, 2011, p. 138). Sendo assim, é de se imaginar que o acesso de Joanna a livros que trouxessem discussões sobre demonologia, como as que de alguma forma estavam presentes em seu pensamento, fosse limitado. O conhecimento exato dos livros presentes na biblioteca do convento da Quietação no período em que Joanna viveu em sua clausura poderia nos dar acesso às leituras da religiosa, mas tal informação não está disponível. Apesar de não termos como saber a composição da biblioteca em 1718, é possível, através do inventário de extinção do mosteiro, sabermos que livros o cenóbio possuía no momento de sua extinção, que ocorreu mais de 100 anos depois dos processos de Joanna. Isso significa que não podemos saber a quais livros a religiosa teve acesso, mas, com base no material disponível no inventário, podemos ter uma ideia mais precisa do tipo de livro que poderia haver na biblioteca conventual para além dos livros de ofício.

No momento de sua extinção, o convento de Nossa Senhora da Quietação de Lisboa possuía em seu acervo 598 livros, de acordo com o levantamento feito por Paulo Barata. Dentro desse levantamento, podemos perceber que esse número é acima da média, pois a maior parte dos conventos femininos detinha pouco mais de 250 livros em seus acervos quando foram extintos (BARATA, 2011, p. 152). Ao vermos os livros disponíveis no mosteiro, que foram arrolados no inventário de extinção, percebemos que a grande maioria eram livros de ofício e hagiografias, assim como o esperado. Porém, ao contrário do que poderíamos imaginar, havia no convento das Flamengas de Alcântara um bom número de livros de cunho teológico, como tratados de mística, livros para a instrução feminina na doutrina católica e livros sobre o sacramento da comunhão especificamente. Além dos livros religiosos, havia poucos livros de ordem prática na biblioteca do convento, sendo apenas um tratado de arquitetura e pintura, alguns poemas, um tratado de quiromancia e um aparente tratado de demonologia (INVENTÁRIO DE EXTINÇÃO, f. 55-63).

Com base nos livros que encontramos no inventário, podemos perceber que apesar de terem um acesso mais restrito às discussões de cunho mais teológico, quando comparadas com os religiosos homens, as freiras ainda detinham um acesso a esse conteúdo, que mesmo limitado, ultrapassava o disponível para a população secular da cidade. Assim, apesar de não serem doutoras da Igreja, as clarissas de véu preto, como Joanna, estavam mais versadas na fé e tinham um domínio maior de certas discussões do que a população comum portuguesa. Essa combinação nos ajuda a entender a formulação das ideias de Joanna que, apesar de trazerem para o primeiro plano da ideia de feitiçaria o conceito de pacto, não estavam inteiramente de acordo com as visões dos doutos da Igreja como era o caso do inquisidor. Joanna, apesar de mais instruída e com mais acesso a uma produção sobre teologia que grande parte da população, ainda estava distante da base doutrinal que os doutores da fé como inquisidores, bispos e membros da ordem regular possuíam.

Desse modo, ao se envolver com a magia e buscar nela a resolução de questões pessoais, Joanna inicialmente faz confluir os universos da feitiçaria urbana, ao considerar chamar uma feitiçeira com seus feitiços de morte, e o da feitiçaria erudita ao intentar o pacto. Tal amalgama só pode existir pois Joanna era uma mulher religiosa e, portanto, tinha acesso a ideias doutas, mas sem a complexidade e o aprofundamento ao qual alguns homens da fé tinham direito, ao mesmo tempo ela ainda guardava as noções sobre os

poderes das feiticeiras urbanas, tão corrente na cidade de Lisboa onde a religiosa se criou até ingressar no convento.

Conforme o processo avançou, entretanto, foi possível perceber que as ideias sobre a magia de Joanna, que antes transitavam entre popular e erudito, se aproximam cada vez mais das ideias presentes no imaginário do inquisidor. Uma mudança que vai se apresentar de forma cada vez mais clara conforme Joanna abraça a ideia de pacto e abandona a busca pela feitiçaria urbana.

O Segundo Pacto

Um tempo após a primeira tentativa de pacto, Joanna voltou a chamar pelo Demônio, esse segundo pacto foi confessado pela religiosa no dia 22 de junho de 1718, em meio ao andamento do primeiro processo. Essa segunda tentativa apresenta diferenças substanciais em relação à primeira, como podemos ver no relato a seguir dado pela religiosa ao Santo Ofício.

Que em o dia treze deste presente mês e ano, depois dela confitente assistir a missa do dia se recolheu a cela de Madre Soror Maria Thereza, estando nela só pela veemente tentação que teve do demônio e da luxúria com a representação em João Fernandes a quem, como disse em suas confissões, tinha amor desordenado e com quem na dita ocasião desejou veementemente ter atos torpes. Vendo que não podia conseguir tal coisa se não por meios diabólicos, resolveu fazer um escrito de seu sangue para o demônio em que lhe dissesse e promettesse dar-lhe a sua alma, lhe obedecer em tudo o que ele quisesse e adorá-lo como Deus, se ele lhe trouxesse a sua presença o dito João Fernandes. E com efeito, picando o dedo polegar e do meio da mão esquerda com uma [verrama] até sair sangue, começou a fazer o dito escrito dizendo nele: – Anjo mau como ministro da maldade te peço que faças com que me venha – e mais ia escrevendo conforme tinha concluído consigo, e tem acima declarado, se não fosse interrompida por um ato da comunidade para o qual foi chamada (PRIMEIRO PROCESSO, f. 75-76).

Essa tentativa de pacto foi praticada quando a religiosa já estava sendo processada pelo Santo Ofício, contudo, apesar de na ocasião ocupar o lugar de ré na Inquisição, Joanna não foi excluída das obrigações e atividades diárias do convento. Apesar do processo, seu status de freira não foi revogado. Assim como seu lugar no mosteiro seguiu existindo apesar do processo, as relações sociais da religiosa também se mantiveram, com Joanna frequentando a cela de suas irmãs, ainda que não possamos avaliar por quais mudanças essas relações possam ter passado durante o andamento do processo.

Tais permanências só foram possíveis porque Joanna não foi levada aos cárceres do Santo Ofício, mas se sentou à mesa da Inquisição de dentro do convento, com

inquisidor e notário indo até a grade do coro do mesmo para realizar os ritos inquisitoriais. Tal situação não era uma prática comum, normalmente, ao se dar início a um processo, o réu era levado aos cárceres do Santo Ofício, onde permanecia durante todo o andamento processual. No caso das freiras, entretanto, havia a possibilidade de permanência no ambiente conventual. Esse privilégio era normalmente concedido às religiosas que confessavam seus pecados a Inquisição de forma espontânea, ou seja, antes de serem denunciadas à instituição (CARDOSO, 2003, p. 104-106). Dessa forma as freiras que se tornavam réis do Santo Ofício por terem confessado tinham a possibilidade de manter parte de suas rotinas apesar da Inquisição. Como sabemos Joanna chegou ao Santo Ofício através de uma carta de confissão de próprio punho, o que permitiu que tal privilégio fosse aplicado a ela e possibilitou que se desenrolasse o evento por ela narrado acima.

Ao observarmos essa segunda tentativa de pacto, é possível perceber o quão mais próximo o ato praticado pela religiosa está do imaginário do Inquisidor, principalmente quando comparamos essa tentativa com a anterior. Se na primeira vez ela invocou o demônio apenas por palavras ditas de forma ininteligível e prometeu sua alma como recompensa caso conseguisse seus objetivos, na segunda tentativa a religiosa trouxe mais elementos. As palavras antes soltas passam a ser escritas com o sangue da religiosa e, além da alma, ela promete dar à criatura culto e veneração como se ele fosse um Deus.

A esta segunda tentativa de pacto se segue o interrogatório abaixo.

Perguntada se na dita ocasião, ou em outra depois disso, se convenceu ela declarante que o demônio era Deus, ou tão poderoso quanto ele e digno de veneração. Disse que não. Perguntada se com efeito adorou ela declarante ao demônio como Deus, pedindo que lhe trouxesse ali o dito João Fernandes. Disse que não. [...] Perguntada se na dita ocasião que ela declarante fez o escrito ao demônio estava resolvida a obedecer-lhe em tudo e estava também resolvida em deixar a fé de Cristo Senhor Nosso e renegar dela, dos sacramentos e dos demais mistérios da fé e a crer no demônio se ele lhe aparecesse e lhe pedisse. Disse que na dita ocasião estava resolvida a deixar a fé de Cristo Senhor Nosso, renegar dela, dos sacramentos e demais mistérios da fé, e crer no demônio se ele lhe aparecesse e lhe pedisse. [...] Perguntada se na ocasião em que ela fez o escrito ao demônio entendia que só lhe entregando a sua alma conseguiria dele o que lhe pediu. Disse que no dito tempo entendia que só entregando a sua alma ao demônio conseguiria dele o que lhe pediu. Perguntada se na dita ocasião entendia que só ao entregar a sua alma ao demônio conseguiria dele o que lhe pediu, que motivo teve para, de mais a mais, lhe fazer o escrito de seu sangue. Disse que de mais a mais lhe fez o escrito com seu sangue para que o demônio com mais brevidade lhe fizesse o que lhe pediu. Perguntada onde soube ela declarante que o demônio se veria mais obrigado se ela lhe fizesse um escrito de seu sangue. Disse que leu em alguns livros, que não lembra que livros eram, nem de que matéria se tratava. (PRIMEIRO PROCESSO, f. 85-86).

Aqui a Inquisição demonstra logo a princípio uma grande preocupação com a promessa de Joanna de adorar o Demônio como Deus. Isso pois, como já vimos, para a Igreja portuguesa o Diabo não era um Deus do mal, ou possuía poderes divinos, ao contrário, ele era apenas uma criatura de Deus e, portanto, inferior a ele. Nesse sentido, adorar o Demônio como Deus seria reconhecido pelo tribunal como uma heresia pois, ao fazê-lo, a religiosa estaria igualando criatura a criador e indo contra a ortodoxia católica. Nesse ponto é preciso termos em mente que para a Inquisição portuguesa nem todo pacto traria em si uma heresia.

O delito de heresia consistia em realizar uma ação ou defender uma doutrina que fosse contrária às ideias defendidas pela Igreja Católica e realizar um pacto nem sempre se enquadrava nesse esquema. Tendo em vista que o demônio era considerado real e dotado de alguns poderes, a ortodoxia católica da modernidade entendia como possível o ato de invocar tal criatura para obter seus favores. Apesar dessa atitude ser vista como maligna pela Igreja ela não poderia ser considerada herética. Assim, apenas casos em que o réu reconhecia no Diabo poderes além daqueles que a igreja considerava válidos seriam entendidos como heresia (MUCHEMBLED, 2003, p. 209). No caso de Joanna, ao prestar culto ao Diabo ela o igualava a Deus e por isso caía em ato herético ao atentar contra o primeiro mandamento, que estabelece que só há um Deus verdadeiro (PAIVA, 2002, p. 48). Além de prometer cultuar o Demônio como Deus a heresia de Joanna é agravada quando a religiosa declara que caso o demônio realizasse seu desejo, ou seja, trouxesse a presença de João Fernandes ao convento para que ela pudesse manter com ele atos carnavais, ela estaria disposta a abandonar a fé católica e seguiria o Diabo como seu novo Deus.

Apesar do teor da confissão, Joanna deixa claro a instituição que não acreditava que o demônio tivesse poderes divinos, nesse sentido, é interessante pensarmos por que ela promete adorá-lo se não o reconhece como tal. Ao ser interrogada sobre o primeiro pacto, a religiosa ouve do Inquisidor que o maior desejo do Diabo é ser cultuado por aqueles que o invocam e afastar da fé os servos de Deus, principalmente uma tão próxima como uma freira. Assim, ao realizar tais promessas nesse segundo pacto, Joanna nos mostra que compreendeu as ideias do Inquisidor sobre os desejos do demônio e as colocou em ação ao repensar o pacto.

Outro momento em que podemos perceber uma assimilação por parte de Joanna das ideias do Inquisidor diz respeito ao escrito de seu sangue que a religiosa declara ter produzido. Apesar de dizer que acreditava que a promessa de sua alma era o suficiente para convencer o demônio a realizar seus desejos, Joanna diz que fez o escrito para que ele viesse a ela mais rápido. Se retornarmos ao primeiro pacto podemos perceber que o Inquisidor questiona Joanna sobre a razão pela qual a religiosa não entregou seu sangue, ou parte de seu corpo, ao demônio e se ela não achava que a falta desses elementos era a razão para a não aparição do Demônio.

Quando a Inquisição questiona a ré sobre de onde teria vindo a ideia de fazer um pacto escrito com seu sangue, a religiosa afirma que teria lido sobre essa prática em um livro, mas não se recordava qual. Como vimos acima, apesar de incomum, não era impossível encontrar livros poucos convencionais nas bibliotecas conventuais femininas, incluindo entre eles tratados demonológicos que tinham como objetivo alertar as pessoas para os perigos da bruxaria e da tentação do Diabo, além de ensinar a reconhecer bruxas. Caso a biblioteca do convento da Quietação de Lisboa tivesse um exemplar de um desses tratados na época em que Joanna vivia em seus muros é possível que ela tenha lido sobre o pacto escrito com sangue e, a partir disso, a religiosa poderia ter decidido incluir esse escrito em sua nova tentativa. Contudo, mesmo que Joanna não tivesse tido acesso a nenhum desses manuais, ela poderia ter chegado à conclusão que escrever seu pedido com sangue era importante para a conclusão do pacto apenas guiada pelos questionamentos anteriores do inquisidor, uma vez que ele levanta essa possibilidade quando a interroga sobre o primeiro pacto.

Acrescentar partes do corpo como sangue, cabelos e unhas a feitiços era uma prática muito comum no Império português moderno. Esses elementos eram partes do indivíduo, estreitamente ligado a suas vidas, por isso quando utilizados em um contexto de feitiçaria representavam aquele que os ofertava. O sangue, como fluido vital, era especialmente valorizado para esse uso (BETHENCOURT, 2004, p. 139-140). Já os cabelos e as unhas teriam seu valor pois eram vistas como partes do corpo que continuavam a crescer mesmo após a morte (BETHENCOURT, 2004, p. 111).

Nesse momento, porém, Joanna ensaia dar ao demônio apenas seu sangue, junto a uma promessa de adoração caso ele realize seu desejo de encontrar João Fernandes. Apesar de estar mais próximo do imaginário inquisitorial do que o primeiro pacto, ainda faltavam alguns poucos elementos para que o segundo pacto fosse um exemplo perfeito

daquilo que a Igreja portuguesa entendia por pacto demoníaco. Essas ausências vão ser corrigidas por Joanna na ocasião de seu terceiro e derradeiro pacto.

O Terceiro Pacto

O último pacto da religiosa foi realizado após o término de seu processo, quando a freira já havia recebido suas penas, todas pagas dentro do convento. Assim como o primeiro, o segundo processo da religiosa também teve início através de uma carta de confissão escrita por ela ao tribunal. Um ano depois de sua primeira passagem pelo Santo Ofício, no ano de 1719, Joanna confessava uma nova tentativa de obter favores do Demônio.

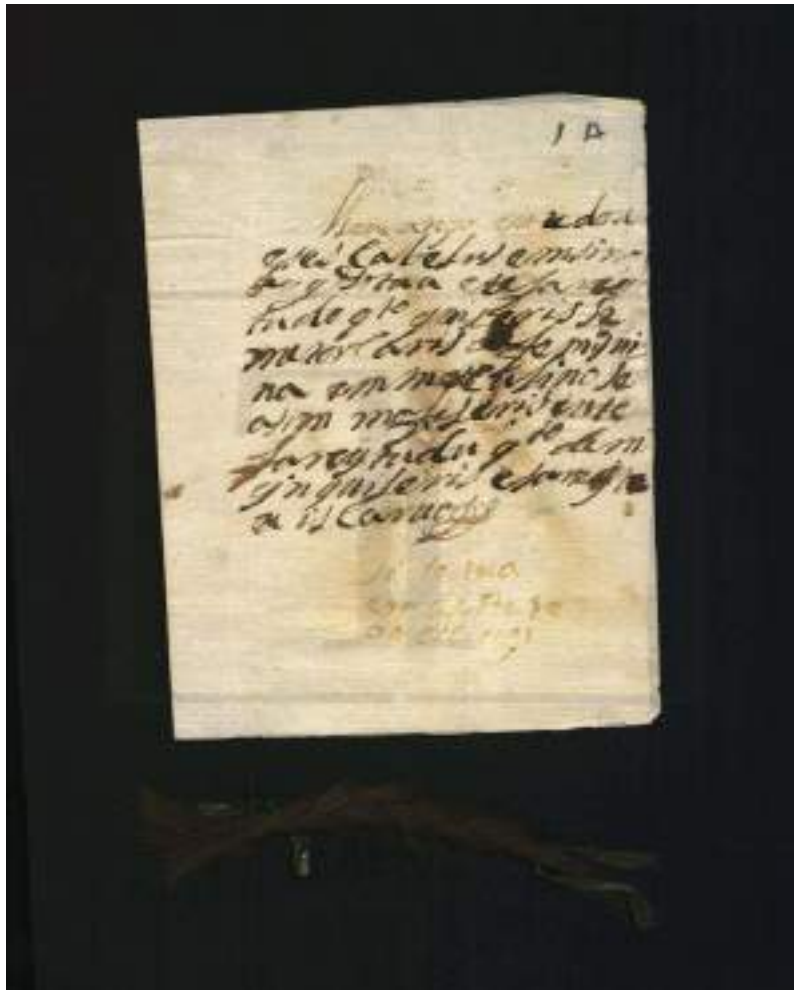
Com toda humildade faço saber a Vossa Senhoria que tenho tido com demônio atos carnis invocando e dizendo estas palavras, demônio apareça e me conceda este apetite que tenho, seja na forma que for.[...] (e fiz) pacto com o demônio para conseguir isto que digo, fiz esse papel, que remeti, pretendendo também que me fizesse o que [*soverane*]. O papel que fiz para obrigá-lo a que me aparecesse e ouvindo dizer em certas ocasiões que o demônio tinha aparecido e concedido [*amtos*] para os que lhe pediam. Vendo eu que nem depois de ter feito este papel ele me aparecia fui a cerca para fazer o que pretendia. Sem que ninguém me vise me coloquei de joelhos e tornei a invocar [*emtos*] vezes com a boca no chão e também levei este papel para novamente lhe oferecer. E vendo que não tinha efeito guardei esse papel. [...] Em outras ocasiões declaro que quando me coloquei de joelhos na cerca e beijei o chão foi para adorar o demônio e se ele me pedisse eu faria tudo que ele me mandasse, ainda que fosse renegar a fé católica. E de tudo me acho arrependida (SEGUNDO PROCESSO, f. 2-3).

*Figura SEQ Figura * ARABIC 1— Pacto escrito por Joanna
junto com seus cabelos*



Fonte: Segundo Processo da Soror Joanna Maria de Nazaré, 1719

Figura 2 — Imagem do pacto onde é possível ver uma parte escrita com sangue da religiosa na parte inferior



Fonte: Segundo Processo da Soror Joanna Maria de Nazaré, 1719

Aqui é possível percebermos como o ideal de Joanna sobre o pacto alcança quase em sua completude o imaginário que foi apresentado a ela pelo Inquisidor em sua primeira tentativa de pacto. Joanna não apenas evoca o demônio por palavras, mas o faz curvada no chão, de joelhos, em sinal de submissão. Ela o trata como divino e lhe presta adorações como tal, além de prometer abandonar a fé, e o verdadeiro Deus, para segui-lo. A religiosa também produz novamente um pacto escrito com seu sangue na tentativa de trazer o Demônio com mais brevidade a sua presença. Por dificuldades comuns a fonte e ao tempo parte do pacto não é mais visível, mas na primeira frase ainda legível podemos ver que a religiosa escreve “só so tua”. Para além dessa declaração de posse de si ao demônio através de seu sangue, Joanna lhe oferece seus cabelos, como exposto na imagem acima, o que, como vimos, era um símbolo que representava a própria religiosa e é dado por ela como um sinal da submissão ofertada. Reforçando os rituais de entrega e servidão que são a tônica desse pacto.

Podemos perceber assim, que em sua terceira tentativa, realizada um ano depois das duas anteriores, Joanna finalmente reproduz o modelo de pacto consolidado no imaginário dos homens letrados da modernidade portuguesa. Um modelo ao qual ela só teve acesso completo, e que só foi capaz de reproduzir de forma tão ampla, uma vez que esteve na presença do inquisidor. Isto porque foi na mesa da Inquisição que Joanna recebeu as instruções detalhadas sobre como se entregar ao demônio de acordo com os ideais dos doutos portugueses.

Conclusão

Ensinar Joanna a fazer um pacto certamente não era a intenção da Inquisição quando começou a questionar a religiosa sobre suas práticas. Contudo o desencontro entre as ideias da ré e do inquisidor acabou criando um diálogo que levou a tal resultado. Na tentativa de compreender as ideias da ré, a Inquisição acabou por ensinar a ela o imaginário douto português. Ao se aproximar da ideia de pacto definida pela Inquisição, Joanna abandonou a busca por uma feiticeira urbana como intermediária. A própria necessidade de um feitiço é posta de lado em nome da relação direta com o demônio. Com isso podemos perceber como a ideia de feitiçaria de Joanna, que antes misturava elementos populares, como a confiança na capacidade e poder das feiticeiras urbanas, com as noções eruditas de um pacto, ainda que incompletas, foi se tornando cada vez mais próxima do imaginário da própria Inquisição conforme os processos avançavam.

A presença desses dois imaginários vivendo em conjunto no pensamento da ré só foi possível, pois a origem urbana de Joanna e de suas irmãs religiosas permitiu a ela conhecer as ideias sobre feitiçaria que circulavam nas cidades portuguesas. Ao mesmo tempo seu status de religiosa a deixou mais próxima das ideias doutas sobre magia, ainda que esse imaginário tenha chegado a ela de forma incompleta e fragmentada, pois como freira seu acesso às discussões teológicas e doutrinárias, produzidas pelos doutores da Igreja, era limitado. Sua educação tinha como objetivo aproximar a religiosa de Deus através da leitura de hagiografias e breviários, assim as outras questões da fé vinham até ela com alguma dificuldade. Apenas quando esteve em contato com o inquisidor Joanna conseguiu alcançar plenamente o imaginário de feitiçaria e pacto da Igreja portuguesa.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Cota da Inquisição de Lisboa - Processo da Soror Joanna Maria de Nazaré. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2308396>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Cota da Inquisição de Lisboa - Segundo Processo da Soror Joanna Maria de Nazaré. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2308397>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Inventário de extinção do mosteiro das Flamengas Clarissas de Alcântara. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224412>.

Referências Bibliográficas

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: Feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BARATA, Paulo J. S.. *As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer*. *Lusitania Sacra*, Lisboa, v. 24, p.125-152, jul. 2011. Disponível em: <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/LusitaniaSacra/index.php/journal/article/view/209/0>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CARDOSO, Adelaide Filomena Amaro Lopes. *As Religiosas e a Inquisição no Século XVII: Quadros de vida e espiritualidade*. 2003. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Moderna, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/10852>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CLARK, Stuart. *Pensando com demônio: A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna*. São Paulo: Edusp, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Mulheres de véu preto: Letramento religioso das irmãs clarissas na América portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 60, p.107-131, jan. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/38282>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: séculos XII a XX*. Lisboa: Terramar, 2003.

PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição: num país sem "caça às bruxas"*. 2. ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

**DO CATIVEIRO A CASERNA: O RECRUTAMENTO MILITAR DE
ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DO PARÁ DURANTE A GUERRA DO
PARAGUAI.**

**FROM CAPTIVITY TO BARRACKS: THE MILITARY RECRUITMENT OF
SLAVES IN THE PROVINCE OF PARÁ DURING THE PARAGUAI WAR.**

Jonas de Luca Trindade da Silva ¹

Isabela de Nazaré Bittencourt de Oliveira²

Resumo

Eclodido na região de fronteira do Sul do Império, a Guerra do Paraguai exigiu uma mobilização militar de âmbito nacional no Brasil. Durante os seis primeiros meses da contenda, período tido como de entusiasmo, formaram-se ao longo do Império batalhões inteiros de Voluntários da Pátria, Guardas Nacionais e Recrutadas. Contudo, devido à morosidade da campanha o ímpeto militar arrefeceu-se e o Governo teve de lançar mão de medidas alternativas - dentre elas o recrutamento de escravos - para o aumento das tropas do Exército em campanha. Assim, tendo em vista ao exposto, este artigo tem por objetivo compreender como se deu o recrutamento de escravos na Província do Pará durante o conflito platino. Para tanto, ao instrumentalizar as fontes reunidas (jornais, ofícios da Secretaria de Polícia e autoridades judiciárias, e relatórios da Presidência da Província) argumenta-se que as experiências foram diferentes entre si, onde ora escravos almejavam o recrutamento, ora buscaram a escusa do serviço militar.

Palavras-Chave: Recrutamento; Escravos; Província do Pará; Guerra do Paraguai.

Abstract

Breaking out in the southern border region of the Empire, the Paraguai War required a nationwide military mobilization in Brazil. During the first six months of the struggle, a

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

period of enthusiasm, entire battalions of Fatherland Volunteers, National Guardsmen and Recruits were formed throughout the Empire. However, due to the slowness of the campaign the military impetus cooled and the Government had to resort to alternative measures - among them the recruitment of slaves - to increase the troops of the Army in the campaign. Thus, in view of the above, this article aims to understand how the recruitment of slaves occurred in the Province of Pará during the Platine conflict. To this end, by instrumentalizing the sources gathered (newspapers, letters of the Secretariat of Police and judicial authorities, and report of the Presidency of the Province) it is argued that the experiences were different from each other, where sometimes slaves sought recruitment, sometimes sought the excuse of military service.

Keywords: Recruitment; slaves; Province of Pará; Paraguai War.

Introdução.

A escravidão Atlântica Equatorial, isto é, o tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará remonta aos anos finais do século XVII e início do século XVIII, quando alguns elementos específicos da formação da sociedade colonial convergiram e possibilitaram a efetivação da inserção de africanos escravizados na região. Assim, construído a partir da rota Maranhão, Guiné e Mina a introdução de braços negros no extremo norte da América Portuguesa fora motivada graças aos impactos das epidemias da varíola sobre os trabalhadores indígenas nos anos finais do século XVII, as quais provocaram reclames à Coroa e uma “corrida” dos colonos à alternativa da mão de obra dos africanos; assim como a delicada situação da Fazenda Real que viu no comércio de africanos uma alternativa para “viabilizar o domínio militar português na região”; e o incremento de “meios mais convenientes” para o desenvolvimento do comércio colonial (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 81).

Muito embora o tráfico de escravos do Atlântico Equatorial não tenha tido proporções semelhantes ao trato no Atlântico Sul, - o qual fez despejar nas províncias da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, milhares de braços africanos para o trabalho tanto nas fazendas produtoras de cana de açúcar, quanto nas minas de ouro ou diamante, ou ainda nas fazendas de café do Vale da Paraíba, durante a primeira e segunda escravidão, transformando urbes como a do Rio de Janeiro em uma “cidade quase negra” (ALENCASTRO, 2000, p. 11-43; ALENCASTRO, 2019, p. 23-72)

-, a presença negra no norte da América Portuguesa possibilitou também o encontro de povos e culturas distintas os quais resultaram em inúmeras experiências tanto nos campos como na cidade.

Introduzidos no norte da América Portuguesa em aportes cujo crescimento se deu até meados da década de 1850, com posterior decréscimo na segunda metade do século XIX (BEZERRA NETO, 2000, p. 66), uma variedade considerável de estudos tem se dedicado não só a mapear o quantitativo de escravos presentes na região, mas também compreender as diferentes experiências por eles vividas. Assim, sem qualquer proselitismo, a relevância da presença e participação dos negros na formação da sociedade no Norte é assente. No Pará, africanos de variadas etnias e seus descendentes ajudaram a construir uma sociedade multicultural; além de terem aprimorado técnicas de trabalho nos plantéis de açúcar, na cultura do cacau, da mandioca, do arroz entre outros gêneros agrícolas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do comércio e economia local (SALLES, 2004, p. 23).

Não obstante, para além de estudos focados no mundo do trabalho, a escravidão ainda é tema de análises que buscam entender a presença desses sujeitos tanto no meio urbano da cidade de Belém, quanto nos diferentes interiores da Amazônia cujas transitividades levaram a consecução do redesenho de inúmeros mecanismos de controle social por parte dos senhores de escravos; ou até mesmo a configuração e reconfiguração das fronteiras coloniais ou pós-coloniais da região (BEZERRA NETO, 2002, p. 221-250; e GOMES; MARÇAL DE QUEIROZ, 2002, p. 25-49). Espalhados em diversos espaços, as experiências em torno do cativo são múltiplas.

Assim, com vista a contribuir para a construção de estudos nesse multifacetado universo, este trabalho busca compreender as experiências vividas pelos cativos da Província do Pará no contexto do recrutamento militar para o conflito contra o Paraguai. Nesse sentido, portanto, através da instrumentalização das fontes reunidas (jornais, relatórios da presidência da província, ofícios das autoridades militares e judiciárias, ou ainda ofícios do Ministério dos Negócios da Guerra e Atas do Conselho de Estado) buscou-se demonstrar que os sentidos atribuídos por esses sujeitos ao serviço militar foram diferentes entre si, não se restringindo, portanto, a algo compulsório e indesejado para a totalidade dos escravos da Província cuja vida fora tocada pela necessidade de soldados no Exército em campanha no sul do Império, mas também como uma possibilidade de distanciamento do estado servil em que viviam.

Discutindo a liberdade: os Conselheiros de Estado do Império e o debate sobre o alistamento militar de cativos.

Na tarde do dia 5 de novembro de 1866, no Paço Imperial da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, reuniu-se por volta da seis hora da tarde o Conselho de Estado a fim de que Dom Pedro II pudesse consultar as opiniões que seus Conselheiros tinham acerca de um ponto fulcral relacionado à condução dos negócios da guerra contra o Paraguai, campanha que naquele momento se mostrava longa demais e cuja extensão havia consumido muitas almas daqueles que se alistaram ou foram recrutados para engrossar os filões do Exército brasileiro.

O Governo Imperial convocou o Conselho de Ministros para obter esclarecimentos tanto políticos quanto jurídicos a respeito das três pautas seguintes: 1) caso o conflito platino se prolongasse por mais tempo, seria conveniente para o Estado Imperial lançar mão da alforria de escravos para o aumento das tropas brasileira em campanha; 2) se positivo o primeiro ponto, quais escravos seriam preferíveis para este serviço: os da nação, os das ordens religiosas ou os escravos dos particulares; e 3) caso positivas as matérias anteriores, como realizar essa medida (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.45).

Para debater a viabilidade política e jurídica dessa matéria junto ao Imperador, estiveram presentes no Paço da Quinta da Boa Vista os seguintes Conselheiros de Estado: Viscondes de Abaeté, de Sapucaí, de Jequitinhonha, e de Itaboraí, José Antonio Pimenta Bueno, Fernando de Sousa Franco, José Thomás Nabuco e Araujo, José Maria da Silva Paranhos e Francisco de Salles Torres Homem (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.45).

O primeiro a falar no Conselho de Ministros e expor a Dom Pedro II sua posição a respeito dessa matéria foi o Visconde de Abaeté. Sua opinião sobre o recrutamento para o Exército era positiva e para justificar o seu voto, o Visconde expôs aos Conselheiros presentes na reunião alguns dados que achara relevantes de serem levados em conta ao debater aqueles pontos. Nesse sentido, portanto, para demonstrar a viabilidade da presença escrava no Exército, o Visconde de Abaeté buscou subsidiar-se com dados estatísticos presente em um relatório do Ministério da Fazenda, da sessão legislativa de 1866, mais dados do recenseamento feito no “município neutro” no ano de 1849 e alguns

outros dados, segundo disse, encontrados no arquivo estatístico da Província do Rio de Janeiro referentes ao ano de 1851 (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.46).

Ao coligir esses dados, o Visconde de Abaeté pôde conjecturar a disponibilidade de um montante de cerca de 244.225 escravos presentes no Rio de Janeiro, dos quais o Exército poderia esperar o alistamento de cerca de 10% desse contingente, que por sua vez resultaria em um número aproximado de 24.412 soldados. Com esse número, segundo aquela conjectura, o Governo Imperial poderia contar certamente com um montante volumoso de soldados, e isto sequer afetaria o número de escravos existente nas demais províncias do Brasil (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.46).

De acordo com o Visconde de Abaeté, aquele montante, segundo estimara, seria formado a partir da junção dos escravos da nação, das ordens religiosas e dos particulares daquela província.

Dos dados coligidos para a reunião, os escravos do sexo masculino dos domínios da Nação ocuparam a cifra de cerca de 704, sendo estes divididos em: 60 escravos sem declaração de idade, 246 com idade de um a doze anos, 339 com idade entre treze e cinquenta anos, e 59 com idade superior a cinquenta anos. Assim, para o Conselheiro, excetuando-se os escravos menores de doze anos e maiores de cinquenta anos, o quantitativo de escravos aptos, de domínio da nação, para aquela demanda não excederia um número de 399, sendo necessário, portanto, contar com as duas outras categorias (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.46).

Sobre o número de escravos à disposição das ordens religiosas, o Conselheiro não pode colher cifras concretas. Contudo, em sua exposição, ele estimara que o montante disponível seria um número aproximado de três vezes o quantitativo dos escravos da nação, o que, por sua vez resultaria em um efetivo apto de aproximadamente 1.196 homens para o Exército (Atas do terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.46).

Não obstante, dos números reunidos em sua pesquisa, a maior parte dos escravos a recompor as tropas do Exército advinha da propriedade particular. Nos arquivos estatísticos da Província do Rio de Janeiro, com exceção de poucas freguesias, o Conselheiro constatou um volume de escravos que chegara, em 1851, ao número de 176.938. E com base no recenseamento feito do município neutro, no ano de 1849, constatou-se ainda a presença de 65.591 escravos de sexo masculino, sem discriminação.

Nesse sentido, portanto, com exceção de algumas poucas interferências e/ou defasagem nos números, o Conselheiro achava adequado o uso destes homens uma vez que o Estado Imperial contaria com um efetivo grande para reforçar os filões do Exército brasileiro em campanha, contingente este que poderia ser obtido por meio do uso prudente da alforria, em se tratando dos escravos da nação, e por meio da desapropriação por necessidade pública - nos termos do art. 1 da lei de 9 de setembro de 1826 -, quanto aos escravos das ordens religiosas e dos particulares, sendo, contudo, de “bom aviso” e “prudência” antes de pôr em prática tais dispositivos legais, tentar o oferecimento voluntário dos escravos, através do convencimento ou ainda mediante a “indenização que se convencionasse”.

Continuando a falar na tribuna do Paço, enquanto o Visconde de Abaeté buscou fundamentar seu voto em dados e estimativas, o Visconde de Jequitinhonha respondeu aos questionamentos pautados para a reunião negativamente, de forma curta e direta, considerando a medida “impolítica, indecorosa, ineficaz, e muito onerosa aos cofres públicos”, sendo “preferível, em último caso, o emprego de estrangeiros” nas forças armadas (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.46).

Seguindo o debate, o próximo Conselheiro que tomou a palavra foi o Visconde Itaboraí, o qual concordou com Jequitinhonha ao considerar que libertar escravos para aumentar as forças do Exército era uma medida “estéril” e completamente ineficaz e onerosa à saúde financeira do Estado, posto que ao considerar o Relatório do Ministério da Fazenda, o número de escravos de ambos os sexos dos quais o Estado dispunha não excedia o número de 1.427. Nesse sentido, portanto, desconsiderando-se deste grupo as mulheres, os menores, os inválidos ou os impróprios para o serviço militar, segundo o Conselheiro, era de se conjecturar que o montante reunido ao final não passaria de pouco mais de 300 indivíduos, sendo um número tão irrisório que sequer compensaria os inconvenientes do abandono que ficariam as fazendas nacionais, as quais mesmo em tempos normais, pouco rendiam ao Estado (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.47).

Para mais, a medida ainda se mostrava inconveniente por outros motivos. Um deles era o de que as ordens religiosas e os particulares estavam convencidos de que o Estado não tinha pretensão de fazer libertar os escravos para alistá-los no Exército sem qualquer tipo de indenização que viesse a amenizar os prejuízos que a falta desses indivíduos faria o que resultaria em despesa, sendo necessário o gasto de

aproximadamente “vinte mil contos” de réis para se compor um efetivo de libertos entre quatorze e vinte mil homens.

Não obstante, como medida alternativa ao uso de libertos nas forças armadas, o Visconde de Itaboraá argumentou ante seus pares que era preferível a contratação de soldados estrangeiros na Europa, posto que tal medida se mostrava menos onerosa aos cofres públicos e além disso estes homens poderiam ser utilizados como colonos ao final da campanha; pois, era melhor confiar em um estrangeiro contratado, mesmo que este não nutrisse nenhum laço à “causa que defendemos”, a um escravo recém tirado do “estado de objeção”, uma vez que eles nutriam “em seus corações a má vontade” e “rancores” e que, portanto, era de se considerar o perigo de dar armas nas mãos de tais homens, posto a possibilidade delas se voltarem à causa do Império.

Sendo assim, finalizou sua exposição dizendo aos Conselheiros que a medida ainda era imperita, pois, ela tocava diretamente na questão da emancipação no Brasil e que neste ponto, o Império já vinha sofrendo há algumas décadas com pressões de Governos estrangeiros sobre a matéria. Além disso, para o Conselheiro seria vergonhoso para o Brasil, aos olhos do estrangeiro, chamar às armas escravos para defender o Império do ataque de uma “pequena República”; e tal medida ainda poderia causar desordens internas no Brasil dado a possibilidade de os escravos nutrirem esperanças quanto aquela questão e passarem a fazer insurreições tendo em vista libertarem-se do cativo.

Após a fala do Visconde de Itaboraá, tomou então a palavra na tribuna do Conselho José Antonio Pimenta Bueno. Suas considerações sobre a matéria foram contrárias aos dois últimos Conselheiros, tendo, portanto, Pimenta Bueno ideias favoráveis ao alistamento de escravos no Exército em razão de, pelo menos, quatro motivos. O primeiro deles era que as circunstâncias da guerra exigiam o aumento das tropas brasileiras em campanha, e que por este fato, convinha no momento não diminuir a população livre no Brasil, mas sim colocar os escravos na linha de frente das batalhas para que a população que viesse a ser diminuída não fosse aquela que poderia ser aproveitada no momento de paz (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov.1866, p.47).

Ademais, para além de ser uma medida de prudência, o alistamento desses indivíduos ainda se justificava por ser ele uma medida de emancipação que de pronto daria destino e ocupação para um volume grande de homens na sociedade. Além disso, outro argumento dado por Pimenta Bueno sobre a presença de escravos nas forças armadas era a de que, muito embora esses sujeitos pudessem fazer alguma falta à lavoura,

falta maior faria à sociedade caso as almas a serem consumidas nos campos de batalha fossem as dos filhos e dos parentes de vários cidadãos espalhados pelo Brasil.

Nesse sentido, para além de apegos sentimentais pela perda de um próximo, em muitas cidades ou núcleos urbanos faltariam muitos trabalhadores ou famílias de trabalhadores que poderiam vir a desenvolver ainda diversos setores da sociedade, com isso, “não sendo nossa sociedade homogênea é preferível poupar a classe mais civilizada e mais moralizada, e não a outra que é menos”, cuja presença em grandes números na sociedade poderia ainda significar inúmeros perigos para a segurança e para o futuro, e nesse caso, tendo de decidir sobre a matéria “entre os males cumpre escolher os menores”.

Por todo o exposto, ao finalizar a sua fala na tribuna do Conselho, Pimenta Bueno ainda disse que a presença cativa na guerra seria a solução para se suprir a falta do alistamento de homens livres que estava cada vez mais difícil de se esperar nos idos de 1866 situação a qual poderia resultar na derrota brasileira na campanha.

Quanto à categoria dos cativos a serem recrutados, Pimenta Bueno, assim como os demais Conselheiros que votaram a favor da questão, sugeriu que convinha lançar mão tanto dos escravos da nação, quanto dos cativos dos conventos e dos particulares.

Para justificar a medida tomada pelo Brasil para a libertação dos escravos da nação, o Conselheiro buscou tomar exemplos do passado tanto de sociedades distantes, quanto de sociedades contemporâneas àquele tempo em que falava na tribuna do Paço da Quinta da Boa Vista. Nesse sentido, portanto, em meio a fala de Pimenta Bueno houve alusões, por exemplo, a libertação de escravos feita em Sparta e Atenas para que eles prestassem serviços de interesse geral da sociedade; e houve, também, referência às atitudes recentemente tomadas pelos Estados Unidos que havia dado armas aos negros na Guerra Civil que sacudiu o outro hemisfério. Não obstante, quanto aos escravos dos particulares, e dos conventos, o Conselheiro chamou atenção em sua fala para que eles fossem libertos com prudência, sem violação dos direitos de propriedade assegurados pela Constituição e sem um peso oneroso para o Tesouro.

Para tanto, Pimenta Bueno sugeriu que algumas medidas pudessem ser feitas. Dentre elas estava a tentativa de convencer os particulares a oferecerem, espontaneamente, seus cativos para tais trabalhos demonstrando-lhes a importância de tal conduta perante os interesses nacionais. Contudo, caso essa medida não fosse o bastante, o Governo ainda poderia oferecer alguns benefícios aos proprietários de escravos como, por exemplo, o direito de receber alguma condecoração do Estado, conforme o número

de escravos oferecidos, ou mesmo o direito ao recebimento de isenção do serviço militar não somente para si, mas também para algum parente ou apadrinhado, ampliando, deste modo, a norma contida nos dispositivos previstos no decreto nº 3.513 de 12 de setembro de 1865 o qual previa a isenção do serviço militar caso o Guarda Nacional que oferecesse um substituto no seu lugar.

Com isso, com a ampliação dessa medida os proprietários poderiam receber isenções equivalentes ao número de cativos apresentados para assentar praça no Exército ou na Armada, podendo, deste modo proteger seus “filhos, mesmo menores, afilhados, parentes ou protegidos e associar, assim, o serviço que prestam com algum interesse seu [...] ou mesmo de compensação que poderão depois auferir dos indivíduos que assim isentem”.

Depois da fala de Pimenta Bueno, o Conselheiro que tomou a palavra na tribuna foi o Visconde de Sapucaí o qual concordou com a fala de Pimenta Bueno e pediu licença aos seus pares para ler o parecer dado por Marquês de Olinda quanto a matéria em questão, uma vez que esse Conselheiro teve de ausentar-se da reunião (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866, p.49).

No parecer lido, Marquês de Olinda mostrou-se desfavorável ao alistamento de cativos nas forças armadas. Com isso, muito embora ele tenha assinalado que essa medida não era uma novidade para o Estado, pois, “em todos os tempos têm sido admitidos libertos no Exército e na Marinha” e mesmo durante a campanha em curso estava havendo essa prática com, inclusive, anúncios públicos na imprensa, não aprovava tal ideia pois ela ameaçava a principal indústria do Brasil, isto é, a agricultura.

Além disso, a medida ainda se mostrava ineficiente dado o número baixo de cativos cuja propriedade era do Governo e ela ainda poderia resultar em problemas maiores posto a possibilidade de os proprietários oferecerem escravos velhos ou em más condições de saúde para o serviço, ou mesmo a possibilidade de haver grande dispersão de cativos das fazendas tendo em vista suas expectativas em lograr liberdade por meio daquele serviço, sendo, a escravidão “uma chaga que não se deve tocar”.

Após a leitura do parecer de Marquês de Olinda, a tribuna foi ocupada pelo Conselheiro Sousa Franco que discordou das ideias negativas de alguns Conselheiros anteriormente expostas e se mostrou favorável ao alistamento de escravos nas forças militares, dado que, em sua opinião, a matéria em questão na verdade não tocava na questão da emancipação no Brasil, mas centrava-se apenas no engrossamento do Exército

em campanha “com alguns” escravos presente no Brasil (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov.1866. p.49).

A resposta afirmativa dada pelo Conselheiro Sousa Franco fundava-se nas experiências do passado brasileiro, pois, segundo ele, há tempos admitia-se a presença de escravos nas forças armadas, e mesmo durante a campanha, a inserção desses sujeitos nos batalhões estava ocorrendo ora pelo oferecimento patriótico que alguns poucos cidadãos estavam a fazer, ora pela substituição que alguns Guardas Nacionais faziam ao apresentar em seu lugar um escravo para assentar praça no exército em campanha. Para Sousa Franco, a questão era simples e resumia-se ao ponto de que se os outros meios não estavam surtindo resultado, era indispensável se recorrer aos cativos, sejam eles de propriedade do Governo, sejam pertencentes aos conventos ou aos proprietários particulares.

Nas considerações de Sousa Franco, o Conselheiro chamou atenção para o baixo contingente que as duas primeiras categorias de cativos trariam para o Exército, sendo, portanto, necessário recorrer aos escravos de propriedade particular, desde que o fossem alistados com prudência para que o alistamento não apresentasse risco à segurança pública do Império.

Das falas dadas na tribuna, uma das mais longas e fundadas fora a do Conselheiro Nabuco de Araújo, que concordava com o recrutamento militar de escravos para o reforço do Exército em campanha, questão que serviria para pôr fim a Guerra e escusar qualquer tentativa de paz, a qual, sob o seu ponto de vista, seria uma vergonha para a geração que a assistia e motivos de indignação para gerações futuras de brasileiros (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866. p. 50).

Assim, ao apresentar suas ideias na tribuna, Nabuco de Araújo considerava que o Exército deveria ser aumentado rapidamente, pois, para além da morosidade do conflito, no âmbito internacional poderiam sobrevir circunstâncias extraordinárias no contexto que, caso não fossem consideradas, poderiam dar lugar a resultados negativos ao Brasil como o “rompimento da aliança” (em referência ao Tratado da Tríplice Aliança), a mediação da Europa ou da América do Norte no conflito, a possibilidade de cooperação da Bolívia com o Paraguai na campanha e, além disso, “a guerra civil na Argentina ou Uruguai”, em referência ao péssimo estado da política interna daquelas repúblicas.

Com isso, devido as imprevisibilidades também da política internacional, Nabuco de Araújo considerava que o Governo Imperial não deveria colocar-se em um estado de

inércia ao esperar que o Exército pudesse ser aumentado apenas com os contingentes de Voluntários da Pátria, Recrutados ou Guardas Nacionais. Para tanto, era necessário então que o Governo adotasse medidas similares a que outras nações modernas tomaram em situações correlatas e, ou lançasse mão dos cativos, ou optasse pela contratação de soldados estrangeiros.

Dentre as duas hipóteses apresentadas, o Conselheiro se mostrou mais favorável à primeira uma vez que o engajamento de estrangeiros era bastante moroso, impopular, arriscado (dada a possibilidade de indisciplina e de infidelidade para com os interesses nacionais); além de pesar sobre a matéria, também, os problemas diplomáticos que tais contratações viessem a acarretar ao Brasil devido ao princípio de neutralidade que algumas nações pudessem vir a reclamar sobre a questão.

Nesse sentido, portanto, restava ao Governo o recurso dos escravos, sobretudo àqueles cuja presença estava nas capitais, onde o seu serviço poderia ser substituído por braços livres cuja reunião nas cidades não apresentava perigo à ordem pública. A presença desses indivíduos nas forças armadas era assegurada pelo Constituição do Império, assegurava o Conselheiro, e todos eles, em consequência dos serviços prestados ao Estado, se tornariam “cidadãos soldados”, e assim, “ao mesmo tempo e pelo mesmo ato”, se faria um grande serviço tanto à emancipação quanto ao reforço dos filões do Exército brasileiro; assegurando-se soldados devotos pela liberdade que receberam e obedientes pelos seus “hábitos”.

No seu ponto de vista, medidas como essas, na verdade, não eram de se envergonhar, e assim como fez Pimenta Bueno ao falar na tribuna, Nabuco de Araújo lembrou condutas semelhantes àquelas as quais foram tomadas por civilizações antigas, como a de Roma, na “batalha de Cannes”, ou mesmo de nações modernas, como fez o Presidente Lincoln em 1862 e 1863, ao mandar dar assento à escravos nos batalhões do Exército norte-americano. Com isso, à semelhança de ambas, o Governo Imperial poderia utilizar-se dos cativos, ora libertando-os das fazendas nacionais, ora comprando-os dos particulares.

Não obstante, opinião diversa sobre essa matéria teve o Conselheiro Paranhos, o qual não aconselhava o Governo a caminhar por essa direção. Mas pelo contrário, sendo mais viável para ele buscar incentivar a participação popular nos negócios da guerra dado que, sob seu ponto de vista, a inserção de escravos recém libertos nas forças do Exército minaria os “preconceitos sociais” posto que tanto Voluntários da Pátria, quanto Guardas

Nacionais ver-se-iam obrigados a “hombrear” com indivíduos que “ainda ontem eram cativos” os quais adentrariam na caserna unicamente por necessidades, o que poderia fazer com que aqueles homens se recusassem a servir ao lado desses (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov.1866. p.52).

Para mais, outra ponderação dada por Paranhos àquela matéria dizia respeito a possibilidade dessas ações excitarem a população escrava do Brasil que há alguns anos via-se em estado latente devido a propaganda das ideias de abolição que corriam pela sociedade, cenário “digno de séria atenção” uma vez que quase toda a força de linha se achava empregada nas fronteiras o que impossibilitava medidas de segurança. Para o Conselheiro Paranhos, a medida ora ventilada pelo Governo Imperial era bastante sensível e deveria ser somente utilizada caso fosse indispensável e houvesse oportunidades tangíveis de se lograr a vitória na guerra, pois, para além daqueles pontos anteriormente levantados pelo Conselheiro, havia também a possibilidade de se dar armas à escravos “incorrigíveis” e um numeroso exército de libertos de seria perigoso tanto no teatro das operações, quanto no Império.

O último Conselheiro a falar na tribuna do Paço da Quinta da Boa Vista foi Torres Homem que não hesitou em responder negativamente sobre aquela matéria, uma vez que, ao seu ver, ela tocava “imediatamente” na questão da emancipação no Brasil e havia a possibilidade, portanto, de originar esperanças, despertar aspirações e provocar “sentimentos incompatíveis” com a segurança dos proprietários e com a ordem pública no Império (Atas do Terceiro Conselho de Estado, 5 nov. 1866. p.53).

Para Torres Homem, portanto, não convinha ao Governo brasileiro intervir diretamente na questão posto não ter ele como prever até que ponto “irão as consequências deste procedimento”, podendo, com este ato, trazer desordens gerais para a sociedade; além de, também, tal decisão causar vergonha para a nação na comunidade internacional uma vez que demonstraria o desânimo corrente no Brasil. Nesse sentido, portanto, para o Conselheiro, tal matéria era recurso que só os “grandes reveses” demandam e que o Brasil não poderia levar como exemplo a conduta dos Estados Unidos durante a Guerra Civil recentemente enfrentada, pois, a conjuntura daquele evento era diferente da que o Império estava inserido.

Após a fala de Torres Homem, o Conselho de Estado terminou suas atividades naquele dia. E na manhã do dia seguinte, o Ministro e Secretário dos Negócios da Fazenda, Zacarias de Góes e Vasconcellos baixou o decreto nº 3.725 o qual concedeu

liberdade aos escravos da Nação que estavam em condições de servir nas forças armadas. Debatidos os pontos sensíveis no que tocava a política e o direito, dava-se então formalidade à presença escrava no Exército em campanha medida a qual tocaria a vida de vários cativos espalhados no Brasil, inclusive na capital da Amazônia.

Arregimentando escravos na Amazônia.

Apesar de ter sido formalizado no ano de 1866, a participação de indivíduos de cor nos negócios relacionados às armas não era uma novidade no Brasil. Pelo contrário, esses alistamentos nas forças militares advêm de uma tradição em cujas origens remontam “aos primórdios da América Portuguesa”, quando o serviço de recrutamento de escravos e de libertos, constituiu-se em uma das medidas adotadas pelas autoridades coloniais para manter a capacidade militar luso-brasileira. Com o anúncio do conflito platino e a necessidade de soldados no Exército brasileiro, contudo, muitos escravos buscaram aproveitar o momento para fugir do alcance de seus senhores e assentar praça nos filões do Exército, devido tanto a “precariedade da organização burocrática dos comitês de alistamento”, quanto a “ausência de um sistema de identificação pessoal confiável” (IZECKSOHN, 2015, p. 97-100).

Nesse sentido, portanto, espalhados em diversas províncias, esses sujeitos buscaram criar uma série de estratégias para distrair seus proprietários e as autoridades do Governo afim de apresentarem-se nos quartéis. Um dos subterfúgios mais comuns do período era o de trocar seus nomes por identidades fictícias, impedindo, desta forma, sua identificação na massa dos soldados aquartelados (RODRIGUES, 2001, p. 119). Por outro lado, já em outros casos, alguns cativos acabaram assentando praça de forma infortuna, graças a atitude de seus donos, os quais buscaram eximir-se do serviço militar oferecendo os seus escravos como substitutos para o serviço no qual os primeiros haviam sido designados. É importante destacar nesse panorama, portanto, que um plenário de diferentes circunstâncias – políticas, sociais ou econômicas - levou cativos de todo o Brasil a envolverem-se no serviço militar, quer pela sua vontade, quer contra ela (SILVA, 2016, p. 74-84).

Apesar de estar em outro extremo do Brasil, o anúncio do conflito no Prata chegou a Província do Pará e com ele também chegaram ordens do Governo Imperial para que a Província fizesse seguir para a Corte o maior número de militares que fosse possível reunir na região. Nas primeiras requisições feitas, o Governo Imperial pediu ao Governo

do Pará o envio até Corte dos Oficiais de Estado Maior de 1ª e 2ª Classes existentes no Pará, os oficiais pertencentes ao Corpo de Engenheiros que não estivessem em serviço na Província, além, também, de médicos militares e de farmacêuticos que não estivessem empregados na província (Of. da Diretoria Geral, 1ª Sessão, do Min. da Guerra, 18, 19 e 22 jan. 1865. Apep, Fsp, parte encadernada, código 1390)

As ordens dadas pelo Governo Imperial foram estritamente seguidas pelo Governo local o qual, de pronto, deixou sob aviso de embarque, naquela ocasião, o 3º Batalhão de Artilharia a Pé da Província. Conquanto, entre os meses de fevereiro e abril de 1865 as mobilizações militares seguiram na região. No início de fevereiro, por exemplo, contam os jornais, mais de 80 Voluntários da Pátria já haviam se apresentado ao governo para marchar até a Corte; e nos meses que se seguiram ao embarque do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, o Governo da Província ainda buscou organizar e enviar para o Sul do Império os batalhões militares da 2ª Companhia de Guardas Nacionais da Província, o 11º Batalhão de Infantaria e ainda o 1º e 2º Corpo de Voluntários da Pátria organizados na Província (SILVA, 2022, p. 57).

Em meio a uma atmosfera festiva que se criara na capital, diversos setores da boa sociedade, no prelúdio de 1865, buscaram ter participação naquele evento que se anunciara. Nesse sentido, além do envio dos batalhões supracitados, autoridades militares se ofereceram para seguir para a campanha no Prata, em companhia de seus apadrinhados, os alunos do Liceu Público da Capital ofereceram-se para seguir para a campanha como Voluntários da Pátria e, além disso, o Estado contou ainda com mobilizações de funcionários público, políticos e magistrado da capital que buscaram doar parte de seus vencimentos para auxiliar nas despesas da guerra (SILVA, 2022, p. 66).

Não obstante, foi em meio a esse cenário que se deu, na província, o primeiro encontro do mundo da escravidão com a Guerra Platina. Nesse sentido, ao buscar contribuir com o Governo Provincial para a criação de um ponto de recrutamento e preparação de tropas na capital, o reverendo Prior do Convento do Carmo, Fr. Manoel da Natividade Azevedo, pôs à disposição da Presidência da Província a estrutura da fazenda Pernambuco, bem como a mão de obras dos escravos nela residentes para dar suporte operacional - transporte, carga e descarga - aos serviços militares do Exército e Armada desenvolvidos na província durante o transcurso do conflito no Prata (Jornal de Recife, 3 fev. 1865, p.1).

Contudo, apesar de ser positivo para o Estado contar com esse tipo de auxílio, deixar escravos próximos das armas era um tanto perigoso, pois, facilitava-lhes a fuga do cativeiro e, dada a possibilidade, alguns cativos da província buscaram lograr a sua liberdade através das armas antes disso ser autorizada pelo Governo Imperial, como é possível notar a partir de um ofício reservado que fora dirigido pelo Presidente da Província ao Comandante das Armas do Pará em 12 de setembro de 1866, documento em que aquela autoridade chamava atenção para que o Comando das Armas tivesse mais cuidado nas averiguações para “assento de praça aos indivíduos que para esse fim se apresentarem, quer voluntariamente, quer como recrutas, de modo que não se repitão os casos de assentarem praça indivíduos de condição escrava” (Of. Reservado, 12 set. 1866, Apep, código 1405).

Cerca de dois meses após aquela recomendação, no dia 17 de novembro de 1866, chegou à Belém cópia do decreto encaminhado pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Fazenda, Zacarias de Góes e Vasconcellos, documento que autorizou ao Governo brasileiro a libertar os escravos da nação para o assento nos batalhões militares do Exército em campanha. Com isso, as autoridades locais começaram o alistamento oficial de cativos na província com a designação de autoridades para a constituição de uma Comissão de Avaliação que fora destinada a inspecionar a saúde dos escravos da nação presentes na província (Of. dirigido pela 3ª Sessão do Min. dos Negócios da Fazenda, 17 nov. 1867. Apep. Fsp, parte encadernada, código 1398).

Na capital, esta comissão contou com a participação do Chefe de Polícia, Sebastião Cardoso, e alguns médicos; e fora dirigida a algumas fazendas em Belém e região das cercanias para avaliar os escravos da nação que se encontravam ora arrendados para o Convento de Nossa Senhora do Carmo ora em execução de alguns serviços em outros locais. Os trabalhos desenvolvidos pelas autoridades durante essa avaliação obtiveram um quantitativo pequeno de escravos como discriminados no quadro abaixo.

Quadro 1- Relação dos escravos capazes para o serviço militar.

Capital	Fazenda Engenhoca	Fazenda Pernambuco	Cabresto
André Cursino Libanio Jose Lucidoro	Lourenço dos Reis (casado) Leopoldino Ricardo Antonio Cypriano Lauriano	Higino (casado) Landegario Emigdio Pascoal Marcelino (casado) Alexandre	Severino Manoel Maria Dionizio

Fonte: Tabela anexo do ofício nº 745. Secretaria de Polícia do Pará, 21 dez. 1866.

Apep, Fspp, parte avulsa, caixa 282.

Desses indivíduos, Lourenço dos Reis, Leopoldino, Ricardo Antonio, Cypriano e Lauriano foram enviados para a Armada, ao passo que os demais assentaram praça no Exército. Não obstante, além de o montante de 17 escravos que foram avaliados como aptos para o serviço militar nessa ocasião, segundo informações prestadas pelo Chefe de Polícia, outros sete cativos foram julgados incapazes na inspeção médica e não participaram da avaliação de saúde apenas dois escravos, os quais ficaram sob aviso de apresentarem-se ao Chefe de Polícia em uma outra ocasião oportuna.

O número relativamente pequeno de soldados obtido já era esperado pelo Governo e, segundo ainda informações prestadas pelo Chefe de Polícia, isto se dava pelo fato de o contingente de escravos presentes no Convento de Nossa Senhora do Carmo ser constituído em sua maioria por escravos do sexo feminino e por menores, questão que impedia que fossem alistados para o Exército número maior de soldados.

Com o postergar do conflito platino os trabalhos do Governo Provincial continuaram. E entre o intervalo de tempo de junho de 1867 e julho de 1868, novos dados acerca da arregimentação de escravos na província foram coligidos e apresentados pelo Presidente Joaquim Raimundo de Lamare em relatório da presidência da província. Assim, como é possível notar na imagem abaixo, a qual reúne dados tanto do alistamento para o Exército, quanto para a Armada, o registro da frequência da entrada de vapores na província demonstra uma movimentação ativa e, com a exceção de agosto e novembro de 1867 e março de 1868, do porto de Belém embarcaram em direção à Corte Imperial, mensalmente, contingentes de Guardas Nacionais, Recrutadas, Voluntários e Libertos.

Imagem 1: mapa demonstrativo das praças que seguiram do Pará para a Corte entre o período de 1º de junho de 1867 e 1º de julho de 1868.

Nomes dos vapores.	DATAS.			EXERCITO.				ARMADA.				GRANDE TOTAL.	Observações.	
	Dias.	Mezes.	Annos.	Guardas nacionaes.	Voluntarios.	Recrutados.	Pracas d'outras corpors.	Total.	Voluntarios.	Recrutados.	Libertos.			Aprendizes.
Paraná.....	17	Junho....	1867	..	1..	1	1	
Tocantins.....	31	Julho....	"	20..	41	3	..	64	3	3	67	
Santa Cruz.....	9	Setembro..	"	..	50..	50	20	20	70	
Tocantins.....	4	Outubro..	"	4	149	1	..	55	55	
Cruzeiro do Sul.	31	"	"	37..	28	5	..	70	30	7	..	744	114	
Paraná.....	1	Dezembro..	"	8	134	2	..	45	22	37	..	261	106	Desta data em diante as praças seguirão na conformidade do decreto de 2 de outubro de 1867, que regulou o alistamento para o exercito.
Cruzeiro do Sul.	18	"	"	32..	18..	50	50	
Guará.....	1	Janeiro... 1868	"	96	4	100	206	12	..	80	180	
Cruzeiro do Sul.	31	"	"	79	417	109	109	
Guará.....	19	Fevereiro..	"	41	217	69	19	11	..	30	90	
"	19	Abril.....	"	50..	28	2	..	86	..	5	..	5	85	
Paraná.....	18	Maio.....	"	16..	24..	40	6	7	..	13	53	
Guará.....	1	Junho....	"	10..	10..	20	1	4	..	5	25	
Tocantins.....	1	Julho....	"	6..	24..	30	30	

Fonte: relatório da Presidência da Província do Pará. Ano 1868, p. 4.

O número de libertos enviados para a Corte durante esse intervalo de tempo somase a um montante de 83 indivíduos. Desse quantitativo, é bastante provável que os cativos reunidos tenham sido obtidos a partir das atividades desenvolvidas pela segunda Comissão de Avaliação formada pelo Governo no ano de 1867 a qual percorreu algumas regiões dos interiores da Província para proceder no serviço de aquisição de soldados junto aos proprietários locais.

Dentre as localidades em cujos serviços da Comissão foram desenvolvidos estava Óbidos, distrito localizado na conhecida “garganta do Rio Amazonas”. Nesta localidade, o Presidente da Província, Joaquim Raymundo de Lamare, deixou como encarregados para este serviço o Juiz de Paz do distrito de Óbidos, João Francisco de Araújo Lima, e o delegado de polícia do mesmo distrito, autoridades que, dadas as suas influências locais, esperava-se um resultado positivos quanto aquela demanda (Of. do Juízo Municipal de Óbidos, 10 nov. 1867. Apep, Fsp, parte avulsa, caixa 286).

Contudo, apesar das expectativas, tanto as investidas de João Francisco de Araújo Lima, quanto as do delegado de polícia de Óbidos não foram de muito sucesso na região e em janeiro de 1868 o Juiz de Paz dirigiu dois ofícios à Secretaria da Presidência da Província para explicar ao Presidente, Joaquim Raymundo de Lamare, as dificuldades com as quais o serviço de recrutamento estava sujeito naquela região. Nesse sentido, portanto, apesar de João Francisco de Araújo Lima “se entender”, segundo suas próprias palavras, com os proprietários de escravos da região, nenhum resultado favorável conseguiu obter em suas incursões, devido principalmente a “diminuição da escravatura” no distrito.

Em seu ofício, o Juiz de Paz de Óbidos reclamou da situação e dizia que a ausência de escravos na região era patente. Ademais, esta percepção não era de tudo infundada, pois, conforme apontam estudos que mensuraram a população escrava presente na província durante o século XIX, no ano de 1862, - portanto, cinco anos antes do conflito no Prata -, o montante de cativos presente no Pará chegou ao número aproximado de 30.623, importe que correspondia acerca de 14,18% da população da província naquele ano (BEZERRA NETO, 2000, p. 66, anexo quadro IX).

Ademais, além da escassez de braços outras causas contribuíam sobremaneira para os resultados negativos até então logrados no serviço desempenhado por João Francisco de Araújo Lima, tal como a situação de desesperança dos proprietários locais em contar com o serviço de “braços livres” na região, em substituição aos escravos, por serem todos “indolentes e viciados”, situação que corroborava para que o Juiz de Paz não encontrasse particular algum que tivesse a “abnegação de se privar de algum escravo, mesmo com indenização, para servir ao Governo” (Of. do Juízo Municipal de Óbidos, 25 jan. 1868. Apep, Fsp, parte avulsa, caixa 286).

Para mais, ainda segundo aquela autoridade, no contexto em questão era bastante desarrazoável para os proprietários do distrito de Óbidos ter de enviar um escravo até a capital para que ele passasse por inspeção médica, dado que naquela localidade não havia nenhum médico para este serviço o que tornava a situação bastante desfavorável, pois, em caso de os escravos serem considerados inaptos para o serviço militar, além dos proprietários não receberem a quantia esperada pela venda, o tempo em que os cativos estivessem fora do distrito também não seria recompensado pelo Governo, prejudicando, desta forma, interesses particulares e o curso de alguns serviços locais.

Não obstante, essas dificuldades se mostravam presentes não só para o Juiz de Paz, mas também para o delegado de polícia comissionado na região, o qual também não conseguiu resultados promissores na missão dada pelo Governo, mesmo tendo o delegado “relações de parentesco” com alguns dos proprietários da região. A indisposição quanto a questão era grande. E João Francisco de Araújo Lima ainda expôs ao Presidente da Província que muitos homens na região, para contribuir com os esforços do Governo, desejavam “todas posições oficiais”, brigando entre si para obtê-las, e não se prestando “a coisa, da qual não terão um interesse imediato; e menos concorrem com qualquer sacrifício dos seus cômodos e interesses”.

Exceções a isto eram poucas, “talvez de um ou dois” proprietários, como chamava atenção o Juiz de Paz em seu segundo ofício. A boa vontade dos proprietários com relação a matéria era escassa e isto não se restringia à Província do Pará, posto que doações como essas se limitaram, sobretudo, “aos primeiros estágios da campanha, principalmente à primeira onda de demonstrações patrióticas” no Brasil (IZECKSOHN, 2015, p. 101). E casos como o de João Romão, demonstrado a seguir, são difíceis de serem encontrados na documentação tanto por se tratar de um oferecimento particular feito após a onda de demonstração patriótica, quanto por se tratar de um caso incomum haja vista ter ido parar nas mãos do Judiciário. De todo modo, além do oferecimento feito por alguns proprietários, outras circunstâncias fizeram com que negros, cativos ou não, fossem parar nos batalhões organizados na Província do Pará. Vejamos algumas histórias a seguir.

Da justiça, da mentira, do açoite: algumas histórias em torno do recrutamento de escravos.

Da documentação identificada e reunida até o momento sobre a questão do recrutamento militar desses indivíduos, é possível identificar que diferentes circunstâncias fizeram com que escravos da província tomassem o rumo da caserna. Os casos mais frequentes de alistamento encontrados na documentação são os dos escravos das Fazendas Nacionais que foram então libertos a partir das disposições legais do decreto promulgado pelo Governo Imperial. Assim, para além de os cativos expressos no quadro 1, o Governo da Província ainda fez seguir para o Sul homens como Manoel João e Saturnino Feio, ambos jovens e com saúde - o primeiro com 21 anos de idade e o segundo com 23 anos; ou ainda homens como Belmiro, os quais tiveram de receber tratamento de

saúde para poder ser alistado (Of. nº 17, 18 jan. de 1867, Apep, Fspp, parte encadernada, código 1284; of. nº 21, 20 mar. 1867, Apep, Fspp, parte encadernada, código 1284).

Alguns dos escravos das Fazendas Nacionais, contudo, apesar de terem sido apresentados ao Governo, sequer chegaram a ser alistados, dado que possuíam condições de saúde bastante delicadas, os quais ora foram dispensados de imediato, ora foram encaminhados à enfermaria militar. Como é possível constatar na ocasião da apresentação de Manoel João e Saturnino Feio, ocorrida no dia 18 de janeiro, em cuja ocasião foram considerados inaptos para o serviço e, portanto, dispensados, cinco escravos, e momento no qual Joaquim Vicente foi enviado à enfermaria para tratamento de saúde.

Contudo, do recrutamento de cativos da Nação, é salutar destacar um ponto importantíssimo que diz respeito ao modo com que cada um desses sujeitos interpretou aquela situação, dado que alguns desses escravos não viram com bons olhos o serviço militar e, mesmo que desta atividade viesse resultar a liberdade, homens como Libório Brício, ao tomar conhecimento de que as autoridades da província estavam a procura de cativos para assentar praça como soldados, optaram por fugir da polícia, como neste exemplo, em que este sujeito buscou evadir-se da fazenda Arary ao tomar conhecimento de que escravos daquela propriedade haviam sido ordenados a comparecer as dependências da secretaria de polícia; atitude sem muito sucesso a longo prazo, pois, mesmo tendo fugido da fazenda naquela ocasião, Libório Brício acabou sendo capturado pouco tempo depois e seguiu como soldado para o Sul como demonstra a documentação (Jornal do Pará, 4 maio 1867. p. 1 e 2; e Of. nº 27, 2 maio 1867. Apep, Fspp, parte encadernada, código 1284).

Não obstante, casos de recusa ao alistamento não eram isolados entre os escravos. Entretanto, vale destacar que nem sempre a fuga foi a solução para aqueles que não viram algo positivo no serviço militar. Nesse sentido, portanto, para além da história de Libório Brício, aconteceu em Belém casos como o do escravo Geraldo que, ao considerar que seu alistamento infringia seus “direitos de liberto”, buscou entrar na justiça para impedir que João Romão o entregasse ao Governo como soldado (Of. da Secretaria de Polícia da Província, 20 maio 1867. Apep, Fspp, parte avulsa, caixa 286).

A história deste sujeito foi objeto de debate entre algumas autoridades militares e judiciárias da capital em maio de 1867, quando Geraldo requereu junto a Heráclito Vespesiano dispensa do serviço militar após ele ter sido adido ao Corpo Provisório da Província, na condição de escravo, para tomar praça enquanto soldado no Exército e

seguir para o Sul na primeira ocasião em que atracasse no porto de Belém um vapor com destino a Corte. Com isso, insatisfeito com aquela situação, para evitar seu alistamento Geraldo então alegou às autoridades que o oferecimento feito por João Romão tinha sido ilegal, pois, ele não se encontrava mais na condição de escravo desde o ano de 1856, posto ter ele recebido uma carta de liberdade naquele ano, sendo, deste modo, nos termos legais, homem liberto.

Assim, para provar às autoridades os fatos por ele declarados, Geraldo apresentou a Heráclito Vespesiano um documento no qual dizia ser uma carta de liberdade concedida e assinada por João Romão em fevereiro de 1856 no termo da Vila de Cachoeira do Marajó, material o qual foi anexado a petição e então enviado para a Presidência da Província e para autoridades como o Chefe de Polícia da Província, Antonio de Cerqueira (?) Junior, e o Juiz de Direito da 2ª Vara da Capital, João Caetano Lisboa, dado que a competência para avaliar a matéria demandava juízo de autoridades superiores.

O primeiro parecer dado sobre o objeto em questão foi o do Chefe de Polícia, o qual, diante da análise da documentação apresentada, julgou improcedente as alegações de Geraldo uma vez que, em termos legais, este sujeito apresentou documento que somente lhe concederia a liberdade após o falecimento de João Romão, “logo é ainda cativo” e não deveria ter direito algum reconhecido, pois, sob o ponto de vista do Chefe de Polícia, não havia cabimento em lhe dar baixa e tornar sem “nenhum efeito o oferecimento do seu senhor”; já no segundo parecer, proferido pelo Juiz de Direito da 2ª Vara da Capital, para além da resposta negativa diante da matéria, João Caetano Lisboa fez uma análise jurídica sobre o fato, como visto a baixo:

Examinando a petição e documentos que o pardo Geraldo dirigiu a Vexc alegando que o João Romão o ofereceu como escravo para assentar praça no Exército sem que tivesse direito de fazer por ser o Suppe. liberto, baseando a sua suposta liberdade nesse documento, pede, visto a ilegalidade do oferecimento, que haja Vexc de lhe mandar dar baixa; (?) de parecer que o documento que juntou o Suppe. é prova consciente do direito que sobre ele tinha o dito João Romão como senhor, e nesta qualidade podia dispor do seu escravo por qualquer maneira que permitir as nossas leis; porquanto esse documento mal pode ser considerado como doação *causa mortis*, que tem os efeitos de última vontade, e quasi nada difere de verba testamentária ou legado e como tal é revogável até a morte do doador: necessita de 5 testemunhas para sua validade soleniencia de esta que falta no documento que juntou o Suppe, e por isso depois da morte do doador ficam sem efeito essas doações se não são ratificados em testamento; Alm e (?). Nota Mell. Livro 2º. par 551 art 21, 25 e 26; e outros. -. (?) quando se pudesse sustentar a (?) de não serem revogáveis tais doações, declarando no documento o referido João Romão que per sua morte da a liberdade a esse escravo, não se pode por em dúvida, que tem ele o direito de dispor dos seus serviços enquanto vivo, e mesmo nesta hipótese é valioso e legal o oferecimento que fez do dito Geraldo para praça do Exército

(Of. Confidencial dirigido pelo Juiz de Direito da 2ª Vara à Presidência da Província, 20 maio 1867. Apep, Fspp, parte avulsa, caixa 286).

Ao tomar para exame a documentação na qual Geraldo fundamentava sua liberdade, o Juiz de Direito na verdade constatou que João Romão possuía plenos poderes sobre o cativo e que, portanto, poderia dispor de seu bem da forma com que as leis do Império permitissem, pois, em sua materialidade jurídica aquele documento não assegurava direito imediato para Geraldo. Além do mais, segundo a análise de João Caetano Lisboa, o documento poderia ainda ser revogado a qualquer momento enquanto João Romão estivesse em vida; ademais, mesmo depois de sua morte, pelo fato de conter vícios em sua produção, o registro poderia perder a sua validade caso não fosse ratificado em testamento a vontade de João Romão, uma vez que em tal material não havia a discriminação de 5 testemunhas – item necessário - para dar fé e validade àquele ato jurídico. Concluindo, portanto, que não havia dúvidas acerca dos direitos de João Romão na matéria em questão.

Deste modo, apesar de a pesquisa não ter encontrado um documento que confirme o envio de Geraldo para a Corte tal qual os ofícios dos demais cativos mencionados anteriormente, de acordo com os pareceres dados pelas autoridades, é bastante provável que a petição de Geraldo tenha sido de fato negada e este sujeito tenha sido alistado e seguido para os campos de batalha ao lado dos 83 escravos que embarcaram para a Corte entre junho de 1867 e julho de 1868, conforme apontado acima.

Por outro lado, ao passo que para alguns indivíduos o serviço militar adquiriu significados negativos, para outros personagens a farda abriu um horizonte desejado – a liberdade - e além dos casos acima mencionados, na documentação encontrada ainda há histórias como a de Virgílio Antonio, escravo que andava fugido de seu dono e tentou alistar-se como voluntário da pátria após deparar-se com uma diligência policial que, a priori, estava sendo dirigida para que fosse apreendido um outro escravo fugitivo na cidade de Belém cujo proprietário havia requerido às autoridades policiais a prisão.

Este caso aconteceu na noite de 7 de novembro de 1867, quando do quartel de polícia de Nazaré, na capital da Província, saiu em diligência policial uma ordenança cuja missão era de capturar Delfim, um escravo fugitivo, que há dois dias havia escapado do domínio de seu proprietário (Of. da delegacia de Polícia do Termo da Capital, 12 nov. 1867. Apep, Fspp, parte avulsa, caixa 288). Assim, após a fuga de Delfim, ao supor que ele se encontrava perambulando pela cidade, para reaver o seu escravo, o Capitão Pedro

Xavier Cordeiro buscou publicar anúncios sobre aquela fuga nas páginas do Jornal do Pará na expectativa de que algum conhecido pudesse reconhecer Delfim, “homem mulato escuro” de “estatura regular” e “dentadura perfeita” transitando pelas ruas da capital e que então o denunciasse às autoridades competentes (Jornal do Pará, 7 nov. 1867. p. 3).

Ademais, além de publicar na imprensa aquele episódio, o capitão também fora solicitar ao delegado de polícia providência das autoridades para a captura de Delfim. A denúncia feita fora acatada de pronto e rapidamente o delegado, João Antonio Pereira (?), começou a arquitetar o plano para prender o tal escravo Delfim e o momento escolhido para isso foi a festividade do arraial de Nazaré, pois, segundo a justificativa do delegado de polícia, nessa noite de festa na cidade de Belém vagueavam pelas ruas “escravos fugidos” e um “grande número de sujeitos sem ocupação” e, portanto, as chances de sucesso na ação se mostravam bastante vantajosas.

O plano foi então iniciado naquela noite e a contar às 11 horas, a ordenança fez contato com o delegado para informar a captura de dois indivíduos que pareciam ser escravos fugidos. Para tanto, ambos os sujeitos foram então recolhidos ao quartel para posterior averiguação. Contudo, desconfiado de que não era Delfim que havia sido capturado pelos soldados, o delegado de polícia optou por continuar nas ruas de Belém e a contar a meia noite, no ápice dos festejos do arraial de Nazaré, o delegado se deparou com o procurado, que então foi preso e remetido também para o Quartel de Polícia.

Naquela ocasião as atividades pareciam ter acabado. Todavia, acontece que no mesmo momento da prisão de Delfim, o delegado de polícia encontrou nas proximidades um outro sujeito, homem “jovem” pardo, “de boa figura e estatura regular” que se mostrou como um recruta em potencial aos olhos daquela autoridade. Iniciou-se então um diálogo entre ambos, e o delegado passou a inquirir aquele sujeito perguntando qual era seu nome, filiação, ocupação e onde residia, o qual respondeu que se chamava Virgílio Antonio, que era filho de pais já falecidos, que era aprendiz de fuzileiro e que morava em companhia de seu mestre, o Sr. Moraes, na cidade de Belém, a rua Formosa. Após receber essas primeiras respostas, o delegado continuou as indagações a Virgílio e questionou-o sobre os motivos dele estar na rua até aquela hora da noite, e Virgílio então o respondeu dizendo que havia saído da casa de seu mestre, que não pretendia para lá mais voltar e que estava com o intuito de assentar praça nas forças militares que estavam em atuação na Guerra contra o Paraguai.

A atitude do rapaz surpreendeu o delegado de polícia, que o fez ser recolhido ao quartel junto aos demais sujeitos apreendidos na diligência naquela noite de festa no arraial de Nazaré.

Na manhã seguinte, deu-se seguimento as atividades de acareação na delegacia. Deste modo, os quatro sujeitos recolhidos na noite anterior foram colocados à disposição do delegado de polícia o qual mandou libertar os dois primeiros apreendidos, pois, um era menor - tinha onze anos e ainda estava na escola - e, portanto, não tinha condições de servir como recruta; já o outro sujeito apreendido não era escravo, se chamava Candido Monteiro do Espirito Santo, era filho de João Monteiro do Espirito Santo e não poderia servir como recruta por ser incapaz.

Após resolver a situação de os primeiros, o delegado de polícia logo em seguida mandou que fosse chamado à delegacia o proprietário do escravo Delfim, Capitão Cordeiro, para que o militar recebesse de volta a sua propriedade. Assim, ao ser comunicado sobre a prisão de Delfim, o Capitão se dirigiu até aquele estabelecimento para reaver seu escravo e de lá saiu em direção à Tesouraria da Fazenda com o objetivo de vendê-lo ao Estado, como uma punição para suas atitudes, para que servisse como soldado na campanha contra o Paraguai.

Resolvido estes casos, o delegado de polícia foi então dar destino ao voluntário Virgilio Antonio, ordenando-o que fosse apresentado a Secretaria de Polícia e de lá seguindo ao Palácio do Governo onde foi inspecionado e onde cujas autoridades procederam uma investigação minuciosa sobre a vida daquele sujeito, procedimento no qual ele foi descoberto. Aquele rapaz que se dizia ser aprendiz de fuzileiro, na verdade não o era. Era escravo fugitivo e havia mentido para as autoridades policiais na tentativa de ver-se longe do perigo de voltar a ser escravo novamente em Belém, nesse sentido, portanto, não foi alistado, pois não poderia seguir para o Sul sem o conhecimento e aval de seu senhor, em respeito ao direito da propriedade cujas ressalvas eram garantidas expressamente pela Constituição do Império.

O encontro destes indivíduos nas ruas de Belém demonstra uma transitividade singular que esses sujeitos construía nos espaços das cidades. Pelas ruas, becos e vielas da capital personagens como esses conversavam, trocavam experiências de vida e ideias; e é bastante provável que nesses encontros esses e outros homens tenham tido conversas acerca das reais possibilidades de assentar praça e seguir como soldado para o Paraguai para verem-se livres da escravidão. No contexto, buscar a farda como abrigo da senzala

era um subterfúgio desejado para alguns dos cativos do Brasil e esses homens, a o que estudos apontam, ao verem a possibilidade da liberdade próxima ao seu alcance, tentaram vesti-la.

História semelhante a essa viveu Bernardo, escravo de José Joaquim Saraiva de Miranda, que tentou a escusa da vida em cativeiro através do uso da farda ao alista-se, na ilha do Marajó, para tomar rumo em direção ao Sul do Império. Entretanto, o plano de Bernardo foi descoberto e José Joaquim Saraiva de Miranda acabou por requerer junto às autoridades do Governo seu escravo. Não obstante, algum tempo depois, Bernardo voltou a assentar praça e “preferindo a vida no Exército ao trabalho” conseguiu reverter a decisão de seu senhor ao insubordinar-se “de maneira tão intensa” que “José Joaquim o devolveu às fileiras ‘como uma punição por seu mau comportamento’” (BEZERRA NETO, apud IZECKSONH, 2015, p.100).

Por fim, outro caso que fora identificado na documentação consultada, é a história de Venâncio, cativo da Fazenda Nacional S. Lourenço, localizada no distrito de Soure, na ilha do Marajó. Neste episódio, por algum motivo silenciado na fonte, em maio de 1867, o Juiz Municipal Suplente do distrito de Soure enviou um ofício à Presidência da Província acerca de uma situação um tanto peculiar que envolvia o alistamento de Venâncio nas forças armadas, documento no qual aquela autoridade questionava o Governo Provincial se Venâncio poderia assentar praça como soldado e seguir para o Sul, mesmo no caso deste sujeito encontrar-se com uma pendência criminal em seu nome, uma vez que ele havia sido condenado pelo Juiz de Direito do Marajó em um processo crime e ainda não havia cumprido a penalidade estipulada (Jornal do Pará, 15 maio 1867. p. 2).

A resposta à essa provocação foi dada pelo Governo dias depois, onde respondeu negativamente àquela intenção impedindo o alistamento de Venâncio, uma vez que na ótica da Presidência da Província o decreto baixado pelo Governo Imperial não regulamentava o alistamento de criminosos nas forças armadas, mas tão somente o alisamento de escravos da nação. Contudo, apesar da resposta negativa, aquela matéria não se finalizou ali e dias depois o alistamento de Venâncio voltou a ser ventilado nas dependências do Palácio do Governo. Dessa forma, por ter sido considerado criminoso e não ter tido autorização para alistar-se como soldado, Venâncio teve que cumprir sua pendência com a justiça e pagar uma pena de 200 açoites após a negativa dada pelo Governo para que depois fosse enviado para Belém, pelo mesmo Juiz Municipal, para ter

assento nas forças armadas nos termos do decreto baixado pelo Governo Imperial (Jornal do Pará, 23 jun. 1867. p. 1).

Com esse último caso, findam-se as histórias encontradas até o momento acerca do recrutamento militar de escravos na Província do Pará durante o conflito Platino. Na documentação consultada, contudo, ainda há tramas que precisam ser compreendidas/pesquisadas - como o desentendimento que se deu entre o Vigário Geral do Convento do Carmo e o Chefe de Polícia durante uma diligência policial que objetivava prender os escravos Laurindo e Firmino, a qual foi obstada pelo vigário, resultando em confusão e insultos entre ambas as autoridades -, as quais pela insuficiência de material reunido até o momento, ficam impossibilitadas de serem melhor desenvolvidas neste trabalho (Of. da Secretaria de Polícia, 30 nov. 1867. Apep, Fsp, parte avulsa, caixa 288).

Entretanto, pelo que foi instrumentalizado até o momento, é possível perceber que os casos que envolveram o recrutamento destes indivíduos são múltiplos e suas histórias demonstram que os sentidos atribuídos ao serviço militar também o foram, não se reduzindo, portanto, a algo indesejado para a totalidade dos escravos. Os contextos nos quais esses indivíduos se encontravam eram distintos entre si, suas experiências no campo ou na cidade também, mas suas vidas acabaram sendo tocadas pelo serviço militar devido a condição comum que partilhavam. Contudo, apesar de partilharem a mesma condição civil, suas experiências diante do recrutamento não foram homogêneas o que resultou em diferentes tramas onde ora quisera-se a farda, ora buscara-se negá-la tendo em vista a preservação da vida na província.

Considerações finais

O conflito contra o Paraguai foi uma contenda que se deu após um entrelace de diferentes interesses e desinteresses - nacionais e internacionais - dos Estados na Bacia do Prata, o qual fez resultar um amplo trabalho de arregimentação de pessoal nunca visto ao Sul da linha do Equador (IZECKSOHN, 2009, p. 391-394). Exigidos esforços sem precedentes, não demorou muito para que braços negros, escravizados ou não, fossem alistados para a campanha nas fronteiras.

A presença negra nas forças armadas tem sido objeto de estudo desde, aproximadamente, a década de 1990 no Brasil (SALLES, 1990. p. 44). Dos quatro Exércitos que atuaram na campanha, soldados negros compuseram os filões de pelo

menos três: Brasil, Paraguai e Uruguai (TORAL, 1995, p. 287). No Império, a arregimentação desse tipo de soldado não se restringiu a províncias como Bahia e Rio de Janeiro, muito embora elas concentrassem, à época, os maiores contingentes de escravos do Império. Assim, apesar de se encontrar em um outro extremo do território nacional a Província do Pará buscou contribuir de forma ativa com os esforços nacionais e fez seguir para o Sul para além de Recrutadas, Guardas e Voluntários da Pátria, também soldados negros.

Desta forma, muito embora o quantitativo desses soldados ter sido reduzido quando comparado a outras categorias alistadas no contexto, compreender os aspectos que rodearam o alistamento desses indivíduos é importante. Nesse sentido, para além de números tímidos, tentou-se mostrar ao leitor o plenário de diferentes experiências e circunstâncias que permearam a arregimentação de escravos no espaço em questão, o qual não se restringe à ideia do alistamento compulsório uma vez que para alguns indivíduos de condição cativa, a presença nas forças armadas significou uma possibilidade para a escusa do estado servil em que viviam e, portanto, uma possibilidade de mudança de vida que se abriu com a promulgação do decreto de novembro de 1866 o qual acabou por antecipar para alguns sujeitos a tão esperada liberdade do cativo.

Referências documentais.

Senado Federal. Atas do Terceiro Conselho de Estado. Ano: 1865-1867. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/at_atasdoconselhodeestado.asp.

Acesso em: 09 maio 2023.

Center for Research Libraes. Relatório da Presidência da Província do Pará. Ano 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172>. Acesso em: 14 jul 2023.

-Hemeroteca Digital-Bn.

Jornal de Recife, 3 de fev. de 1865. p.1.

Jornal do Pará em 4 de maio de 1867. p. 1-2.

Jornal do Pará em 15 de maio de 1867. p. 2.

Jornal do Pará em 23 de jun. de 1867. p. 1

Jornal do Pará em 7 de nov. de 1867. p. 3.

-Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

Fundo da Secretaria da Presidência da Província (FSPP). Parte encadernada.

Código 1405. Ofício. Reservado, 12 set. 1866.

Código 1398. Ofício. Dirigido pela 3ª Sessão do Min. dos Negócios da Fazenda, 17 nov. 1867.

Código 1284. Ofício. nº 17, 18 jan. 1867.

Código 1284. Ofício. nº 21, 20 mar. 1867.

Código 1284. Ofício, nº 27 2 maio 1867.

Fundo da Secretaria da Presidência da Província (FSPP). Parte avulsa.

Caixa 282. Ofício nº 745 da Secretaria de Polícia do Pará, 21 dez. 1866.

Caixa 286. Ofício. do Juízo Municipal de Óbidos, 10 nov. 1867.

Caixa 286. Ofício. do Juízo Municipal de Óbidos, 25 jan. 1868.

Caixa 286. Ofício. da Secretaria de Polícia da Província, 20 maio 1867.

Caixa 286. Ofício. confidencial dirigido pelo Juiz de Direito da 2ª Vara à Presidência da Província, 20 maio 1867.

Caixa 288. Ofício. da delegacia de Polícia do Termo da Capital, 12 nov. 1867.

Caixa 288. Ofício. da Secretaria de Polícia, 30 nov. 1867.

Referência Bibliográfica.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. p. 12-72.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Aprendizado da Colonização. In: *Trato dos vivos. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 11-43.

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão Pará (1840-1888)*. 2000. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. *Histórias urbanas de Liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém*. Afro-Ásia, 28 (2002), p. 221-250.

CHAMBOLEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século VXII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 79-114, 2006.

IZECKSOHN, Vitor. *O recrutamento de libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo*. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 96-110, 2015.

IZECKSOHN, Vitor. *Guerra do Paraguai*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889. p. 385-424, 2009.

MARÇAL DE QUEIROZ, Jonas; GOMES, Flávio dos Santos. *Amazônia, fronteiras e identidades: Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas -séculos XVIII-XIX)*. In: Lusotopie, nº9, 1º semestre 2002. pp. 25-49.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in)voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (a participação da Bahia no conflito). 2001. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 2001.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai e o Brasil: a formação de um exército nacional e o fim do Império*. In: *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990, p. 44-69.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Editora Pakatatu, 2004.

SILVA, Denise Moares Gouveia. *Compram-se Soldado! Os libertos da Província da Bahia na Guerra do Paraguai*. 2016. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

SILVA, Jonas de Luca Trindade da. “*Quando o serviço Chama-nos às Armas, Paraenses! Cumpri o Vosso dever: as correspondências de jornais do Pará e a mobilização para a Guerra do Paraguai em 1865*”. *Outras Fronteiras: revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT*. v. 9, n. 1 (2022). P. 49-68.

TORAL, André Amaral. *A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai*. *Revista Estudos Avançados*. 9. (24), 1995. p. 287-296.

**ENTRE A REALIDADE E O FICCIONAL: REFLEXÕES SOBRE A PEÇA
QUEM NÃO PERDÔA DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA**

**BETWEEN THE REALITY AND THE FICTION: REFLECTIONS ABOUT
THE PLAY *QUEM NÃO PERDÔA* OF JÚLIA LOPES DE ALMEIDA**

Mariana Schulmeister Kuhn¹

Resumo

O real e o ficcional foram vistos por muito tempo como polos opostos. Porém, uma análise acerca das características de cada uma das áreas nos mostra que elas possuem mais elementos em comum do que se possa, à princípio, imaginar. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo refletir sobre as interseções existentes entre os discursos sobre o “real” e a escrita ficcional. A partir dessas discussões preliminares, a intenção é analisar uma produção literária específica: a peça teatral *Quem não perdôa* da escritora brasileira, Júlia Lopes de Almeida. Essa obra, produzida e encenada nos palcos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 1912, apresenta, por meio de seu enredo e de seus personagens um problema recorrente na sociedade da época: a violência e os crimes passionais. O intuito é perceber como a autora apresenta narrativamente essa situação e como as representações criadas na peça ora se relacionam com a realidade, ora a excedem. Para que essas discussões sejam possíveis, será utilizada uma bibliografia de suporte, que conta com autores pertinentes a esse estudo, tais como Rancière (2005), Saer (2009), Amed (2010), Fanini (2016), Faria (2012), dentre outros.

Palavras-chave: Ficção; história; teatro; crime.

Abstract

The real and the fictional have long been seen as opposing poles. However, an analysis of the characteristics of each area reveals that they have more elements in common than one might initially imagine. In this sense, this article aims to reflect on the intersections between discourses on the "real" and fictional writing. Based on these preliminary discussions, the intention is to analyze a specific literary work: the play *Quem não perdôa*

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

of the Brazilian writer Júlia Lopes de Almeida. This work, produced and performed on the stages of the Municipal Theater of Rio de Janeiro in 1912, presents, through its plot and characters, a recurring problem in society at that time: violence and crimes of passion. The goal is to understand how the author narratively shows this situation and how the representations created in the play relate to reality, sometimes exceeding from it. To facilitate these discussions, a supporting bibliography will be used, including relevant authors for this study, such as Rancière (2005), Saer (2009), Amed (2010), Fanini (2016), Faria (2012), among others.

Keywords: Fiction; history; theater; crime.

Introdução

O limite entre a ficção e o real é tema de debates desde a Antiguidade. Já naquele contexto, as pessoas se questionavam acerca do papel desempenhado pelo discurso ficcional e pela história no processo de representação da realidade. Segundo Rancière (2010), na tentativa de dar uma resposta a essa questão, o que se criou foi uma lógica da representação baseada na oposição. Aristóteles, em sua obra *Poética*, “estabelece uma diferenciação e delimitação entre os níveis de composição da escrita poética e da escrita historiográfica, com base na especificação dos elementos intrínsecos a cada um dos gêneros” (MACHADO, 2000, p.2). De acordo com o filósofo

[...] a função do poeta não é contar o que aconteceu, mas aquilo que poderia acontecer, o que é possível, de acordo com o princípio da verossimilhança e da necessidade. O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso (se tivéssemos posto em verso a obra de Heródoto, com verso ou sem verso ela não perderia absolutamente nada o seu carácter de História). Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer (ARISTÓTELES, 2008, p. 54).

Observa-se, a partir do trecho acima, que, para Aristóteles, “a ficção poética consistia em construir um enredo de verossimilhança, uma concatenação lógica de ações, enquanto a História apenas contaria os fatos como eles se deram” (RANCIÈRE, 2010, p. 76). Assim, de acordo com esse pensamento, enquanto a história teria um compromisso com o relato fidedigno dos acontecimentos, a ficção não precisaria prestar contas “à verdade”.

Ainda sobre a distinção entre essas duas áreas, Aristóteles realiza um julgamento acerca do valor que cada uma das produções possuía. Segundo ele, a poesia seria superior pois ela conferia “uma lógica causal à uma ordenação de acontecimentos”, enquanto a História estaria “condenada a apresentar os acontecimentos segundo a desordem empírica deles” (RANCIÈRE, 2010, p. 54).

Porém, essa concepção dual vem sendo constantemente revista. Rancière pontua que, embora tenham sido colocadas em terrenos distintos por muito tempo, “o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido” (RANCIÈRE, 2005, p. 56). De um lado, há o “empírico” [que] traz as marcas do verdadeiro sob a forma de rastros e vestígios - “O que sucedeu”. Do outro, a chamada “história poética”, que representa “o que poderia suceder” e que “articula o realismo [...] e o artificialismo” (RANCIÈRE, 2005, p. 57).

Assim, ainda que utilizando mecanismos e estratégias distintas, ambas as áreas dialogam com a realidade e, em certa medida, constroem discursos sobre ela. A história – mesmo que diante da impossibilidade do acesso total ao passado – busca reconstituir o que aconteceu por meio de fontes. O ficcional, por sua vez, também recorre a eventos reais para construir sua narrativa, porém, sem o compromisso de representá-los com fidedignidade, uma vez que ele “não precisa comprovar ou chegar a uma veracidade, mas obter uma coerência de sentido e um efeito de verossimilhança” (PESAVENTO, 2003, p. 37).

Ao discutir sobre o conceito de ficção, Saer (2009) expõe que, em geral, obras desse gênero conseguiram se emancipar da “obrigação do verificável”. Isso não significa, entretanto, que a ficção busca se esquivar, de forma imatura, do tratamento da verdade, ou ainda que ela é “uma reivindicação do falso”. Ela “não dá as costas a uma suposta realidade objetiva: muito pelo contrário, mergulha em sua turbulência” (SAER, 2009, p. 2). O que ocorre, segundo o escritor, é que esse tipo de produção mescla dois elementos: o empírico e o imaginário.

O autor de ficção não tem como objetivo escrutinar o passado e escrever obras baseadas apenas em registros, fontes e vestígios comprovados do real. Ele usa de eventos e elementos da realidade na construção de sua narrativa porque esses fazem parte de seu próprio contexto de vivência, e representá-los literariamente lhe parece interessante. Além disso, o uso desses “dados do real”, pode tornar a sua obra mais tangível ao leitor. O escritor também insere em sua produção artifícios de sua imaginação e situações que poderiam ocorrer na realidade vivida. Todo esse conjunto, faz da obra de ficção um tipo

muito particular de produção, que “não solicita ser acreditada enquanto verdade e sim enquanto ficção” (SAER, 2009, p. 2). Compreender a especificidade desse tipo de narrativa é fundamental,

[...] porque só sendo aceita enquanto tal, se compreenderá que a ficção não é a exposição romanceada de tal ou qual ideologia, mas um tratamento específico do mundo, inseparável do que trata. Este é o ponto essencial de todo o problema, e é preciso tê-lo sempre presente, caso se queira evitar a confusão de gêneros. A ficção se mantém à distância tanto dos profetas do verdadeiro quanto dos eufóricos do falso (SAER, 2009, p. 2).

O discurso ficcional, dentro de suas características, é, portanto, apenas mais uma das formas de representar o mundo. Não é inferior a outros tipos de narrativas, como a História, e nem mesmo mais importante que essa. “Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade. Isso não tem nada a ver com nenhuma tese de realidade ou irrealidade das coisas” (RANCIÈRE, 2005, p. 58). No entanto, além de discutir a respeito da transposição do vivido para o texto literário, cabe-nos também pensar sobre como as representações construídas nesse discurso afetam a realidade. De acordo com Rancière:

os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade do sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre os modos do ser, modos do fazer e modos do dizer. (RANCIÈRE 2005, p. 59).

Dessa forma, as narrativas – sejam essas produzidas pela História ou pela literatura - não simplesmente servem para representar uma realidade, mas também têm a potencialidade de gerar consequências sobre essa. A literatura pode, por exemplo, por meio de seus mecanismos, evidenciar aspectos de uma sociedade, criticá-los e até mesmo gerar reflexões acerca de situações que ocorrem em determinados contextos. A ficção, assim, não apenas trata do real, como também tem capacidade de excedê-lo e de gerar interferências.

A fim de compreender de forma mais aprofundada o processo de transposição do real para o ficcional, o que se propõe nas próximas páginas é um exercício de análise da produção dramaturgic *Quem não perdôa*, da autora Júlia Lopes de Almeida. Uma das escritoras mais proeminentes do período republicano, ela se preocupava em representar, em suas obras, situações que pertenciam ao seu contexto de vivência. Não à toa, a peça

escolhida para esse estudo trata de uma temática bastante recorrente no início do século XX brasileiro: os crimes passionais.

Júlia Lopes de Almeida e a dramaturgia brasileira do século XX

A atividade dramática foi um importante elemento da vida cultural carioca entre o final do século XIX e o início do XX. No período oitocentista, ela ocupou lugar central no entretenimento da população, graças à sua capacidade de “mobilizar a vida cortesã” e de apresentar peças que agradavam o “gosto médio do público” (BRANDÃO, 2001, p. 304-305). Nesse contexto, predominaram dois estilos teatrais principais - o romântico e o realista. O primeiro deles prezava por dramatizações mais extremadas, nas quais os personagens representavam situações “fora do comum” por meio de ações exageradas. Essa vertente romântica teve como principal expoente o ator e empresário João Caetano, que liderava o Teatro São Pedro Alcântara (1813). Os espetáculos dessa abordagem dramática

[...] tinham uma composição muito variada. Começava cedo, quando obedeciam ao horário, e entravam noite adentro. Pareciam um espetáculo de variedades, muitas vezes. Havia de tudo um pouco: peças, números de danças, números musicais, canto, feitos circenses. O centro do espetáculo, entretanto, era quase sempre um drama ou tragédia, ou melodrama – gênero de grande preferência entre o público [...] (AGUIAR, 1984, p. 6).

Embora fizesse sucesso entre a população, o teatro romântico também recebia críticas, principalmente por parte daqueles que defendiam a adoção da estética teatral realista, proveniente da França. Essa, segundo Aguiar (1984), tinha como objetivo encenações mais leves e naturais, que parecessem ao público, parte da vida cotidiana. Esse gosto por encenações mais leves predominou e atingiu seu auge nos palcos brasileiros, entre os anos de 1855 e 1865 e teve como principal local de representações o Teatro Ginásio Dramático (1855). O Ginásio chegou à Corte com o objetivo de renovar a cena teatral brasileira e de possibilitar o acesso às peças realistas parisienses. Logo passou a ser frequentado “pelos amantes do teatro” e contribuiu no “lançamento e divulgação das composições dramáticas de escritores nacionais” (FRANÇA, 1999, p. 150). No entanto, esse tipo de apresentação teatral, que se propunha ser didática e a passar lições

moralizantes, perdeu gradativamente seu espaço com o surgimento do denominado “teatro ligeiro”.

O teatro ligeiro, que abrange “operetas, mágicas, vaudevilles, revistas” (CELESTINO, 2019, p. 120) tornou-se comum no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do XX, causando o que a elite intelectual da época chamou de “decadência do teatro nacional”. Esse tipo de produção “destinado sobretudo ao entretenimento e à diversão, [...] não correspondia às expectativas da crítica do contexto, que ansiava por uma atividade teatral vinculada aos movimentos literários naturalista e realista” (REIS; MARQUES, 2012, p. 321). Para esse grupo, o teatro cômico e musicado não tinha “preocupações artísticas mais elevadas” e por isso, não era digno de seu reconhecimento. Machado de Assis, foi um dos escritores que manifestou claramente sua decepção com os rumos da cena dramática brasileira e com o gosto do público. Em seu artigo *Instinto de Nacionalidade*, publicado originalmente em 24 de março de 1873 no periódico *O Novo Mundo*, ele enuncia as expectativas que possuía em relação à literatura brasileira e, no tocante ao teatro, sua avaliação não era positiva:

Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. As cenas teatrais deste país viveram sempre de traduções, o que não quer dizer que não admitissem alguma obra nacional quando aparecia. Hoje, que o gosto público tocou o último grau da decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhes receberia, se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores? [...] Os autores cedo se enfastiaram da cena que a pouco e pouco foi decaindo até chegar ao que temos hoje, que é nada. A província ainda não foi de todo invadida pelos espetáculos de feira; ainda lá se representa o drama e a comédia, — mas não aparece, que me conste, nenhuma obra nova e original (ASSIS, 1873, p. 6).

Mesmo sendo alvo de críticas e julgado como inferior por um setor da intelectualidade brasileira, esse estilo dramático se difundiu grandemente na cena do teatro nacional e entre a população, que frequentava com animação tais espetáculos, por apreciar seu estilo divertido e pelos preços atrativos dos bilhetes. No entanto, isto não significou o fim do dito “teatro sério”.² Para muitos críticos e escritores a ideia de que o

² É denominado “teatro sério” o tipo de produção dramática, de caráter realista e naturalista, que tinha preocupações literárias e que via o teatro como um meio para educar e melhorar a sociedade. Os defensores desse estilo teatral contrapunham-se ao teatro ligeiro, por considerar que esse era marcado pela “despreocupação com a originalidade literária, [pelo] gosto em agradar o público e [pela] comicidade” (AGUIAR, 2013, p. 17).

teatro “devia ser uma escola de costumes e um instrumento de moralização e civilização” (FARIA, 2012, p. 184), ainda era válida. Por isso, peças desse estilo continuaram a ser escritas e encenadas, mesmo diante do sucesso da dramaturgia de entretenimento.

Costa (2012) ao tratar da atividade teatral do período da Primeira República, explica que as peças produzidas nessa época, principalmente as de cunho realista e naturalista, estavam intrinsicamente ligadas ao seu contexto de produção e expunham as mazelas da sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX. Elas denunciavam a “violência e a hipocrisia das relações pessoais” e mostravam personagens femininas e masculinas com seus problemas morais, ambições e sem quaisquer idealizações. O chamado “teatro da paixão”, também característico desse momento, apresentava “sem hesitação as situações mais cruas, como o suborno, o adultério, a chantagem e a morte” (COSTA, 2012, p. 337).

Dentre os autores que se destacaram nesse período, no chamado “teatro sério” estão João do Rio (1881-1921), Coelho Neto (1863-1934), Cláudio de Souza (1876-1954), Oscar Lopes (1882-1938), Afonso Arinos (1868-1918), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), dentre outros. Esses “trataram de maneira preferencial aspectos da realidade social próxima, com um olhar realista e crítico, cujo conflito dramático esteve apoiado sobre o amor e o casamento” (COSTA, 2012, p. 337). Júlia Lopes de Almeida³ se destaca nesse grupo por ter sido uma das escritoras mais publicadas no período republicano. Autora de romances, contos, conferências e peças teatrais, ela esteve ligada ao mundo das letras desde muito jovem. O ambiente em que esteve inserida favoreceu o apreço que tinha pela escrita, pois “na casa paterna, existia o incentivo à leitura; [e] salões eram realizados com a presença de poetas, escritores [e] músicos” (AMED, 2010, p. 11). Mesmo a iniciação de Júlia no meio literário, ocorrida aos dezenove anos, foi oportunizado pelo próprio pai, Valentim Lopes de Almeida, que a incentivou a escrever uma crítica teatral e fez com que essa fosse publicada na *Gazeta de Campinas* (1881).

Porém, o contato com a imprensa não se restringiu a esse momento. Amed (2011) destaca que ao longo de sua carreira Júlia escreveu para uma série de periódicos. “A *Bruxa*, *Almanaque Literário de São Paulo*, *A Estação*, *A Família*, *Ilustração Brasileira*,

³ Júlia Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862 no Rio de Janeiro e faleceu na mesma cidade em 30 de maio de 1934. Quando jovem recebeu instrução escolar em casa, devido à fragilidade de sua saúde. Desde cedo demonstrava inclinação às letras. Casou-se com o também literato Filinto de Almeida em 1887. Publicou uma série de romances, além de contos, crônicas, conferências e manuais. Ao longo de sua vida, contribuiu para diversos periódicos e participou ativamente da vida literária de seu período.

A mensageira, Revista do Brasil, foram algumas das revistas das quais [...] contribuiu com artigos” (AMED, 2011, p. 12). Apesar de ter seu talento e trabalho reconhecidos, Júlia precisou apelar a alguns artifícios para conseguir estabelecer contatos no meio literário de sua época, tal como outras jovens que, pelo menos desde o século XIX, reivindicavam tal posição. As mulheres nesse período ainda “tinham dificuldade de acesso aos locais públicos de sociabilidade intelectual” e por isso, muitas vezes precisavam “recorrer a suas teias de amizades, prestígio de parentes, provavelmente com a intenção de maior aproximação e apresentação a esse circuito hermético” (AMED, 2010, p. 17).

A dificuldade de inserção feminina no meio letrado é tão intensa que, infelizmente, até hoje, pouco se sabe sobre essas senhoras das letras. Souto-Maior (1995) chama a atenção para mulheres como Maria Ribeiro (1829-180), que ainda no século XIX, se dedicou totalmente ao meio dramático, escreveu mais de vinte peças teatrais, mas é praticamente uma desconhecida na literatura brasileira. Nessa lista de ilustres personagens femininas poderiam ser citadas ainda Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), que fundou o jornal *A Família* (1888) e escreveu a peça *O voto feminino* (1890), e foi uma ávida debatedora sobre os direitos das mulheres; Julietta de Melo Monteiro (1863-1928), que foi dramaturga, contista, poetisa, jornalista e fundou as revistas *Violeta* (1878) e *Corimbo* (1879), entre tantas outras.

A maior parte das mulheres escritoras brasileiras sofreu com dificuldades de ser aceita no meio literário, o que causou, a um longo prazo, o apagamento de sua valorosa contribuição. Porém, o caso de Júlia Lopes de Almeida caminhou por rumos distintos. Embora ainda hoje, não seja uma autora conhecida por todos, Júlia encontrou pequenas brechas para se fazer conhecida. Fanini explica que “uma vez que, às escritoras, não era franqueado o acesso às reuniões realizadas por seus pares nos cafés e confeitarias, Júlia Lopes de Almeida, ao que parece, encontrou como saída alternativa a essa interdição com [...] a criação de um espaço, em sua própria residência” (FANINI, 2016, p. 26). O local em questão, conhecido como Salão Verde, possibilitou à autora seu trânsito no meio literário da época – ainda bastante arredo à presença feminina – e tornou-se com o tempo um “importante ponto de confluência da intelectualidade carioca”, sendo frequentado por indivíduos como Olavo Bilac (1865-1918), Raimundo Correia (1859-1911), Rodolfo Amoedo (1857-1941), Antônio Parreiras (1860-1937), Alberto Nepomuceno (1864-1920), João Luso (1874-1950), Júlia Cortines (1868-1948), Maria Clara da Cunha Santos

(1866-1911) e pelos irmãos Arthur de Azevedo (1855-1908) e Aluísio de Azevedo (1857-1913).

Outro acontecimento da vida de Júlia que evidencia a dificuldade do acesso das mulheres à uma posição elevada na literatura foi a sua exclusão da Academia Brasileira de Letras. Segundo Fanini (2016), a instituição, fundada em 1897, chegou a contar com a indicação do nome da autora para ocupar uma das cadeiras dedicadas aos “imortais”. Porém, sob a alegação de que se seguiria os princípios da congênere francesa – *Académie Française de Lettres* – segundo a qual apenas homens podem fazer parte dos escritores selecionados, Júlia foi impedida de fazer parte da ABL. Em seu lugar, entrou seu esposo, o também escritor e jornalista, Filinto de Almeida (1857-1945).

Tais situações demonstram que, naquela época, “para as mulheres, trilhar os caminhos da profissionalização literária” não era nada fácil e “significava contrariar as expectativas sociais naturalizadas” (FANINI, 2016, p. 19). Não raro, as que se destacavam em outras funções, além das de esposa e mãe, eram vistas como “excepcionais, casos isolados, pontos fora da curva” (FANINI, 2016, p. 19). Porém, nem mesmo os obstáculos colocados pelos estigmas sociais impediram Júlia de se lançar como grande escritora em sua época.

A área de eleição dessa autora foi inegavelmente o romance.⁴ Porém, na dramaturgia, também teve certa proeminência, sendo possível elencar uma série de peças produzidas, dentre as quais se destacam: *A herança*, *Quem não perdôa*, *Doidos de amor* e *Nos Jardins de Saul* – peças publicadas – e *O caminho do céu*, *A última entrevista*, *A senhora marquesa*, *Vai raiar o sol*, *As duas irmãs*, *Laura*, *O dinheiro dos outros*, *O broche*, *Aquela noite*, *Os humildes* e *As urtigas* – peças não publicadas e encontradas no acervo pessoal da escritora na Academia Brasileira de Letras.

Fanini (2016) pontua que, nos dramas e comédias produzidos pela autora, uma das características mais marcantes era o protagonismo de mulheres e o destaque do espaço doméstico como cenário de suas narrativas. Além disso, ela não deixou de também evidenciar “certas práticas e costumes urbanos da belle époque tropical”, tais como “a

⁴ Segundo Amed (2011, p. 14), em sua carreira ela produziu uma série de romances, tais como: *Memórias de Marta* (1889), *A viúva Simões* (1897), *A falência* (1901), *intrusa* (1908), *Cruel amor* (1911), *Correio da roça* (1913), *A Silveirinha* (1914), *A família Medeiros* (1919) e *A casa verde* (1932). Também se dedicou aos Contos: *Contos infantis* (1886), *Traços e iluminuras* (1887), *Ânsia eterna* (1903), *Histórias da nossa terra* (1907), *Era uma vez* (1917), *A isca* – quatro novelas (1922). Por fim, deixou crônicas publicadas como: *Livro das noivas* (1896), *Livro das donas e donzelas* (1905), *Eles e elas* (1910), *Jardim florido* (1922), um livro sobre jardinagem e, ainda, traduções de contos e conferências.

escravidão, a agiotagem, o arrivismo social, o conflito intergeracional, a educação feminina, a assimetria das relações de gênero, a estratificação social e o correspondente preconceito de classe, [...] o casamento por interesse, as conveniências sociais, os vícios humanos e suas virtudes” (FANINI, 2016, p. 45).

O tópico seguinte desse artigo se destina a discussão da peça *Quem não perdôa*, que agitou a crítica da época e levou à discussão temas relevantes e recorrentes na realidade do período. O estudo desse material foi feito a partir da Análise de Discurso. Essa abordagem, segundo Orlandi (2009), busca compreender a linguagem dentro do contexto em que foi produzida, levando em conta o lugar social de seu autor, os valores vigentes, o público leitor, as ideias circulantes, dentre outros aspectos. Os trechos selecionados da peça teatral, foram estudados à luz das seguintes categorias analíticas: 1. Representações⁵ de mulher e homem; 2. Representação de casamento; 4. Representação de adultério; 4. Representação de crime passionnal. Espera-se que, ao fim desse trabalho, seja possível compreender como temas tão impactantes das primeiras décadas do século XX, eram pensados e criticados no meio artístico.

O crime passionnal em cena: análise sobre a obra *Quem não perdôa* de Júlia Lopes de Almeida

Júlia Lopes de Almeida foi uma escritora que se manteve em constante conexão com os eventos que ocorriam a sua volta. Amed pontua, inclusive, que “grande parte de sua obra se alimentava de sua própria experiência passada ou [era] inspirada pelo momento que vivia” (AMED, 2013, p. 11). Tais ideias se verificam em toda a sua produção, e em particular, em suas peças teatrais. Nessas, ela representou por diversas vezes as alterações nos papéis femininos no início do século XX, bem como os “conflitos nascidos em decorrência das mudanças nos costumes” (COSTA, 2012, p. 345).

Em *Quem não perdôa*, peça escrita em 1912 e encenada, no mesmo ano, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a autora abordou uma série de temáticas pertinentes ao seu contexto, tais como o fracasso das relações matrimoniais, o adultério, a disparidade entre os sexos e os crimes passionais. Formado por três atos e um interlúdio musical, composto

⁵ De acordo com Roger Chartier (2002), as representações são formas pelas quais atribuímos sentidos ao “mundo social” e os elementos que dele fazem parte. Entretanto, o autor alerta que embora as representações muitas vezes possam parecer “universais”, elas jamais são completamente desinteressadas, pois estão sempre relacionadas com os grupos responsáveis pela sua elaboração e seus interesses. Dessa forma, ao analisar as representações literárias, por exemplo, é essencial considerar quem as elaborou, em que contexto e a partir de quais referenciais.

por Alberto Nepomuceno, o drama narra a história da jovem *Ilda*, moça simples que vivia em condições precárias com sua mãe *Elvira*. A moça, já no primeiro ato, casa-se com *Gustavo*, rapaz que é apresentado como engenheiro e de família abastada, mas também como um sujeito impulsivo e, por vezes, violento.

No segundo ato, após dez anos, os problemas do casal começam a se evidenciar. Sem filhos, *Gustavo* chega tarde em casa e tem amantes. *Ilda*, por sua vez, também adota outros comportamentos e vê-se apaixonada por *Manoel Ramires* – amigo da família e frequentador das reuniões realizadas em sua casa – apesar de não manter qualquer tipo de relação carnal com esse. A situação se complica quando *Ilda* recebe a notícia que seu amado estava de partida para a Europa. Na ânsia de se despedir e encontrá-lo uma última vez, a jovem recebe *Manoel* em sua casa, quando estava sozinha. Ao término do encontro, os dois dão seu primeiro e último beijo de amor. Nesse exato instante, são flagrados por *Gustavo*, que já havia sido prevenido por um amigo da suposta traição da esposa. O marido, tomado de raiva, assassina *Ilda* com um punhal, enquanto o amante foge em disparada.

O último ato da peça se passa quatorze meses após o fatídico crime. *Gustavo* retorna ao seu lar após ser inocentado por seus atos e é acolhido por um grupo de amigos e moças solteiras. Ao fim da comemoração, quando está em seu quarto, recebe a visita de sua sogra. Essa apresenta-se triste, revoltada e com desejo de vingar a morte de sua filha. Por isso, apunhala *Gustavo*, levando-o a morte. A peça criada por Júlia é rica em representações sobre a sociedade da época e sobre os problemas existentes nas relações privadas. Um primeiro aspecto que chama atenção ao leitor nessa obra dramaturgica é a forma como os personagens femininos e masculinos foram representados.

Ilda, protagonista da peça, é narrada no início da trama como uma moça simples e muito trabalhadora, que ministra aulas de piano para outras jovens. A personagem se julga inferior a outras mulheres de sua idade por ter uma condição econômica precária e expressa esse sentimento quando *Gustavo* se apaixonou por ela e lhe propõe casamento:

Em tudo isto, só o que me espanta é ver-me preferida, eu, simples professora, pobre, por um rapaz de fortuna. [...] Realmente, é extraordinário como o Gustavo, vendo-me tão desguarnecida, tão tímida ao lado das irmãs das minhas discípulas, sempre elegantes e perfumadas, não se apaixonou de preferência por qualquer delas! Não achas? (Sinal negativo de D. ELVIRA) Não achas, porque és minha mãe! (ALMEIDA, 1917, p. 32-33)⁶.

⁶ Os trechos da obra dramaturgica *Quem não perdôa*, analisados nesse artigo, foram mantidos com as características ortográficas do período em que foram produzidos.

Observa-se que, nesse trecho, *Ilda* sente-se sortuda por ter sido notada por um homem abastado, ao ponto de ignorar os defeitos que esse possuía. Como vivia com a mãe em uma situação miserável, o casamento, para ela, além de um destino esperado, representava também a solução de seus problemas e a possibilidade de uma vida de mais conforto e bem-estar. Assim, mesmo que nas entrelinhas, nota-se que a relação que se estabelece entre os personagens não é mediada apenas pelo sentimento, mas também pelos interesses materiais envolvidos.

O contexto da narrativa de *Ilda* remete a um momento de transformações nas concepções de casamento. Nazzari, pontua que ao longo do século XIX, e nos momentos que se seguiram, o matrimônio “passou a ser encarado muito menos como uma questão de bens e muito mais como um vínculo pessoal entre indivíduos, tendo no amor seu motivo preponderante” (NAZZARI, 2001, p. 211). Dessa forma, cada vez mais, a ideia das uniões arranjadas foi substituída pela decisão dos jovens, que passaram a poder escolher seus cônjuges com base em seus sentimentos. Entretanto, essa mudança não ocorreu de maneira imediata. Abrantes explica que, nesse processo de “transição para uma nova política do casamento [...], o ideal do amor romântico estava mais no discurso do que na prática”, e que permanecia ainda, em partes, “a procura de um bom partido a fim de trazer vantagens financeiras” (ABRANTES, 2010, p. 63).

Nessa nova concepção de casamento, existia a preocupação sobre “a capacidade do noivo de proteger (sustentar) a noiva” (NAZZARI, 2001, p. 227). Diferentemente de séculos anteriores, em que cabia ao homem simplesmente administrar os bens e o dote da esposa, nesse novo arranjo o esposo deveria ter condições de prover a sobrevivência da companheira através de seu trabalho e de suas posses. Isto posto, a demonstração de satisfação da personagem *Ilda* ao perceber que seu pretendente *Gustavo* possuía um bom emprego e renda, é bastante compreensível, principalmente se considerarmos a origem humilde da jovem. Casar-se, para ela, implicava não apenas em receber o título de senhora, mas também em melhorar significativamente suas condições materiais.

Entretanto, a sorte de um casamento bem afortunado, não trouxe felicidade incondicional para a personagem. A insatisfação na união demonstrou-se no próprio comportamento de *Ilda*, que abandona a sua personalidade modesta no segundo ato, após dez anos de casamento. Essa mudança chama a atenção de *D. Elvira*, sua mãe, que descreve com certo espanto tais transformações:

Turvaste-te; deixaste de ser a mulher simples, para ser a mulher complicada... um tanto enigmática. Começaram desde então a multiplicar-se os espelhos em casa e começaste tu a tratar da tua pessoa com excessivo carinho... Aqui mesmo, nesta saleta (aponta para um gueridon) tens uma caixa de pó de arroz!... (ALMEIDA, 1917. p. 47).

As atitudes de *Ilda* são condenadas por sua mãe, pois iam na contramão do esperado para uma mulher casada. Em sua condição, esperava-se que ela cuidasse dos afazeres domésticos e dos filhos provenientes do seu matrimônio. No entanto, a personagem já não demonstrava tanto zelo pelo seu lar e não havia tido filhos com *Gustavo*. Além disso, a vaidade expressa por *Ilda*, indicava, segundo Lopes (2011), que ela estava interessada em experiências extraconjugais ou que algo em sua vida havia se modificado. Essa premissa, não poderia ser mais verdadeira, já que, frustrada com o casamento, com o tratamento frio do marido e com suas infidelidades, a jovem havia se apaixonado por *Manoel Ramires*.

Porém, não somente a personagem de *Ilda* sofreu alterações ao longo da peça. *Gustavo*, também apresentou comportamentos distintos no primeiro e segundo atos do drama. Em um primeiro momento, ele se mostra como um jovem de posses, que deseja se casar e proporcionar uma vida feliz à *Ilda*, chegando a fazer promessas para *D. Elvira*, a mãe da moça:

Como naturalmente já sabe, sou engenheiro, exerço a minha profissão com felicidade, o que permitirá a minha família certo conforto. Meus pais são lavradores abastados e não têm outro filho. Quanto as minhas qualidades morais não me competem a mim analisá-las. [...] O que lhe posso afirmar é que, tanto quanto esteja em meu poder, farei sua filha feliz e não a disputarei ao seu amor. Por ser minha mulher ela não deixará de ser—a sua filha... (ALMEIDA, 1917, p. 35-38)

No entanto, mesmo se apresentando como um bom pretendente, *Gustavo* desde o início da peça tem seu comportamento questionado por uma amiga de *Ilda*, *Sofia*, que previne a moça acerca do caráter impetuoso e violento do rapaz. Além disso, ao longo da narrativa, outras atitudes também denotam a conduta desse homem. Passados os dez anos de casamento com *Ilda*, ele passou a chegar em casa muito tarde, a ter amantes e a tratar a esposa com certa irritabilidade e impaciência. Tais hábitos, no entanto, eram vistos como “normais” no contexto em questão e precisavam ser tolerados pelas esposas.

As relações entre homens e mulheres no início do século XX estavam longe de serem igualitárias. “Força e fraqueza, inteligência e beleza, dignidade e inocência, carreira pública e prendas domésticas” eram termos utilizados para opor o feminino e o masculino

ainda nesse período (VERONA, 2013, p. 99). No âmbito das relações matrimoniais, a distinção entre os gêneros era sentida nas expectativas e tarefas atribuídas a cada um dos cônjuges. Segundo Verona (2013), a mulher, enquanto esposa deveria ocupar-se do cuidado com a casa e se fosse mãe, dos filhos. Era sugerido que tomasse certos cuidados com sua aparência, que não se mostrasse desarrumada para o marido e que não o chateasse ou o tratasse com mau humor ao chegar do trabalho. As mesmas cobranças não eram válidas para o homem. Esse, além de desfrutar de uma situação de maior poder e liberdade, ainda era visto de forma condescendente quando o assunto eram as infidelidades.

Essa complexidade das relações conjugais é bastante explorada por Júlia Lopes de Almeida na peça. O casamento, nesse contexto, ainda era algo muito valorizado moral e socialmente, pois concebia-se que era preciso “constituir família legítima, para fazer parte do grupo de cidadãos respeitáveis que podiam ser tomados como referência de moralidade e decência” (VERONA, 2011, p. 15). No entanto, longe de representar o matrimônio como uma instituição moralizadora ou como um conto de fadas, Júlia buscou demonstrar que esse tipo de relação era marcada por uma série de problemas. Já no início da peça, através de *D. Elvira*, percebe-se a crítica feita pela autora:

O amor dos maridos é absorvente e despótico. O meu proibiu-me de visitar minha mãe todos os dias. E eu obedeci-lhe!... O que ela devia ter sofrido! [...] Na vida de uma mulher solteira, por maior que seja o sofrimento, há sempre a esperança. Na da casada, quando não haja felicidade há apenas resignação. Foi o que eu traguei no casamento. Também me casei com um homem rico; mas ainda não me faltava o conforto material quando já me faltava tudo o mais... A experiência tem voz rude... (ALMEIDA, 1917, p. 38-39).

D. Elvira, com suas palavras, previra, sem saber, o futuro de sua filha – estar casada com um homem de posses, com conforto, mas sem a real felicidade. Além disso, de forma sutil, ela também recorda uma característica bastante real dos matrimônios daquele contexto: a da subordinação da mulher ao seu esposo. Del Priore pontua que no início do século XX, embora já existissem discussões acerca da possibilidade do divórcio, o casamento ainda era indissolúvel e mantinha a esposa “em posição de dependência e inferioridade perante o marido” (DEL PRIORE, 2006, p. 259). A ele cabia a administração dos bens materiais da família, bem como seu sustento. O homem tinha o poder sobre a mulher e autorização para “o uso da legítima violência masculina contra excessos femininos”. (DEL PRIORE, 2006, p. 260).

O casamento, na obra de Almeida, é, portanto, narrado como uma relação conflituosa. A autora expõe meticulosamente as características dos sujeitos envolvidos, seus defeitos, seus problemas e os desafios enfrentados na união. Em certos trechos, é possível até identificar que a autora considerava melhor uma mulher viver sozinha e ser a “solteirona” a se resignar à uma vida infeliz com um homem, apenas para satisfazer as expectativas sociais. Em *Quem não perdôa Ilda e Gustavo* enfrentam várias adversidades após um tempo de casados – reclamações rotineiras, aspereza no modo de falar e pequenos atritos. Porém, o desgaste matrimonial foi levado às últimas consequências devido ao adultério.

A infidelidade esteve presente na relação primeiramente através de *Gustavo*. Ele mantinha um caso com a esposa do *Comandante Elias*, seu amigo. A relação, apesar de ilegítima, era conhecida pelos amigos mais próximos, os quais faziam brincadeiras sobre a situação, a viam com naturalidade e até mesmo incentivavam o envolvimento. Em uma conversa travada entre *Jacinto* e *Gustavo* isso fica evidente:

JACINTO — [...] A mulher do capitão Elias, homem! Uma flor! Uma flor rubicunda, de aroma capitoso e que está mesmo a dizer: colhe-me! (confidencial). Só te digo que saíste ao teu tio no saber escolher... (GUSTAVO franze as sobrancelhas, sacudindo a cinza do charuto, sem responder). Todo o mundo por aí já sabe dos teus amores com ela... e aprova o teu bom gosto... Ela é loira como o sol e eu adoro as loiras; como aliás adoro as morenas... Me gustan todas... (ALMEIDA, 1917, p. 59).

O adultério masculino, apesar de ferir um dos princípios básicos do casamento, era bastante tolerado nesse período. Acreditava-se, de acordo com Engel (2004), que os instintos sexuais dos homens eram mais aflorados do que os das mulheres, e, portanto, os casos extraconjugais eram apenas uma maneira de satisfazer uma necessidade básica e inerente a eles.

Porém, quando a infidelidade era praticada pela mulher, a situação era muito distinta. “Esposas infiéis não deveriam esperar nenhuma compreensão, nenhum gesto de ajuda, nenhuma indulgência. Elas eram fortemente criticadas, quando não punidas” (ENGEL, 2006, p. 478). Além de sofrerem com um julgamento público muito mais intenso quando estavam na condição de adúlteras, as mulheres também recebiam punições legais mais severas se fossem pegas em situação de infidelidade. O adultério, no Código Penal de 1890, era concebido como crime e previa prisão de um a três anos para as mulheres casadas que o cometessem. No entanto, os homens só receberiam a

mesma pena se mantivessem “concubina teúda e manteúda” e deixassem de prover financeiramente seu lar.

Essa disparidade de tratamentos é exemplificada muito bem por *Ilda*. Infeliz com seu casamento, ela encontrou em *Manoel Ramires* a afeição que não mais sentia por seu marido. Quando, porém, a relação se concretizou através de um beijo, e esse foi flagrado por seu esposo, o fim chegou de modo trágico para a mocinha. Como esposa adúltera, ela havia manchado a honra do marido, o qual não hesitou em recuperar sua dignidade por meio do assassinato daquela que o traía. O caso narrado na peça de Almeida, embora fictício, fazia referência a uma realidade presente na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX. Crimes como esse eram frequentes e geralmente estampavam as páginas dos jornais. Nesses, em geral, mulheres eram vítimas de violência ou até mesmo mortas quando encontradas em situações suspeitas ou de efetiva traição.

Apesar da gravidade do crime cometido, a maioria dos homens que assassinavam suas esposas não era efetivamente punida por suas ações, prevalecendo geralmente a justificativa da “legítima defesa da honra”. Isso era possível devido a uma brecha encontrada no Código Penal de 1890. O inciso quarto do artigo 27 dessa legislação previa que não podia se considerar como criminoso “os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”. Amparados por essa lei, muitos advogados passaram a alegar que os esposos traídos haviam matado suas parceiras por estarem “fora de si”, em “estado de loucura” ou por “violenta paixão”. “A defesa procurava reforçar [...] a profunda dor que envolveu o réu no momento do crime, ressaltando sua ação irrefletida e infeliz”. Imbuídos desses argumentos e beneficiando-se de um “erro de interpretação doutrinária e pela redação excessivamente ampla dada ao dispositivo” (BORELLI, 2003, p. 3) inúmeros foram aqueles que conseguiram escapar da condenação pelos seus atos.

Gustavo foi um desses. Após matar *Ilda* em *Quem não perdôa*, ele foi levado à prisão e julgado por suas ações. Defendido pelo doutor *Rubem*, conseguiu, após catorze meses, ser absolvido e retornar ao lar. Através de um diálogo entre *Fausto*, *D. Ângela*, *Jacinto* e *Cardoso* fica evidente que o advogado utilizara a “tese da passionalidade” para atestar a suposta inocência de seu cliente:

FAUSTO (para JACINTO) - O dr. Rubem foi admirável; demonstrou, que o Gustavo delinuiu por um desvairamento de ocasião. Se não tivesse o péssimo hábito dos nossos Estados do Sul, de andar sempre com a sua faquinha de ponta na cava do colete, não se teria dado o que se deu... (ALMEIDA, 1917, p. 86).

Outro elemento possível de ser percebido na discussão dos personagens é a aparente naturalidade com que esse tipo de situação era tratada. Com evidente intenção de crítica, Júlia Lopes de Almeida narra o momento da absolvição de Gustavo. A cena caricata mostra que, ao ser inocentado por seus crimes, ele é aclamado pelos presentes na audiência, causa comoção pública e é praticamente visto como um mártir:

FAUSTO (para D. ANGELA) — O Tribunal regurgitava de povo e ao saber-se a decisão do júri toda a sala retumbou numa salva de palmas. Foi como se uma onda magnética nos tivesse envolvido a todos. Olhei então para ele: estava belo, pálido, com os olhos iluminados por um fulgor de febre, de pé, olhando de face para a multidão que o aclamava. A meu lado um velho chorava e uma senhora acenava com o lenço...
 CARDOSO (com ironia) — Ah, também estavam senhoras...
 FAUSTO (continuando) — Toda a gente se precipitou depois para abraçá-lo! (CARDOSO olha para o retrato de ILDA e abana a cabeça com pena) Enfim, foi uma apoteóse...
 JACINTO — Eu preferiria que ele não tivesse de passar por essas glórias... mas enfim, foi o seu destino (ALMEIDA, 1917, p. 86).

Além do trecho acima, uma outra passagem da peça demonstra igualmente como os crimes passionais e a própria absolvição do marido infrator eram situações vistas como rotineiras e aceitáveis. A personagem de *D. Ângela* deixa isso claro ao afirmar:

D. ANGELA—Eu, que hei de fazer?! O que passou, passou. Agora é pensar no futuro e procurar apagar da lembrança o que nos incomode... Afinal o Gustavo não é o primeiro marido que matou a mulher no Rio de Janeiro e que é absolvido! Há vários aí nas mesmas condições e muito considerados (ALMEIDA, 1917, p. 82).

Porém, a dramaturga também evidencia em sua peça a posição daqueles que não aceitavam esse tipo de crime e que se revoltavam com a simples remissão dos maridos assassinos. Na obra, quem representa esse posicionamento é *Cardoso*, um modesto funcionário de *Gustavo*, que se recusa a continuar trabalhando para o patrão diante dos últimos acontecimentos. Em uma conversa com *D. Ângela* ele defende seu ponto de vista:

CARDOSO — Perdão; mas a mim parece-me que nos aplausos que tributam hoje ao assassino há uma tremenda injúria para a assassinada, que está recebendo no túmulo maior acusação do que a que sofreu com a morte. E eu desejaria que o seu coração a lastimasse. [...]
 D. ANGELA (procurando fugir á comoção) — Ninguém desconhecia as qualidades de Ilda, mas a verdade é que ela foi vítima por um caso de honra...
 CARDOSO —A honra lava-se. A vida não se refaz! (ALMEIDA, 1917, p. 89-90).

Assim como *Cardoso*, existiam muitas pessoas, dentre eles advogados, cronistas e escritores que não viam com bons olhos a questão dos crimes de honra. No campo da literatura destaca-se Lima Barreto como “uma das primeiras vozes que se opuseram explícita e inequivocamente à absolvição ou à condenação branda dos “matadores de mulheres” (ENGEL, 2006, p. 229). Engel também cita Margarino Torres, presidente do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, como exemplo de jurista que reconhecia a “a necessidade das “penalizações” dos passionais para deter os “impulsos das paixões criminosas” presentes na sociedade e “dispensar a vingança privada” (ENGEL, 2006, p. 227). Triste e injusto fim de muitos casos reais, a impunibilidade do assassino não foi o desenlace escolhido por Júlia Lopes de Almeida para finalizar seu drama. A autora optou por vingar a morte de *Ilda* através de um outro crime, esse cometido pela mãe da falecida, *D. Elvira*. Munida de um punhal, a triste senhora vai até a casa de *Gustavo* e mata aquele que havia sido o responsável pela perda de sua filha:

D. ELVIRA— Quero que saiba que se todos o absolveram, — quem não perdôa sou eu! (bate no peito com desespero. GUSTAVO se levanta- se, D. ELVIRA mata-o com um punhal que tira da cintura, ele cai sobre o divã e ela corre á janela, abre o reposteiro com um gesto violento e grita para fora com toda a voz) Matei um homem, matei um homem honrado, matei um homem de bem! (ALMEIDA, 1917, p. 108).

O trecho descrito acima é o ápice da obra, pois contraria completamente as expectativas que existiam em torno da peça. A dramaticidade da cena é evidenciada e exacerbada pelas rubricas⁷ feitas por Júlia, que descrevem minuciosamente as ações de uma mãe desesperada por justiça e um criminoso assustado diante da constatação crua de seus erros e de sua iminente punição. Ao escrever esse impactante desfecho, Júlia fez uma opção pouco convencional. A autora poderia ter finalizado seu trabalho com um final feliz para o personagem de *Gustavo*, fazendo com que a ficção corroborasse com o que, em geral, acontecia no caso de crimes passionais reais. Dessa forma, estaria reforçando a ideia de que uma esposa adúltera, ao manchar a honra do esposo, deveria ser punida.

Porém, ao optar por castigar o assassino, ela superou a realidade representada e promoveu um outro tipo de reflexão. A morte de *Gustavo* pode ser lida como uma crítica à hipocrisia da sociedade da época, que via com naturalidade a infidelidade masculina,

⁷ Rubricas são informações escritas no texto teatral que indicam ações e intenções dos personagens, movimentos que devem ser realizados nas cenas, modo de organização dos cenários, iluminação e outros elementos considerados essenciais para a representação dramática.

mas condenava a feminina. Serve igualmente para questionar um sistema que inocentava os chamados “homens de bem” que assassinavam suas esposas em nome da honra.

Partindo desse ponto de vista, mais do que representar situações caras ao contexto do início do século XX, a peça *Quem não perdôa* desejava também interferir nessa realidade, promovendo, ao menos, uma análise crítica a respeito dos valores que eram defendidos e vistos como “corretos” no período. Atitude impetuosa, a ação de Júlia de pensar de forma diferente sobre um assunto tão polêmico não passou despercebida dos críticos dramaturgicos, os quais consideraram, em geral, suas ideias “intoleráveis” e “absurdas”. Aclamada ou rechaçada, a peça teve um mérito ao qual não se pode negar: possibilitou a discussão sobre os crimes passionais a partir de uma nova perspectiva e levantou o questionamento sobre situações reais do contexto, que precisavam, no mínimo, serem repensadas.

Considerações finais

A literatura enquanto fonte, apresenta-se para historiadores e historiadoras como material de inestimável riqueza. Seja em forma de prosa, seja através de um roteiro dramaturgico, esse tipo obra é um registro privilegiado de uma dada época. Porém, seu uso, não deve ser feito de forma simplista ou indiscriminada. Autores de obras ficcionais por pertencerem a um contexto, tendem, muitas vezes, a representar dados do real em suas produções. No entanto, isso não significa que devemos ler uma obra literária esperando encontrar nela a fiel representação de uma realidade. Fazer isso seria exigir de uma produção algo com a qual ela não se compromete. A ficção não é registro fidedigno de contextos e não pretende comprovar que determinados eventos ocorreram ou não. Ela é antes uma mistura de elementos reais e de aspectos imaginados.

A obra *Quem não perdôa*, analisada nesse artigo, nos ajuda a melhor entender esta situação. A autora representou nesse drama situações que eram relativamente comuns em sua época – problemas matrimoniais, infidelidades e crimes passionais. Sua narrativa estava, portanto, ancorada em aspectos de uma realidade vivida. Porém, por se tratar de um material literário, ela não se limitou a simplesmente descrever o que via na sociedade de seu período. Ela permitiu-se imaginar e criar situações que não necessariamente existiram ou poderiam de fato acontecer.

Sua obra nem por isso é falsa ou sem valor. Muito pelo contrário, ela apenas precisa ser compreendida a partir daquilo que a caracteriza. Mesclando do real e do

inventado, a peça de Almeida trouxe à tona questões que eram controversas e polêmicas para a sociedade da época. Mesmo sendo uma obra ficcional, certamente incomodou e incitou reflexões entre o público que teve a oportunidade de apreciá-la nos palcos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

Fontes

Literatura

ALMEIDA, J. L. Quem não perdôa. In: ALMEIDA, J. L. *Teatro*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/982>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

ASSIS, M. Notícias da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/355080/mod_resource/content/1/machado.%20instinto%20de%20nacionalidade.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

Legislação

BRASIL. Decreto n. 847 – de 11 de outubro de 1890. Ementa da lei. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em 31 ago. 2021.

Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “*O dote é a moça educada*”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. *Tese* (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22525>. Acesso em 31 ago. 2021.

AGUIAR, Flávio. *A comédia nacional no teatro de José de Alencar*. São Paulo: Ática, 1984.

AGUIAR, Mariana de Araújo. O teatro de revista carioca e a construção da identidade nacional: o popular e o moderno na década de 1920. 2013. *Dissertação* (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/dissertacao_mariana-aguiar-1. Acesso em: 05 set. 2020.

AMED, Jussara Parada. Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. SP: São Paulo, 2011, p.1-13. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300931506_ARQUIVO_TextoparaANPUHJussaraP.Amed.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

AMED, Jussara Parada. Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08102010-163035/pt-br.php>. Acesso em 31 ago. 2021.

BORELLI, Andrea. A tese da passionalidade e os Códigos Penais de 1890 e 1940. Anais do XXIII Simpósio Nacional De História. João Pessoa. Anais [...] PB: João Pessoa, 2003, p. 1-8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_d91bd045e8fef4a09311a7a770d77cc1.pdf. Acesso em 30 ago. 2023.

BRANDÃO, Tânia. Teatro brasileiro do século XX: as oscilações vertiginosas. *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 301-335, 2001. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=10622>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CELESTINO, P. A pedra do caminho: relações entre homens de letras e o teatro popular na Primeira República. *Contraponto - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*, Teresina, v. 8, n. 1, p. 119-142, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download/9509/5509>. Acesso em 30 ago. 2023.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2ª ed., 2002.

COSTA, M. M. Uma dramaturgia eclética. In: FARIA, J. R. (Dir.). *História do Teatro Brasileiro, volume I: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX*. São Paulo: Perspectiva/Edições SESCSP, 2012.

DEL PRIORE, M. *História do amor no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ENGEL, M. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGEL, M. Relações de gênero, violência e modernidade nas crônicas cariocas. In: SILVA, G. V.; NADER, M.B.; FRANCO, S.P (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 220-234.

FANINI, M. A. *A (in)visibilidade de um legado: seleta de textos dramaturgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2016.

FARIA, J. R. O teatro realista. In: FARIA, J. R. (Dir.). *História do Teatro Brasileiro, volume I: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX*. São Paulo: Perspectiva/Edições SESCSP, 2012.

FRANÇA, J. M. C. *Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro Oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

LOPES, Márcia dos Santos. O gênero feminino e a honra, em Júlia Lopes de Almeida. *Revista Trama*, Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 13, p. 1-14, jan.-jul. 2011.

MACHADO, R. S. História e Poesia na Poética de Aristóteles. *Mnme-Revista de Humanidades*. Rio Grande do Norte, v.1, n.1, ago.-set. 2000.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, n. 14, p. 31-45, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 230 ago. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. EXO Experimental / Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 75-80, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/4twWJzZKqthNjSyHxVnwtTP/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

REIS, Angela.; MARQUES, Daniel. A permanência do teatro cômico e musicado. In: FARIA, J. R. (Dir.). *História do Teatro Brasileiro, volume I: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX*. Paulo: Perspectiva: Edições SESCSP, 2012, p. 321-334.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. *Sopro – panfleto político cultural*, Florianópolis, p. 1-4, ago. 2009. Disponível em: <https://www.culturaebarbarie.org/sopro/n15.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

VERONA, Elisa Maria. *O casamento, “uma instituição útil e necessária”*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103098>. Acesso em 30 ago. 2023.

VERONA, E. M. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

**INFÂNCIAS REFUGIADAS: MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E IDENTIDADE
MIGRATÓRIA NO PATRIMÔNIO CULTURAL (VENEZUELA – BRASIL,
2015-2020)**

**REFUGEE CHILDHOODS: MEMORY, FORGETFULNESS, AND
MIGRATORY IDENTITY IN CULTURAL HERITAGE (VENEZUELA -
BRAZIL, 2015-2019)**

Janaina Cardoso de Melo¹

Resumo

O artigo objetiva analisar as tensões entre a memória e o esquecimento, o trauma e a valorização das heranças culturais que constituem elementos importantes para a formação identitária das crianças que compõem os refugiados venezuelanos no Brasil no período de 2015 a 2020. No estudo dos fluxos migratórios no Brasil foram acessados instrumentos quali-quantitativos da parceria entre Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública e Comitê Nacional para os Refugiados, gerando relatórios, cartografias e documentos estatísticos anuais, além de documentos da UNESCO e UNICEF. A metodologia, além da revisão bibliográfica, analisa imagens e falas de crianças venezuelanas refugiadas na perspectiva da Sociologia das Emoções em diálogo com a Educação Patrimonial, tendo como resultados as artes na continuidade histórica do pertencimento venezuelano.

Palavras-chave: Memória, Esquecimento, Educação Patrimonial, Refugiados, Infância.

Abstract

The article aims to analyze the tensions between memory and forgetting, trauma and the valorization of cultural heritages that constitute important elements for the identity formation of the children who make up the Venezuelan refugees in Brazil in the period from 2015 to 2020. In the study of migratory flows in Brazil, quali-quantitative instruments of the partnership between the Observatory of International Migrations were accessed; Ministry of Justice and Public Security and National Committee for Refugees,

¹ Pós-Doutoranda em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

generating reports, cartographies, and annual statistical documents, as well as documents from UNESCO and UNICEF. The methodology, in addition to the bibliographic review, analyzes images and speeches of Venezuelan refugee children from the perspective of the Sociology of Emotions in dialogue with Heritage Education, resulting in the arts in the historical continuity of Venezuelan belonging.

Keywords: Memory, Forgetfulness, Heritage Education, Refugees, Childhood.

Introdução

Ao longo da história conflitos políticos entre estados nacionais, contextos autoritários e/ou ditatoriais, atentados terroristas, guerras, crises econômicas e climáticas têm gerado crises humanitárias de imensas proporções obrigando várias pessoas ao abandono de suas casas, empregos, redes de sociabilidades e raízes culturais para buscar um recomeço em um outro território, com idioma, tradições e inserções muito distintas daquelas às quais estavam familiarizadas.

Os estudos dos fluxos migratórios no Brasil têm se consolidado nas últimas décadas com a incidência de mais instrumentos quali-quantitativos produzidos pela parceria entre Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública e Comitê Nacional para os Refugiados, gerando relatórios, cartografias e documentos estatísticos anuais, utilizados como fontes nesse trabalho.

O acompanhamento e análise dos dados levantados permite identificar além dos fluxos migratórios, origens e destinos, sobretudo, elaborar proposições de políticas públicas visando a integração socioeconômica e a salvaguarda das memórias relativas às identidades e patrimônios culturais principalmente das crianças que ingressam em um novo país e têm que lidar, dentre todas as adversidades, com o esquecimento e os traumas do desterro.

A pesquisa partiu das indagações: Quais os efeitos das migrações sobre as relações identitárias das crianças com seu passado cultural? De que modo no processo de formação da memória, que compreende da infância à adolescência, o esquecimento pode gerar invenções de tradições não vividas em sua terra natal? Quais os prejuízos para o patrimônio cultural venezuelano, a médio e longo prazo, com a evasão de parte significativa de sua população em idade infantil? Quais projetos referentes à salvaguarda

da memória do patrimônio cultural venezuelano podem ser desenvolvidos com as crianças refugiadas em território brasileiro?

As hipóteses no texto são: a) as migrações, principalmente de crianças, possuem efeito devastador nas continuidades do pertencimento cultural, uma vez que são muito pequenas e suas personalidades vivenciam um conflito maior na formação identitária; b) os esquecimentos atuam como instrumentos psicológicos para amenizar a dor da separação do lugar de origem, dos traumas e recriam novos contextos de alívio e afetividade no trato com a saudade e a continuidade possível, construindo memórias menos dolorosas e mais utópicas; c) são imensos os riscos para a Venezuela relacionados à perda de memórias, tradições e patrimônios culturais material e imaterial, em razão de conflitos políticos, decadência socioeconômica e grandes fluxos de êxodo demográfico, mormente dos mais novos, que são suportes do pertencimento no futuro; d) Fundamentados no afeto e nas artes visuais, projetos que invistam na relação cultura, lúdico e emocional têm mais chances de sucesso na salvaguarda da memória do patrimônio cultural venezuelano.

O artigo propõe como objetivo principal analisar as tensões entre memória e esquecimento, trauma e valorização das heranças culturais que constituem as heranças identitárias das crianças que compõem os refugiados venezuelanos no Brasil no período de 2015 a 2020.

Um conceito introdutório para pensar quem são, de onde provêm, em quais condições se encontram e por quais razões são forçados à mobilidade dos fluxos migratórios está presente na argumentação de Saadeh e Eguchi (2021) para quem:

Homens, mulheres e crianças, a cada instante, são obrigados a fugir do lugar onde residem habitualmente, com receio de perderem a própria vida, a segurança e a liberdade em razão de guerras, perseguições, discriminações, intolerâncias etc. Estas pessoas, vítimas de violação de direitos humanos, são os refugiados.

A primeira parte do século XX foi marcada por duas grandes guerras mundiais impulsionando grandes fluxos de mobilidade populacional do continente europeu para o continente americano. Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Brasil foram países receptores de europeus que construíram novas trajetórias de vida, memória e cultura em suas geografias.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, contudo, observamos uma explosão de migrações da África e do Oriente Médio (questões territoriais), da Albânia (questões econômicas), do Afeganistão (questões religiosas e políticas) e Repúblicas da ex-

Iugoslávia (questões étnicas). E dentre as migrações dos povos africanos e asiáticos, 80% são mulheres e crianças (SAADEH; EGUCHI, 2021).

Em entrevista à revista “Ciência Hoje”, o geógrafo Heliom Póvoa Neto afirmou:

Desde a Segunda Guerra, quando foi criado pelas Nações Unidas o conceito de refugiado², este é o momento com mais refugiados. São mais de 60 milhões de deslocados à força no mundo, por guerras, conflitos etc. Essa crise tem a ver com conflito da Síria, do Afeganistão, da África (*apud* DAHER, 2020).

Comparado aos outros países da América do Sul, à exemplo da Colômbia e do Equador, em quantidade total e em termos relativos, considerando a demografia, a quantidade de estrangeiros no Brasil, somando imigrantes econômicos e refugiados, não perfaz 1% de sua população, ou seja, não contabiliza dois milhões de estrangeiros. A migração interna de brasileiros entre regiões e estados é mais expressiva. A emigração de brasileiros para o exterior é maior do que o quantitativo de estrangeiros no Brasil (PÓVOA NETO *apud* DAHER, 2020).

Todavia, nos últimos anos um grande volume de venezuelanos ingressou no território brasileiro, demandando ações de socorro emergencial no que diz respeito ao provimento de alimentação, cuidados de saúde, oferta de abrigo e regularização de documentos, além de um planejamento de políticas públicas para sua mobilidade interna e qualificação (incluindo aprendizado da língua portuguesa) para acesso a emprego e renda.

No Brasil, a Lei n. 9.474, de 22.7.1997, se constituiu como um Estatuto do refugiado, contém as seguintes prerrogativas:

Artigo 1º - Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Artigo 2º - Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em Território Nacional (*apud* SAADEH; EGUCHI, 2021).

² O conceito de refugiado criado no pós-II Guerra Mundial foi firmado na Convenção do Estatuto dos Refugiados de 1951, sendo considerada a Carta Magna ao estabelecer, em caráter universal, o conceito de refugiado bem como seus direitos e deveres; entretanto, definiu o termo “refugiado” de forma limitada temporal e geograficamente (em decorrência de episódios ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, na Europa). Em razão das limitações temporal e geográfica foi estabelecido, em 31 de janeiro de 1967, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados para ampliar o alcance da definição de refugiado. Tais limitações foram suprimidas pelo artigo 1º, item II, do referido instrumento, cabendo a cada Estado-Parte formular ou não reservas (SAADEH; EGUCHI, 2021).

Temporalidade recente, as reportagens em veículos de comunicação *online* trazem falas, experiências, denúncias e imagens de quem busca um futuro melhor enfrentando as adversidades de ser estrangeiro em abrigos que se lhes oferta proteção, por outro lado, não consegue contemplar o desenvolvimento integral dos seres humanos que ali aguardam uma nova vida.

Compreendendo a identidade cultural e a salvaguarda de tradições e memórias como um direito humano, pretendeu-se refletir nesse escrito, com a devida acuidade, sobre as relações da infância em situação de refúgio em terras estrangeiras, assunto ainda incipiente nas pesquisas no campo da Educação Patrimonial.

O patrimônio cultural de uma localidade (seja um micro ou macro espaço, caracterizado por municípios, distritos, estados, regiões ou países) somente “será preservado se os membros da comunidade o reconhecerem como tal e se expressarem o sentido de pertencimento” (PELEGRINI, 2018, p. 90). Tanto os instrumentos legais de registro e proteção institucionais, quanto as pesquisas acadêmicas não são suficientes para garantir sua manutenção sem o envolvimento e compromisso da população que o imagina, o produz, o experimenta e o salvaguarda.

A relação das pessoas com a cultura e sua “patrimonialização” é alimentada não apenas pelo nascimento e convívio, mas pela afetividade de reconhecer o enraizamento naquele “território de culturas”, encontrar uma autorreferência de si, para que se possa valorizar e desejar sua preservação das intempéries do tempo. Assim, a Educação Patrimonial é importante para instrumentalizar as pessoas nos usos de seu passado no presente e como herança para o futuro.

Como ressaltaram Zarbato e Rodrigues (2022, p. 265) “ao se falar de patrimônio afetivo, é fundamental que o olhar seja voltado para a compreensão dos significados, simbolismos e representatividades movidas por determinados locais para a sua comunidade”. Assim, o diálogo do patrimônio cultural e da Educação Patrimonial pelo afeto imiscuindo artes visuais, memórias e saudade, insere-se no campo da Sociologia das Emoções, uma vez que

[...] as experiências emotivas perpassam a vida dos indivíduos, desde seus comportamentos na família, na escola, no trabalho ou até mesmo na política, e produzem, simultaneamente a essas experiências, “regras de sentimento” que podem ser definidas como normas de conduta padrão que devem ser seguidas em diferentes contextos sociais (HOCHSCHILD, 2003 *apud* MONTI, 2019, p. 26).

Teóricos da Sociologia têm se dedicado ao estudo da expressão dos sentimentos nos contextos sociais, frente ao duelo de forças entre racionalidades que beiram à insensibilidade e à desumanização e, por outro lado, a exacerbação afetiva transpassada por manipulações das emoções como forma de indução, opressão e dominação. Destarte, Illouz (2009 *apud* MONTI, 2019, p. 32) ressalta que

[...] as emoções são entidades carregadas de energia, que conferem “cor” a ação, entretanto, tal constatação apenas é possível ser realizada se se compreende as emoções menos como fatores individuais e psicológicos e mais como relações culturais e sociais que se interpenetram, “colorindo” as ações devido à uma série de estímulos culturais.

A cultura e as relações humanas com o patrimônio cultural através do afeto, dos sentimentos de pertencimento e saudade, entre memórias e esquecimentos, produzem ações e reações nos refugiados, principalmente nas crianças e se manifesta de forma contundente em seus desenhos. A expressão artística é um condutor de emoções e nesse caso, carregada de uma bagagem social.

O texto, além da parte introdutória e das considerações finais, apresenta-se estruturado em quatro itens: “*Venezuela e seu tenso contexto político-econômico*” com um breve relato político e socioeconômico do país, explicando os motivadores dos pedidos de asilo para imigrantes em outros países, principalmente no Brasil com a distribuição quantitativa por estado; em “*Lágrimas de saudade: relatos das crianças venezuelanas no Brasil*” as histórias pessoais de crianças e adolescentes de 5 a 16 anos são reportadas em suas apreensões, expectativas e busca por adaptação em um novo território, mas sem esquecer a geografia de origem personificada em desenhos e na “saudade” que manifestam; o subtítulo “*Memória e esquecimento na infância: como compartilhar heranças culturais do não vivido?*” traz conceitos sobre memória, lembrar, esquecer e saudade e, por fim, “*Visões do amanhã sem perder os elos com o passado cultural*” aborda a questão das culturas, das tradições lembradas, do patrimônio cultural e sua transmissão ao longo dos tempos.

Venezuela e seu tenso contexto político-econômico.

Localizada na costa norte da América do Sul, a Venezuela, cuja capital é a cidade de Caracas, compreende uma área territorial com 916.445 km². Suas fronteiras são delimitadas a norte com o Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e

ao leste com a Guiana, com uma população estimada, no censo de 2015, em 31.703.499 habitantes (SILVA, 2023, p. 21).

Colonizada pela Espanha de 1522 a 1811, quando declarou sua independência, a Venezuela vivenciou ao longo do século XX até meados do século XX várias crises políticas autoritárias com a presença de “caudilhos” concentrando terras, riquezas e poder, além de reprimirem violentamente manifestações populares de contestação à ordem estabelecida (NEVES, 2010, p. 31-32).

A presidência do caudilho general Cipriano Castro, iniciada em 1899 através de um golpe militar, reflete essa realidade. Seu discurso de “restauração” da ordem e “renovação” não se expressou nas práticas de seu governo marcado por corrupção e repressão. O ano de 1902 foi marcado pela negação ao pagamento da dívida externa e por conflitos com os interesses da empresa New York and Bermudez Co. Tais ações provocaram a queda de Castro, em 1908, o rompimento de relações diplomáticas pelos EUA e a imposição de Juan Vicente Gómez para a presidência, visando reestabelecer os interesses estadunidenses no país (WASSERMAN, 1992, p.58).

Gómez cumpriu seu papel de subserviência aos interesses estadunidenses ao apoiar a expansão dos interesses daqueles na Venezuela, eliminando as liberdades públicas, fazendo uma revisão das negativas do governo deposto, e em 1913, executando um golpe para se sobrepôr às eleições e se perpetuar no cargo. Essa disputa por poder no país se vincula à exploração do petróleo com os ingleses em 1878 e na pauta dos EUA desde 1917 (WASSERMAN, 1992, p.58).

Com as crescentes manifestações contra o governo, principalmente na década de 1930, reivindicando a libertação de presos políticos, com manifestações estudantis, greves operárias, formação de movimentos inspirados pelo socialismo e a fundação da “*Junta de Liberación de Venezuela*”, em Paris, em 1929, coadunavam-se com o declínio do modelo econômico de exportação de matérias primas (WASSERMAN, 1992, p.59-60).

Deve-se salientar a influência dos Estados Unidos na América Latina, buscando garantir seus interesses de controle político e econômico da região perpassa uma história de apoios em intervenções e conspirações que fomentaram várias ditaduras militares. Com as revoltas contra ditatoriais e o medo de estados insurreccionais, a partir da década de 1970, os EUA mudam seu posicionamento e passam a proclamar a necessidade de liberdade, democracia e garantias dos direitos individuais (GUAZZELLI, 1993, p.85).

A partir de 1958, governos democráticos buscaram sua consolidação no país, favorecidos pela bonança gerada pela alta do petróleo que acelerou o processo de urbanização, elevou salários e a qualidade de vida, contudo aumentando a dívida externa. Esse panorama de progresso e fortalecimento da burguesia viu seu colapso com a crise internacional do petróleo nos anos de 1980.

As décadas de 1980 e 1990 se transformaram em um caldeirão de pólvora com o insucesso das medidas econômicas, resultando em várias crises políticas, à exemplo dos motins de “*Caracazo*” de 1989, duas tentativas de golpe em 1992, e o *impeachment* do presidente Carlos Andrés Pérez por desvio de fundos públicos em 1993 (WASSERMAN, 2013).

Incompetência administrativa, corrupção e aumento da pauperização foram o estopim para que Hugo Chávez ganhasse força e confiança. Isso é explicado pelo rompimento dos pactos anteriores, pelas insatisfações com o declínio da qualidade de vida, as decepções nos partidos tradicionais e os medos coletivos. Assim, a população

[...] na busca de soluções, passa a acalentar certas valorizações não democráticas anteriormente contidas, como a justificação de golpes militares e a aclamação de líderes autoritários, pondo em perigo a continuidade da democracia ou, no melhor dos casos, convertendo-a em simples fachada (ALMAO, 2005, p. 131).

Cunhando o conceito de “Revolução Bolivariana” ao aprovar a nova constituição em 1999, Hugo Chávez assumiu poderes plenos sob o viés de uma “ditadura socialista”, respaldada nos privilégios concedidos às forças armadas que sustentaram sua permanência na presidência e de seu sucessor. Com a morte de Chávez em 2013, Nicolás Maduro assumiu a presidência após vencer um pleito eleitoral “sob suspeitas” de observadores externos (NEVES, 2010 p. 65; BARROS, LIMA, CARNEIRO, 2022).

A reeleição de Maduro, em maio de 2018, não foi reconhecida pela oposição e por grande parte da comunidade internacional, gerando protestos, repressões e novas tentativas de golpe. O país tem enfrentado uma crise socioeconômica e política grave, com hiperinflação, escassez de produtos básicos, alta criminalidade, censura da imprensa e proliferação da pandemia de Covid19 durante 2020 e 2021, com alta incidência de mortalidade (BARROS, LIMA, CARNEIRO, 2022).

Ao longo desse período de conturbadas relações diplomáticas entre Venezuela e EUA, embargos e ameaças, ausência de liberdades, carestia profunda, desemprego, decadência de serviços de saúde e educação, abismo socioeconômico, desvalorização monetária e violências de toda a sorte empurraram parte da população venezuelana para

fora de seu país, quer para a proteção de suas vidas, quer pela fome, doença e desespero em busca de um horizonte melhor para adultos e crianças.

Os números levantados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em conjunto com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estimam em mais de 3 milhões o quantitativo de venezuelanos migrantes e refugiados no mundo. A América Latina e o Caribe têm sido o destino de aproximadamente 2,4 milhões, distribuídos da seguinte forma: mais de 1 milhão acolhidos na Colômbia, 500 mil no Peru, 220 mil no Equador, 130 mil na Argentina, 100 mil no Chile, 85 mil no Brasil e no Panamá concentram-se 94 mil (EGAS, 2018, p.32).

Entre 2015 e 2019 o Brasil recebeu 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária provenientes da Venezuela. Eram migrantes que ingressaram no território nacional pela fronteira norte do Brasil, no estado de Roraima, e se concentraram nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do Estado.

Para acolher parte dessa população, 11 abrigos oficiais foram criados em Boa Vista e dois em Pacaraima. Eles são administrados pelas Forças Armadas e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Mais de 6,3 mil pessoas, das quais **2,5 mil são crianças e adolescentes**, vivem nos locais. Estima-se que quase 32 mil venezuelanos morem em Boa Vista. Projeções das autoridades locais e agências humanitárias apontam que 1,5 mil venezuelanos estão em situação de rua na capital, entre eles, quase 500 têm menos de 18 anos de idade (UNICEF, 2019, grifo nosso).

Os dados do ACNUR revelam números ainda mais preocupantes, pois da população venezuelana no Brasil, estima-se que 9.583 sejam crianças em situação de vulnerabilidade e destas, 8.306 estejam em idade escolar (UNICEF, 2019).

Em reportagem feita para a BBC News Brasil, Nathalia Passarinho (2019), informa sobre diversos casos de crianças de 7 a 17 anos, desacompanhadas dos pais, que cruzam as fronteiras entre Venezuela e Brasil. Algumas, pela segunda vez, por viverem em situação de maus tratos, com hematomas pelo corpo, tentam de forma desesperada uma mudança de vida. Outras, são meninas de 13 a 16 anos que chegam acompanhadas de “supostos maridos” com diferenças discrepantes de idade, onde se percebe coação e medo. Muitas já grávidas dos homens mais velhos, são encaminhadas para abrigos para serem protegidas e receberem acompanhamento psicológico.

De acordo com Jacqueline Raffoul (2020, p.378) a definição de criança, em consonância com a legislação internacional se remete ao artigo 1º da Parte 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) que “considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade

com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes”. Na circunscrição nacional, o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) considera criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Jacqueline Raffoul (2020, p.387) em sua pesquisa com famílias venezuelanas nos abrigos de Roraima relatou que apesar das necessidades básicas serem atendidas (vacinação na fronteira, alimentação diária nos abrigos e algumas aulas de língua portuguesa) o quadro geral é de indignidade para com os refugiados: mendicância, exploração do trabalho, desnutrição, dificuldade de acesso aos medicamentos, conflitos com brasileiros, prostituição pela falta de emprego, situações que afetam diretamente as crianças desse contexto.

Frente às denúncias de risco e descaso com situações de precariedade que exigiam medidas humanitárias, principalmente tratando-se de crianças e adolescentes saídos da Venezuela sem a presença dos pais, a Defensoria Pública da União, o Ministério da Cidadania, Conselho Tutelar, organizações da sociedade civil e agências internacionais foram acionadas.

Após decisão judicial interlocutória, proferida em 13 de Setembro de 2019 nos autos do processo de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual em Roraima, foi determinada a interrupção nos serviços de recepção e acolhimento de adolescentes desacompanhados nos abrigos públicos estaduais, feminino e masculino, e instruída às estruturas da Operação Acolhida em Roraima o acolhimento temporário de crianças e adolescentes venezuelanos devido à superlotação dos abrigos estaduais (ACNUR, 2019).

O relatório da ACNUR com os dados de 2020, revela que as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil mantêm a Venezuela como o principal país de onde provêm 60,2% dos pedidos, seguida pelo Haiti com 22,9% e Cuba com 4,7% (SILVA *et ali*, 2021, p. 10). Destas solicitações, 5.880 buscavam contemplar menores de 15 anos e 4.307 abrangem a faixa etária de 15 a 24 anos (SILVA *et ali*, 2021, p.14).

Ressalte-se ainda que dentre os países de naturalidade das solicitações de refúgio (Haiti, Cuba, China, Angola, Bangladesh, Nigéria, Senegal, Colômbia, Síria e outros), a Venezuela é a que compreende o maior número de pedidos para menores de 15 anos (SILVA *et ali*, 2021, p. 15).

Os dados do “Atlas da Venezuela” (Quadro 1), elaborado pelo Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP), revelam que se no início dos anos 2000 havia um quantitativo menor de ingresso de venezuelanos no território brasileiro, entre

2019 e 2020 houve o adensamento dessa entrada. A Região Norte testemunhou a alteração de 22 registros para 34.819 confirmações de residência, a Região Sudeste viu a elevação de 117 residentes para 1.305, a Região Centro-Oeste ampliou seus números de 184 a 1.073, a Região Sul expandiu o quantitativo de 69 para 347 e a região com um menor índice, porém ainda assim, com aumento de residentes venezuelanos em situação de refúgio foi a Região Nordeste que viu seus registros crescerem de 11 para 92.

Quadro 1: Distribuição de Refugiados por residência nos estados e regiões (2000-2020)

UF de Residência	2000-2019	Dez./2019-jan./2020
Rondônia	0	182
Acre	1	3
Amazonas	10	7.979
Roraima	6	26.614
Pará	4	34
Amapá	0	3
Tocantins	1	4
Região Norte	22	34.819
Maranhão	0	5
Piauí	1	1
Ceará	3	42
Rio Grande do Norte	2	2
Paraíba	0	9
Pernambuco	1	8
Alagoas	0	0
Sergipe	0	3
Bahia	4	22
Região Nordeste	11	92
Minas Gerais	9	51
Espírito Santo	2	7
Rio de Janeiro	60	312
São Paulo	46	935
Região Sudeste	117	1.305
Paraná	49	230
Santa Catarina	9	82
Rio Grande do Sul	11	35

Região Sul	69	347
Mato Grosso do Sul	0	8
Mato Grosso	6	35
Distrito Federal	157	970
Goiás	21	60
Região Centro-Oeste	184	1.073
Indefinido	0	16
Total	403	37.652

Fonte: BAENINGER *et ali.*, 2020, p.34.

Essa distribuição geográfica no Brasil representa a escolha dos destinos percebidos com maior oferta de emprego e renda, quer no setor industrial como o Pará (26.614), Amazonas (7.979), São Paulo (935), Rio de Janeiro (312), Paraná (230), quer o Distrito Federal (970) enquanto capital político-administrativa, vista como um centro de decisões, oportunidades e possibilidade de agilizar a documentação.

O número de solicitações manteve-se em estado ascendente contínuo, após uma oscilação negativa verificada no ano de 2016. Em 2020, o total de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado reduziu-se drasticamente, devido ao contexto da pandemia de Covid-19, retornando a um total de 28.899 solicitações em um ano, volume inferior ao observado para o ano de 2017 (SILVA *et ali.*, 2021, p. 35).

Entretanto, a pandemia acirrou ainda mais os problemas de emprego e renda junto às populações mais pobres em todos os países, logo, esperava-se que com a estabilização das mortes, contágios e adoecimentos, o número de venezuelanos atravessando as fronteiras brasileira em busca de refúgio voltasse a aumentar.

Infelizmente, em sua maioria, governos e segmentos sociais mais abastados das sociedades, que concentram grande parte das riquezas de um país, não se solidarizaram com os sofrimentos dos mais vulneráveis.

Lágrimas de saudade: relatos das crianças venezuelanas no Brasil

Convidado para integrar o projeto “*La Jornada – A resiliência do povo venezuelano em busca de refúgio no Brasil*”, coordenado pela professora Rosana Baeninger da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o fotógrafo Chico Max não apenas produziu as imagens dos refugiados venezuelanos no Brasil, como

compartilhou as histórias dos sujeitos retratados e dentre essas chama a atenção as narrativas das famílias com crianças.

Assim, ganha visibilidade a história de Dr. Oswaldo que toca harpa em praças e bares em companhia de sua filha caçula de 12 anos que toca *cuatro* (um violão venezuelano de quatro cordas). Ele era juiz na Venezuela, mas suas decisões de ofício ao desagradarem os interesses políticos locais resultaram no assassinato de seu filho mais velho, com 24 anos, no incêndio de seu carro e ameaça de morte para ele e sua família. Solicitou asilo político ao Brasil, vindo para a cidade de Boa Vista, onde terminou trabalhando como auxiliar de mecânico em trabalho semiescravo. Agora sobrevive com a família do que consegue arrecadar ao compartilhar a musicalidade de sua terra natal, herança cultural transmitida de pai para filha e que sobrevive em terras brasileiras (MAX, 2018, p.14).

Já o relato de Maria Alexandra, uma imigrante venezuelana que veio para o Brasil com a filha e os netos, é transcrito por José Carlos Pereira e Miguel Ahumada (2018, p. 16-18) do Centro de Estudos Migratórios-Missão Paz. Maria Alexandra e sua família passaram fome, frio e dormiram na rua até cruzarem a fronteira e chegarem à Boa Vista. Nesta cidade a hostilidade dos brasileiros contra os imigrantes do país vizinho estava em um dos seus piores momentos e além de agressões verbais, havia confrontos físicos, havia medo. Desejosa por escapar de mais aquela situação difícil, trabalhou com a filha vendendo *cascalas* (*cascorão*) ou *torrejas* (tortilhas feitas com farinha de trigo, ovo e açúcar) e *arepas* nas ruas e mercados até que seus pés inchassem. Com os proventos do esforço conseguiu enviar a filha e os netos para a cidade de São Paulo, onde mais tarde com eles se reuniu na Casa do Migrante. Sua filha já estava trabalhando com carteira assinada e seus netos na escola. Maria Alexandre também conseguiu um trabalho cujo salário não é muito alto, mas lhe permite ajudar nas despesas. Da saudade da terra-mãe surgiu sua participação ativa no Programa de Rádio na *Web Radio Migrantes de la Misión Paz*, onde fala sobre cultura, arte e culinária na Venezuela. A cultura tradicional continua sendo transmitida aos outros migrantes venezuelanos.

A imagem 1, captada pelas lentes fotográficas de Chico Max, mostra crianças “sendo crianças”, em cima da grande árvore ou ao seu redor, fazendo pose, com sorrisos, caretas, braços abertos para abraçar o mundo e um destino melhor. Suas raízes, diferentemente da árvore na fotografia, são móveis, pois carregam-na dentro de si nos processos de mobilidade aos quais são impelidas pela necessidade de sobrevivência.

Imagem 1 – Crianças Venezuelanas nas imagens da Exposição “La Jornada – Imigrantes da Venezuela em Roraima” (Observatório das Migrações de São Paulo/NEPO-UNICAMP)



Fonte: Fotografia Chico Max, 2019 In BAENINGER *et ali.*, 2020, p.16.

Tão pequenas e já muito conscientes dos percalços vivenciados. Seus relatos são um misto de demandas com desabafo de tristeza, saudade, dificuldades e alguma esperança.

Diego Hernández, de 10 anos, está com a mãe no abrigo BV8, mantido pela Operação Acolhida, em Boa Vista. Muito consciente, ele expressa suas necessidades de forma coletiva “Queremos chinelos e roupas para sermos crianças limpas. Quando as crianças não têm roupa, elas se sentem tristes” (CIEGLINSKI, 2019).

Sophia Valentina Curapiaca, 5 anos, está com a mãe e os irmãos em Pacaraima, esperando para reunirem-se todos com seu pai que já está em São Paulo. A menina gosta de jogar *pelota* (bola) e desenhar, mas afirma com tristeza: “Aqui não tenho amigos, meus amigos ficaram na Venezuela. Mas brinco com meus irmãos” (CIEGLINSKI, 2019).

Juan Carlo, de 12 anos, que veio com a família da Venezuela e hoje vivem em Boa Vista (RR) assegurou “Eu gosto do Brasil e quero seguir uma vida nova com a minha família, mas também tenho saudade da Venezuela. O idioma é muito diferente. E aqui no Brasil as mangas também são diferentes. Na Venezuela são mais doces e saborosas” (REDAÇÃO, 2021).

O venezuelano Yubriedy, de 7 anos, que hoje vive em Boa Vista, Roraima, relatou “Minha mamãe estava aqui e eu tinha saudades dela. Vim de ônibus e caminhei muito na

‘trocha’, o caminho ilegal. Depois pegamos outro ônibus. Foi muito longe” (REDAÇÃO, 2021).

Juan chegou pela segunda vez ao Brasil, em 2018, sozinho, no Centro de Triagem do Ministério do Desenvolvimento Social, em Pacaraima. Estava cansado, com fome, com machucados pelo corpo. Da primeira vez conta que o devolveram ao Conselho Tutelar da Venezuela e este para seus pais com quem vivia pelas ruas em Santa Elena de Uiarén, sob maus tratos e escassez de alimentos. “Me negavam comida” disse. Agora está em um abrigo, sob os cuidados da legislação brasileira (PASSARINHO, 2019).

Mariana, com 16 anos, chegou grávida, assustada, silenciosa, na companhia do “suposto marido” José, de 34 anos. Com histórias cheias de lacunas e sem vínculo afetivo, onde só o homem falava, a menina foi encaminhada o Conselho Tutelar de Pacaraima, para que fosse acolhida num abrigo de menores (PASSARINHO, 2019).

Nas paredes escritório dos defensores públicos que atendem aos venezuelanos que pedem refúgio no Brasil estão dezenas de desenhos feitos pelas crianças, expressando sonhos, desejos, saudades.

Para além da pedra e cal, do tangível, o patrimônio cultural sobrevive nas pessoas que são sensibilizadas por suas materialidades e intangibilidades. As memórias que constituem ao longo de suas vidas estão permeadas de histórias e referências culturais, desde o modo de fazer um prato de comida tradicional até os sentimentos que a estatuária de uma praça consegue evocar nas pessoas.

O modo como as relações sociais, inter cruzadas pelas questões políticas e econômicas, impactam as emoções incidindo na atribuição de valor e significado à realidade e à construção identitária cultural de crianças e adolescentes não separa a experiência do desterro, dos conflitos entre memória e esquecimento, do refúgio em um novo país, das rememorações e ressignificações culturais, uma vez que a relação com o patrimônio cultural material e imaterial é subjetiva. Estes se constituem em referências predominantemente a partir das operações afetivas e não da racionalidade cognitiva (KOURY, 2004).

Ao pensar em uma pedagogia dos afetos e da saudade, a forma como remontamos ao passado não é primeiramente historiográfica, mas subjetiva, mediada por nossas experiências, por nossa imaginação, pelos tons dados ao já experimentado no comparativo com o tempo presente.

Narrativas que exercem a função de construir um passado para os que vivem no presente, preenchendo assim uma necessidade humana de orientação, de

localização no tempo, narrativas fundamentais para a construção das identidades individuais ou coletivas, circulam por todo o social e exercem funções pedagógicas tão importantes quanto as daquelas narrativas que circulam no espaço escolar (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 150).

Os fragmentos de memórias individuais e coletivas, o rearranjo de versões, as emoções, tudo nos atravessa, tudo é parte de quem fomos, de quem somos e de quem nos tornamos, pois somos seres históricos. Desse modo, “a história nos afeta de dada maneira singular e, por isso mesmo, nos constitui como singularidades” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 151-152).

Se a proteção do patrimônio edificado e as manifestações imateriais são temas de empenho nacional em sua proteção, conservação e restauração; as vidas humanas que portam os sentidos desse patrimônio também requerem todos os cuidados que lhes permitam assegurar a continuidade de si, de seus filhos, filhas, netos e netas, bem como da cultura que com eles se mantêm e se transforma com o passar do tempo.

Não se trata de assumir a cultura de outro povo, estando em situação de migração, mas sim de coadunar suas experiências na manutenção de suas origens ao mesmo tempo que se integra aos novos paradigmas das sociedades que os acolhem.

Imagem 2 – Desenhos das crianças venezuelanas refugiadas em Roraima.



Fonte: PASSARINHO, 2019.

Nos desenhos das crianças refugiadas em Roraima (imagem 2) há junção das bandeiras do Brasil com a Venezuela, casas, pessoas queridas (alguns familiares) que ficaram para trás, corações, dentre outras manifestações que buscam proteção, segurança, afeto, sem esquecer de onde vieram, de suas raízes, da Venezuela “tão perto e tão distante” ao alcance da saudade que aperta no peito.

A palavra “saudade” não é uma singularidade da língua portuguesa, pois deriva do latim *solitas*, *solitatis* e existe em outras línguas românicas. Em espanhol há o cognato

soledad, mas mesmo cognatos não funcionam tão bem como sinônimos em línguas distintas. Isso porque a palavra *saudade* é muito mais específica, contrariando *anhelo* em espanhol ou *missing* em inglês, por exemplo, que são termos muito mais abrangentes, se aproximando mais do “sinto falta de” do que da conotação sentimental da palavra portuguesa. Dos significados da palavra *saudade* resultam: “desejo de um bem do qual se está privado”; “lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou coisas distantes ou extintas, acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las”. Na gramática portuguesa *saudade* é substantivo abstrato. Mas é essencialmente uma característica cultural dos falantes da língua portuguesa. As línguas narram de forma diferente a realidade e os sentimentos, que também podem não ser os mesmos nos diversos povos. Cada povo vê os fenômenos do mundo da mesma forma que os outros, mas os “interpreta” de modo diferente, segundo as estruturas de sua cultura, ou seja, a visão de mundo na qual a sua cultura e língua se imiscuem e se refletem, tanto no aspecto semântico quanto no gramatical (LESSA, 2014).

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2013, p. 156) a *saudade*

“[...] implica a elaboração de uma linguagem que a expresse, implica a escolha, a eleição de gestos, de enunciados, de mímicas, de performances, de imagens, de ações e reações que lhe deem materialidade, realidade e espessura social e histórica”.

Posto que o “ser saudoso” se relaciona com o passar do tempo, o passado e o presente de uma forma peculiar, com o sofrimento da melancolia, da ausência, de tristeza da perda, do desaparecimento, do luto, do distanciamento, da ruína, porém buscando alicerçar-se em lembranças positivas, de idealizações reais ou construídas para que possa seguir em direção ao futuro.

Esse processo de desterritorialização subjetiva, essa experiência de desarraigo, de perda de seu lugar existencial, de seu lar, de territórios construídos vivencialmente vai produzir uma idealização desses espaços e desse tempo que antecedem ao que seria visto como queda, que serão guardados na memória como fragmentos de espaços-tempos de bonança e felicidade, e que reaparecerão como reminiscências e lembranças em toda sua produção poética, marcada pelas dores e tristezas que passou a vivenciar no seu presente (Albuquerque Junior, 2013, p. 160).

Por isso falar de desterro é falar de *saudade*, de memórias e de esquecimentos. E tratar do patrimônio cultural que ficou para trás, mas continua na imaginação, nas lembranças de músicas, comidas, lugares, narrativas, jogos e brincadeiras, pessoas, modos de ser e de fazer, opera nesse intercâmbio entre o cognitivo e o afetivo.

Conforme afirmou o sociólogo Emerson Silveira (2009, p. 24-25), os sentidos do olfato, da visão, do paladar, da audição, do tato são mediados pela memória, conduzidos pela emoção e organizados pelas sociedades. Eventos significativos para os indivíduos são registrados pelos sentidos, reconstituindo e instituindo suas temporalidades. A memória é o vetor de rememoração estando, portanto, visceralmente relacionada à emoção.

Memória e esquecimento na infância: como compartilhar heranças culturais do não vivido?

[...] el pasado no es estático, pasivo, inmóvil, ni mucho menos está muerto, se lo hace existir y se lo produce por la vía del recuerdo y de la interpretación (MERLIN, 2018, p.103)

O trabalho do historiador muitas vezes se cruza com o trabalho do psicólogo no ofício de fazer lembrar tanto do que se gosta, quanto do que se deseja esquecer. Sob esse aspecto, o historiador britânico Peter Burke (2005) e o psicólogo, nascido na República Tcheca, Sigmund Freud (1984) parecem convergir em suas opiniões sobre o passado, pois a rememoração e a reescrita histórica se tornam imprescindíveis para lidar até mesmo com os traumas mais profundos.

As migrações dos refugiados, feitas sob pressão de diversas naturezas, não envolvendo necessariamente uma escolha, um “desejo de viajar e conhecer outros países e povos”, mas sim se configurando como uma “violência simbólica” ao psicológico e à própria trajetória dos indivíduos na escrita de suas histórias pessoais e coletivas não é um passado fácil de se lidar, principalmente quando se enraíza no presente.

Paul Ricouer (2015, p. 149) propôs que tratássemos a relação entre a memória e a história de forma circular, não linear, e assim a memória apareceria duas vezes: 1º) como matriz da história, no ponto de vista da escrita da história e 2º) como canal da reapropriação do passado histórico, como nos é narrado pelos relatos históricos.

Com as crianças esse processo mais elaborado requer uma base inicial de formulação cognitiva, emocional e neurológica. A memória é relacional ao vivido, aos contatos humanos, às sensibilidades. Por isso os sentidos (visão, tato, audição, olfato e paladar) evocam rememorações mais remotas. Pois, o percurso de vida é marcado pela sensorialidade: as memórias de têm as cores de um jardim, o gosto de um bolo, o aroma de um café coado, a sensação da brisa do mar tocando a face, a sonoridade de um dedilhado no violão. Tudo isso se vincula a pessoas e sentimentos.

Para Ricoeur (2015, p. 149) a memória do passado se apresenta em três eixos paradoxais: “a presença, a ausência, a anterioridade. Para o dizer de outra forma, a imagem-recordação está presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas esteve”. A infância refugiada venezuelana no Brasil tem consciência dessa anterioridade, há uma reminiscência do que era e não existe mais.

É nessa intrincada relação entre a vida e a cultura que o patrimônio e a identidade são reelaborados no intangível, como imaginação e como ação. Isso porque o patrimônio é uma categoria de mediação simbólica entre os seres humanos e suas crenças, entre ancestralidades e descendências, ultrapassando a representação de ideias e valores para atuar na formação das pessoas desde a mais tenra idade (GONÇALVES, 2009, p.31).

Pesquisas de especialistas afirmam que as funções cognitivas mais particularizadas como atenção, **memória**, planejamento, raciocínio e juízo crítico iniciam seu desenvolvimento na primeira infância através do controle de impulsos, da capacidade de redirecionar atenção e de lembrar de regras. Os circuitos cerebrais responsáveis por essas funções serão refinados durante adolescência até a maioridade, mas as conexões fundamentais começam a se estabelecer nos primeiros anos de vida (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014, p.5).

[...] a construção dos circuitos cerebrais é altamente influenciada pelas experiências no início da vida, diretamente mediadas pela qualidade das relações socioafetivas, principalmente pelas interações da criança com seus cuidadores. A aquisição de competências mais complexas no futuro depende de circuitos mais fundamentais que surgem nos primeiros meses e anos de vida. Isso é válido para as diferentes dimensões ligadas às funções cerebrais, sejam elas perceptuais, cognitivas ou emocionais (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014, p.5).

Cabe então refletir sobre os primeiros anos de vidas de muitas das crianças venezuelanas refugiadas, em sua vida inicial de escassez, na dolorosa jornada para um país estranho (com paisagens, sabores, sons, cheiros e texturas muito diferenciadas), habitando abrigos que, por mais cuidados que possam lhes fornecer, não se constituem como o lar que almejam. Casas desenhadas nas folhas coladas nas paredes do escritório da defensoria, casas que deixaram se existir na Venezuela, mas ainda não são realidades tangíveis no Brasil.

O processo de esquecimento produz o deixar de existir, enquanto a lembrança carrega o potencial da existência. Somos quem somos por causa daquilo de que nos lembramos; é isso que nos confere identidade e que permite o nosso reconhecimento por um outro (FERNANDES; PARK, 2006, p.40).

Quais as lembranças dessas crianças? Os esquecimentos ou o que se deseja esquecer (a fome, o frio, a violência, o abandono, a tristeza, a saudade) surge em seus olhos, em suas falas, em suas lágrimas. Como agir quando as lembranças que carregam se misturam ao que devem esquecer para seguir em frente? O esquecimento do passado traumático integra suas histórias de vida e aprender a lidar com ele representa também uma cura. Forçar um esquecimento público que se torne um pesadelo (dor e terror) a invadir a intimidade das noites de sono não se configura como um “passado morto e enterrado”, mas como uma angústia que se manifesta repetidamente (MERLIN, 2018, p.106-108).

Esse duelo entre a memória e o esquecimento pode gerar um estresse prolongado nessas crianças, conduzindo-as à uma fase adulta aprisionada em ressentimentos e frustrações, crispadas por uma melancolia profunda do que perderam ou até mesmo do que nunca tiveram em seu país de origem. A saudade que paralisa, que impede o amor, o sorriso, a satisfação com a vida presente. Por outro lado, ao falar, recordar, colocar-se frente a frente ao espelho de si, de suas memórias para com elas criar, inventar (sublimar), simbolizar e assim superar (MERLIN, 2018, p. 110).

Imagem 3 – Desenho de uma criança refugiada venezuelana em Roraima



Fonte: PASSARINHO, 2019.

A infância refugiada da Venezuela não caminhará para a “descoberta” de sua identidade forjando uma “identidade brasileira”, todavia, não serão estas crianças

somente “venezuelanas”. Sua identidade será tão híbrida quanto mostram os seus desenhos (imagem 3) com esse “ser repartido” entre duas nações, ostentando na camiseta as metades das bandeiras da Venezuela e do Brasil, sem um rosto humanizado, com um único olho que tudo vê e chora, mas também vê o sol do lado brasileiro, ou seja, a possibilidade de um recomeço.

Essa resignificação das memórias não se dá apenas no plano individual, mas sim se constrói ativamente no grupo de convívio. Pois, “a memória coletiva faz emergir um amor que se faz público” (MERLIN, 2018, p.114).

De acordo com Duarte (2009, p.306) “a memória coletiva é a memória da sociedade, da totalidade significativa em que se inscrevem e transcorrem as micro memórias pessoais, elos de uma cadeia maior”.

É nessa hibridez de sentido que o percurso da Educação Patrimonial deve se desdobrar, não como algo a ser ensinado, mas algo a ser vivido, debatido, compartilhado, reinterpretado à luz das distintas experiências coletivas. Enfrentando as tensões dolorosas para reviver a Venezuela dos ancestrais em seu diálogo com as tradições culturais brasileiras em suas aproximações e distâncias.

Visões do amanhã sem perder os elos com o passado cultural

Passado, presente e futuro se interconectam sempre e tornam-se relativizados em razão dos diferentes referenciais que são tomados (FERNANDES; PARK, 2006, p. 41).

O conceito de “patrimônio imaterial” surge para apoiar a preservação das manifestações culturais, tradicionais e populares, das criações coletivas que emanam de uma comunidade, fundadas na tradição. Sendo estas transmitidas pela oralidade e gestualidade, transformadas conforme o dinamismo do tempo em um processo de recriação coletiva. Nesse conjunto estão as linguagens, tradições orais, costumes, música, dança, ritos, festivais, medicina tradicional, artes, artesanatos e arquiteturas tradicionais (UNESCO, 2006).

Esse instrumento teórico de salvaguarda aliado às diversas práticas junto às comunidades rurais, aos povos originários e de ancestralidades africanas, evocando seu protagonismo na valorização de seu patrimônio cultural, revela o fio condutor na proteção das tradições culturais venezuelanas no Brasil na figura de seus refugiados.

Assim, o programa de Rádio na *Web Radio Migrantes de la Misión Paz*, que compartilha a fala de Maria Alexandra sobre cultura, arte e culinária na Venezuela inicia

um dos trançados nessa tecitura de memórias, esquecimentos e identidades culturais hibridizadas.

A realização de *podcasts* com adultos e crianças, inspirados na arte *griot* de contar a história das ancestralidades dos povos às novas gerações pode articular tecnologias modernas às práticas tradicionais nos abrigos de refugiados venezuelanos.

As crianças devem escutar sobre os “Diabos Dançantes de Corpus Christi da Venezuela”, que entraram na lista de Patrimônios da Humanidade da Unesco em 2012. Pois nessa festa religiosa colorida e animada, com raízes espanholas, indígenas e africanas realizada em várias comunidades venezuelanas, simbolizando o triunfo do bem sobre o mal, acalenta-se as esperanças e sonhos dessa infância refugiada (LUSA, 2012).

O cultivo de hortas, onde a terra e o conhecimento das plantas e ervas sejam transmitidos para crianças e adolescentes, mantêm a conexão com o solo, as raízes e a natureza, tão próprias das comunidades andinas em sua relação com a *PachaMama*³. No decorrer deste aprendizado, pode-se abordar a tradição da Palma Bendita na Venezuela, candidata sob avaliação da Comissão da Unesco, em 2019, para integrar a lista de Patrimônio da Humanidade. Essa tradição que conecta os seres humanos com o meio ambiente e a religiosidade,

Consiste em recolher folhas de várias espécies de palmeiras numa zona montanhosa delimitada. Nos dias que antecedem a Semana Santa, os coletores, chamados *palmeros*, assistem primeiro a uma cerimônia religiosa para receber uma bênção e depois sobem à montanha, onde passarão várias noites, parando em determinados lugares como se estivessem percorrendo o roteiro de uma Via Sacra. Ao mesmo tempo, narram e ouvem histórias, consertam caminhos, cortam folhas de palmeira, podam árvores e plantam novas. Os *palmeros* descem das montanhas as folhas colhidas na véspera do Domingo de Ramos e as distribuem entre as diferentes comunidades para que sejam abençoadas naquele dia especial (TROUDI, 2020).

Ensaia-se um outro ponto de agulha e linha nessa colcha de retalhos de uma Educação Patrimonial desenvolvida no cotidiano, não em uma modelo disciplinar, mas como uma experiência de reequilíbrio de forças, onde os mais velhos reassumem seu poder de guardiões da riqueza cultural de seus antepassados e as crianças dividem com eles o poder que possuem de serem os perpetuadores daqueles ensinamentos.

Oficinas de arte, desenho e expressão com as crianças refugiadas venezuelanas nos abrigos são fundamentais, tanto para liberar os seus sentimentos, aliviando suas emoções, quanto para o favorecimento dos talentos próprios de cada um.

³ Divindade ligada à terra e fertilidade dela, *PachaMama* representa o sentido da vida, o nascimento, a maternidade e a proteção da Terra e de seus filhos que nela habitam (OLAMA, 2021).

O uso de recursos teatrais, quer usando marionetes, quer com atuações cênicas; a musicalidade com instrumentos, cantos e a dança complementam esse ambiente tão caro aos brasileiros e aos venezuelanos. Ambiência propícia para não deixar os pequenos esquecerem do “*Carnaval de El Callao*”, realizado nos meses de janeiro a março de cada ano, onde milhares de pessoas desfilam ao som do calipso, um ritmo das Antilhas. A festa foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco em 2016 (AFP, 2016).

Além da língua portuguesa, as oficinas devem também incentivar o uso do idioma espanhol. Ao serem estimuladas a manter um bilinguismo, não se desfazem de mais um elo com sua cultura de origem, uma vez que o idioma é uma parte importante de sua identidade *castellana*.

Para além do sofrimento, há um país rico em cultura e subjetividades de um povo diverso e feliz que não pode ser esquecido. Pois, esse retrato precisa estar no álbum das memórias infantis. Se os momentos bons do passado não são imutáveis, também as adversidades não serão.

O esforço de salvaguarda das memórias do patrimônio cultural imaterial venezuelano e sua herança para as infâncias refugiadas de Norte à Sul do Brasil não pode ser realizado apenas na premissa da educação formal, com decisões institucionais. É fundamental que existam negociações entre adultos e agentes culturais, e que o diálogo e os poderes decisórios dos venezuelanos sejam respeitados pelo poder público brasileiro.

Os grupos, as comunidades e segmentos sociais interessados nos processos de salvaguarda e ensino dos fatos culturais venezuelanos, ao incluir os nacionais da Venezuela e do Brasil, precisam buscar superar as tensões na promoção da dignidade humana e da formação integral da melhor qualidade de vida das crianças.

Culturas impostas são “invenções de tradições” que usualmente caem por terra. As infâncias refugiadas venezuelanas merecem uma vida com liberdade, autonomia e protagonismo na ressignificação de suas experiências. A cultura deve ser uma ponte entre venezuelanos e brasileiros, jamais um muro.

Considerações Finais

Iniciar um percurso de desterro por não encontrar em seu próprio país alternativas para a fome, a miséria, o desemprego, a carência de tratamentos de saúde e medicamentos, a ausência de moradia e a violência política que persegue e assassina se constitui em um

grande trauma para aqueles que terão que lidar com as tensões entre memória e esquecimento por toda a vida.

Esse destino de fuga para resguardar a vida, se por um lado liberta os refugiados daquelas circunstâncias passadas, também custa a lhes ofertar a liberdade com dignidade no presente já em um novo território.

A dificuldade de integração em razão do idioma distinto, da falta de emprego, do preconceito dos nativos, da precariedade dos recursos de acolhimento, das incertezas quanto ao futuro faz com que as vidas refugiadas, principalmente das crianças, se tornem um recorrente pesadelo.

A mudança desse contexto é urgente e necessária para que os Direitos Humanos dos refugiados venezuelanos no Brasil sejam atendidos e suas crianças protegidas e promovidas a terem um presente e um futuro melhores.

Até março de 2019, em Roraima, 3,2 mil meninos e meninas foram integrados às atividades de educação em emergência em 10 Espaços de Aprendizagem. Ainda, 645 crianças menores de 5 anos participaram de atividades de desenvolvimento da primeira infância. Houve a capacitação de 97 professores para atuar nesses locais, sendo 74 venezuelanos (destes, 21 deles são povos originários) e 23 brasileiros (UNICEF, 2019).

A questão venezuelana deve sensibilizar todo o território brasileiro para que oportunidades de emprego e geração de renda, aliadas à escolarização e promoção cultural sejam ofertadas para que dentro do Brasil exista liberdade plena para escolher seu local de residência por gosto e vontade.

O patrimônio cultural venezuelano é parte significativa das raízes de adultos e crianças em refúgio no Brasil. A Educação deve levar em consideração os benefícios da cultura na oferta de uma qualidade de vida mais ampla aos venezuelanos.

Os desenhos evocam as memórias e identidades, expressam emoções como a saudade da Venezuela perdida e criam narrativas de esperança, de retorno ou de replantio daquela cultura no novo território de acolhimento. A rememoração do patrimônio cultural se imiscui nessa relação de subjetividade que torna possível o pertencimento das crianças refugiadas.

Trata-se de garantir o pão, a água, a pesca, mas ainda, a música, a dança, a arte, em suas cores, sabores e toda a sorte de alegrias que puderem proporcionar às infâncias que precisam viver como crianças, entre cantos e encantos.

Referências

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Sobre a proteção de crianças e adolescentes refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil. *ACNUR* (site). 11 dez. 2019. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/11/sobre-a-protecao-de-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-no-brasil/>. Acesso em 20 set. 2021.

AFP - AGENCE FRANCE-PRESSE. Carnaval de El Callao da Venezuela é Patrimônio Imaterial da Humanidade. *GZH Mundo*. 01 dez. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2016/12/carnaval-de-el-callao-da-venezuela-e-patrimonio-imaterial-da-humanidade-8569658.html>. Acesso em: 26 dez. 2021.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 149-174, 2013.

ALMAO, Valia Pereira. A consistência democrática na Venezuela em tempos de mudança política. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 1, p. 128-146, mar., 2005.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice (coord.). *Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

BARROS, Pedro Silva; LIMA, Raphael Camargo; CARNEIRO, Helitton Christoffer. *Brasil-Venezuela: Evolução das Relações Bilaterais e implicações da crise Venezuelana para a inserção regional brasileira (1999-2021)*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2022.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CIEGLINSKI, Amanda. Infância refugiada: 10 mil crianças venezuelanas já entraram no Brasil. *Agência Brasil*. 12 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-10/infancia-refugiada-10-mil-criancas-venezuelanas-ja-entraram-no>. Acesso em 18 nov. 2021.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. *Estudo nº 1*, São Paulo, p.1-16, jan. 2014.

DAHER, Valquiria. A saga dos refugiados na América Latina. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, nº 362, jan.-fev., 2020. Entrevista com Helion Póvoa Neto. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-saga-dos-refugiados-na-america-latina/>. Acesso em 20 dez. 2021.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Memória e reflexividade na cultura ocidental”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 301-316.

EGAS, José. A solidariedade com os refugiados começa com todos nós. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

FERNANDES, Renata S.; PARK, Margareth B. Lembrar-esquecer: trabalhando com as memórias infantis. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 68, p. 39-59, jan.-abr., 2006.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir y reelaborar. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*, vol. XII. José L. Etcheverry (trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 1986, p. 149-157.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.23-33.

GUAZZELLO, Cesar Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Introdução à Sociologia das Emoções*. João Pessoa: Manufatura/ GREM, 2004.

LESSA, Luísa Galvão. O mito da palavra saudade. *A Gazeta do Acre*. Rio Branco, 28 maio. 2014. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2014/05/artigos/luisa-lessa/omito-da-palavra-saudade/> .Acesso em 10 dez. 2021.

LUSA. Unesco declarou os Diabos Dançantes da Venezuela como Patrimônio Imaterial da Humanidade. *RTP Notícias*. 7 dez. 2012. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/cultura/unesco-declarou-os-diabos-dancantes-da-venezuela-como-patrimonio-imaterial-da-humanidade_n609654 .Acesso em 15 nov. 2021.

MAX, Chico. La Jornada. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

MELIN, Nora. Trauma y memoria. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 101-116, jul.-ago., 2018.

NEVES, Rômulo Figueira. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília: FUNAG, 2010.

OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida. *PachaMama: a Mãe Terra da cultura andina*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gyKTW>. Acesso em 20 dez. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. O drama de Juan e das centenas de crianças venezuelanas que cruzam sozinhas a fronteira com o Brasil. *BBC News Brasil*. 9 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49566807> .Acesso em: 15 nov. 2021.

PELEGRINI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018.

PEREIRA, José Carlos; Ahumada, Miguel. Maria Alessandra, uma mujer inmigrante venezolana. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018.

RAFFOUL, Jacqueline. A (in)observância dos direitos das crianças refugiadas venezuelanas em Roraima. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, vol.9, n.2, p. 374-404, maio.-ago., 2020.

REDAÇÃO. Crianças refugiadas discutem no Radinho Bdf o direito de migrar. *Rádio Brasil de Fato*. 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/criancas-refugiadas-discutem-o-direito-de-migrar-no-radinho-bdf> . Acesso em 22 dez. 2021.

RICOEUR, Paul. Memory, History, Oblivion. In: KEARNEY, Richard; TREATOR, Brian (ed.) *Carnal Hermeneutics*; New York: Fordham University Press, 2015, p. 148–156.

SAADEH, Cyro; EGUCHI, Mônica Mayumi. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados - Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. *PGE – Centro de Estudos*, São Paulo, s/d. Disponível em: <https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado12.htm> .Acesso em 22 dez. 2021.

SILVA, G. J; Cavalcanti, L; Oliveira, T; Costa, L. F. L; Macedo, M. *Refúgio em Números*. 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, Rubens Alves da. *Da Venezuela para Dourados-MS*. A busca de um lugar e a produção de geografias. Dissertação em Geografia. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Sociologia das emoções: o sentimento como fenômeno resultante de processos sociais. *Revista Sociologia Ciência & Vida*, São Paulo, ano III, número 23, p.18-27, 2009.

TROUDI, Haiman El. Palma bendita, tradición centenária. *Lo Afirmativo Venezolano*, Caracas, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://haimaneltroudi.com/palma-bendita-tradicion-centenaria/> . Acesso em 15 nov. 2021.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em 15 nov. 2021.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Crise migratória venezuelana no Brasil. O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças

venezuelanas migrantes. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil> .Acesso em 15 nov. 2021.

WASSERMAN, Claudia. *História Contemporânea da América Latina: 1900-1930*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

WASSERMAN, Claudia. História, Mito e Política na América Latina. *Boletim do Tempo Presente*, Aracaju, n.7, p. 1 – 16, set. – dez., 2013.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins; RODRIGUES, Sandra Maria. De Ana Maria à Severina: o patrimônio cultural afetivo, as emoções e memórias em Ceilândia/DF. *SÆCULUM - Revista de História*, v. 27, n. 46, João Pessoa, p. 263-284, jan./jun. 2022.

**PARA ALÉM DO IMPRESSO: APONTAMENTOS SOBRE O
POSICIONAMENTO D'A *FEDERAÇÃO* NO CONFLITO ENTRE ASSIS
BRASIL E DUARTE PEREIRA (1891)¹**

**BEYOND THE PRINTED: NOTES ON THE POSITIONING OF 'A
FEDERAÇÃO' IN THE CONFLICT BETWEEN ASSIS BRASIL AND DUARTE
PEREIRA (1891)**

Vitor Wieth Porto²

Resumo

O presente estudo tem como objetivo dialogar e refletir sobre as possibilidades interpretativas a partir de uma investigação que aborda o uso dos impressos para além do seu conteúdo interno. Dessa forma, realizamos ponderações com base na nossa própria experiência de pesquisa, explorando duelos de honra e a relação desse valor para os indivíduos da elite no final do século XIX e início do século XX. Demonstramos que a utilização de outros trabalhos acadêmicos (relacionados aos impressos e/ou aos indivíduos mencionados neles) fornece elementos externos que auxiliam na compreensão da imprensa enquanto fonte principal, contribuindo assim para a construção de respostas e a formulação de perguntas ao longo do percurso analítico.

Palavras-chave: Imprensa; Prática de pesquisa; *A Federação*.

Abstract

The present study aims to engage in dialogue and reflection regarding interpretative possibilities arising from an investigative endeavor that goes beyond the mere internal content of printed materials. In this regard, we have made considerations based on our own research experience, focusing on duels of honor and their significance for elite individuals at the turn of the 19th to the 20th century. We demonstrate that the use of other scholarly works (related to the printed material and/or the individuals referenced

¹ O trabalho teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

therein) provides external elements that contribute to understanding the press itself as a primary source, thereby assisting in the construction of responses and the formulation of inquiries throughout the analytical process.

Keywords: Press; Research practice; *A Federação*.

Ao pensarmos uma História da Imprensa e uma História *por meio* da imprensa, podemos ter uma primeira impressão de que existe uma distinção e separação entre as duas áreas. Tania Regina de Luca (2008, p. 139-141) em seu clássico capítulo a respeito da relação dos impressos com a História, apontou para os historiadores que desejam se debruçar sobre tais fontes que não desconectassem o conteúdo interno do jornal das condições externas que o fizeram ser publicado. Afinal, esses empreendimentos eram em sua maioria coletivos e com propósitos específicos para o período em que o mesmo está inserido. De tal modo, seria crucial a identificação de quem eram os grupos e indivíduos que colaboravam para os impressos, assim como suas conexões, visando expor quais eram as motivações por trás das publicações (LUCA, 2008, p. 140). Para tanto, a pesquisadora sugeriu a possibilidade de que outras fontes pudessem ser utilizadas no exercício de se analisar as relações entre os homens que produziam os impressos (LUCA, 2008, p. 141).

A própria historiadora demonstrou essa perspectiva na prática ao se utilizar somente de correspondências pessoais trocadas entre dois literatos, Eça de Queirós e Mariano Pina, para explicar como se desenvolveu o fracassado empreendimento encabeçado por Queirós sobre uma revista ilustrada portuguesa aos moldes da *A Ilustração* parisiense ao final do século XIX. Nesse trabalho, torna-se perceptível que o curto período de atividade que a *Revista de Portugal* teve (somente três anos) se deu por um conjunto de fatores externos (desacordos financeiros e estratégicos entre os sócios, falta de colaboradores ativos) e internos (o conteúdo proposto, de caráter densamente intelectual e científico, o que atraiu pouquíssimos leitores) ao periódico foram determinantes para seu fim (LUCA, 2017). Neste ponto, concordamos com Luca (2017) quanto à necessidade de realizar investigações que ultrapassem a análise superficial dos impressos, visando compreender o seu conteúdo de forma mais abrangente. Além disso, pretendemos demonstrar como essa tarefa pode ser igualmente realizada por meio do uso de pesquisas acadêmicas prévias, uma vez que nem sempre as circunstâncias de trabalho

do pesquisador permitem o acesso e a análise de outras formas de fontes primárias. A seguinte reflexão se deu a partir de uma problemática encontrada em uma antiga pesquisa (PORTO, 2019) e que se encaixa perfeitamente no que desejamos debater aqui.

Com o intuito de alcançar esse objetivo, utilizaremos como fonte de análise uma notícia publicada no jornal sul-rio-grandense *A Federação*, a qual relata um incidente envolvendo um potencial duelo de honra entre Joaquim de Assis Brasil e José Higino Duarte Pereira na Capital Federal (Rio de Janeiro) em 1891. Por meio dessa análise, estabeleceremos conexões entre o conteúdo presente no impresso e o contexto histórico geral do período, a fim de desenvolver uma hipótese explicativa sobre a postura adotada pelo periódico em relação a esse caso específico, destacando as diferenças em relação a outros eventos posteriores.

Visando já entender o panorama geral, faz-se importante apresentar *A Federação* de modo objetivo. Idealizado por Júlio de Castilhos³ e criado em Porto Alegre no ano de 1884, o impresso foi desenvolvido para ser o órgão de comunicação oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), estando inserido dentro da lógica de jornalismo político-partidário comum na imprensa brasileira ao final do século XIX. A partir da Proclamação da República e a eventual ascensão do PRR ao governo do Rio Grande do Sul, *A Federação* tornou-se um dos principais instrumentos para manter a hegemonia do partido no poder, defendendo com afincamento tanto as ideias positivistas que passaram a balizar o partido quanto as ações de seus correligionários (RÜDIGER, 1993, p. 36-44).

A inclinação e postura do impresso é crucial para nos aprofundarmos na proposição do presente trabalho, logo que será através desse padrão que conseguiremos elaborar nossa arguição. Voltando ao atrito protagonizado por Assis Brasil e Duarte Pereira, a notícia que será objeto de análise foi publicada na edição do dia 10 de março de 1891, sendo um relato um tanto extenso sobre uma questão dada a partir de desavenças entre os dois indivíduos supracitados.⁴

Um duelo

A Gazeta de Notícias do Rio comunicara o seguinte:

“Aqueles que acompanharam a polemica travada ultimamente na imprensa entre o Dr. Assis Brasil, o deputado pelo Rio Grande do Sul e o Dr. José Higino, senador por Pernambuco, sabem que afinal essa

³ Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), nascido em Cruz Alta (RS), foi secretário estadual, vice-presidente (entre idas e vindas durante os turbulentos anos de 1889 a 1891) e presidente do estado do Rio Grande do Sul (por parte de 1891 e de 1893 a 1898). Era bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido colega de Joaquim Assis Brasil. Foi uma das principais lideranças na fundação do PRR em 1882, sendo conhecido por seu ativo papel na imprensa rio-grandense (SILVA, 2015; MARTINY, 2018).

⁴ Optamos por atualizar a grafia do impresso.

discussão tomou feição altamente contrária a delicadeza dos sentimentos dos dois contendores. / Depois do último artigo que o Dr. Assis Brasil publicou, o Dr. José Higino julgou-se por tal forma ofendido que, para desafrontar-se, pediu ao Almirante Custódio José de Mello e ao Dr. Almeida Pernambuco o favor de exigirem, do seu adversário, ou a retirada da ofensa por declaração pública ou uma reparação pelas armas. / O Dr. Almeida Pernambuco e o almirante Custódio José de Mello não conseguiram do Dr. Assis Brasil outra resposta, senão que enviaria os mesmos cavalheiros dois de seus amigos para resolverem a questão. / Encontram-se os amigos do Dr. Higino com os Srs. General Júlio da Frota e o Dr. Ramiro Barcellos, testemunhas do Dr. Assis, e depois de esgotados todos os recursos empregados para uma solução pacífica e honrosa, resolveram que os antagonistas se bateriam. / Classificada a ofensa e recusada a espada, arma escolhida pelo Dr. Higino, por não saber manejá-la, nenhum dos contendores, e ser ridículo um duelo em tais condições, ficou resolvido o seguinte:

O duelo seria a pistola, ambas as armas carregadas; os adversários a 25 passos um do outro, devendo atirar ambos ao mesmo tempo, ao sinal convenionado, sem permissão de pontaria. / Trocados os tiros, dar-se-ia por terminado o incidente e desagradada a honra, qualquer que fosse o resultado.

Indo os Srs. Almirante Mello e Dr. Pernambuco ao escritório do Dr. Furquim Werneck, em busca de duas pistolas de duelo, tiveram que modificar, de sua parte, a resolução tomada, e voltando ao general Frota e Dr. Barcellos, expuseram haver-lhes aquele cavalheiro garantido ser o Dr. Assis Brasil um exímio atirador de pistola, e até exercitado no tiro instantâneo a comando, e, atendendo a que lhes corria o dever de não só zelar pela honra, como pelas probabilidades favoráveis à vida do amigo que representavam, não consentiram no duelo sob as cláusulas adoptadas. / Responderam os Srs. General Frota e Dr. Barcellos que havia manifesto engano na afirmação do Dr. Werneck, que, de fato, já tinham referido anteriormente, sabiam ser o Dr. Brasil hábil atirador ao alvo, mas que podiam igualmente garantir que nunca se exercitara no tiro repentino a voz de comando que, todavia, para não impossibilitar o encontro, por motivo de desigualdade de condições, propunham realizar-se o duelo a uma arma carregada e outra não, tirando-se a sorte a distribuição delas. / Contestaram o almirante Mello e o Dr. Pernambuco que, ainda nestas condições, não consideravam no mesmo pé a sorte dos contendores, porquanto, podendo caber a arma carregada ao Dr. Higino, não sendo ele adestrado no uso da pistola, o risco que corria o adversário era muito menor do que aquele a que ele estaria sujeito, invertida a decisão da sorte. / Sendo só aceitável este alvitre no caso de atirarem-se à queima-roupa, hipótese aliás já eliminada, por não se ter admitido na classificação do caso, como exigível, a morte de um dos contendores, é unanime a decisão tomada, de rejeitar-se a espada pelas razões já aduzidas, não podendo eles aceitar a pistola pelas ponderações constantes da declaração do Dr. Werneck, e convencidas as testemunhas de que haverem dado ambos os contendores suficientes provas de valor, aceitando quaisquer condições que lhes fossem impostas para o duelo, ficou encerrado o incidente, julgando-se impossível o encontro pelas razões expostas. / Declarando-se, finalmente, todos satisfeitos, relativamente aos interesses que representavam, e julgando do mesmo modo satisfatória e honrosa a

terminação do incidente, deram por finda a sua missão. / O que acabamos de referir colhemo-lo das atas das sessões realizadas para a solução da questão, de que acabamos de nos ocupar”. (A FEDERAÇÃO, 1891, p. 2).

A leitura dessa transcrição da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro feita por *A Federação* suscita muitas dúvidas, em especial acerca das ações exercidas pelos homens que tentavam “organizar” um conflito físico e armado entre os dois protagonistas, a partir de seus desentendimentos dados dentro do próprio ambiente da imprensa. Para que possamos analisar essa notícia de perspectivas diversas, é preciso abordarmos três pontos que elucidam e concatenam para nossos propósitos: a significância da honra na sociedade em questão e o papel do duelo como um meio de reparação desse valor; a abordagem adotada pelo jornal em relação à concepção de honra e duelos; e, por último, a contextualização de Assis Brasil e sua relação com *A Federação* e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

O valor da honra na sociedade brasileira ao final do século XIX e como ela percebida é um tópico muito amplo e que está geralmente atrelado às duas vertentes em que podia ser defendida: pela justiça estatal e por diversas práticas de justiça privada. Sobre a justiça estatal, nos referimos ao acionamento das autoridades judiciárias para que questões como de calúnia e injúria fossem punidas com o rigor da lei, visto que ambas estão tipificadas como crime desde o Código Criminal de 1830, no Capítulo II (BRASIL, 1830) e se fazem também presentes no Código Penal de 1890 no Título XI (BRASIL, 1890).⁵ A justiça privada, por sua vez, se daria em qualquer contexto que os indivíduos agissem por iniciativa própria, geralmente por meio de atos violentos como agressões, homicídios, linchamentos (FRANCO, 1997; VELLASCO, 2004; VENDRAME, 2013; THOMPSON FLORES & AREND, 2017) e também o próprio duelo.

A principal diferença entre uma briga comum e um duelo no referido período se daria por uma série de regras e preceitos que visavam tornar o “ponto de honra” em algo que pudesse ser realizado de forma civilizada e justa para ambas as partes, resolvendo conflitos ao mesmo tempo que demonstrava atributos como coragem e virilidade para enfrentar alguém em combate (GUILLET, 2013). Julian Pitt-Rivers (1988, p. 13-14) interpreta a honra como uma pretensão de orgulho próprio, a construção de uma

⁵ Existem diversos trabalhos que tratam da relação entre honra e a justiça estatal, demonstrando como as pessoas se utilizavam da validação do Estado para alcançar objetivos de âmbito social, cultural e econômico. Cf. CAULFIELD, 2000; PEREIRA, 2014; VELLASCO & SUTIL, 2017; CARNEIRO, 2019.

autoestima e a exigência de respeito pelos demais, havendo uma constante preocupação e autoavaliação com a própria reputação, a qual seria atribuída a um sentimento, o de vergonha. A noção de honra não seria circunscrita aos indivíduos, mas também às coletividades como a da família, da profissão, da nação etc., de modo que todos os membros de um coletivo compartilhavam uma honra em comum que poderia ser afetada a partir da desonra de qualquer um dos seus membros (PITT-RIVERS, 1998, p. 25; LEFÈBVRE, 1992).

Logo, os duelos eram práticas de justiça privada que visavam restaurar a reputação diante de uma quebra de respeito a partir de uma humilhação pública por meio de ofensas, calúnias ou até mesmo agressões. Na posição de figuras conhecidas dentro da sociedade em que estão inseridas, políticos, jornalistas e intelectuais (atribuições que costumavam ser compartilhadas por esses homens que compunham uma elite letrada brasileira) (ALONSO, 2000; REMEDI, 2009), precisavam ter esse sentimento de vergonha aflorado, sempre atentos à possíveis ataques às suas respectivas honras.

A imprensa era um palco privilegiado para que tais ataques à reputação acontecessem, o que pode ser visto em países europeus como a França (GUILLET, 2013) e Itália (HUGHES, 1998), mas também na América Latina (PARKER, 2001), onde encontramos exemplos no México (PICCATO, 1999), Argentina (GAYOL, 2008) e Uruguai (PARKER, 1999). No próprio Brasil, existem alguns trabalhos que abordam tais confrontos, assim como sua intrínseca relação com a imprensa, visto que muitos desses duelistas eram extremamente ativos com periódicos ao final do século XIX e início do século XX (REMEDI, 2009; BRAGA-PINTO, 2018; THOMPSON FLORES & REMEDI, 2019; PORTO, 2019; THOMPSON FLORES & REMEDI 2021; PORTO, 2022).

Os homens de elite brasileiros teriam se apropriado dessas noções de honra e da resolução privada e “civilizada” de conflitos proporcionados pelos duelos europeus, enxergando nessa noção de respeito mútuo que a honra seria capaz de ordenar a sociedade em que viviam. Ao mesmo passo, poderiam adquirir prestígio social por meio de atributos vistos como necessários e edificantes para a ideia do que era “ser homem” no período como a virilidade, a coragem, o autocontrole emocional, entre outras características (CORBIN, 2013; GUILLET; 2013; PORTO, 2022).

No presente caso, conseguimos notar que as ações dos indivíduos replicadas pelo impresso demonstram uma série de ações protocolares e que visavam dar início a um

duelo nos moldes aspirados. De forma sucinta, os duelos para serem considerados válidos e honrados possuíam certas ações padronizadas. Ao momento da ofensa, o ofendido deveria enviar um cartel em desafio para seu ofensor, o qual evidenciava o motivo para o desafio. Essa carta era geralmente levada pelos padrinhos do ofendido, já escolhidos. Diante disso, o ofensor deveria dar uma resposta e escolher os seus próprios mediadores. Cabia aos quatro padrinhos decidir como desagravar a honra e, se necessário, como o duelo deveria se dar do modo mais justo para os dois contendores. Decidido isso, era marcado um encontro em determinada hora e local para que o combate ocorresse. Era recomendável que um médico acompanhasse o embate para prestar primeiros socorros, caso fosse necessário. Os combates terminaram, tradicionalmente, ao “primeiro sangue”, ou seja, o primeiro homem ferido ao ponto de sangrar seria o perdedor. No momento em que o combate era encerrado, a questão que o trouxe à tona não poderia ser retomada (GUILLET, 2013).

Nessa lógica, ao sentir-se ofendido, Duarte Pereira atribuiu a tarefa de desagravar a honra ultrajada a dois homens de confiança, os quais seriam seus padrinhos (ou testemunhas), figuras que têm o papel de mediadores e visam resolver a contenda do modo mais justo possível. O ofensor, Assis Brasil, escolheu seus próprios intermediários, deixando que os quatro indivíduos tentassem solucionar o problema. Como não ocorreu, o duelo apresentava-se como última alternativa, o que é importante para entendermos que embora esses embates pudessem ocorrer, eles não eram a primeira opção. E por não o ser, sempre haveria um esforço para torná-lo mais justo e menos perigoso possível para seus protagonistas. Podemos ver claramente o impasse entre os padrinhos ao tentar equalizar as condições de combate, o que acabou não ocorrendo por uma falta de experiência de Duarte Pereira com as tradicionais armas de duelo (florete e pistola). Impossibilitados de continuar até por essa via, os mediadores decidiram encerrar o incômodo com a premissa de que por ambos estarem simplesmente dispostos a levar às armas, seria prova de coragem suficiente de ambas as partes (GUILLET, 2013, p. 132-138). A reputação de Assis Brasil e de Duarte Pereira se manteriam intactas.

E qual seria a posição de *A Federação* perante a prática dos duelos? Se considerarmos a notícia que estamos analisando, podemos atribuir que o simples fato de ter somente reproduzido o conteúdo da *Gazeta de Notícias* a colocaria em uma posição de imparcialidade, ainda mais tendo em vista que o novo Código Penal tipificou o duelo como crime em seu Capítulo VI (BRASIL, 1890). Entretanto, em outros dois episódios

de duelos presentes nas páginas do impresso, ocorridos depois do incidente entre Assis Brasil e Duarte Pereira, ocorreu uma grande defesa do ato tanto quanto dos seus atores: em ambos, os envolvidos eram membros do PRR. O primeiro, deu-se entre o senador Pinheiro Machado e o jornalista Edmundo Bitencourt no ano de 1906, onde *A Federação* detalhou todos os pormenores do combate e, nos dois dias seguintes, publicou cartas de apoiadores enviadas à redação que edificavam o ato do senador sul-rio-grandense, ao ponto de o duelo ser atribuído como uma defesa para além de sua honra pessoal, mas de todos os que ele representava enquanto senador (PORTO, 2020, p. 306-309). Sobre o segundo evento, deu-se em proporções menores, sendo encabeçado por Diocleciano Azambuja, em 1910, um correligionário da cidade de São Gabriel (RS) que se sentiu lesado pela suposta negligência profissional de um médico que tratava sua esposa e acabou sendo impedido pelas autoridades locais de se bater com seu desafeto. Embora fosse um assunto puramente particular, o fato de estar diretamente vinculado ao partido fez com que o jornal fizesse um esforço contínuo para justificar suas ações e “esclarecer” o que se passou de modo que os leitores compreendessem suas motivações e apoiassem seu ato em defesa da honra de sua companheira (PORTO, 2019, p. 50-55).

Assim, vemos que *A Federação* assumiu uma postura positiva à prática dos duelos desde que envolvesse indivíduos ligados ao PRR. Exceto no caso de Assis Brasil. A única repercussão dada pelo periódico sobre o referido evento deu-se em notícia de 6 de agosto de 1891, sendo uma transcrição *ipsi litteris* acerca do parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados pelo parlamentar ter aceitado o desafio de duelo, acabando por não prosseguir com a denúncia feita pela Promotoria Pública (*A FEDERAÇÃO*, 1891, p. 1). Por que Joaquim de Assis Brasil, deputado representante do Rio Grande do Sul e partidário do PRR não teve uma defesa no periódico de seu partido similar à que Pinheiro Machado ou Diocleciano Azambuja tiveram anos depois? Para respondermos essa pergunta, entraremos no terceiro ponto anteriormente elencado, visando entender quem era Assis Brasil e qual era sua relação com o PRR naquele ano.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, natural de São Gabriel e nascido em 1857, vinha de uma família economicamente abastada, tendo sido, Francisco Assis Brasil, seu pai, um estancieiro e influente na política local no período do Império. Coursou Direito na Faculdade de São Paulo, onde fez laços de amizade com outros rio-grandenses com ideais republicanos, fundando o Clube Vinte de Setembro, o qual seria o embrião para a

fundação do PRR no ano de 1882. Teve atuação na imprensa desde o período de estudos em São Paulo, publicando no impresso acadêmico *A República* e a partir de relações estabelecidas com os republicanos paulistas, no *O Estado de São Paulo*. No Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores do Clube Republicano de São Gabriel, sua cidade natal, ao mesmo passo que contribuiu com artigos e capital para a criação e estabelecimento de *A Federação* em Porto Alegre (SACCOL, 2018, p. 67-73).

Apesar de Assis Brasil e Júlio de Castilhos, o qual se construía como principal liderança do PRR e redator-chefe do impresso aqui tratado, terem consideráveis laços de proximidade⁶, (MARTINY, 2018, p. 81) suas concepções teóricas e políticas a respeito do republicanismo e dos rumos que o Rio Grande do Sul deveria tomar se tornaram antagônicas. Os atritos teriam começado desde o ano de 1887, se tornando mais graves quando o PRR finalmente assumiu o controle do estado em 1889, o que foi explicitado por Tassiana Saccol (2018, p. 74) a partir de correspondências pessoais de Assis Brasil no contexto.

Haveria, portanto, uma tensão crescente entre Assis Brasil e Castilhos, assim como a própria relação de Assis e o PRR, a qual acabou tendo seu estopim no ano de 1891, ano que seu duelo foi “friamente” noticiado pelo impresso do partido republicano. Publicado em dezembro do seguinte ano, Joaquim Assis Brasil fez um manifesto em que apontava suas divergências com a nova Constituição Estadual do Rio Grande do Sul. Ou seja, de cunho ideológico e político, rompendo assim com o PRR. Entretanto, para além disso, Saccol (2018, p. 134-142) elenca que outros assuntos de cunho político e cotidiano tangendo não somente o próprio Assis Brasil, mas de seus familiares⁷ foram fundamentais para que ele se desvinculasse definitivamente do partido. Desde fevereiro de 1891, havia sido impedido de publicar em *A Federação* por não ter votado de acordo com a “Bancada Gaúcha” do PRR na escolha do presidente durante a Constituinte Federal (Assis Brasil votou em Prudente de Moraes ao invés de Deodoro da Fonseca), o que demonstra que sua relação com a redação do impresso já era marcada por um sentimento de tensão e distanciamento (SACCOL, 2018, p. 137-138).

⁶ Assis Brasil e Castilhos viveram na mesma casa durante o período de estudos em São Paulo (MARTINY, 2018, p. 81). Além disso, a primeira esposa de Assis Brasil, Cecília, era irmã de Castilhos (SACCOL, 2018, p. 75).

⁷ O irmão de Joaquim Assis Brasil, Bartholomeu, crítico do alinhamento de Castilhos a Deodoro da Fonseca foi impedido de fazer conferências em Porto Alegre no mês de abril de 1891; José, sobrinho do deputado, foi expulso da escola militar de Porto Alegre em maio do mesmo ano por estar supostamente ligado a um “grupo dissidente” às ideias castilhistas.

Nessa perspectiva, apesar de Assis Brasil ser um correligionário do PRR durante o conflito com Duarte Pereira, a deterioração das relações com Júlio de Castilhos, redator-chefe de *A Federação* e líder que buscava unificar as forças do partido em torno de sua própria interpretação do positivismo comteano⁸, a fim de estabelecer uma visão e direção unificada para a agremiação (RODRÍGUEZ, 2000; MARTINY, 2018), resultou em um distanciamento do jornal em relação ao deputado rio-grandense. Nesse contexto, *A Federação* adotou uma postura meramente informativa, o que evidencia, no contexto abordado, uma dissociação entre o periódico e o partido. Embora o jornal não tenha feito comentários negativos sobre o evento em questão, o que poderia representar um ataque à honra de Assis Brasil e intensificar o conflito entre ele e Castilhos, a ausência de solidariedade diante da situação pode ser interpretada como um posicionamento em si. Conforme argumentado por Carina Martiny (2018, p. 146), o jornal desempenhou um papel crucial na consolidação de Castilhos como uma liderança de destaque dentro do partido, sendo um importante meio para que ele alcançasse o prestígio que viria a ter após o fim do Império. Portanto, Júlio de Castilhos tinha plena consciência de que *A Federação* era um poderoso instrumento e o utilizou da maneira que melhor lhe conviesse, dentro dos limites impostos pela especificidade da situação em questão.

Certamente, o período de quinze anos que separam o conflito de Assis Brasil do duelo envolvendo Pinheiro Machado podem indicar uma possibilidade de mudança de postura da redação acerca da prática de duelar. O redator-chefe à frente do impresso em 1906 não é mais Júlio de Castilhos, tendo em vista o seu falecimento no ano de 1903, o que é um fator considerável. Entretanto, mesmo após a sua morte, temos que levar em conta que o modo de escrita combativa de *A Federação* foi, acima de tudo, uma marca e um legado deixado por seu principal redator-chefe e continuado por seus sucessores no comando do periódico (MOURA JÚNIOR, 2019, p. 47). Esse argumento adquire validade diante da análise de outras ocorrências de duelos registradas no referido impresso durante o período de 1885 a 1910. Independentemente do indivíduo que estivesse à frente da redação do periódico, constatamos que houve apenas dois momentos nos quais *A Federação* valorizou a defesa da honra, e ambos ocorreram quando correligionários do partido estavam envolvidos nesses eventos (PORTO, 2019, p. 57-71). Esse padrão sugere

⁸ Nos referimos a corrente política conhecida como Castilhismo que para Ricardo Rodríguez (2000, p. 23), é caracterizada “[...] como uma filosofia política que, inspirando-se no positivismo, substituiu a ideia liberal de equilíbrio entre as diferentes ordens de interesses, como elemento fundamental na organização da sociedade, pela ideia da moralização dos indivíduos através da tutela do Estado”.

uma estratégia deliberada de manutenção e consolidação do prestígio social e político por meio da ênfase na prerrogativa da honra (e em todo o seu peso simbólico) tanto para os indivíduos envolvidos quanto para o próprio partido nas duas situações.

Apesar de estarmos nos debruçando acerca de um tópico muito específico, o da defesa da honra por meio do duelo, visamos demonstrar que algumas questões que aparecem durante o percurso de pesquisa através da imprensa podem e devem ser esmiuçadas e inquiridas para além do que encontramos nas páginas impressas. A aparente neutralidade de *A Federação* em uma ocorrência como àquela envolvendo Assis Brasil e Duarte Pereira, dois parlamentares federais, acaba se tornando um incômodo, um “caso solto” a partir do momento que percebemos que em outros contextos, o comportamento editorial é completamente o oposto. Só conseguimos obter esse tipo de percepção a partir da elaboração de uma série acerca de um assunto (LUCA, 2008, p. 142), o que torna mais fácil conseguirmos observar quais as motivações e agenda do impresso não só no que é publicado, mas *como* é publicado (LUCA, 2008, p. 140). A ausência e/ou a mudança de discursos característicos de periódicos, especialmente os que possuem uma característica explicitamente político-partidária, passam a ser posicionamentos claros para os olhos atentos do pesquisador que está devidamente inserido no funcionamento das relações editoriais e políticas do contexto que está estudando.

Construir um raciocínio que leve a hipóteses sobre quais seriam as razões que levaram um periódico a agir de maneiras distintas a respeito de acontecimentos similares se faz o maior desafio. Mesmo que consigamos categorizar um impresso dentro do seu contexto (LUCA, 2008, p. 141), nem sempre isso é o suficiente para que consigamos chegar a explicações que consigam exemplificar a complexidade de relações e fatores internos e externos da produção de determinado impresso. Nesse ponto, utilizar-se da historiografia para entendermos não somente o contexto histórico, mas os indivíduos presentes nele, torna-se crucial para que indagações sejam respondidas e também elaboradas. Certamente, a temática aqui abordada colabora com nossa proposição. Estamos tratando de uma prática que é idealizada e adotada por uma elite em um período que esses mesmos grupos possuem uma relevante atuação política em conjunto de uma grande presença na constituição da imprensa no Brasil (REMEDI, 2009; BRAGA-PINTO, 2018; PORTO, 2019; PORTO, 2022), o que torna tais personagens mais fáceis de serem investigados por razão de uma maior facilidade de vestígios deixados.

De todo modo, nosso objetivo foi demonstrar como a análise de uma única ocorrência encontrada nas páginas de um periódico, sobre um tema específico, pode se tornar rica e multifacetada por meio do cruzamento de fontes disponíveis e de pesquisas profissionais e substanciais. Isso evidencia como a pesquisa por meio da imprensa envolve duas perspectivas que se entrelaçam: a perspectiva interna, presente no próprio conteúdo das páginas dos periódicos, e a perspectiva externa, que aborda os agentes responsáveis por produzir esses conteúdos, as pessoas mencionadas neles e as relações interpessoais, tanto individuais quanto coletivas, que essas pessoas têm dentro do contexto de produção e consumo dos impressos. Embora seja um exercício complexo e possa levar a caminhos sem saída devido às limitações impostas pelas fontes e pela bibliografia relacionada, esperamos ter contribuído ao compartilhar nossa própria experiência durante um desafio encontrado ao longo do percurso de pesquisa. Devemos, por fim, levar nosso olhar *para além do impresso* para conseguir observá-lo em toda sua complexidade e transpor seus obstáculos.

Fontes

Um duello. *A Federação*, Porto Alegre, 10 Mar 1891, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Duello Assis-Hygino. *A Federação*, Porto Alegre, 6 Ago 1891, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

BRASIL. Código Criminal. Lei de 16 de dezembro de 1830. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 12 dez 2022.

BRASIL. Código Penal. Decreto Nº 847 de 11 de outubro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 12 dez 2022.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 35-55, 2000.

BRAGA-PINTO, César. *A violência das letras: amizadas e inimizadas no Rio de Janeiro (1888-1940)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. Jundiaí: Paco, 2019.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2000.

CORBIN, Alain. A virilidade sobre o prisma do naturalismo. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GAYOL, Sandra. *Honor y Duelo en la Argentina Moderna*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HUGHES, Steven. Men of Steel: Dueling, honor, and politics in Liberal Italy. In: SPIERENBURG, Peter (org.). *Men and Violence: gender, honor, and rituals in modern Europe and America*. Columbus: The Ohio University Press, 1998.

JUNQUEIRA, Eduardo. HIGINO, José. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015.

LEFÈBVRE, Bruno. O dinheiro e o segredo: degradações e recomposições. In: GAUTHERION, Marie (Org.). *A honra: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tania Regina de. A Ilustração (Paris, 1884-1892) e a Revista de Portugal (Porto, 1889-1892): diálogos entre projetos editoriais e possibilidades técnicas. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 18, n. 34, p. 91-115, 2017.

MARTINY, Carina. “*O chefe político dos mais avançados republicanos*”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da república (1882-1903). 2018. 384 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MOURA JÚNIOR, Gilson Henrique. *De Catafalco a Hirsuto e Ingênuo Czar: as representações sobre Luiz Carlos Prestes pelo jornal A Federação (1924-1930)*. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

PARKER, David. Law, honor, and impunity in Spanish America: The debate over dueling 1870-1920. *Law and History Review*, V. 19, N. 2, 2001.

PARKER, David. La ley y las “leyes caballerescas”: hacia el duelo legal em el Uruguay, 1880-1920. *Anuario IEHS 14*, p. 295-330, 1999.

PEREIRA, Luciano Guimarães. *A Defesa da Honra: processos de injúria no século XVIII em Mariana, Minas Gerais*. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

PICCATO, Pablo. Politics and the Techonology of Honor: Dueling in turn-of-the-century Mexico. Columbia: *Journal of Social History*, v. 33, n. 2, p. 331-354, 1999.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, John. G. (org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 1988.

PORTO, Vitor Wieth. *Os duelos de honra rio-grandenses através do jornal A Federação (1885-1910)*. 2019. 80 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

PORTO, Vitor Wieth. “Generoso e cavalheiro mesmo em face da morte”: a defesa da honra partidária no duelo de Pinheiro Machado por meio de A Federação. In: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs). *Contribuições recentes sobre História & Política: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política*, Anpuh-RS, Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PORTO, Vitor Wieth. *A defesa da honra no Império do Brasil: os duelos na Corte pelas páginas do Jornal do Commercio e Gazeta de Notícias (1870-1889)*. 2022. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. Intelectuais e honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social. Caxias do Sul: *MÉTIS: história & cultura*, v. 8, n. 15, 2009.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De Líderes Históricos a Opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. 2018. 190 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Izabel Pimentel da. CASTILHOS, Júlio de. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2015.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & AREND, Jéssica Fernanda. Noções de honra e justiça entre as classes populares na fronteira do Brasil Meridional na segunda metade do século XIX – estudo de casos. Porto Alegre: *Aedos*, v. 9, n. 20, p. 296-315, 2017.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & REMEDI, José Martinho Rodrigues. Território Neutro: soberanias justapostas e duelos de honra às margens dos estados nacionais sul-americanos de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. São Paulo: *História*, v. 38, 2019.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & REMEDI, José Martinho Rodrigues. Duelos impressos: a circulação de notícias sobre duelos na imprensa brasileira. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, 1910-1930. Bogotá: *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 48, n. 2, p. 209-240, 2021.

RODRÍGUEZ, Ricardo Velez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. Bauru: EDUSC, 2004.

VELLASCO, Ivan de Andrade & SUTIL, Séfora Semiramis. Honra, litigiosidade e justiça: os crimes de honra na região de Formiga – Minas Gerais 1807-1875. Porto Alegre: *Aedos*, v. 9, n. 20, p. 276-295, 2017.

VENDRAME, Maíra Ines. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878 1910)*. 2013. 479 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.